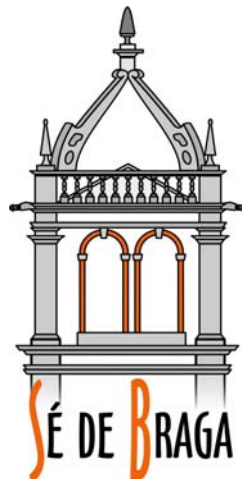


**Nuno Paulo Ferreira Rodrigues**

Sé de Braga  
“Reflexões para a valorização da Herança Religiosa e Patrimonial”



Dissertação de Mestrado em Património e Turismo

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Guimarães 2005

Sé de Braga  
“Reflexões para a valorização da Herança Religiosa e Patrimonial”

À Memória do meu irmão André.

# ÍNDICE

Dedicatória.....	2
Agradecimentos.....	8
Introdução.....	10
<b>PARTE I – OS ESPAÇOS RELIGIOSOS COMO LOCAIS DE FRUIÇÃO TURÍSTICA</b>	
1. Temática - Breve enquadramento conceptual.....	15
<b>PARTE II – A SÉ NO TEMPO NA SOCIEDADE E NA HERANÇA</b>	
<b>CAPÍTULO I – A SÉ, O TERRITÓRIO E A SOCIEDADE.....</b>	<b>23</b>
1. A Sé como espaço religioso de longa duração.....	23
1.1. Do edificado romano ao programa românico.....	27
1.1.1. O Projecto da Catedral.....	29
1.2. O Senhorio Eclesiástico e o Urbanismo da cidade de Braga.....	34
1.3. A Religião, a Economia e o Território.....	38
1.4. Elementos materiais de religiosidade no território de influência da Sé.....	44
1.5. A Sé de Braga como ponto central no ordenamento paroquial da zona bracarense.....	49
<b>CAPÍTULO II - A SÉ COMO HERANÇA PATRIMONIAL E RELIGIOSA.....</b>	<b>54</b>
1. A Herança Patrimonial.....	54
2. A Herança Religiosa.....	55
3. A Herança Simbólica.....	59
4. A Sé na Identidade da urbe bracarense.....	61
<b>CAPÍTULO III - A SÉ NO IMAGINÁRIO LOCAL.....</b>	<b>65</b>
1. A Sé no Culto e na Religião Popular.....	65
1.1. Santos, Beatos e lendas como factores de valorização religiosa e patrimonial da Sé de Braga.....	71
1.2. A Igreja, o fantástico e o pagão no espaço da Sé Primacial de Braga: o imaginário popular como elemento de identidade.....	77
1.3. As Lendas e as Devoções; a sua influência no ordenamento espacial da Sé.....	81
<b>CAPÍTULO IV - AS PEREGRINAÇÕES TRADICIONAIS E ACTUAIS.....</b>	<b>91</b>
1. Nota Introdutória.....	91
2. O Projecto do Bispo D. Pedro e as Peregrinações.....	93
3. A Igreja e a criação de condições de Peregrinação na Sé.....	95
4. As peregrinações na Arquidiocese de Braga.....	106
5. As novas Peregrinações, no contexto da Sé Primacial de Braga, como factores de movimentação de pessoas – o chamado Turismo Religioso.....	111

## **PARTE III – GESTÃO RELIGIOSA E PATRIMONIAL DA SÉ E A SOCIEDADE DO LAZER**

### **CAPÍTULO I - A IGREJA E OS NOVOS TEMPOS: A SOCIEDADE DO LAZER.....113**

1. A Instituição “Igreja” factor de resistência à mudança.....113
2. A Igreja e a nova realidade social e turística.....114
3. Documentos eclesíasticas da Igreja e a gestão do fenómeno turístico.....119
4. O Culto Religioso e a Fruição Turística e Patrimonial.....128
5. A Igreja e a Museologia: O Museu da Sé de Braga.....130
6. A Igreja e as novas formas de gestão patrimonial.....132

### **CAPÍTULO II - O VISITANTE E O CRENTE: MOTIVAÇÕES DIFERENTES NO MESMO ESPAÇO**

#### **QUE URGE CONCERTAR.....135**

1. Os circuitos de peregrinação e o Turismo Religioso.....135
2. O Visitante e o Crente – Encontros e Desencontros.....138
  - 2.1. As principais Cerimonias Religiosas e os Visitantes.....146
  - 2.2. Caracterização sumária do perfil do Visitante e do Crente.....149

### **CAPÍTULO III - A SÉ COMO MONUMENTO DE IDENTIDADE RELIGIOSA E PATRIMONIAL.....153**

1. As contradições do conceito de Monumento: Estrutura Material e Intangível.....153
2. O Monumento Autêntico e o Monumento Turístico.....155
3. O Impacte do Turismo na identidade patrimonial e religiosa da Sé.....158

## **PARTE IV – TURISMO EM ESPAÇOS RELIGIOSOS: ANÁLISE E REFLEXÕES PARA O CASO DA SÉ DE BRAGA**

### **CAPÍTULO I – OS MODELOS DE GESTÃO.....160**

1. A utilização patrimonial dos espaços religiosos para fruição turística.....160
  - 1.1. Modelos de Valorização do Património Eclesiástico e Religioso.....163
  - 1.2. O Turismo e a Gestão Patrimonial e Eclesiástica dos espaços afectos ao culto religioso: a Sé de Braga.....165
  - 1.3. A Importância da Comunidade Local na gestão do espaço da Sé de Braga.....166
2. Nota comparativa com os modelos aplicados em Santiago de Compostela.....168

### **CAPÍTULO II – VALORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VISITA E LEITURA PATRIMONIAL E RELIGIOSA**

#### **DA SÉ DE BRAGA.....175**

1. Reflexões para a criação de condições de leitura do património eclesástico e monumental.....175
2. Reflexões sobre os Percursos de visita.....180
3. Modelo de gestão para o espaço que concilie as diferentes valências.....186
  - 3.1. A Gestão Estratégica e a Comunicação.....191
4. **CONSIDERAÇÕES FINAIS.....194**

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	204
<b>Anexo I</b> – Regulamento para a Fruição.....	I
<b>Anexo II</b> – Mapas e Plantas.....	V
<b>Anexo III</b> – Suportes comunicacionais e fotografias.....	XXI

## Índice de Quadros e Esquemas:

QUADRO nº 1 - Fases capitais da construção da Sé de Braga entre Séculos X e XIV.....	33
QUADRO nº 2 - Religião/Sé/Cultura Local.....	53
QUADRO nº 3 - Tabela das Devoções mais comuns nas Memórias Paróquias de 1758.....	68
QUADRO nº 4 - Devoções à Virgem e aos Santos segundo as Memórias Paroquiais de 1758.....	69
QUADRO nº 5 - Invocações de Especial devoção dos inquiridos, segundo o estudo sobre a Devoção aos Santos realizado por Mário Lages.....	73
QUADRO nº 6 - Valorização dos aspectos lendários do espaço e os impactos nas valências Principais existentes na Sé de Braga.....	89
QUADRO nº 7 - Evolução do Conceito de Lazer.....	116
QUADRO nº 8 - Caracterização Sumária dos Fruidores da Sé de Braga.....	138
QUADRO nº 9 - Inventariação dos Principais Condicionaismos Identificados.....	139
QUADRO nº 10 - Horários das Eucaristias e a Frequência Turística na Sé.....	147
QUADRO nº 11 - Proposta de Esquema de Reflexão sobre a conciliação das valências existentes na Sé Primacial de Braga.....	162
QUADRO nº 12 – A Gestão e a Comunidade.....	167

## Índice de Figuras:

Fig. 01. Diocese de Braga nos séculos XI/XII.....	VI
Fig.02. Projecto de Construção Inicial da Catedral de Braga.....	VI
Fig. 03. Evolução das Obras da Catedral (Séculos XI-XIII).....	VII
Fig. 04. Evolução das Obras da Catedral (Séculos XIV-XV).....	VII
Fig. 05. Esquema de Intercessão da cidade romana com a Cidade Medieval.....	VIII
Fig. 06. Mapa de Bráulio.....	VIII
Fig. 07. Planta inicial adaptada com zoom sobre a capela de S. Nicolau.....	IX
Fig. 08. Planta da Sé em 1922 com indicação dos locais alterados com as Obras da DGEMN.....	X
Fig. 8.1. Esquema com o ordenamento do Programa Devocional no período pós-obras da D.G.E.M.N.....	XI
Fig. 09. Mapa da Pressão Turística no Espaço da Sé de Braga.....	XII
Fig.10. Locais mais procurados para o culto religioso.....	XIII
Fig.11. Planta com os espaços com vestígios “mais velhos que a Sé” e contemporâneos Da última sagração da Catedral.....	XIV
Fig.12. Espaços da Sé que potenciam a ligação à forja e consolidação do Reino.....	XV
Fig.13. Locais da Sé com ligação à História do Cristianismo.....	XVI
Fig.14. Locais da Sé com referências à historia Eclesiástica da Diocese.....	XVII
Fig.15. Esquema com os Circuitos de visita mais usuais nos espaços da Sé.....	XVIII
Fig.16. Proposta de reorganização da Sé Catedral. Novos espaços de visita e circulação.....	XIX
Fig.17. Esquema com os Circuitos de visita mais frequentes e com os prováveis novos circuitos.....	XX
Fig.18. Proposta de Logótipo e respectiva fundamentação.....	XXII
Fig.19. Exemplo de aplicações do Logótipo em elementos de merchandising .....	XXIV
Fig.20. Exemplo da aplicabilidade do Logótipo.....	XXV
Fig.21. Modelo de placas para colocação na Sé com indicações históricas.....	XXVI
Fig.22. Locais onde propomos a colocação de material informativo e placas .....	XXVII
Fig. 23. – Guia da Sé de Braga editado pelo IPPAR.....	XXVIII
Fig.24. Exemplo de um desdobrável com o Programa da Semana Santa.....	XXIX
Fig.25. Bilhete de acesso ao Museu do Tesouro da Sé.....	XXIX
Fig.26. Suportes Promocionais utilizados para promoção de Santiago de Compostela.....	XXX
Fig.27. Suportes Promocionais de Promoção dos Caminhos a Santiago de Compostela.....	XXX
Fig.28. Panorâmicas da Fachada da Abadia de St. Conques de Foy em França.....	XXXI
Fig.29. Panorâmicas da cabeceira da Abadia de St. Conques de Foy em França.....	XXXI
Fig.30. Panorâmicas do portal lateral da Abadia de St. Conques de Foy em França.....	XXXI
Fig.31. Perspectiva das Imagens de S. Judas Tadeu e S. Bento.....	XXXII
Fig.32. Aspecto da entrada da Sé .....	XXXIII
Fig.33. Área do Terraço sobranceiro ao claustro.....	XXXIV
Fig.34. Aspecto do claustro de Santo Amaro .....	XXXV



## Agradecimentos

A realização de um trabalho desta envergadura resulta de uma congregação de sinergias e de boas vontades que cumpre registar, pois sem estas não teria sido possível concluí-lo. Desta forma, agradecemos a todas as pessoas e instituições que, directa e indirectamente, em cada uma das fases do trabalho, foram fundamentais para a concretização do mesmo.

Justifica-se, assim, um agradecimento especial aos docentes do curso de Mestrado em Património e Turismo que muito contribuíram, em cada um dos domínios, para a concretização deste trabalho. Neste âmbito um reconhecimento particular para o Doutor Sande Lemos por nos ter motivado para o Estudo do Legado Patrimonial e Religioso da Sé Primacial de Braga e por ter sido ao longo deste período um conselheiro científico de grande valia técnica.

À Delegação Regional Norte do IPPAR, na pessoa do Dr. Mário Carneiro, agradecemos a cedência de fontes bibliográficas estratégicas para a realização deste trabalho e a disponibilidade patenteada no esclarecimento das nossas dúvidas.

Para a Unidade de Arqueologia da Universidade de Minho, um agradecimento pela cedência de plantas da Sé de Braga em suporte informático.

Ao Vaticano, na pessoa do Monsenhor Piero Monni do Observatório Permanente da Santa Sé para a Organização Mundial de Turismo, um agradecimento pelos esclarecimentos efectuados, ainda que via e-mail, ao nosso pedido de informação sobre a temática do turismo em espaços religiosos.

À Dr.<sup>a</sup> Mercedes Pintos da Universidade de Santiago de Compostela pela cedência de documentação relativa à política patrimonial, para as catedrais, existente na nossa vizinha Espanha e, nomeadamente, na Galiza.

Ao Cabido de Santiago de Compostela pela entrevista concedida e pelo conjunto de documentação e indicações fornecidas, relativas ao Plano Director da Catedral de Compostela e ainda, pela documentação relativa às peregrinações.

Ao Bibliotecário da Faculdade de Teologia de Braga, da Universidade Católica, o Senhor Ângelo Faria, o nosso agradecimento pela ajuda na busca e pesquisa de fontes bibliográficas imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Ao Cabido Bracarense, nas pessoas do Doutor Eduardo Melo e Doutor Pio Gonçalo Alves, pelas entrevistas concedidas e pelas orientações facultadas relativas à gestão da Sé e do seu programa devocional e religioso, e ainda, pela cedência de dados estatísticos relativos ao movimento de visitantes. Este agradecimento é extensivo à generalidade dos funcionários que nos facultaram ou forneceram informações precisas para a realização deste trabalho.

À D. Ana Maria Teixeira, Chefe dos Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Barcelos, agradecemos o apoio e o incentivo sempre prestado para a concretização deste trabalho, sem o qual o mesmo certamente não teria chegado ao fim.

Ao Paulo Rocha, um agradecimento pela disponibilidade de meios técnicos informáticos, fundamentais para a concretização de algumas tarefas de design e impressão deste trabalho.

Aos postos de Turismo de Santiago de Compostela, Toledo, Lugo, Astorga, León e Tuy, bem como de Lamego, Lisboa, Miranda do Douro, Coimbra e Alcobaça um agradecimento pela disponibilização de suportes informativos sobre as Catedrais existentes em cada um das localidades.

Para todos eles, um reconhecimento pelo empenhamento e apoio no desenvolvimento e concretização deste trabalho.

## Introdução

Verifica-se, actualmente, em Portugal, uma divisão clara dos fluxos turísticos. Parte continua inserida no tradicional turismo de massas, vocacionado para os produtos de sol e praia e turismo urbano. Por outro lado, e em crescendo, um outro tipo de turismo, constituído por visitantes que buscam lugares menos saturados e mais representativos das diferenças culturais e reveladores das identidades de cada região. Estes últimos enquadram-se dentro da nova tendência do regresso às origens, e da procura do que é autêntico e susceptível de transmitir identidade e equilíbrio. Trata-se de um novo tipo de viajante, mais formado e informado, que busca lugares em que o original ainda não foi deturpado, ou substituído por narrativas demasiado sintéticas. Para o enquadramento e aproveitamento desta nova dinâmica de procura latente que se vem registando no mercado turístico, é fundamental que se organizem, e tornem aptos a ser usufruídos, todos os nossos recursos com as características enunciadas.

Perante este cenário, torna-se evidente que a captação deste novo segmento de mercado só será possível se existirem investimentos em políticas de valorização das tradições culturais, etnográficas e vestígios do passado, bem como no elemento que lhe assegura identidade e corporiza – o Património Arquitectónico e Arqueológico. Ou seja, testemunhos de autenticidade, que confere aos imóveis o valor de contemporaneidade. Todavia, a organização destes recursos passa, indubitavelmente, pela observância de uma série de recomendações, entre as quais as Cartas e Documentos do ICOMOS sobre o Turismo Cultural, Autenticidade, Salvaguarda e Uso de espaços e sítios de valor assinalável.

O usufruto do património, enquanto forma de evasão e de reencontro da identidade social, é um dos paradigmas imediatos que se coloca às entidades gestoras dos espaços patrimoniais. Por outro lado, o problema torna-se mais complexo quando os valores monumentais têm uma função inicial de natureza religiosa. Estes são lugares onde existe um equilíbrio facilmente perturbável pelo “Novo Culto dos Monumentos” (Riegl 1984), em cujo âmbito os valores de Antiguidade, Histórico, Rememorativo, de Arte, e de Contemporaneidade, são mais relevantes do que uso religioso. Em Portugal, esta realidade emergiu de forma abrupta, a partir dos anos 70, e colide com uma Igreja, por vezes adversa à mudança, conservadora e resistente a estas novas tendências. Pelo seu lado, o Estado português tende para políticas burocráticas, sem capacidade de promover uma política de gestão e valorização patrimonial capaz de responder às novas exigências da Sociedade do Lazer. Acresce que o relacionamento institucional entre ambos, o Estado e a Igreja, ainda está marcado por um contexto histórico-legislativo que suscitou um certo “desprendimento”, por parte da Igreja, relativamente a

algumas das suas obrigações. De facto, esta entidade, apesar da junção parcial de vontades, promovida pela Concordata em 1940, tem ainda bem presente, os contextos decorrentes das Leis de 1770, 1834 e 1911, nomeadamente no que diz respeito à propriedade e usufruto de imóveis como as Catedrais.

O sistema de financiamento das acções de recuperação e conservação do património é, também, bastante demorado e burocrático, e mesmo politizado, o que não facilita políticas patrimoniais que promovam a emergência de uma Indústria do Património forte e dinâmica, adaptada a novos públicos.

Foi este o contexto com o qual se confrontaram os novos valores da Sociedade do Lazer que buscam o património, nomeadamente os monumentos mensagem, como lugares de fruição turística. Naturalmente que, desde os anos 80, algumas realidades mudaram e, hoje, a fruição turística do património é encarada de uma forma mais aberta, quase uma inevitabilidade. A mudança em Portugal é, essencialmente, motivada pelo Estado, que apesar de enfermar, ainda, de ritmos lentos, tem, pelo menos na teoria, uma atitude mais activa e uma visão do património mais aberta à sociedade e para a sociedade. O Estado, em nosso entender, viu-se na contingência de alterar a sua forma de actuar sob o património, em virtude da pressão da sociedade ansiosa de “valores de identidade”. Não podemos deixar de referir o papel que os Quadros Comunitários de apoio tiveram, enquanto meios de investimentos financeiros, que permitiram a valorização, restauro e salvaguarda de centenas de imóveis em Portugal, obrigando os institutos da tutela, a adoptar uma atitude mais dinâmica.

A Igreja em Portugal, embora nos últimos 14 anos tenha assumido uma nova atitude, encontra-se ainda muito agarrada aos valores de antanho e insiste em manter uma visão algo hermética do usufruto do património monumental religioso, condicionado à sua função inicial de lugares de culto. Importa sublinhar que a Igreja já organizou uma Conferência Episcopal sobre o Património Histórico-Cultural, da qual saiu uma Nota destinada a incentivar a actualização da Igreja no quadro da temática que se discute neste trabalho. Muito embora seja um contributo fundamental, pois, já nos deparamos com uma Igreja mais consciente para novos valores, ainda não se desenvolveu o necessário debate sobre o turismo em espaços religiosos. Actualmente os estabelecimentos de ensino da Igreja promovem um trabalho fantástico em termos de formação ao nível do turismo e património religioso. Porém, a nível institucional, a Igreja, embora admitindo os novos usos do património, mas não encara esta questão em toda a sua amplitude, multimodal. Em muitos casos esta inércia deve-se a dificuldades de relacionamento com Estado, mas também à falta de vocação, ou, ainda, às sequelas do processo histórico e jurídico de apropriação dos bens eclesiásticos. Por outro lado, a Concordata, assinada

em 2004, no âmbito da temática em análise, reafirma os princípios de 1940, sem os actualizar relativamente aos valores dominantes.

Ao longo dos trabalhos exploratórios para a realização deste projecto foi nesse contexto que se desenvolveu o nosso estudo. Adquirimos, deste modo, uma visão realista das dificuldades em articular património religioso e turismo. Paralelamente, o vastíssimo legado histórico-cultural que da Diocese de Braga e da sua Sé Primacial, proporcionou a este estudo a possibilidade de analisar múltiplas valências, um espectro de tal modo vasto, talvez sem paralelo noutros monumentos do mesmo tipo, pelo menos no quadro de Portugal.

Estes foram, em termos muito genéricos, os parâmetros com os quais trabalhámos afim de avaliar as potencialidades da magnífica herança patrimonial e religiosa da Sé Primacial de Braga. Considerando as múltiplas vertentes desse valioso legado, estruturámos o trabalho com o objectivo a facultar uma perspectiva da história e vivência da Diocese e Sé de Braga, das relações do monumento com a comunidade local e da forma como a Igreja lida com a nova função patrimonial e turística que a sociedade atribui a este tipo de imóveis. O contexto histórico-legislativo actual que define as relações do Estado com a Igreja, na gestão e usufruto destes imóveis é, também, abordado com o necessário pormenor, na medida que pode, ou não, ser um elemento potenciador da abertura do património monumental religioso às novas formas de “culto dos monumentos”, mais ligadas ao lazer e uso turístico. Analisamos, também a possibilidade de reordenar os espaços da Sé, de acordo com novos conceitos de gestão do regime interno e da imagem do monumento, sempre no pleno respeito pela sua função inicial.

Assim esta dissertação divide-se em 4 partes principais nas quais se analisam as temáticas acima referenciadas e se discute a temática da fruição turística dos espaços monumentais de função cultural religiosa e todo o contexto inerente, em termos de gestão e relacionamento institucional.

A primeira parte do trabalho introduz, de forma muito breve, os temas que serão desenvolvidos, nomeadamente, as questões relacionadas com o valor do património nas sociedades actuais, as relações entre o Estado e a Igreja, “O Novo Culto dos Monumentos”, as diferentes formas de pensar o património, por parte da Igreja e do Estado, e o papel do turismo na recuperação e salvaguarda do passado material e intangível, as dificuldades em conciliar estas diversas sensibilidades em espaços emblemáticos como a Sé de Braga.

A segunda parte, a mais longa do todo texto, apresenta a “Sé no Tempo, na Sociedade e na Herança” e traça um fio condutor dos elementos históricos que fazem da Sé um “ícone” de

identidade histórica e popular. Divide-se em 4 capítulos que enunciam os princípios que fazem deste imóvel um espaço único. O primeiro capítulo destaca a Sé como espaço religioso de longa duração e traça os fundamentos da herança religiosa que representa, no âmbito português e ibérico. O segundo capítulo, analisa as valências da Herança Patrimonial, Religiosa e Simbólica congregada na Sé e que fazem desta Catedral um espaço ícone da urbe bracarense. O terceiro capítulo tenta revelar um monumento extremamente enraizado na cultura do povo e todo o simbolismo e vivacidade que esta circunstância garante a um espaço religioso. O quarto capítulo aborda o relacionamento da Sé com os fluxos de peregrinação existentes na Diocese, e recorda a contenda com Compostela. Relata, também, as múltiplas tentativas dos prelados bracarenses para incentivar as peregrinações. Por último procura evidenciar as potencialidades da Sé como lugar sagrado e histórico que poderá atrair os “novos peregrinos” do lazer e da contemplação patrimonial.

Na terceira parte do trabalho, discute-se o ordenamento da Catedral, ou seja a gestão do regime interno, face às novas tendências da sociedade do lazer. Este sector da dissertação divide-se em 3 capítulos. O primeiro resume a evolução do contexto legislativo e normativo em que se insere a Igreja na sua relação com o Estado. Analisa, por outro lado, as posições publicamente assumidas pela Igreja, relativamente à temática da fruição turística dos espaços religiosos. Por último, neste capítulo, discute-se a introdução de novos modelos para inovar a gestão do regime interno e o programa vigente do Museu do Tesouro da Sé. O segundo capítulo pretende caracterizar os diversos grupos de pessoas e públicos que usam o monumento, assinalando os condicionalismos que cada público enfrenta e potencia. O último capítulo trata do problema do confronto entre a estrutura material e imaterial, entre o monumento autêntico e turístico, ponderando o impacto do turismo, caso não sejam encetadas acções de gestão e ordenamento dos espaços e dos percursos.

A quarta parte do trabalho, discute num patamar normativo e em função das três partes anteriores, a temática do turismo em espaços religiosos, centrada no exemplo da Sé de Braga. Nas páginas finais são analisadas os modelos de valorização da Sé e da sua Herança Patrimonial e Religiosa sem desvirtuar o simbolismo e “espírito” do monumento “autêntico”, vivo e interactivo com a comunidade e cultura que ajudou a forjar. O último patamar da dissertação divide-se em dois capítulos. Um dedicado à necessidade de serem adoptados novos modelos de gestão que tenham em conta a comunidade local, o potencial histórico e patrimonial, bem como o valor que a sociedade do lazer atribui a estes imóveis. Os modelos apresentados visam a preservação do monumento autêntico como elemento fundamental para a estratégia, evitando os riscos de “mumificação” ou de inércia. Neste capítulo estabelece-se uma comparação analítica, e crítica, com o modelo adoptado em Compostela. O último capítulo propõe um novo modelo de

gestão. O novo modelo abrange uma série de medidas que visam incrementar as condições de visita e leitura do monumento de forma a instaurar uma narrativa consistente e dinâmica da sua herança patrimonial e religiosa.

As considerações finais rematam as reflexões efectuadas ao longo do texto e fecham a viagem pelo universo histórico, cultural e patrimonial da Sé de Braga.

Em todos os capítulos deste volume, na realização deste trabalho, o motivo que nos guiou foi sempre a procura de encontrar um modelo, um sistema, um conselho ou qualquer forma de reflexão, capaz de valorizar a leitura do legado patrimonial e religioso da Catedral de Braga. Não é uma tarefa fácil e temos a consciência que muitas outras perspectivas de reflexão foram esquecidas. Todavia a estratégia adoptada pode ser um primeiro contributo para abrir um ciclo de novos estudos e debates sobre a temática da valorização da herança patrimonial e religiosa da Sé de Braga, pois o futuro deste tipo de “monumento - mensagem” é um dos grandes paradigmas das sociedades actuais.

## PARTE I – ESPAÇOS RELIGIOSOS E TURISMO.

### 1. Temática – Breve enquadramento histórico e conceptual.

O presente trabalho analisa um tema muito delicado, pois questiona a relação dos espaços religiosos com os valores da sociedade actual e, nomeadamente, da sociedade do lazer que alterou o primitivo uso desses locais, transformando-os em espaços de evasão e fruição cultural e turística. Como afirma Joseph Ballart “Hay una forma de consuelo espirituel que es casi tan vieja como la humanidad: la que proviene del desvelar de la curiosidad hacia las cosas antiguas. En cualquier caso, es admirar e interrogarse sobre los objectos del passado para el próprio enriquecimiento personal” (1997, 48). Efectivamente nunca os elementos monumentais e de tradição desempenharam um papel como o que possuem actualmente.

A inserção de locais como a Sé de Braga, como lugares de usufruto turístico, enquadra-se na tendência mundial que promove o “regresso às origens” e o “contacto com autêntico” como motivações maiores que escondem a fuga à ansiedade instalada nas sociedades actuais, com especial relevo para a Ocidental.

Como nos afirma Joseph Ballart ao citar Kubler “as únicas provas da história disponíveis a todo o momento aos nossos olhos são as coisas feitas pelos homens” (1997, 28). Os testemunhos do passado, legados de civilização para civilização, de povo em povo constituem, hoje, o orgulho da humanidade e a fundamentação das suas origens e sinais perduráveis da continuidade dos tempos e da evolução do Homem. Ao mesmo tempo, estes vestígios do passado são acervos únicos que garantem à sociedade meios de equilíbrio e harmonia, contribuindo assim para a consolidação da cultura como chave para a leitura do universo que nos envolve. O passado induz confiança aos cidadãos e sinaliza identidades. Esta característica do passado não é expressamente assumida devido ao carácter muito dinâmico das sociedades contemporâneas que, por vezes, parecem perder os laços às suas raízes de antanho. De facto, a velocidade com que se vive nem sempre permite que se mantenha uma perspectiva de continuidade em aspectos fundamentais das diversas culturas. A fim de compensar os ritmos vertiginosos de mudança as sociedades fixam-se na “patrimonialização” das coisas, num processo que Isaac Chivas (1991, 235) designa como “*mouvement de retour vers le passé*” Aliás, o sentimento de “perda” é, na nossa opinião, um universal de cultura, embora expresso em formas muito diversas. Deste modo, segundo Isaac Chivas (1991, 237), o Património etnológico francês, “comprend les modes spécifiques d’existence matérielle et d’organisation sociale des groupes qui le composent, leurs savoirs, leur représentation du monde, et, de façon



générale, les éléments qui fondent l'identité de chaque groupe social et le différencient des autres “.

O Património tem que ser encarado, também, como um contributo para a qualidade da vida das sociedades. Se assim for as comunidades envolvem-se, directamente, na sua protecção. Aliás, a experiência nacional e europeia mostra que o património pode ser melhor defendido por associações da especialidade que pelo poder central, tradicionalmente, “arrogante”, “distante”, “negligente” e “ausente”. O pressuposto desta realidade é que uma sociedade culta olhará com respeito o seu património, que lhe confere identidade, confiança e equilíbrio e no seu conjunto valoriza um recurso económico que poderá ser expressivo.

Por outro lado, temos de considerar a simbiose entre o material e o intangível que também caracteriza a identidade das sociedades. A cultura não se manifesta apenas nos aspectos monumentais e documentais, nos testemunhos materiais, mas também através dos outros elementos. Cada país, cada região, ou comunidade, procura manter os traços distintivos de natureza espiritual que enformam e informam todas as outras vertentes da sociedade. Este objectivo é mais premente num contexto em o universo material sem “alma” se consolida, proliferando os artefactos industriais, sem marca de origem. Neste quadro, a Sé de Braga, identifica-se como um elemento patrimonial privilegiado da sociedade portuguesa. Efectivamente o valor de arte, muito procurado no culto moderno dos monumentos, ganha mais consistência com o valor histórico que lhe está associado. Alois Riegl (1984, 39-40), a este propósito questiona : “Cette valeur d'art est-elle donnée objectivement dans le passé, au même titre que la valeur historique, et constitue-t-elle ainsi un élément du concept de monument, indépendant de sa dimension historique ? Ou est-elle une invention subjective du spectateur moderne, changeant au gré de sa faveur, et qui n'aurait donc pas sa place dans le concept de monument en tant qu'œuvre dotée d'une valeur de remémoration ? » Todavia, o mesmo autor, sublinha que “la valeur historique est manifestement la plus étendue , et nous en traiterons donc en premier. Nous appelons historique tout ce qui a été, et n'est plus aujourd'hui”(Riegl 1942, 37).

Como afirma Pierre Bourdieu “Somos levados a historicizar esses produtos culturais que tem de comum a aspiração à universalidade” (1989, 294). Ainda a propósito da globalização Armand e Michéle Matterlart na sua obra *História das Teorias de Comunicação* assinalam que “a noção da globalização vai alargar-se das redes de fluxos da gestão às dos fluxos económicos e culturais, graças aos teóricos da gestão e do marketing”.

Perante esta realidade que, a cada ano, pressiona mais os espaços de identidade, como a Sé de Braga, deve-se, “recontextualizar” e olhar o património de acordo com as coordenadas que levam à definição do homem, ou seja, o *Espaço e o Tempo*. No primeiro nível, o homem tem revelado capacidades para o modificar, adaptando-o às suas necessidades sociais e económicas. Contudo, essa modificação não é indissociável do segundo – o *tempo*. A pressão no espaço faz-se em relação com a variável tempo e, assim emerge a identidade de cada conjuntura histórica. Por isso, pensamos que a interpretação de cada “património” deve ser vista à luz de cada tempo, em pleno respeito pelo passado de cada sociedade e da função desses elementos na sua época. Assim, elementos patrimoniais como a Sé, não podem estar feridos de “imobilismo”, mas projectar-se como “valor de uso cultural, social, funcional, económico e turístico”. Esta questão é importante, pois que “Il n’existe pas de valeur d’art éternelle, mais seulement une valeur relative, moderne, alors la valeur d’art d’un monument n’est plus une valeur de rémémoration, mais une valeur actuelle” (Riegl 1984, 42-43). Por isso um “Monumento Mensagem”, como a Sé, deve ser entendido como um lugar histórico, mas também como um edificado de valor artístico. Acima de tudo, devemos repensar este monumento, ao abrigo do Culto Moderno dos Monumentos, como uma etapa da passagem do “culto”, exclusivamente religioso, para os outros tipos de “culto” o “histórico”, o “artístico” e o “cultural”.

Esta breve análise, de algumas das questões do património monumental e histórico pretende alertar para a importância do passado na actualidade, como elemento gerador de equilíbrios e de identidade cultural e social. Este passado, corporiza-se e afirma-se nos patrimónios históricos e monumentais e ganha forma nos espaços de identidade, como a Sé de Braga. Por isso, é fundamental, antes de mais, conferir a estes um valor de uso e uma função, que permita a todos os cidadãos usufruir das oportunidades culturais que os monumentos favorecem.

Para além da necessidade de conferir aos patrimónios históricos e, principalmente, monumentais um valor de uso (utilidade), é fundamental que lhe reconheçamos valor cultural, económico e estético, que promova a sua atracção e fruição com benefícios para o local onde estes se inserem. Ainda dentro desta linha de acção é interessante que se reconheça também o valor formal, precisamente pela atracção que desponta e pelo que representa e, por último, destacar o seu valor simbólico, enquanto vector de continuidade entre as sociedades que o produziram e as sociedades actuais (que o fruem...).

O turismo e, em especial, o turismo cultural, têm no património um dos seus recursos mais importantes. Por isso, o valor de uso, o valor formal, o valor simbólico, o valor económico e estético que este possui deve ser aproveitado como forma de valorização da oferta turística e,

fundamentalmente como garante da conservação dos monumentos. O turismo deve preconizar a interacção entre o património e o homem, para que este último entenda da melhor forma as valências históricas, culturais e técnicas, assim como o papel de cada elemento patrimonial no seu contexto actual e passado.

Em suma, o sector do turismo tem obrigação de se assumir como movimento de defesa do património, que é um dos seus mais preciosos recursos, e assim convergir com as tendências dominantes, em que os destinos culturais continuam a ser os grandes mentores dos fluxos de viajantes continentais e extra-continentais. Ao fazê-lo o turismo, que é também um espelho das sociedades, está a promover o equilíbrio e identificação cultural das mesmas, porque o património como valor do passado, afirma-se, hoje, como vector, fundamental do futuro.

O contexto, atrás referido, enquadra o valor do património e, em especial dos “Monumentos Mensagem”, como a Sé de Braga. Porém, a fruição deste património, em termos culturais e turísticos, só será possível se concertada com o uso inicial deste tipo de imóveis: a função religiosa e catequética. Paralelamente para que esta fruição se estabeleça, em plena harmonia, temos que reflectir sobre a propriedade e a gestão desses espaços. Este aspecto assume maior relevo na actualidade, pois talvez nunca na História como agora estes monumentos foram tão procurados. Por isso, urge encontrar novos caminhos para a interpretação deste património, nomeadamente através da aplicação efectiva do conceito que a Igreja define como “mensagem evangelizadora do património” (C.E.L.P<sup>1</sup>, 1996), articulando a função catequética e de culto, com os valores inerentes ao novo culto dos monumentos, que motivam os “peregrinos do património”.

Para analisar esta realidade temos, porém que, balizar o contexto que enquadra a grande parte do património religioso, no que concerne a propriedade, gestão e usufruto, pois este é um tema complexo que envolve o Estado e a Igreja. Por outro lado, a relação que, presentemente, existe entre o Estado e a Igreja, ainda está marcada processo de desmantelamento de corporações e de estabelecimentos religiosos ou laicos e na incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, nalguns casos. Ou na sua transferência, em seguida, para o domínio privado, por meio de venda ou remição em hasta pública, dos bens das entidades expropriadas, considerados de mão-morta<sup>2</sup> (Rebelo 2003). Não se trata, todavia, de um processo que tenha

---

<sup>1</sup> Conferência Episcopal de Liturgia Portuguesa.

<sup>2</sup> Os bens podem ser segundo Elvira Rebelo (2003, 1) “bens vinculados: são uma forma inalienável e indivisível de propriedade fundiária senhorial e podem ser morgados ou capelas. Enquanto os primeiros visam perpetuar o património territorial das famílias nobres ao longo das sucessivas gerações, sendo transmitidos, em geral, ao descendente varão primogénito, as capelas eram geralmente afectadas como legados pios com carácter perpétuo, instituições religiosas, a fim de sufragar a alma dos respectivos

tido lugar em exclusivo em Portugal. Em França, Itália e Espanha registaram-se processos idênticos. Em virtude deste passado segundo Geraldo José Amadeu C. Dias a Igreja “mostra-se receosa e reticente” (2003, 1) nas questões do património, isto apesar dos passos conciliadores que as Concordatas de 1940 e 2004 tentaram consolidar.

Esta questão é importante porque o Património da Igreja Católica, em Portugal, é verdadeiramente singular e significativo da história e vivência de uma Nação. Pode dizer-se que, em grande parte, o Património da Igreja é também Património Nacional e, quando oficialmente classificado, constitui encargo do IPPAR (Dias 2003). A Sé de Braga enquadra-se neste Património Nacional, sendo propriedade do Estado. Todavia a gestão do seu regime interno é da competência da Igreja. Esta dualidade não é de fácil convivência e é, na nossa opinião, um factor de equívocos, a par da falta de vocação da Igreja para se abrir aos novos valores da Sociedade do Lazer e ao Novo Culto dos Monumentos.

As reflexões sobre o sistema de gestão deste tipo de espaços é relevante, pois “Portugal foi, de facto, um dos países da Europa, onde a onda de secularização e nacionalização mais pôs ao serviço do Estado e de particulares veneráveis monumentos do Património Eclesiástico” (Dias 2003, 5). Existem centenas de monumentos que são actualmente geridos ao abrigo desta “difícil” relação Difícil porque os homens da Igreja continuam a ressentirem-se das feridas do passado. Há, por outro, ao nível do Estado uma fragmentação institucional na tutela dos bens que constituem o património da Igreja: a Direcção Geral do Património do Estado, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Instituto Português do Património do Arquitectónico, o Instituto Português de Museus e o Instituto Património dos Arquivos Nacionais.

Actualmente, há uma convergência de interesses e preocupações pelo Património Nacional na sua globalidade e, o Estado Português tem uma nova Lei de bases do Património, Lei 107/2001, infelizmente, ainda, não regulamentada. A Igreja, por sua vez, publicou uma série de Normas que favorecem um melhor entendimento com o Estado, na sequência da actividade da Comissão Pontifícia para os bens Culturais da Igreja.

Apesar destas acções da Igreja, a conservação e o restauro dos grandes imóveis religiosos ultrapassa as suas possibilidades, os meios científicos e técnicos que dispõe, tanto mais que, ao nível administrativo, na Igreja em Portugal não há uma organização centralizadora (Dias 2003). Conforme nos indicou o Vaticano, através do Mons. Piero Monni do “The

---

instituidores; bens mão-morta: são constituídos por prédios rústicos e urbanos, foros, censos e pensões, constituem a base fundamental da riqueza das instituições expropriadas”

Permanent Observer of the Holy See to the World Tourism Organization”, em 15 de Julho de 2003, cada Diocese conserva a sua autonomia e administra o seu património conforme as suas possibilidades, a generosidade dos fiéis e a colaboração dos mecenas. É por isso que as iniciativas vindas das instituições do Estado, Autarquias e outras se consideram fundamentais para a salvaguarda e valorização do Património da Igreja.

No enquadramento teórico deste trabalho importa dar também uma visão do que a Igreja pensa do património e do discurso que imprime nas estruturas que considera como património monumental religioso, conceitos que nem sempre são de fácil entendimento para os crentes, público em geral.

Quando falamos de património religioso da Igreja, temos, em primeiro lugar, de compreender o conceito religião que o Prof. Geraldo Coelho Dias (2003, 1) define como um sistema estruturado de crenças, ritos, comportamentos e mediações pelas quais o homem se procura relacionar com o transcendente. Estes valores regem-se por três códigos:

- O Código Doutrinal ou Teológicos;
- O Código Ritual ou Litúrgico;
- O Código Ético ou Moral;

Estes códigos visam, para além da mensagem catequética, distinguir o Sagrado (Religioso) do Profano. Muito embora nem sempre essa distinção seja muito fácil, pois o cristianismo popular possui muitas práticas e crenças de natureza pagã que transporta para o interior dos espaços sagrados. São estruturas do Sagrado ou Religioso, o Tempo, o Lugar, Os Mitos, Os Ritos. Estes códigos e estruturas são parte integrante do património eclesial que, segundo Geraldo Coelho Dias, é “tudo o que, diferenciado do económico, é digno de valor e de arte, e como tal, foi transmitido à Igreja como herança através dos tempos. Tem marca de permanência histórico-cultural e é constituído por um conjunto de realidades, tanto materiais como imateriais, produto da vida e da actividade dos homens em função do culto e para serviço da Igreja. Nele se exprimem as crenças, os sentimentos e os ideais religiosos da comunidade cristã-católica” (2003, 01).

Este património é, actualmente, procurado pelos “novos peregrinos” do património, muito embora a Igreja continue a atribuir aos espaços que gere os seguintes fins:

- a) O serviço de culto sendo, como tal, expressão dos ritos e da liturgia da religião católica;

- b) A função Catequética, servindo para exprimir e ilustrar as verdades da religião;
- c) O exercício da Caridade, quer através de instituições religiosas, quer através de actividades sócio-caritativas;
- d) Expressão anamnésica de memória histórica, tradução da finalidade rememorativa, na medida que o património eclesial é, a um mesmo tempo, documento – aquilo que ensina – e monumento – aquilo que recorda.

Estas finalidades não se encerram somente na estrutura monumental de espaços como a Sé de Braga, mas em outras tipologias de património como o Fundiário (coutos, passais, cercas, especialmente os bens de mão-morta que constituíam a base da riqueza das instituições que foram objectos de espoliação e nacionalizações no passado); Construído (Igrejas, Capelas, Santuários), Litúrgico (Paramentos e alfaias do culto divino, como os que existem no Museu da Sé), Artístico e Decorativo e bibliográfico. Respeitando as finalidades que a Igreja definiu, é importante também que se lhes atribua um valor de contemporaneidade, equivalente ao definido por Alois Riegl e que, em seguida, citamos “La valeur de contemporanéité résulte donc de la satisfaction des sens ou de l’esprit. Dans le premier cas, nous parlons d’une valeur d’usage pratique, ou simplement de valeur d’usage ; dans le second , de valeur d’art. Pour cette dernière, il y a lieu, par ailleurs, de distinguer la valeur d’art élémentaire, ou valeur de nouveauté, de la valeur d’art relative, fondée sur un accord avec le vouloir artistique moderne. En outre, la fonction artistique du monument pourra être profane ou religieuse”(1984, 87-89).

Na edificação de um espaço sagrado, para promover a aproximação do ser humano ao transcendente, o homem transforma o mundo natural em mundo cultural mas também, este último, em mundo cultural, independentemente da forma arquitectónica: igreja, catedral, capela, Porém, a vertente cultural adquiriu, hoje, na sociedade novas formas às quais a Igreja deve adaptar-se.

Esta questão é importante, pois uma obra arquitectónica é como uma peça de música: só tem real existência na medida em que é executada. Efectivamente uma “casa”, como a Sé Primacial de Braga, só ganha sentido quando é habitada, ou seja, quando existe uma comunidade que aí se reúne para celebrar a Fé. Por isso, o edifício de uma Igreja e o seu ordenamento interior e regime interno, independentemente do estilo e das expressões artísticas nele integradas, é sempre destinado a intervir com a linguagem do espaço, na acção comunicativa que aí acontece: a Liturgia. Neste âmbito o Concílio Vaticano II apresenta, na Constituição dedicada à Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, um conjunto de disposições sobre o tema da arte, tendo em vista a participação da Igreja na Liturgia. Daqui

resultou a necessidade das Igrejas, especialmente, em Monumentos de valor histórico, se adaptarem às exigências do tempo presente.

A Nota Pastoral da Comissão Episcopal de Liturgia de Itália relativa à “Adaptação das Igrejas segundo a Reforma Litúrgica”, datada de 1996, avança com algumas medidas interessantes sobre o tema e dirige-se aos Bispos, Comissões Diocesanas de Arte Sacra, Párocos, Religiosos, Fiéis, projectistas, restauradores e aos funcionários dos organismos públicos com tutela sobre bens culturais, no intuito de promover uma nova abordagem sobre o património religioso. Esta Nota enuncia que a Igreja não deve ser vista como um simples espaço, mas como obra arquitectónica aberta. Para o efeito estabelece quatro temas como alicerces para a adaptação, a saber: o espaço para a celebração da Eucarística, do Baptismo e da Penitência e o Programas Iconográfico, Devocional e Decorativo. Trata, ainda, do modo como ser projectada a adaptação litúrgica. Neste capítulo abre a possibilidade, embora de forma não declarada, de se enveredar pelos Planos Directores, entendidos porém não como anteprojectos arquitectónicos mas sim como estudos elaborados por equipas pluridisciplinares, conforme acontece em Compostela ou nas Catedrais de “Castilla-Léon”.

Em termos teóricos é, como base, nestes pressupostos que vamos, na medida do possível, analisar o modelo da Sé Primacial de Braga e tentar encontrar os melhores caminhos para a valorização da Herança patrimonial e religiosa deste espaço de tradição, tendo em conta:

- o valor do Património para a Sociedade actual;
- os valores actuais pelos quais se rege a sociedade em termos socio-religiosos;
- a sociedade do lazer;
- as finalidades que o património tem para a Igreja e a sua interpretação do mesmo;
- o papel do Estado e as normas nacionais e internacionais que visem conciliar a exploração sustentada do património.

Este conjunto de linhas de análise é antecedido por uma breve referência ao contexto histórico-cultural muito específico da Sé de Braga. Aliás o interesse patrimonial da Sé não se limita ao edificado e aos bens móveis, mas é particularmente interessante pela história milenar do espaço, uma verdadeira arca com inúmeras páginas de História, rica e complexa.

## PARTE II – A SÉ NO TEMPO, NA SOCIEDADE E NA HERANÇA.

### Capítulo I – A Sé, o Território e a Sociedade.

#### 1. A Sé como espaço religioso de longa duração.

Bracara Augusta, nos finais do século III, foi promovida a capital da Galécia sendo então reformulados muitos edifícios da cidade (Lemos 1998, 4-15). A situação geográfica de Braga foi sempre uma mais valia que os romanos lhe reconheceram. Não é pois de estranhar que a mesma se tenha tornado num grande cruzamento de vias de circulação do exército. Estas vias, e as que com estas entroncavam em Lisboa, Mérida, Astroga e Lugo, facilitavam a romanização e o intercâmbio económico, social, cultural e político - militar de Braga e do seu território com todos os centros urbanos da Península, com Roma e com as restantes províncias do império romano do Ocidente e Oriente ou com o Norte de África (Lemos 1998).

Braga, como Diocese, data do século III sendo, por isso, contemporânea da expansão do cristianismo na Península. Contudo, o primeiro Bispo conhecido é Paterno cujo nome figura nas actas do I Concílio de Toledo realizado em 400. Esta Diocese possuía, no primeiro período da sua história, dignidade Metropolitana com jurisdição sobre todo o Noroeste da Península, estando dela dependentes os bispados de Conímbriga, Viseu, Dume, Lamego, Porto e Egitânia. Datam desta época os martírios dos Santos Bracarense Vítor, Cucufate, Silvestre e Susana.

Com o édito de Milão as reformas administrativas introduzidas, pela Tetrarquia e continuadas por Constantino, algumas cidades foram elevadas a sedes episcopais o que terá contribuído para que o surto de construções abastadas e até de luxo continuasse ao longo do século IV (Costa 2000, 5). No famoso livro redigido por Ausónio “*Ordo Urbium Nobilium*”, Braga integra a lista das 20 cidades mais nobres, sendo referida como *dives* (rica) (Lemos 1998, 4-15).

Não admira pois que Braga começasse, bem cedo, a ser um centro religioso e cultural. (Costa 2000, 10). Existem inúmeras passagens que testemunham a importância religiosa de Braga nos inícios da nossa Era. Casímiro Torres Rodrigues, citado pelo Padre Avelino Jesus da Costa, afirma que “Braga, primer foco cultural de la Galicia del Siglo IV” (1990, 12) ao referir-



se à vida de Paulo Osório que se terá formado na Diocese de Braga, o que testemunha a importância da Igreja.

No século VI destaca-se a vida e Obra de S. Martinho de Dume. A importância deste homem, considerado hoje, padroeiro da Sé Primacial de Braga, e do seu importante contributo para o engrandecimento da história da cidade é, perfeitamente, retratável nas palavras do Padre Avelino Jesus da Costa “Em torno de Braga, há cerca de mil e quinhentos anos, viveram bispos e padres, monges e peregrinos, alguns dos quais viram África, Roma, Palestina e Constantinopla, traduziram manuscritos gregos e trouxeram teorias filosóficas audaciosas. Ortodoxos ou heterodoxos, todos eles, até os priscilianistas e defensores do origenismo, fizeram destas terras antigas um centro de cultura, por vezes bem agitado, a que não faltavam estrangeiros, um dos quais era grego. Ora, nem tudo isto foi inútil para a criação de uma subterrânea e lenta consciência regional forte. A independência dum povo proclama-se num momento, mas leva séculos a realizar. Foi o pensamento destes homens que, formando um robusto núcleo de cultura em torno de Braga, à volta dos seus bispos, clérigos e monges, preparou, por dentro e espiritualmente, a futura e longínqua independência portuguesa.” (2000, 18)

Do período suevo - visigótico conhecem-se, para além de S. Martinho de Dume, os nomes de onze Prelados Bracarense. Nesta época notabilizaram-se pela cultura e pela santidade homens como Idácio de Chaves, os três Avitos, Paulo Orósio, Pascácio e S. Frutuoso.

Por altura das invasões muçulmanas, Braga atravessou um período de instabilidade e os seus Bispos passaram a residir em Lugo. Após a reconquista cristã, mesmo antes da fundação do Reino de Portugal, com o Bispo D. Pedro, nomeado por Sancho II, é reposta a Diocese e a cadeira Primacial de Braga, apesar dos entraves levantados pelos Bispos Lucenses e Compostelanos. Nos primeiros anos de governo deste Bispo encontram-se documentos “(...) que falam duma cathedra metropolitana”, conforme afirma o padre Avelino da Costa ao citar Carl Erdmann.(1990, 408). O Padre Avelino da Costa recorre também a este autor para referir que Braga “É elevada de novo a Diocese, em 1070 ou 1071” (Costa 1990, 408).

O Bispo D. Pedro<sup>3</sup>, foi o responsável pela edificação da grande Catedral de Braga “D. Pedro foi, não só o fundador da nova catedral românica, como também responsável pela criação de um projecto de envergadura Europeia” que viria a ser sagrado em 1089 (Real 1990, 455).

---

<sup>3</sup> O historiador local António Gomes (2002, 02), refere-se a D. Pedro como o “Esquecido”. Este aborda não a fase final da vida deste Prelado, altura em que o mesmo foi afastado, mas a situação de total esquecimento da vida e obra deste Bispo que se verifica no horizonte cultural Bracarense. No fundo uma

A vida deste Bispo tem sido alvo de vários estudos, em toda a Europa, dada a sua dimensão, no contexto da realidade cristã, e o seu contributo para a história da Sé Primacial de Braga. Restaurou a Diocese e iniciou a construção da Catedral, pelo que, o período do seu governo é uma página dourada da história da cidade. Desenvolveu também um processo de organização administrativa, paroquial e económica de toda a Diocese. Foi sempre decidido e incisivo na defesa do seu clero e “recusava-se a sagrar igrejas, enquanto não lhe fosse feita a escritura de dote suficiente para a sua sustentação e do clero que servia (...)” (Costa 2000, 426-429). Esta premissa mostra o rigor que tentou inculcar na organização eclesiástica do território da Diocese, e no sistema tributário de forma a obter os rendimentos indispensáveis para o sustento do Prelado, do Cabido e da escola da Catedral, assim como para as obras da Sé e para a generalidade das despesas da Diocese (Costa 1990, 426). Segundo o Monsenhor Augusto Ferreira “D. Pedro foi um Bispo zeloso e trabalhador e, apesar de nunca ter recebido favores régios, procurou fazer à sua Igreja um património honroso, de modo a garantir a sustentação do culto e do clero e o progresso da catedral dentro dos limitados recursos de que dispunha” (1928, 197). No entanto, o Bispo “Restaurador” não concluiu o programa da Sé na íntegra, deixando-a porém em condições de receber o culto. A esta realidade não será alheio o facto de o Bispo não gozar de ajudas ou favores por parte de D. Afonso VI, do qual nunca obteve doações. Seria, mesmo, excluído do Bispado, recolhendo-se num Mosteiro onde terminou a sua vida (Ferreira 1928, 190), de forma tão esquecida, como é hoje a sua obra, mesmo, no contexto da nossa região.

Da obra lançada pelo Bispo Pedro, sublinhamos o seu projecto de construir um grande centro de peregrinação em Braga: “Houve em Braga a intenção de criar um importante centro de peregrinação concorrente de Compostela” (Real 1990, 462). Este facto atesta o intuito de fazer de Braga uma alternativa a Compostela, pois a dimensão dos seus vultos e mártires assim o justificava. No entanto a falta de apoios régios e a necessidade de organizar o território da Diocese terão inviabilizado tal objectivo. Ressalte-se o facto de D. Pedro ter percepcionado que a existência de um grande Templo de peregrinação (Fig. 2) era gerador de “receitas”, bem como de desenvolvimento da cidade e Diocese, o que prova a sua dimensão intelectual.

Apesar do seu afastamento, a obra encetada pelo Bispo não ficou órfã e, pela primeira vez, na história de Braga aparecem dois homens, consecutivamente, de grande valor e que contribuíram para a consolidação da Diocese e projecto de um templo de dignidade europeia. Efectivamente a obra de D. Pedro encontrou no Bispo Geraldo um digno sucessor. Seguiu-se-

---

opinião a sublinhar a necessidade da Sé Primacial e a própria cidade de Braga se ligarem mais com o seu passado e engrandecer aqueles que outrora muito fizeram pela região.

lhe uma cadeia ininterrupta de 56 arcebispos, os quais, apesar de algumas vacâncias, inscreveram o seu nome na história eclesiástica de Braga e do próprio país. Os primeiros bispos desta longa sequência apoiaram o rei na Reconquista e receberam, como contrapartida pela sua acção, todo o território que envolvia a urbe: o *Couto de Braga*. O Poder Civil ficou dependente do Religioso, da Mitra e do Cabido.

Depois da célebre contenda com a Sé de Compostela, Inocêncio III, em 1199, concede a Braga como sufragâneas as Dioceses de Porto, Coimbra e Viseu (em Portugal), e mais cinco em território da Espanha. Célebre ficou também a querela com Toledo sobre a primazia. Nos fins do século XIV as Dioceses dos reinos de Leão e Galiza deixaram de prestar obediência a Braga. Mais tarde, a área da Arquidiocese foi reduzida com a criação das Dioceses de Miranda (1545), de Vila Real (1922) e de Viana do Castelo (1977) e, ainda, pela anexação à de Bragança - Miranda do Arcediago de Moncorvo (1881). Entre as particularidades mais notáveis desta Sé, considerada uma das mais antigas da Península Ibérica, está a de possuir um rito litúrgico próprio (bracarense), semelhante ao romano. Este permaneceu válido, mesmo depois da Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II, mas o seu uso tornou-se facultativo, aquando desta reforma, em 18 de Novembro de 1971.

Conclui-se que Braga foi das primeiras Dioceses Cristãs da Europa. Todavia, em virtude das sucessivas invasões, a cidade não conseguiu, até ao século XI, estabilizar a sua vocação religiosa. Por outro lado, o domínio exercido por Lugo e Compostela não potenciava a reestruturação da Diocese mesmo após a Reconquista. Contudo, com a construção da Sé Primacial de Braga a região ganha um espaço “ícone” que seria, durante séculos, uma referência física, política e espiritual de um novo Reino em construção.

## 1.1. Do edificado Romano ao programa Românico

É relativamente consensual que, desde o século V até aos séculos X / XI, a área onde se situa a cidade de Braga, sofreu diversas mutações culturais e sociais, em virtude da sucessão de movimentos de povos. Contudo, apesar destas incidências, pode-se afirmar com alguma segurança, que a urbe continuou a ser um centro de importância política, militar, geográfica e religiosa. Este aspecto tem sido reconhecido através dos inúmeros estudos arqueológicos efectuados na cidade, designadamente, em alguns pontos-chave da urbe, como é o caso da Sé Primacial de Braga.

Este monumento, ao longo dos tempos, adquiriu uma importância tal que, hoje, é mais que um simples imóvel, é uma âncora de identidade de toda uma região. Pode assim dizer-se que é um “Monumento Mensagem” porque simboliza para Portugal “a Igreja de espada numa mão e a cruz na outra” em virtude do seu contributo na construção do Reino; É também um “Monumento Forma” que encerra o espírito de uma região com valores muito particulares e, por último, um “Monumento Traço” uma vez que com ele coabitaram homens importantes da história eclesiástica e religiosa que lhe conferiram um simbolismo especial.

A propósito, refere René Huyghe, citado por Ballart “Quando uma construção ultrapassa a estrita utilidade, o homem soleniza-a, dá-lhe um carácter excepcional, de qualidade superior. Exprime já a função fundamental da arte: criar um intermediário entre o homem e o Universo” (1997, 200).

Esta riqueza tem vindo a ser revelada pelos diversos trabalhos arqueológicos efectuados na Catedral de Braga, permitindo ainda afirmar que o espaço “*é mais velho que a Sé*” (Fontes *et al* 1997/98)

A História de Braga, que sofreu a influência de diversos povos, tem o seu repositório natural neste local, até porque a Sé situa-se numa área da cidade onde se sobrepõem vestígios romanos e medievais. Todavia, subsistem ainda, na História da cidade e, especialmente na zona da Sé, muitas indefinições relativamente à edificação do imóvel e aos edifícios que precederam o templo idealizado pelo Bispo D. Pedro. Por isso, os trabalhos arqueológicos são indispensáveis pois este é “um espaço fundamental para o conhecimento da cidade na época romana e da sua evolução para o período medieval, com especial incidência na averiguação do primitivo templo cristão” (Rodrigues *et al* 1990, 173).

A Arqueologia logrou desvendar algumas incertezas, nomeadamente sobre a:

- Existência de uma muralha e edificado romano;
- Existência de um templo cristão nos séculos IX-X.

De acordo com a equipa da Unidade de Arqueologia de Universidade do Minho, detectaram-se neste local vestígios de ocupação da época de Augusto. Segundo os autores, “(...) os vestígios mais coerentes são associáveis à existência de um quarteirão urbano, datam-se de um monumento que se poderá situar entre os meados do século I e meados do século II ” (Fontes *et al* 1997/98, 145). Ainda segundo os mesmos autores neste local terá eventualmente existido um edifício público correspondente a um *macellum*, ou seja, um mercado.

Este edifício, o *macellum*, terá sofrido alterações entre os séculos III e o início do século IV. A equipa de arqueólogos encontrou ainda elementos que lhes permitem afirmar que, a poucos metros, a norte da Sé se erguia a forte muralha romana que defendia *Bracara Augusta*.

Por outro lado os arqueólogos consideram que as estruturas, dos séculos IV e V, encontradas no subsolo da actual Catedral, podem ter pertencido a um amplo edifício rectangular: “A expressão planimétrica deste conjunto de vestígios parece configurar um edifício organizado em 3 naves, aceitando-se a sua integração num modelo basilical paleocristão” (Fontes *et al* 1997/98, 145). A corroborar esta tese assinalam os dois sarcófagos de mármore de tipologia paleocristã, assim como o achado de *tesselae* de vidro, muito comum na decoração musiva e parietal dos templos daquela altura.

Não foram encontrados elementos que indiciem a construção de qualquer novo templo, entre os séculos VI e X-XI, apesar de admitirem remodelações no edificado anterior, ao longo dos séculos, que precederam a restauração da Diocese de Braga.

O edifício paleocristão terá sido demolido para dar início à construção da nova Catedral de Braga, projectada pelo Bispo Pedro. No século XI a região de Braga não vivia uma situação de prosperidade. As inúmeras incursões, logo após a batalha de Guadibeca ou Guadalquivir em 712, originaram um contexto de instabilidade, apesar das sucessivas tentativas de recuperar a cidade. Mesmo com a reconquista da cidade promovida por D. Afonso I, genro de Pelaio, em 739, o domínio destas terras foi efémero. Durante três séculos a cidade sofreu inúmeras incursões bélicas, por parte dos Muçulmanos e Normandos, especialmente nos séculos IX-X (Costa 1990). Neste período, Braga ficou sem Bispos residentes uma vez que estes se refugiaram em Lugo e Mondonhedo. Continuaram, no entanto, a existir comunidades cristãs

nos arredores de Braga, bem como igrejas em funcionamento como terá sido o caso das de Maximinos, S.Victor, Dume e Montélios, locais estes visitados, de quando em quando, pelos Bispos sediados em Mondonhedo ou Lugo (Nogueira 1990, 70). Finalmente no primeiro quartel do século XI, Braga e a sua região, conseguiram ficar a salvo de novas incursões graças ao empenho de D. Afonso V, Rei das Astúrias, Leão e Castela.

A restauração da cidade e da Diocese de Braga, simbolizada na construção da nova Catedral, desencadeou-se com os filhos de D. Fernando Magno, o conquistador de Coimbra em 1064. Esta vitória terá devolvido a estabilidade a Braga e viabilizado a edificação da Catedral. Seria o Rei Sancho II da Galiza que, depois de prender o seu irmão D. Garcia, com o apoio dos Bispos Vestrario, de Lugo, e Crescónio, de Iria, patrocinou a restauração da Diocese, designando, em Abril de 1071, como Bispo D. Pedro (Costa 2000, 424). Em termos gerais foi este o contexto no qual ocorreu a restauração da Diocese e se lançou o projecto da Catedral de Braga.

#### 1.1.1. O Projecto da Catedral.

De acordo com Manuel Real antes da eleição do Bispo D. Pedro, o culto funcionava em Braga em perfeita normalidade: “a vida religiosa era já praticada numa série de templos em torno da cidade” (1990, 438). Questiona ainda se, em vez de uma simples igreja anterior à Sé de Braga, não haveria já uma “Catedral”, sustentando a sua afirmação no facto de existirem “(...) claros indícios documentais a atestarem não só a existência desse edifício religioso como também do tesouro e arquivo catedralícios e de uma comunidade de fregueses gravitando em torno da «sedis» bracarense” (Real 1990, 439). Este facto ganha mais consistência se atendermos as referências em documentos do tempo do Bispo Odário (876) à “*peble ecclesie et familia Bracalense*”. Esta referência repete-se em documentos dos séculos IX e XI, e muitas vezes em contraposição à « *plebe et familie Sancte Marie Lucensis*”, utilizada noutros registos relacionados com a Sé de Lugo (Real 1990, 439). Só a existência de um templo de dimensões aceitáveis justificaria, pouco depois da nomeação do Bispo D. Pedro, em 1074, a alusão à « *baselica...in civitas hujus Bragarense sedis*», à qual os fiéis acorriam para venerar as relíquias e efectuar as suas dádivas : « *Sancte Ecclesie offerem ubi reliquie deprecaturi convenitur Sancte Marie Virginis*”<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Liber Fidei, Docs- 75 e 135.

As já mencionadas campanhas de trabalhos arqueológicos parecem confirmar a hipótese de um templo de dimensões aceitáveis, anterior ao projecto românico do Bispo D. Pedro. Os vestígios encontrados sob a Capela-mor (mandada edificar por D. Diogo de Sousa) mostram que o Templo pré-românico possuía uma capela exenta de planta rectangular. Esta desenvolvia-se em profundidade, mantendo o mesmo traçado, exterior e interiormente. Destaca-se, aliás, a sua inesperada monumentalidade (Real 1990, 441-442).

Estes factos suscitam a hipótese de ter existido em Braga na Alta Idade Média um Templo de expressiva dimensão, demonstrando que o século X em Braga terá sido um ponto de partida para o desenvolvimento religioso da Diocese, processo que se concretizou no século seguinte com a restauração da mesma. Paralelamente deixa antever rivalidades com Compostela. Recordamos que esta detinha alguns templos às portas de Braga, como o de S. Frutuoso, os quais mais tarde os Prelados Bracarenses tentaram reaver. Aliás, as relações com Compostela degradaram-se progressivamente à medida que a Diocese de Braga se recompõe e estabiliza politicamente a região a Norte do Douro. Os Bispos de Compostela sempre temeram a importância e relevo religioso da Diocese de Braga e, por isso, tudo fizeram para retardar a sua restauração.

Neste contexto entende-se melhor o projecto da Catedral pensado pelo Bispo D. Pedro que pretendia valorizar a existência de factores religiosos expressivos, nomeadamente relíquias susceptíveis de grande culto e devoção. O projecto deste Templo corporizava, também, o espírito de uma região que pretendia afirmar-se como espaço autónomo. Por outro lado, a grande dimensão proposta para o imóvel baseia-se na política da época que tinha por norma edificar os templos de acordo com a importância e quantidade de relíquias que estariam disponíveis para serem colocadas no seu interior (Caillet 1997, 171-191). Justificava-se, pois, o projecto de restauração da Diocese, como meio de reafirmar e reforçar esses valores através de uma nova Catedral.

Aliás a História do românico português passa forçosamente pela análise do que ocorria na região Bracarense, nos finais do XI, tanto no domínio do edificado paroquial, que neste tempo se realizava no contexto da reorganização da Diocese Bracarense, como monástico, bem como no projecto da Catedral de Braga.

Parece, pois, claro que o Bispo D. Pedro no seu programa de reorganização da Diocese de Braga, terá um papel preponderante no desenvolvimento do românico *Bracarense*. Esta hipótese colide com outras que balizam a entrada e desenvolvimento do românico em Portugal em tempos mais tardios. Todavia, segundo Manuel Real “(...) o nascimento do românico na

região de Braga é bastante precoce e coincide com a presença de D. Pedro à frente da Diocese” (1990, 45).

Não admira pois que se chegue à conclusão da existência de um projecto inicial bem mais ambicioso que o concretizado na Sé Primacial de Braga. Segundo Manuel Real “(...) as características deste projecto colocam Braga numa posição de relevo no processo que conduziu à definição do modelo seguido nos mais célebres santuários de peregrinação” (1990, 455). Segundo o mesmo autor “(...) existem diversos elementos que permitem concluir que houve, em Braga, a intenção de criar um importante centro de peregrinação, concorrente de Compostela” (1990, 462). Esta situação ganha mais forma se atendermos ao facto de Braga, no século XI, conservar uma vivência religiosa que permitia o seu desenvolvimento como um grande Centro de Peregrinações. De facto, a existência de inúmeras relíquias facilitaria a edificação de vários altares e, deste modo, justificava-se um projecto de um Templo de grandes dimensões. É possível comparar o primeiro projecto da nova Catedral de Braga ao modelo europeu dos grandes santuários de peregrinação. Esta tese é reforçada pela acção de outros Bispos, os quais tentaram trazer para Braga relíquias de vários Santos. Os exemplos mais conhecidos são os da Vera Cruz e da cabeça de Santiago, por parte de D. Maurício e por ordem de S. Geraldo. Aliás, a necessidade de ter culto a Santiago em Braga levou D. Maurício Burdino, quando era já arcebispo, a trasladar o corpo de S. Tiago Interciso para Braga, visto não haver conseguido trazer a cabeça de Santiago para Braga. No entanto, esse intento foi concretizado pelo Bispo Gelmirez de Compostela. Já no tempo de D. Paio Mendes verificou-se a tentativa de trazer do Algarve as relíquias de S. Vicente. O próprio D. Pedro tentou revitalizar o culto em honra de S. Martinho de Dume.

Uma das comparações mais usuais é com o templo de Sainte-Foy de Conques, em França, conhecido como uma das mais antigas basílicas de peregrinação de toda a Europa (Figs. 28 a 30). As similaridades verificam-se essencialmente ao nível das suas proporções arquitectónicas e no primitivismo das esculturas da fase mais antiga (Real 1990, 471).

O projecto do Bispo D. Pedro jamais se concretizou na íntegra pois os homens de D. Teresa destruíram o templo quando ainda não estava concluído. De facto no documento de Couto assinado por D. Teresa, em 29 de Outubro de 1110, refere-se “os meus maiorinos não temendo o santuário de Deus, entraram armados na Igreja e no claustro e fizeram arruinar a importante Igreja Bracarense” (Real 1990, 178). Este terrível assalto à “Casa de Deus” ocorreu, entre 1109-1110, no quadro da investida contra o arcebispo D. Maurício Burdino, apoiante de D. Urraca na sucessão do Trono e como tal adversário de D. Teresa.



O Monsenhor Augusto Ferreira, afirma que D. Teresa fez a doação do Couto de Braga à Sé Primacial de Braga “(...) em satisfação do atentado cometido pelos maiorinos da referida Infanta na Catedral e seu Claustro, onde entraram de mão armada e destruíram quasi todos os bens da mesma igreja” (1928, 232). Este mesmo autor afirma, ainda, que o documento de doação do Couto de Braga só foi efectivado quando, em 12 de Abril de 1112, D. Maurício o conseguiu do Conde D. Henrique e D. Tereza. (Ferreira 1928, 233).

O Bispo Maurício, natural de Limoges, não foi capaz de terminar as obras da Catedral. A edificação do Templo passou então para as mãos do seu sucessor D. Paio Mendes. Para conseguir este intento obtém, em 1128, o benefício de cunhar moeda tal como Diego Gelmirez em Compostela. Este Arcebispo não continuou porém o ambicioso projecto dos seus antecessores e, em conjunto com o seu arquitecto Nuno Pais, redefiniu um programa bem mais modesto e condizente com o actual. Optou por uma solução modesta de cabeceira, apenas com 5 capelas abertas para o transepto de uma só nave. Com este novo projecto a igreja ficou mais exenta, com 7 tramos. Perdeu assim o seu modelo Basilical de Peregrinação (Real 1990).

Ainda no tempo de D. Paio Mendes foi necessário reconstruir as torres da fachada, por ordem de D. Afonso Henriques e “na sequência do violento terramoto de 1135” (Fontes *et al* 1997/98, 146). Nesta altura a Sé tinha feições de Igreja – fortaleza, com torres ameadas e muros fortes e espessos, como convinha à defesa de um lugar de refúgio, um pouco à imagem das Sés da Guarda, Coimbra e Lisboa. Apesar das obras encetadas por D. Paio Mendes, e pelo seu sucessor D. João de Peculiar, são conhecidos relatos diversos sobre o financiamento das obras da Igreja de Braga, o que permite deduzir que a Catedral ainda não estaria concluída por alturas do exercício eclesiástico deste Prelado. Deste modo, malgrado a acção dos Bispos S. Geraldo, D. Maurício, D. Paio Mendes e D. João de Peculiar, só em finais do século XII foi possível concluir a Sé Catedral de Braga (Fig. 3) que, apesar de concretizada, ficou muito aquém do seu projecto inicial.

## Quadro nº1

### Fases capitais da construção da Sé de Braga entre Séculos X e XIV (fig. 2, 3 e 4).

Ano/ época	Promotor(es)	Acção
905	D. Afonso III e O Bispo Flavino (residente em Lugo)	Reedificação provável da basílica paleo-cristã de Braga, inspirada na planta de Santiago e em honra de Santa Maria e S. Salvador.
1071/1091	D. Pedro	D. Pedro iniciou a construção da catedral e o novo altar-mor foi sagrado em 28 de Agosto de 1089.
1091	Depois de pedir o reconhecimento dos legítimos direitos da sua cátedra metropolitana, com a oposição dos bispos de Compostela Lugo e Toledo e do Rei D. Afonso VI, D. Pedro é excomungado e deposto.	1091 A Construção da Catedral ainda estava pela área da Cabeceira
1100	Por acção de D. Henrique, S. Geraldo, o monge da Ordem de Cluny, é nomeado para arcebispo de Braga.	Período de maior acção das obras na Sé, pretendia-se a edificação de um santuário concorrente com o Compostela.
1096/1108	S. Geraldo	Construção da Capela de S. Geraldo
1128		D. Afonso Henriques concede a carta de confirmação do Couto de Braga à sua Sé, feito ao arcebispo D. Paio Mendes e ainda a concessão do direito e cunhar moeda.
1118/1137	D. Paio Mendes	Reconstrução da Catedral após a destruição promovida pelos homens de D. Teresa.
1135		Terramoto em Braga faz cair as torres da Catedral
1179	D. Afonso Henriques	Deixa em testamento 500 morabitinos para as obras de construção da Catedral.
1212 /1228	Arcebispo D. Estevão Soares da Silva	Reparações na Sacristia e no claustro. Reconstrução da Capela S. Geraldo (em ruínas nesta época)
1326/1348	Arcebispo D. Gonçalo Pereira	Construção da capela tumular, chamada capela da Gloria, a paredes-meias com a de S. Geraldo.
1374/1397	Arcebispo D. Lourenço (capelão da batalha de Aljubarrota)	Manda Construir junto da parede norte da catedral, no local onde estavam sepultados os condes D. Henrique e D. Teresa uma capela (hoje designada de capela dos Reis)

Adaptado de Martinez, Manuela (1990) - Síntese Histórica. In Caderno Informativo - *Braga e a Sua Catedral*. Braga: Cabido da Sé. Pp. 169-179.

Consolidado o Templo no XIV, este, viria a ser alterado, acrescentado e modelado por cada um dos Prelados. Entretanto a cidade desenvolve-se a partir deste ponto nevrálgico, organizando-se à volta da sua Sé. Uma nova cerca foi construída, tendo como centro a Catedral.

Grande parte dos Prelados quiseram deixar a sua “marca” no espaço e na arquitectura monumental e religiosa do imóvel, fazendo deste um “livro” formado por páginas que indiciam o pensamento e o gosto dos homens que ocupavam a cadeira primacial. As sucessivas intervenções transformaram a Sé num “puzzle” difícil de ler o que muito contribui para que o monumento seja um “lugar”, no sentido pleno da palavra e não um local rígido e vazio. Na verdade, apesar do carácter diverso das obras estas obedeciam a um desígnio principal: fazer da Sé Catedral um espaço âncora da cultura Bracarense e, em particular, do “Cristianismo Bracarense”. Dos Prelados que intervieram na Sé Primacial destacam-se, pela relevância das

suas obras: D. João Martins de Soalhães (1313-1325); D. Gonçalo Pereira; D. Jorge da Costa (1488-1501); D. Diogo de Sousa<sup>5</sup> (1505-1532); D. João de Sousa (1696-1703); D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728); D. Gaspar de Bragança (1758-1789) e D. Frei Caetano Brandão (1790-1805). Todos eles, para além de deixarem a sua marca, visaram sempre valorizar o aspecto monumental, patrimonial e religioso da Sé Primaz com o intuito de lhe conferir maior atratividade para o culto.

## 1.2. O Senhorio Eclesiástico e o Urbanismo da cidade de Braga.

O Senhorio de Braga é uma entidade cuja história se confunde com a origem de Portugal. Em 12 de Abril de 1112, os Condes D. Henrique e Teresa fizeram a doação de Braga ao arcebispo D. Maurício Burdino, sendo este acto confirmado, mais tarde, a 27 de Maio de 1128, pelo seu filho e futuro rei, Afonso Henriques. O senhorio de Braga manteve-se na posse dos seus Arcebispos até finais do séc. XVIII, apenas com um intervalo de 70 anos (1402 e 1472). D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga (1758-1789), filho do rei D. João V foi o último senhor de Braga (Bandeira 2000).

As cidades, no contexto medieval, desenvolvem-se em volta de um centro dinamizador que podia ser um Mosteiro, uma Sé ou um Castelo, locais tradicionalmente aglutinadores e difusores de povoamentos sub e peri-urbanos. Recordamos as palavras de Spengler, citado por Goitia (1996, 14-15), que nos diz que “o que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma da cidade”. Com a construção da Sé Primacial de Braga podemos afirmar com alguma segurança que nasceu a “alma” da cidade medieval. Podemos ainda citar os estudos de Park, também referido por Goitia que afirma “a cidade mergulha as suas raízes nos costumes e hábitos dos seus habitantes, que possui tanto uma organização física como moral que se modelam e modificam, uma à outra, através da sua mútua interacção” (1996, 15). Daqui podemos deduzir que a cidade tem por base a cultura local da qual é a expressão. Efectivamente, o desenvolvimento da cidade de Braga, da Idade Média ao século XVIII, está estreitamente relacionado com a vocação eclesiástica da mesma.

---

<sup>5</sup> Nos inícios do século XVI D. Diogo de Sousa encontrou uma cidade de barro e terra, no seu dizer, e tornou-a de pedra. Mas só o fez porque existia já alguma organização social e municipal (Oliveira 2000-2001)

A nova centralidade, em torno da Sé Primacial (Fig. 5), promove um cruzamento entre a parte outrora romana e o novo urbanismo da era medieval<sup>6</sup>. A sudoeste da Sé instalaram-se os ofícios e os mestres, os mercadores, os clérigos e os homens das leis, a criadagem do Paço e até a Judiaria. A esta parte muitos urbanistas chamam o *núcleo duro* de Braga, também conhecida por Bairro das Travessas. A norte da Sé, o eixo definido pela rua Direita, hoje rua do Souto, delimitava uma vasta área desprovida de habitações. Localizavam-se nesse espaço as hortas e quintas do arcebispo (Mantas 1987, 52). Foi nesta direcção que a cidade se expandiu, nos séculos seguintes. Do ponto de vista fundiário registou-se que o Arcebispado e o Cabido repartiam as rendas diocesanas em 1145, cabendo um terço dos bens ao Cabido, os quais incluíam a generalidade dos prédios urbanos.

Parece óbvio e historicamente comprovado o contributo dos homens da Igreja no desenvolvimento do urbanismo da cidade de Braga, quer por acção directa, quer por influência junto da Corôa. Grande parte dos Bispos tiveram influência neste particular através da criação de novos pólos de centralidade, quer pela atribuição e posse de terras, quer pela abertura de novas praças e ruas. Merece ser destacado pela dimensão da sua obra D. Diogo de Sousa<sup>7</sup>, referido na historiografia, não tanto pela sua obra eclesiástica mas, fundamentalmente, pela sua intervenção no urbanismo da cidade<sup>8</sup>.

No reinado de D. Manuel, o tratamento do espaço urbano adquire uma grande importância, especialmente, no que diz respeito à zona circundante dos edifícios públicos, valorizados pela construção de grandes praças onde a simetria e a geometria dominavam. Esta filosofia favoreceu os ideais do arcebispo. Aliás muitos autores afirmam que D. Diogo de Sousa quis fazer de Braga uma “pequena Roma”. Em Roma dominava o espírito renascentista que o bispo conheceu nas suas viagens à capital do mundo cristão. Imbuído dos “ideais” deste movimento artístico e literário empreendeu a modelação da cidade de Braga. Não podendo quebrar as muralhas de pedra que a rodeavam cidade, planificou em volta dela, uma cidade nova, mais ampla, mais iluminada e mais arejada. A este propósito justifica ao rei a sua ausência na Corte, pelo facto de estar a transformar uma aldeia em cidade à custa do seu

---

<sup>6</sup> Segundo Amadeu Alvarenga (1990, 138-139) “Com o crescimento demográfico, ocorrido durante os séculos XI-XIV, a estrutura urbana de Braga foi aumentando, ao mesmo tempo que os muros das muralhas eram reforçados com pedras das redondezas e por muitas horas de trabalho de canteiros da região, pagas, na sua maioria, pelas receitas da aplicação de multas aos infractores às leis vigentes na cidade”. O mesmo autor afirma, contudo, que a guerra e a peste negra, de 1348, fizeram decrescer a população no Couto de Braga.

<sup>7</sup> O Monsenhor Augusto Ferreira designa-o de “Novo reedificador da Cidade de Braga”

<sup>8</sup> Segundo Rui Maurício (2000, 39-40) “A acção de D. Diogo de Sousa passou, em síntese, pela regularização dos eixos viários antigos (v.j Rua do Souto e de Maxíminos), por um lado, e pela estratégia de abertura de novas vias em terras desocupadas (V. J. Rua Nova de Sousa e de S. João - que ligavam a cidade directamente ao espaço peri-urbano e, ainda, a travessa de ligação daquela artéria à porta principal da Sé).

trabalho e fazenda (Bandeira 2000, 61). O seu grande desejo de restaurar e engrandecer a cidade de Braga, levou-o a comprar imóveis, quintas e vinhas para poder abrir e alargar praças e ruas dentro e fora das muralhas, alargando em definitivo a cidade para os arrabaldes. Assim surgiram uma série de novas ruas. Com estas a cidade<sup>9</sup> ganhava em espaço e luz e tornava-se mais enquadrada com a envolvente. Promoveu, ainda, o abastecimento de água à cidade, restaurando e erguendo fontanários, como o do Largo do Paço, Cárcova, Cónega, Granjinhos e o da Senhora-a-Branca, actualmente elementos referência do património da cidade. Para aprofundar a fé cristã ergueu cruzeiros nas novas praças e edificou inúmeros locais de culto para o povo. Mandou construir os novos Paços do Concelho e tomou também conta do hospital de S. Marcos (Ferreira 1931, 375), acrescentando-lhe rendas de outras instituições de beneficência, dotando-o assim de uma maior capacidade de acolher clérigos, peregrinos e viajantes pobres. O hospital era assim uma espécie de albergue, onde se instalavam viajantes e se recebiam doentes. O mesmo bispo<sup>10</sup> mandou erguer uma casa com cozinha, bancos e leitos para acolher romeiros que iam a S. Frutuoso, facto que atesta a vocação peregrina de Braga e, acima de tudo, mostra os cuidados que os Prelados, tinham para com os viajantes.

O empenho urbanístico passou também pelos “arrabaldes”, nomeadamente nas freguesias de S. Vicente, Maximinos e S. Victor, que tiveram um forte impulso expansionista. Foi de tal modo importante a acção deste bispo que em finais do século XVIII a cidade estruturalmente ainda reflectia o desenho implementado por D. Diogo (Bandeira 2000, 62).

Senna Freitas, citado por Bandeira (2000, 62), descrevia a cidade de Braga, em 1789, da seguinte forma “Esta cidade situada (...) dentro dos seus muros, e ainda fóra d’elles, por toda ella quasi um plano, sem subidas nem descidas (...) O aspecto exterior, fora dos seus muros, é semelhante ainda, como fica notado, a uma aranha, por ter pequeno corpo e grandes pernas” Esta estrutura urbana ainda tinha muitas das linhas que D. Diogo e, posteriormente, D. Rodrigo de Moura Teles lhe conferiram o que mostra a preponderância dos homens da Igreja no desenvolvimento urbanístico da urbe. Para Viriato Capela e Ana Ferreira (2002, 120-122) a

---

<sup>9</sup> D. Diogo de Sousa comungava dos ideais da cidade renascentista e da revolução a estes inerentes, revolução esta que não se fez com a intenção de eliminar o que é velho, ou porque o homem se sinta com forças para dar vida a algo que é seu, inteiramente moderado, mas sim porque o velho deve ser superado pelo antigo. Segundo Goitia (1996, 101-102) “O antigo, a antiguidade clássica é, para o homem do renascimento qualquer coisa que não tem idade, porque representa um absoluto, um ideal inacessível e sempre válido”. No entender dos urbanistas da renascença a antiguidade clássica representava a “luz”. Contudo a cidade do renascimento continuou a ser a cidade medieval com pequenas modificações superficiais que são consequência, precisamente, do requinte artístico imposto por algumas elites, na qual indubitavelmente temos que incluir o clero.

<sup>10</sup> Com o espírito empreendedor e insaciável de D. Diogo de Sousa a cidade adquiriu um novo rosto, em contraste com a pobreza e ticanhez da velha urbe medieval. Segundo Amadeu Alvarenga (1990, 140-141) a obra urbanística deste arcebispo foi, sem dúvida, de grande relevância, quer pelo número de empreendimentos realizados, quer pelo processo de construção sistemático que utilizou para a transformar numa “grande” cidade.

renovação urbana da cidade e o florescimento artístico que acontece no século XVIII teve o seu suporte político e social na expressão do poder do seu senhorio, eclesiástico e temporal. Paralelamente, também os nobres, os letrados e os comerciantes muito contribuíram para esta situação. Se as obras das instituições da Igreja eram prioritárias, as preocupações de “sentido público” mereceram sempre o patrocínio dos arcebispos do século XVIII (Capela e Ferreira 2000, 122).

Nos finais do século XVIII<sup>11</sup> e início do século XIX, altura em que por motivos funcionais e económicos muitas das características da cidade medieval se tornam um “estorvo” para a circulação de pessoas e bens, a influência urbanística dos homens da Sé Primacial reduz-se. Paralelamente, a Lei de extinção das Donatárias de 19 de Julho de 1790, no reinado de D. Maria I, e mais incisivamente o resultado das lutas liberais, já no século XIX, proporcionou à sociedade portuguesa e bracarense a possibilidade de se libertarem das “amarras” medievais.

A lei de 1790, de inspiração Pombalina, desferiu um importante golpe nas últimas estruturas feudais. Ora sendo Braga um senhorio eclesiástico, que usufruía de condicionalismos ímpares, esta lei poderia alterar as estruturas políticas e sociais do Arcebispado. Todavia pouco afectou o Feudo Primaz das Hespanhas, sendo motivos de natureza económica e demográfica, os mais importantes para a compreensão da perda de influência no urbanismo da cidade. O facto do Marquês do Pombal não interferir neste feudo mostra a força que a Igreja Bracarense tinha na altura. Esta circunstância fez com que muitos historiadores apelidassem a Igreja, especialmente a de Braga, como “um Estado dentro do Estado”. Refira-se que, desde o século XII, a Igreja recebia “o Dízimo de Deus” que não era mais que uma décima parte dos rendimentos régios. Um outro dado a citar para a compreensão desta realidade, no contexto do século XVIII, em contraponto com o espiritualismo dos finais dos séculos XV e XVI, são os ventos do racionalismo e das luzes que proliferavam pelas camadas mais eruditas da sociedade portuguesa e bracarense, de então e que influenciavam as esferas de poder e as escolas.

No século XIX, especialmente com D. Frei Caetano Brandão, o senhorio ganha uma função marcadamente social e de assistência, em virtude da nova ordem económica e social, relacionável, apesar da distância temporal, com a acção de D. Frei Bartolomeu dos Mártires no século XVI (Capela e Ferreira 2002, 124).

As páginas anteriores ilustram de forma breve e, forçosamente, incompleta a relevância dos seus homens mais influentes.

---

<sup>11</sup> Vide a este propósito a descrição da cidade Barroca in GOITIA, Fernando Chueca (1996) – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 127-174

### 1.3. A Religião, a Economia e o Território.

Para perceber a importância que a Diocese de Braga teve, em termos territoriais e religiosos, devemos recuar ao domínio romano na Península Ibérica em cujo âmbito Bracara Augusta se destaca como “cabeça” de uma vasta região. O urbanismo implementado pelos romanos, ao qual associaram uma excelente rede de vias de comunicação fez deste espaço um local importante e geo-estratégico. A urbe bracarense localiza-se no centro de uma terra fértil e produtiva que permite uma agricultura farta e diversa. Situa-se, por outro lado, perto do mar e junto aos rios Cávado e Este, o primeiro dos quais era navegável até Areias de Vilar.

Terão sido estes atributos que despontaram o interesse de inúmeros evangelizadores cristãos, que “pregavam” a “boa nova”, a fixar-se na zona de Braga, uma vez que existiam excelentes vias de comunicação e uma proximidade razoável ao mar.

Só com S. Martinho de Dume, nos finais do Século VI, se estabiliza a estrutura eclesiástica e se assume a religião cristã em pleno. Esta estrutura cimentou-se de tal forma junto da sociedade que resistiu às inúmeras incursões árabes. A este propósito Pierre David afirma “a vida pode ser profundamente perturbada, quer pelas invasões, razias ou algaradas dos muçulmanos, quer pela política defensiva dos Reis das Astúrias. Puderam desaparecer entre o Tejo e o Minho os quadros administrativos e militares, rarefez-se a população e muitas terras ficaram incultas. Permaneceu, todavia, na terra um elemento de continuidade, conservador das antigas tradições (...) este elemento manteve-se em redor dos antigos centros paróquias, igrejas ou mosteiros, embora caídos em ruínas” (1947, 47-159). Terá sido este “laço” cristão que uniu o espírito de resistência.

Com a restauração da Diocese, já evocada, estabeleceu-se uma área consolidada que apoiou o propósito de tornar o Condado Portucalense autónomo. A influência do Bispo na reorganização da Diocese contribui para reforçar esta pretensão.

Efectivamente, muitos factores contribuíram para o projecto de um novo reino e para que o Conde Henrique assumisse um propósito de autonomia. Porventura um dos mais fortes terá sido a dinâmica religiosa da Diocese de Braga. A concordância de pontos e interesses entre o Bispado e o Conde Henrique foi sem dúvida, fundamental para que a independência se concretizasse. Enquanto o Conde pretendia ampliar o seu domínio a fim de alcançar a independência, a Diocese tentava, a todo o custo, emancipar-se da Sé de Toledo, de forma a

readquirir os antigos direitos. Estas duas vontades cruzam-se com o facto da Diocese de Coimbra estar sujeita à de Braga, aspecto que muito contribuiu para a realidade emergente – a autonomia do Condado Portucalense.

Ao longo dos tempos, a Sé manteve esta preponderância e interveio sempre que a autonomia esteve em perigo. Nestas situações os homens da cadeira primacial de Braga fizeram valer os seus argumentos e não hesitaram em enveredar pelo caminho militar. Aliás, D. João de Peculiar, arcebispo de Braga, teve um papel crucial no reconhecimento de D. Afonso Henriques como Rei junto do Papa. O mesmo arcebispo interveio nas Cruzadas na guerra contra o Islão. Outros Prelados levantaram armas, ao lado da Corôa, em prol do Reino de Portugal: o arcebispo D. Paio Mendes (1118-1137) que terá tido grande influência na rebelião do ainda jovem D. Afonso Henriques contra a sua mãe, D. Teresa; o arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) avô de D. Nuno Álvares Pereira e que combateu, ao lado do rei D. Afonso IV, na batalha do Salado; D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga (1374-1397), cujo corpo incorrupto se pode observar na Capela dos Reis, foi um grande apoiante de D. João, Mestre de Avis, tendo defendido a sua causa nas cortes de Coimbra de 1385 e combatido ao seu lado na batalha de Aljubarrota; D. Frei Bartolomeu dos Mártires destacou-se, no tempo dos Filipes de Espanha, na defesa intransigente do seu povo; D. José da Costa Torres incentivando as populações a expulsar os franceses de Junot em 1808.

Efectivamente, a dimensão temporal da Sé de Braga, confere-lhe um papel único no contexto nacional, quer do ponto de vista eclesiástico, quer do ponto de vista histórico. Nos anais da sua longa história estão plasmados os múltiplos “estudos” que fizeram a cidade que hoje conhecemos. É uma “*espécie de cápsula*” do tempo onde se pode ler a acção da influência dos muitos homens que, directa ou indirectamente, estiveram ligados ao crescimento e acção desta Sé no vasto território que, ao longo dos tempos, tutelou.

Por tudo isto, e para além dos aspectos patrimoniais, a Sé de Braga é, também, um espaço que encerra em si a alma de uma região tradicionalmente religiosa e o peso da história de uma área onde se escreveram páginas importantes da enciclopédia da história de Portugal.

Nos primórdios as obras de homens como S. Martinho de Dume e S. Frutuoso marcaram, decisivamente, este povo. A obra do Bispo D. Pedro, na organização da Arquidiocese, influenciou para sempre a definição de paróquias nesta área, caracterizada pela existência de um elevado numero deste tipo de aglomerações. Bispos como S. Geraldo, D. Paio Mendes e D. João de Peculiar foram “alicerces” da expansão territorial em estreita colaboração com a Corôa. No campo mais religioso, Frei Bartolomeu dos Mártires e Frei Caetano Brandão



modelaram o espírito dos Bracarenses com as suas obras apostólicas e com a sua dedicação aos pobres, ficando assim no imaginário popular como exemplos de santidade. Bispos como D. Diogo de Sousa, D. Rodrigo de Moura Telles e D. Gaspar de Bragança marcaram o urbanismo e a arquitectura da própria cidade através das suas obras. Os “Bispos da Corôa” como: D. Fernando da Guerra, o Cardeal-Rei D. Henrique, D. José e D. Gaspar de Bragança contribuíram muito para uma maior aproximação desta Arquidiocese à Corôa.

Em síntese, as marcas mais fortes desta relação da Sé/Religião<sup>12</sup> com o Povo/Território evidenciam-se fundamentalmente:

- a) Na elevada densidade de paróquias, fruto da reorganização da Diocese promovida pelo Bispo D. Pedro durante a sua passagem pela Cadeira da Diocese;
- b) No vasto património religioso e sacro, elucidativo do intenso poderio que a Igreja sempre teve nesta área. Património constituído por inúmeros Mosteiros, Conventos, Igrejas, Capelas e Ermidas. Esta realidade reporta-se já ao tempo de S. Martinho de Dume, que segundo o Monsenhor Augusto Ferreira “(...) levantará igrejas e fundará mosteiros (...) o primeiro e aquelle de que ficou particular memória foi o de Dume, nos arredores de Braga” (1928, 53); S. Frutuoso e ao Bispo D. Pedro que encetou também um processo de organização administrativa, paroquial e económica de toda a Diocese que muito contribuiu para a ligação das paróquias à Sé Catedral. Ainda hoje o “Censual de D. Pedro” é uma referência histórica para averiguar a antiguidade das paróquias desta região ou mesmo para encontrar linhas de investigação histórica destas aglomerações. Uma série de outros Prelados continuaram esta obra de sagração e edificação de espaços religiosos nos locais sob a tutela da Diocese de Braga. Esta é uma das justificações para o facto de esta região possuir inúmeros espaços religiosos para culto nos mais diversos locais e em honra dos mais variados santos e beatos. A época Barroca, periodo de grande pujança económica, fica assinalada pela intensa decoração promovida no interior

---

<sup>12</sup> A religião na região Minhota assenta muito nos cultos locais. É uma mística de séculos que “obriga” o povo a construir capelas, mosteiros, santuários e ermidas, dedicados a imagens milagreiras, corpos ininterruptos, aparições sobrenaturais, cruces, oratórios e alminhas que estão no imaginário e, que o minhoto entronizou em altares e lhes deu a bênção da canonização popular. Os cultos locais têm esta função marcante na vida do minhoto, ultrapassando mesmo a visão durkheimiana que os define mais como formas de manifestação e, portanto, meio de reprodução do espírito de comunidade. Dando-lhes um valor real, assumindo-os como se de um verdadeiro acto de posse se tratasse, “obrigando-se” de uma prática, à obtenção e à graça dos “milagres”, o minhoto protege-se na “casa”, na “família”, no “lugar” do mal de inveja, do mau-olhado, das coisas ruins e das almas penadas, seja erguendo cruces e alminhas nas encruzilhadas dos caminhos, caíndo as casas e os muros, afugentando bruxas e demónios, etc. Mas a cultura religiosa destas gentes leva-os mais longe, ao ponto de sacralizar espaços e o território dos seus cultos. É este o contexto religioso que tem que ser gerido quando se fala em gestão religiosa. Curiosamente a Sé de Braga foi uma alavanca da forja desta “alma” e cultura popular enraizada na religião.

dos espaços religiosos, com a talha dourada, estatuária e com a azulejaria, aspectos que marcaram o património sacro desta região. Para além da corrente designada de românico “Bracarense” que terá sido introduzida pelo Bispo D. Pedro, os Homens da Sé Primacial foram sempre veículos importantes para a introdução de novos estilos e novas correntes artísticas nesta região. A existência de inúmeros espaços religiosos é já bem presente no tempo de D. Fernando de Guerra que, em 1417, quando entrou na cidade, se deparou com um clero desmoralizado e com a Igreja empobrecida, fruto das guerras que então se desenrolavam. Para fazer face a esta situação penosa reduziu o número de Conventos e o Clero da Catedral de forma a aliviar as contas eclesiásticas. Para o efeito pede ao Papa, Martinho V, autorização para poder converter em igrejas seculares muitos mosteiros religiosos (Ferreira 1931, 252). Aliás este Bispo, apelidado como o Bispo Itinerante, é um dos melhores exemplos da acção que os Bispos tinham na difusão da importância da Diocese na área que estava sobre a sua tutela<sup>13</sup>. Em 1465, cria na Sé um Arceidiácono cuja “cabeça” se localizava em Fonte Arcada (Ferreira 1931, 290). Bem mais, tarde no século XVIII, também o Bispo D. José de Bragança, filho do Rei D. Pedro II, ficou conhecido pelas suas inúmeras visitas à Diocese (Ferreira 1932, 311-312). No que toca à introdução de novos ideais artísticos na cidade e no património religioso não se pode deixar de referenciar – O D. Diogo de Sousa. Este “refundou” a cidade e aproveitou os ventos de “abastância” vividos naquele tempo para a enobrecer. Um homem vivido e viajado que trouxe para Braga as “luzes e ideias do *renascimento*” (Ferreira 1931, 385). Na Catedral, D. Diogo de Sousa, restaurou as capelas de S. Geraldo e de S. Lourenço Vicente, as torres, as paredes exteriores e as da sacristia. Construiu a Capela do Senhor Jesus da Misericórdia e a magnífica capela – mor (Ferreira 1931, 381). Mas, D. Diogo não foi só um promotor de obras e, na sua igreja, empenhou-se em instruir o clero e fundar um grande colégio. Em 1531, fundou o colégio de S. Paulo, sendo o ensino grátis para todos os bracarenses. A Obra deste Bispo só encontra paralelo em D. Rodrigo de Moura Telles, um dos grandes responsáveis pela “feição” barroca de grande parte dos monumentos e imóveis da cidade, que com a sua generosidade tanto contribuiu para o restauro e edificação de muitos deles. Mas, por toda a Diocese, existem imóveis de feições barrocas que foram mandados edificar ou restaurar por este, como é exemplo o convento das freiras em Barcelos, hoje igreja do Terço (Ferreira 1982, 43-45).

---

<sup>13</sup> D. Fernando de Guerra estava quase sempre em viagem pelas terras da sua Diocese, ora em missões pastorais, ora em missões reais e de povoamento. Todavia, o Bispo tinha uma predilecção, muito especial, por Trás-os-Montes, conforme afirma o Padre José Marques (1997, 32) “Até 1441, é particularmente notória a frequência com que D. Fernando da Guerra se desloca e demora na Região de Trás-os-Montes (...)”

Também o irmão do Rei D. José I, D. Gaspar de Bragança, tomou posse como arcebispo, em 25 de Julho de 1758, fica ligado a inúmeras obras<sup>14</sup>, sendo a Igreja do Bom Jesus, da qual foi seu benfeitor, a pérola da sua “Corôa”. Este mandou, ainda, edificar a casa do Cabido e ficou ligado à benfeitoria de muitas igrejas como a de Maximínos, o Convento de Santa Clara e à própria Sé, entre muitas outras. Estes são apenas alguns exemplos da acção dos Bispos da Sé Catedral na difusão do património religioso e sacro em toda a área da Diocese de Braga. É este o contexto que nos permite avaliar a realidade religiosa de uma cidade e de uma região sustentada na sua cultura religiosa, conforme anota Joseph Ballart “há sempre um valor do passado que expressa a importância que atribuímos ao presente” (1997, 44).

- c) No património etnográfico e nas festividades religiosas;
- d) No imaginário religioso e fantástico muito rico. De referir, neste particular, que a Igreja em pleno século XVIII, gozou de isenção em relação ao Direito comum no Reino e de autonomia jurisdicional no que respeita à sua disciplina interna, bem como de reconhecidas prerrogativas jurisdicionais exigidas pelo múnus sobrenatural (Hespanha 1986, 150). Ou seja, a Igreja tinha poderes de regulamentação em questões que importavam simultaneamente ao foro temporal e espiritual e, por isso, o imaginário popular está repleto de estórias sobre casos de blasfémia, sacrilégios, usura e comportamentos sexuais. Estes factores em virtude da rigidez eclesiástica, formaram na sociedade verdadeiros dogmas relativamente a situações da vida comum como o casamento, a sexualidade, as crenças e as superstições.
- e) No grande fervor religioso observável nos Distritos de Braga e Viana do Castelo;
- f) Nos usos e costumes muito conservadores e de base cristã, fruto da disciplina religiosa imposta pela Igreja que nesta região sempre foi uma entidade com grande peso social. Só muito recentemente, há cerca de duas décadas, esta influência tem decrescido fruto do desenvolvimento de novas actividades económicas e da perda da importância da instituição “família”. Contudo, ainda hoje, a região de Braga é uma referência, a este nível, em termos europeus. O abandono da agricultura promoveu também este decréscimo de influência, uma vez que a sociedade rural é na sua estrutura mais conservadora.

---

<sup>14</sup> Este bispo participou directamente em inúmeras obras e contribuiu com donativos para muitas outras. Na Sé de Braga, para além das citadas no texto, reconstruiu o Órgão da Sé, mandou fazer 4 altares, mandou pintar e dourar os cadeirais da Capela-mor e do Coro, estucar e azulejar o espaço da igreja. Para além deste imóvel destaca-se o Paço Episcopal, inúmeras casas conventuais, a Capela de S. Sebastião das Carvalhas, a Igreja de S. Vicente, a Capela de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Guadalupe; a Igreja dos Terceiros, entre muitas outras doações que fez em Braga e na Diocese.

g) Na grande comunidade eclesiástica<sup>15</sup>. Segundo José Viriato Capela e Ana da Cunha Ferreira (2000, 169) no século XVIII “A Diocese de Braga é geralmente apontada como o território de mais elevada densidade de eclesiásticos”. No princípio do século XVIII existiam, só na cidade de Braga, cerca de 300 elementos do Clero Secular (Capela e Ferreira 2000, 170). Esta realidade estava enraizada na comunidade de tal modo que a tradição de ter um “filho padre” era uma pretensão secular e prendia-se com o facto de as famílias ambicionarem colocar pelo menos um elemento na comunidade eclesiástica, pois esta constituía o braço direito do Reino. A sumptuosidade da Igreja reflecte-se nas famílias pobres onde o anseio de colocar um familiar no seio desta comunidade era comum, embora tal fosse muito difícil. Aliás, o baixo clero estava disperso pelas comunidades rurais e com poucos recursos financeiros. A Igreja, no século XVIII, sustentava-se sobretudo dos proventos originários dos seus vastos domínios rurais. Contudo vivia maioritariamente nas cidades e seus arredores (Bandeira 2000, 78). São frequentes, neste período, as petições dos paroquianos junto dos Bispos queixando-se do absentismo dos párocos. No entanto a função da Igreja era globalmente aceite pelo povo “desde o mais modesto camponês ao mais orgulhoso fidalgo, todos queriam que os seus filhos envergassem uma dignidade eclesiástica regular ou secular” (Bernardino 1986, 47).

Estes factores, embora referidos superficialmente, ilustram a forma como a Igreja condicionou o espírito, as tradições, o imaginário e a etnografia de um povo.

No âmbito do património não podemos deixar de referir que a intensa produção artística, relacionando-a com os locais de culto, de que é exemplo a Sé de Braga, não foi só realizada por iniciativa da Igreja, mas sim devido à encomenda de fiéis, inspiração dos próprios artistas e donativos de colecionadores, facto que se enquadra perfeitamente com os parâmetros ideológicos supra mencionados.

É no quadro dos fenómenos culturais que a religiosidade pode ser entendida. Assim, o “ícone” Sé de Braga sintetiza os traços da identidade de um povo. Em razão deste facto, é também um sistema de resistência à mudança, já que identidade religiosa implica a ideia de permanência (Lages 2000, 379). Sendo a religiosidade popular constituída de percepções, ideias

---

<sup>15</sup> Também D. José de Bragança, na sua relação *ad Liminia* de 1747 refere-se expressivamente ao excessivo número de eclesiásticos da sua Diocese, e considera-o um problema para o governo da Diocese” (Soares 1998/99, 158). Todavia este excesso era principalmente sentido junto da Mitra e da região de Braga uma vez que “em algumas paróquias e paragens mais longínquas e pobres da Diocese não haver presença de eclesiásticos e se sentir a falta de apoio e serviços religioso” (Capela 1990, 422 e ss).

e símbolos que resistem ao trabalho de transformação do tempo, especialmente nos dias de hoje, o entendimento desse legado está continuamente em redefinição.

A religiosidade concretiza o conceito original de “*local sagrado*”, o que permanece para além das mudanças. E, se na imagem da Sé e dos seus Prelados transparece esta noção de “*local sagrado*”, é importante que esta seja hoje não só um espaço que transmite essa vivência aos que a visitam mas também uma referência e um elo de ligação das comunidades Minhotas. Esta é, actualmente uma referência na religiosidade popular. Afinal “(...) *dizer* Braga é sempre (...), falar da acção desenvolvida pela sua Sé – fulcro, motor e alma dos valores espirituais que deram perenidade e individualizaram Portugal na História do mundo” (Barata 1990, 14).

#### 1.4. Elementos materiais de religiosidade no território de influência da Sé.

Retomando o fio condutor do período pós restauração da Diocese de Braga, verifica-se que os homens da Cadeira Primacial de Braga sempre assentaram a sua política na consolidação do espírito religioso na área sob a sua tutela. Contudo, esta acção evangelizadora cimentava-se em símbolos e marcas físicas que serviam de referências ao culto da fé Cristã. Importa, no entanto, referir que esta política não é atribuível somente a D. Pedro e aos Bispos que se lhe seguiram, uma vez que, anteriormente nos séculos VI e VII, já S. Martinho de Dume e S. Frutuoso, respectivamente, tinham fundado mosteiros, igrejas e ermidas que funcionaram como pólos de difusão da Fé Cristã. S. Martinho de Dume publica aliás, uma obra relacionada com a simbologia religiosa dos cruzeiros, cruzes, igrejas e dos monumentos religiosos em geral.

A própria reorganização da Diocese, por parte de D. Pedro, potencia o aparecimento de locais de referência religiosa para além das igrejas, sejam eles capelas, ermidas, cruzeiros, alminhas ou estátuas. Pode dizer-se que estes símbolos são por um lado uma arte expressiva da fé do povo e, por outro, sinais do poder da Igreja.

Os símbolos, poderá dizer-se, constituem um atributo constante do imaginário<sup>16</sup> cristão. A imagem é, fundamentalmente, um símbolo que evoca e sugere de forma sensível mistérios integrados sacramentalmente na liturgia, como seja: Filho, Pai, Espírito Santo e a Morte e

---

<sup>16</sup> A expressão artística deste sagrado denomina-se de arte do sagrado ou arte sacra. Todavia, esta manifestação não se fica pela arte sacra que, indubitavelmente, tem o seu contexto na sua função litúrgica e alarga-se à arte religiosa que tem um âmbito mais amplo e engloba tudo o que se inspira nas crenças de uma religião, mesmo quando não orientadas para a celebração litúrgica. Por isso esta alicerça a sua mensagem na devoção.

Ressurreição de Cristo. Segundo António Lino “O símbolo<sup>17</sup> é a palavra que indica um tema abstracto de aparência real numa concepção de harmonizar o místico ao surreal. O Símbolo aparece logo no princípio do cristianismo, na época paleo - cristã, nos primeiros séculos até ao século V, como uma riqueza e expressão antes não conseguida na arte, onde até a figura humana tinha significado simbólico” (1990, 214). Efectivamente, com o desenvolvimento do cristianismo, as manifestações artísticas e iconográficas assumem um novo carácter, orientado para a expressão da Perfeição de Deus Criador do Universo e abrindo caminho a uma arte sacra cristã, enquanto meio transmissor do discurso da Igreja.

E, se a arte românica, nomeadamente o românico Bracarense, pode ser o reflexo da rigidez dos processos artísticos da época resultante da perplexibilidade dos materiais utilizados, como o granito, o que dificultava que os símbolos a construir fossem magníficos. A Igreja conseguiu, todavia, através das igrejas e mosteiros, fazer passar a mensagem de que estes lugares, mais que locais de respeito e recolhimento em prol da entidade divina, eram locais onde existia a protecção celestial e divina, ideal este corporizado na máxima que a “Casa de deus “não pode ser atacada, num claro aproveitamento do clima bélico que então se vivia (Baggio 1990, 58). Os frescos foram também, durante um largo período da história, uma forma de levar a “palavra” de Deus para os homens com a representação de passagens do evangelho nos locais sagrados como as igrejas, mosteiros, conventos, capelas e outros. Actualmente estão a ser descobertos belíssimos frescos em diversas capelas românicas do Norte de Portugal.

A Idade Média não é só a “noite negra”, mas sim a “luz” que abarca infinitos. No românico e no gótico, os chamados Cristos Feios, de que é padrão o conhecido Cristo de Pretinho e as Virgens Negras, segundo António Lino (1990, 221) não são mais que a prevalência duma beleza superior à física, a beleza espiritual. Todavia é na época medieval que a arte cristã começa a desenvolver-se em definitivo. Esta arte cristã, fundada na Lei de Deus, tem como objectivo a glorificação Divina e a salvação das Almas. A criação da beleza por intermédio da arte visa o espiritual, pois é mais importante servir a teologia, a religião, a ética e moral cristã, do que qualquer outro princípio mundano.

---

<sup>17</sup> Segundo António Lino (1990, 215-217) “cada forma de actividade Humana na arte é a força espiritual” nesse sentido em seguida recitamos alguns dos símbolos mais comuns nas composições: Anho-Cordeiro representa Jesus Cristo, Vitima e Redentor, o Sacrifício e a Ressurreição; Doze Cordeiros, os Apóstolos. Nimbado em cruz simboliza a crucificação; Alfa e Omega representam a primeira e a última letra do alfabeto grego, ou seja o princípio e o fim; A Arvore nasce no paraíso, da sua madeira se faz a cruz. É a arvore como diz a tradição minhota, que nos dá os seus frutos, a lenha para arder na lareira, a madeira para o altar e a mesa do lar, as tábuas para o caixão. Como árvore da vida, é Cristo e árvore do Bem e do Mal, com Adão nu, o Paraíso, a eterna felicidade. A Palma – é o símbolo da vitória espiritual atributos dos mártires. A Vinha representa de Cristo, quando diz no Evangelho que ele é o Vinho e os Apóstolos as Varas, a imagem do Paraíso e símbolo Eucarístico. Ainda Segundo António Lino (1990, 216-217) a Arquitectura e as suas formas simbolizam a Liturgia; Os mosaicos e os Azulejos o mundo irreal e celeste e os vitrais o meio mais utilizado para transmitir o pensamento cristão na idade média.

A arte gótica, por sua vez, elevou este significante a um nível quase incedível. Os símbolos que proliferam, ainda hoje, pelas paróquias e cidades da Diocese de Braga, afirmam a dimensão espiritual, corporal e comunitária do homem e revalorizam a transcendência de Deus, dos Santos e da Virgem, dos quais o homem depende. A Igreja explorou sempre, de forma integrada e casuística, a simbologia das imagens e das formas, fosse em que arte fosse, através dos gestos, das cores, dos atributos nos quais se fecham histórias de heroicidade e de martírios, formas de glória e certezas de santificação. As imagens e as formas divinas certificam a promessa de uma bem-aventurança sob a forma de evangelho realizado. A composição é a força unitária, que sintetiza a técnica e a sua expressão, ligando os valores das formas e do conteúdo, abstrações e irrealidade, reflexões históricas. (Lino 1990). Pode mesmo afirmar-se que a arte cristã visa educar e orientar para a perfeição espiritual da pessoa humana, propondo-se através da beleza das formas para expressar e mostrar Deus aos homens.

Os símbolos que a Igreja espalhou pelo território, fosse por sua iniciativa ou por iniciativa das paróquias, tinham como função promover o respeito dos Crentes e lembrar aos mesmos a sua “pequenez” perante o universo celestial que a Igreja representava. É, ainda hoje, comum as pessoas benzerem-se, em frente a Cruzeiros, Alminhas, Capelas e Imagens em sinal de temor e de devoção. Por outro lado é, também, muito usual existir cruzeiros em cruzamentos de vias de comunicação (vulgo caminhos cruzados que fizessem quatro, como dizia o povo), uma vez que se acreditou durante séculos que estes locais eram usados para feitiçarias ou para deitar defumadouros. Com a colocação destes símbolos e de outros o povo perdia o “medo” destes locais, uma vez que as estruturas religiosas representavam a presença “divina” e afastavam “os agoiros”. Este tipo de símbolos aparece também, junto dos adros das Igrejas com o intuito de delimitar o espaço sagrado ou mesmo junto a cemitérios para sacralizar o terreno.

O conjunto destes símbolos, ou se quisermos referências patrimoniais e religiosas, é muito numeroso (vários milhares) na maioria dos concelhos da Arquidiocese de Braga. A Igreja atribuiu-lhe uma linguagem, a da evidência e da verdade colocada diante dos olhares dos Crentes. Estes apesar de significarem a protecção divina, lembram também a temporalidade finita dos humanos e a existência de uma Entidade superior. Aliás muitos destes símbolos, nomeadamente as alminhas tem referências a passagens da Bíblia.

O renascimento rompeu com a magia da arte cristã medieval promovendo fracturas entre arte e as temáticas religiosas, em virtude do humanismo prevalecente.

Na época barroca<sup>18</sup>, período de grande fulgor económico do Estado e da Igreja, esta última instituição encontra nesta nova corrente artística uma forma de criar mecanismos de resposta às grandes questões que os movimentos reformistas de tipo protestante suscitavam. Assim, ao nível dos símbolos e da própria filosofia patrimonial dos espaços religiosos, o novo estilo recorre à exuberância de formas, visíveis na arquitectura, na pintura e na escultura, nomeadamente na imaginária religiosa, em muitas outras artes e na pompa litúrgica. Pode mesmo dizer-se que foi o recuperar da arte cristã no pós-renascimento. Esta promove o impacto visual e o encantamento dos fiéis. São desta época as “alminhas”, colocadas ao longo de vias de comunicação importantes, com estruturas assinaláveis do ponto de vista da arquitectura, pintura e até escultura. O mesmo se passa com as Capelas<sup>19</sup> de grandes dimensões e muitas vezes desprovidas da correlação e correspondência entre estrutura/culto. Este facto justifica-se pela abundância de recursos económicos e ainda pela vontade de cativar os Crentes. Só desta forma se justifica o aparecimento de capelas de grandes dimensões em locais sem a correspondente densidade populacional. Nesta altura a Igreja deu aval e/ou patrocinou a construção de muitas ermidas em locais “ermos”, montes e serras, em prol dos princípios atrás referenciados e visando credibilizar algumas “visões” do povo, nomeadamente relativas a “Nossa Senhora”. Radica-se nesta tradição o intenso culto mariano em grande parte dos concelhos do Distrito de Braga e Viana do Castelo.

Com este conjunto de símbolos e de referências religiosas, que atravessaram o curso da história, a Igreja tentou, ao longo dos séculos, impor a sua influência no sentido de forjar um espírito religioso relacionado com a doutrina Cristã, e como forma de dominação sobre o povo e a sociedade. Naturalmente que as características destes símbolos têm a ver com os recursos existentes em cada momento e são por isso reflexos conjunturais. Fundamentalmente possuem um significado ilustrador de fé, de vida, de heroicidade ou santidade. Atestam a possibilidade humana de santidade ou constituem um testemunho em que a “fé” e a “doutrina cristã” são um modelo real de vida.

---

<sup>18</sup> A Igreja de Setecentos era omnipresente, nada escapava a sua influência. A este propósito Bandeira (2000, 76), afirma “desde as franjas mais ignorantes do campesinato, na qual exercia uma influência quase mágica, até ao domínio exclusivo do ensino, como aconteceu em Portugal com os Jesuítas até à sua expulsão, a Igreja constituía a principal matriz moderadora das mentalidades das sociedades da península ibérica na época”

<sup>19</sup> Segundo Viriato Capela e Ana Cunha Ferreira (2000, 174-175) as Memórias Paroquiais de 1758 revelam que as 6 paroquiais urbanas de Braga sem contar a Sé tinham 23 capelas autónomas e mais 12 igrejas ou capelas de comunidade e 4 igrejas. Relativamente às paróquias rurais do termo do concelho em onze não existem capelas, enquanto nas restantes vinte e três contabilizam 66 capelas, o que dá uma média de 2,9 capelas por paróquia/igreja matriz. Segundo a mesma fonte algumas freguesias ultrapassavam estes valores como é o caso de Tenões com 15 (13 são do Bom Jesus); Adaúfe e Dume com 6. Com 4 aparecem ainda Esporões e St<sup>a</sup> Lucrecia e com 3 Sequeira e Tebosa.



Ao difundir e potenciar o aparecimento destes símbolos a Igreja tentava substituir a palavra escrita e construir formas de culto sensíveis, populares, sem grandes exigências discursivas ou teológicas, associando-lhe o vigor e a celestialidade das entidades divinas. Este procedimento é revelador do facto de a Igreja ter consciência do analfabetismo existente até ao século XIX. Aliás nas comunidades rurais do Distrito de Braga, nomeadamente nos concelhos interiores, a instituição Igreja e a figura do sacerdote local continuaram a ser os núcleos centrais da vivência popular. A Igreja era uma instituição intocável e geradora de grande respeito, enquanto o “senhor Doutor” era a pessoa mais importante da paróquia, ao qual todos recorriam em caso de problemas e ao qual todos pediam a “bênção”, pois este era efectivamente visto como um representante de Deus e do Poder. Esta realidade, que perdurou até aos anos 50/60, foi no século XX muito favorecida pelo regime político do Estado Novo. Aliás, algumas pessoas contactadas no âmbito deste trabalho nascidas entre 1910 e 1920, costumam dizer “*só nos ensinaram a trabalhar e a rezar*”. Esta afirmação é elucidativa do poder da Igreja no seio da sociedade. Aliás, é no século XX que a Igreja aposta novamente nos frescos, mosaicos, vitrais, tapeçarias e outros meios como símbolos da magnificência espiritual, recuperando as formas e ideais perdidos nos tempos neoclássicos e românticos.

Estes símbolos constituíam também uma forma de resolver o problema da Igreja: a conciliação entre a presença e a ausência de Deus. Porque como diz o povo “*a deus nunca ninguém o viu*”. Estes símbolos, com especial ênfase para a imagem e a estatuária, são fundamentais para que a Igreja consiga passar para o Crente uma certa materialização da presença, da proximidade, do olhar e da ligação entre os mundos, ao mesmo tempo que promovem a identificação das pessoas com os espaços religiosos, como a “Casa de Deus”. Suscitam também o fascínio pelo mistério e pela meta de alcançar “o paraíso”. Podemos mesmo afirmar que estes símbolos configuram o culto como algo presente, físico, percebido e vivido pelo Crente. Chegou-se a equacionar, no século XVIII, a possibilidade de colocar elementos naturais nas imagens, como vestuário, cabelos e unhas. Ainda hoje, especialmente nas procissões dos Passos, muito comuns nas paróquias da Diocese, aparecem imagens com cabelo e maquilhagem que lhe conferem uma ilusão de realidade assustadora e que naturalmente mexe com as emoções do povo.

A popularização destes símbolos nas paróquias reflecte-se, ainda hoje, em diversas manifestações religiosas: Procissões da Igreja à capelinha da Senhora ou do Senhor do.....; o Rosário em honra da Senhora das....; as Romarias em honra dos Santos ou Santas..., as Festas; as Novenas, os Tridúos ; os Sagrados Lausprenes. Celebrações que ao longo dos tempos se desenvolveram nas comunidades locais e se instalaram no imaginário popular. Por isso existem hoje no Minho milhares de romarias em honra a inúmeros Santos e Santas que têm a sua

imagem não só nas igrejas paroquiais mas também nas capelas e alminhas. Em muitos casos geraram-se peregrinações a santuários, capelas, altares, nichos e outros símbolos que assinalam a expansão da religiosidade aos ciclos de vida, às coisas, ao tempo e aos lugares.

Em termos genéricos é neste contexto que se recortam os elementos que designamos como “*referências patrimoniais e religiosas da Sé de Braga*” junto do povo.

### 1.5. A Sé como ponto central no ordenamento paroquial da Diocese Bracarense.

O Senhorio de Braga, desde a sua criação até 1790 ano em que foi abolido por imposição da Lei de Extinção das Donatárias de 19 de Julho de 1790, no reinado de D. Maria I, variou nos seus limites, tendo mantido, contudo, os seus privilégios e prerrogativas. Em virtude destes privilégios Bandeira (2000, 80), citando um autor desconhecido, apelida-o de *Paiz Bracarense*, em pleno Século XVIII.

Com a restauração da Diocese, em 1070, pela mão do Bispo D. Pedro para além de se ter iniciado a (re) edificação da Sé Primacial de Braga, encetou-se também um processo de organização administrativa, paroquial<sup>20</sup> e económica<sup>21</sup> de toda a Diocese<sup>22</sup> (Costa 2000, 426-429).

---

<sup>20</sup> Como é conhecido da História D. Afonso VI nunca gostou muito de D. Pedro por considerar que este comungava das ideias do Cavaleiro Castelhana conhecido por Cid. Este facto explica as dificuldades que este Bispo enfrentou durante 20 anos na restituição da Honra Metropolitana à sua catedral. Outras dificuldades prendiam-se com os interesses das Igrejas de Compostela e Lugo. Aliás até à morte de Vistrário, em 1088, D. Pedro nunca se intitulou senão como Bispo. O Bispo Amor que sucedeu a Vistrário procurou tornar a Diocese de Braga sua sufragânea, facto que levou à revolta de D. Pedro e a virar-se para o anti-papa Clemente. Foi nele que obteve apoio para a sua causa. Conseguiu o título para a sua Diocese, embora fosse ilegítimo aos olhos dos outros arcebispos e do próprio Rei. Por tal, nunca teve bispos sufragâneos que lhe obedecessem. Em 1091, foi, por ordem do Papa Urnao II, deposto pelo Arcebispo de Toledo e obrigado a recolher-se a um Mosteiro (Brandão 1990,73). Foi o Arcebispo S. Geraldo, a partir de 1099, que continuou a obra que D. Pedro iniciara.

<sup>21</sup> D. Pedro conseguiu ganhar os corações dos fidalgos e do povo e só por isso recuperou bens que, por direito antigo, pertenciam a Braga (Brandão 1990, 72). Segundo a mesma autora “D. Pedro adquiriu ainda herdades e vilas com as suas terras de cultivo, casas, igrejas, vinhas e pomares e pesqueiras, em Barcelos, em Braga, na Apúlia, na Agrela (Fafe), em Guimarães, em Vieira do Minho, em Famalicão, em Mindelo, na Maia, o “jantar” da Igreja de Cedofeita, 29 talhos de salinas em Vila de Conde, em Vila Real, Mondim de Basto, que ficou tudo na posse da Sé”

<sup>22</sup> A este propósito importa referenciar Luís Carlos Amaral (1990, 537) que nos diz que “D. Pedro defrontou-se com a inexistência de um poder local devidamente alicerçado e capaz, já S. Geraldo pelo contrário beneficiou das vantagens de um quadro político mais organizado e partidário do fortalecimento de Braga. Este facto explica o acentuado desequilíbrio de aquisições patrimoniais dos dois bispos.

É com base neste ordenamento paroquial efectuado pelo Bispo D. Pedro que se destacam algumas das paróquias<sup>23</sup> mais importantes da Região de Braga. A este ordenamento não será alheio, segundo o Monsenhor Ferreira “o facto de este ter recuperado as herdades e terras que eram pertença desta Diocese antes das invasões (1928, 96).

Segundo o Padre Avelino de Jesus da Costa “D. Pedro foi um prelado muito zeloso e para melhor governar a vastíssima diocese de Braga (...), dividiu-a em arcediagos, onde punha os arcediagos como seus representantes e colaboradores” (2000, 432). Segundo este mesmo autor desta divisão existe um testemunho físico “o Censual de Entre Lima e Ave tendo-se perdido os referentes às outras zonas da Diocese de Braga” (2000, 432). Este censal é ainda hoje muitas vezes consultado a fim de esclarecer dúvidas relativas à antiguidade e território de inúmeras freguesias e paróquias. Este Censual, para além de ser um documento de grande importância para o ordenamento desta região, tem também valor em termos económicos na medida que indica o que cada paróquia tinha que entregar à Sé anualmente. Grande parte destas “jóias” serviram para manter o clero e para as obras da Sé de Braga, facto que indubitavelmente torna este espaço como o ponto central e a partir do qual se estabelece o ordenamento paroquial da Diocese de Braga. É com base neste epicentro que gravitam as paróquias e é a esta Diocese e Catedral que prestam obediência. Imbuído deste espírito e consciente que não podia controlar todas as paróquias instaladas o Bispo instaurou os Arcediagos, como níveis de poder intermédios. Este modelo, adoptado para gerir os censuais de Braga, estava tão avançado que o Padre Avelino da Costa, depois de contactar com inúmeros especialistas europeus nesta área, refere que os mesmos lhe confessaram que “antes dos meados do século XIII não havia, para as suas respectivas regiões, censuais que se pudessem comparar ao de Braga, causando-lhes até espanto que, no século XI, houvesse nesta Diocese uma organização administrativa, paroquial e económica tão perfeita como a que o censal revelava, atendendo a que esta Diocese esteve três séculos e meios sem Prelado residencial” (Costa 2000, 428). A este facto teremos que acrescentar o facto de Braga ser uma Diocese dos primórdios do Cristianismo e como tal possuir

---

<sup>23</sup> A paróquia, marco espiritual. Mas também marco referencial: ao longo da Alta Idade Média, as paróquias não parecem coincidir com um território delimitado com rigor, correspondendo antes a pontos de apoio do centro diocesano para controlo de áreas pouco precisas, num sistema que no dizer do Prof. José Mattoso “Evoca mais a imagem de Constelação do que a rede de territórios contíguos”. A este duplo carácter de célula espiritual e pólo de enquadramento se juntará gradualmente a composição territorial. Esta porém é uma aquisição mais tardia, dificilmente perceptível antes do século XII (Martins 1990, 288). Ainda a propósito das paróquias Viriato Capela e Ana Ferreira (2002, 42-43) referem em conformidade com o Cãnone 216 do Código de Direito Canónico” Chama-se paróquia a cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas”. Os mesmos autores referem que “A paróquia rural é efectivamente o mais antigo e mais estável quadro na organização da vida social e religiosa da população portuguesa, sendo já elevado o número de paróquias na 2ª metade do século XI”.

já uma estrutura paroquial<sup>24</sup> razoavelmente organizada que apesar das sucessivas invasões e fugas da população, conservou os seus núcleos de populacionais.

O desenvolvimento do património da Sé de Braga, do qual as paróquias são naturalmente um bom indicador, segundo Luís Amaral está muito interligado com o desenvolvimento do espírito de independência uma vez que “difícil se torna não ver no desenvolvimento do património da Sé de Braga reflexos da evolução do processo autonómico da Região (...) e assim como o governo de D. Henrique constitui um passo fulcral no caminho da independência do território portugalense, de igual modo as fontes parecem sugerir que a verdadeira restauração da Diocese de Braga terá ocorrido pela mão de S. Geraldo, nomeadamente através do reconhecimento da Dignidade Metropolitana, relegando para segundo e obscuro plano a acção desenvolvida por D. Pedro” (1990, 537-538).

Embora a extinção do Senhorio Eclesiástico tenha retirado ao arcebispo e à Catedral parte dos seus poderes, a centralidade da Sé manteve-se a vários níveis, designadamente no domínio ideológico. Ainda hoje, no plano do calendário das actividades do Minho as festas da Páscoa assinalam a centralidade da Sé, como ponto onde se abre um novo ciclo da sequência das estações do ano.

---

<sup>24</sup> Segundo Rui Cunha Martins (1990, 290) “Os arcediagos dos Século XI e XII entroncam em redes paroquiais anteriores”

## Capítulo II – A Sé como Herança Patrimonial e Religiosa.

### 1. A Herança Patrimonial.

A Sé Primacial de Braga é, reconhecidamente, um dos símbolos da “*ideologia do património*” em Portugal (Pereira 2001, 08) por tudo aquilo que representa para a Península Ibérica, Portugal e região do Minho, não só em termos patrimoniais, mas, também, no âmbito cultural e religioso, uma vez que este monumento foi um pólo irradiador de toda uma política que modelou a “alma” de um espaço. Podemos mesmo dizer que a Sé Primacial de Braga merece um estatuto de excepcionalidade por encerrar “intra-muros” a memória e o espírito de toda uma região, ao longo dos séculos. A Sé, enquanto espaço patrimonial, é, pois, o reflexo de inúmeras valências simbólicas, religiosas e culturais. Por isso é uma “máquina do tempo”, que nos permite olhar, entender e ler o passado e transitar para o presente percebendo as nossas origens e a cultura local. Através deste monumento acedemos, sem intermediários, a um passado que toca nos sentidos e torna possível chamar a atenção sobre uma realidade em construção, o passado, permitindo uma espécie de experiência não apenas estética mas existencial (Pereira 2000, 16). Como afirma Hindle (1978, 67) “Son evidencias palpables en forma de palabras, pinturas o monumentos”, que nos permitem aceder, individualmente, ao “resgate do tempo”, uma vez que um monumento ou um sítio de carácter patrimonial coloca-nos “fora” do quotidiano e situa-nos num outro “mundo” (Pereira 2001, 7). A Sé de Braga estabelece uma factura, no espaço e no tempo, que nos traz linhas de leitura de uma realidade de antanho.

A Sé de Braga é para os Crentes e visitantes um mediador entre o passado e o presente, uma âncora capaz de assegurar a continuidade em relação a um passado comum, um referencial de identidade com o país e com a região. É esta invulgar capacidade de evocar o passado e estabelecer uma ligação passado-presente e futuro que garante a valia patrimonial da Sé Primacial. Este monumento capaz de garantir a continuidade dos valores que representa no tempo, é também um recurso que encerra em si características relevantes para a história e cultura da localidade onde está inserido. Efectivamente a herança<sup>25</sup> patrimonial deste espaço

---

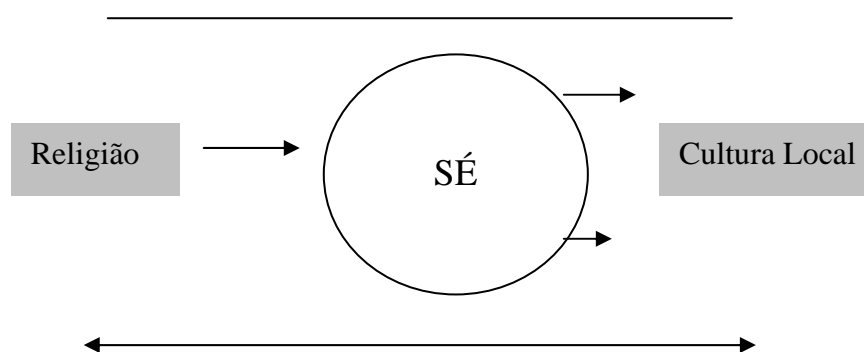
<sup>25</sup> Através da sua Convenção Mundial da Herança, a Unesco distingue a herança cultural como sendo aquela que compreende todos os elementos criados pela sociedade ou comunidade no passado, e que confere, hoje, a esta sociedade um senso de identidade e de valores próprios. Usualmente distingue-se herança cultural tangível e intangível. Por tangível entende-se a herança de lugares que são geralmente

extravasa, em muito, a sua vertente arquitectónica, uma vez que a Sé possui outros valores que se enquadram no quotidiano da história das populações. Estes manifestam-se na cultura material e imaterial, entre as quais podem ser citadas: a paramentaria, a ourivesaria, a música e a literatura erudita e popular.

Em suma este imóvel potencia a oportunidade, aos Crentes e aos visitantes, de descobrirem *in situ* o significado do legado cultural, histórico e religioso que constitui a base cultural dos nativos e motivo de atracção de visitantes.

## Quadro nº 2

### Religião/Sé/Cultura Local.



**Espaço de Ligação: Cultura Local e identidade**

**(corpo da alma local)**

Além disso, este espaço patrimonial implica e representa o sentimento de pertença de toda uma comunidade que partilha importantes referências comuns: a mesma História, a mesma tradição, o mesmo imaginário e a mesma religião. Para além da questão identitária, a própria recuperação da memória leva ao conhecimento do património e, conseqüentemente, à sua valorização por parte da comunidade local. A Sé possui o “sentido integrador do tempo que atribuímos ao património, – ele é a chave para compreender o tempo nas suas três dimensões, passado, presente e futuro” (Rebelo 2001, 188).

---

"imutáveis". Outros tipos de herança tangível são facilmente "mutáveis" como pinturas, estátuas, manuscritos e outros artefactos.

Contudo este tipo de monumento, que podemos definir como Monumento Mensagem, não pode ser olhado apenas como uma reserva nem como uma recordação ou nostalgia mas, em primeiro lugar, como algo que se insere no presente, por tudo o que ele representa para a cultura local. O património, para o ser, tem de estar presente e vivo e só poderá ser valorizado se adquirir valores prospectivos, isto é se definir o “futuro do nosso passado”.

Este tipo de monumento Mensagem, como o caso em análise, tem que ser aceite e estimado e não apenas protegido. Não o devemos vulgarizar mas sim valorizar tudo o que esta estrutura representa, porque “necessitamos dos objectos para magnificar o nosso poder, realizar a nossa beleza e estender a nossa memória para o futuro”, conforme nos diz Csikszentmihalyi (1993, 25). A Sé de Braga é uma herança, e como tal a base da “memória” de uma comunidade. Actualmente, como há centenas de anos atrás “(...) A Igreja da paroquial da Sé, a Catedral – é de uma dimensão que não é equiparável a qualquer outra Igreja (...)” (Capela e Ferreira 2000, 174).

Por outro lado, a Sé enquanto estrutura patrimonial é um elemento de cultura indispensável nas sociedades ocidentais que possuem espectros de temporalidades e que, por isso, precisam de estruturas físicas de referência que cimentem identidades e esforços de reequilíbrio. Esta é a realidade dominante, no final do século XX, em que o aprofundamento do conceito de identidade suportou um crescimento exponencial do campo patrimonial. Todavia este ampliou-se “já não estamos unicamente perante a necessidade de símbolos de referência nacional mas, também, regional, local e até vicinal (...); as nossas identidades alimentam-se – no que a materialidades diz respeito – do castelo, do pelourinho, da arquitectura românico - gótica, mas também da fonte, do cruzeiro da cruz(...)” (Rebelo 2001, 118-119). Vivemos sob o dogma do “complexo de Nóe”, conforme afirma Carlos Alberto Ferreira de Almeida, na busca incessante de valores e expressões físicas de identidade (1998, 10).

A grande herança patrimonial, no exemplo em análise, é o facto de o património edificado e artístico em causa representar a expressão da cultura de um povo e, em particular, de uma região que encontra neste espaço uma “bastião de identidade” cultural, religiosa e patrimonial. Recordar-se que, segundo os especialistas em História da Arte, a Sé terá sido a base de uma das correntes do românico do Noroeste Peninsular, o chamado Românico Bracarense. Como vimos, anteriormente, esta situação foi induzida pela acção evangelizadora do clero Bracarense nos territórios da Arquidiocese durante o período em que vigorou esta arte no Noroeste Peninsular. A este propósito Carlos Alberto Ferreira de Almeida diz-nos que “A Sé de Braga é um monumento cheio de mudanças e transformações e, embora não represente uma

criação arquitectónica de grande nível, padroniza uma série de esquemas construtivos e decorativos que se repetem na região pelo facto de ser a prestigiada sede episcopal de extensa Diocese. Com uma fábrica relativamente antiga, a catedral Bracarense será sempre um ponto referencial de grande importância nas largas manchas de românico rural a que preside” (1993, 75-77). Foi também neste monumento que as luzes da Renascença e do Iluminismo tiveram os seus primeiros focos de acção. Em termos mais gerais podemos dizer da Sé de Braga e da sua relação com o meio o mesmo que Simmel disse sobre ruínas e monumentos “mantêm a continuidade cultural, são um nexos dos povos com o seu passado” (Barreto 2000, 43).

Se a grande filosofia da herança patrimonial da Sé de Braga expressa as linhas referidas nos parágrafos anteriores, podemos também afirmar que representa a continuidade e a contiguidade com o passado. Estes elementos “garantem certezas”, permitem traçar uma linha na qual os valores do presente se encaixam, para que saibamos, mais ou menos, quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos identidade.

## 2. A Herança Religiosa.

Em termos puramente religiosos pode-se afirmar que “estes edifícios são construídos para acolher as assembleias religiosas. Quando a fé os vê com os olhos do corpo, sente intimamente gosto daquilo que observa no exterior e alonga-se da verdade invisível que descobre graças à luz visível. A fé de facto, não se preocupa de examinar qual seja a beleza dos elementos deste edifício – mas no caso do povo de Deus que está em Braga a vetusta antiguidade desta catedral constitui o orgulho da V/Cidade e da V/comunidade eclesial” (Baggio 1990, 55). Ou seja a Igreja sempre se baseou na beleza e na sumptuosidade dos templos, símbolos e imagens para transmitir a sua mensagem para a comunidade. O mesmo autor afirma “(...) que a pedra material sobre a qual nasceu esta catedral, como muitas outras catedrais clássicas da cristandade, teve sempre relação directa com a casa de Deus, ou com o povo de Deus, conforme vontade do Senhor” (1990, 56). Em termos teológicos são estes os grandes princípios religiosos inerentes aos edifícios e aos diversos “sagrados” que encerram enquanto espaços de religião.

Contudo, malgrado o seu carácter de comemoração e de eterno recomeço de um mito de origem ou de um acontecimento histórico passado, as religiões ao pretenderem acompanhar os processos sociais, mudam. A Igreja, na sua vontade de readaptar-se à sociedade envolvente,



guarda os sinais antigos para influenciar a mutação sobre os próprios significados, os quais, no curso do tempo, assumem diferentes sentidos.

Se recuperamos as palavras de Max Nordau, segundo o qual a “Religião é a mais poderosa e mais difundida das instituições que o passado nos legou” (1902, 2), e a estas associarmos o facto de “a memória ser um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja a busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Goff 1990, 476), podemos facilmente avaliar o capital de importância que a herança religiosa deste local representa para toda uma região.

A etnologia habituou-nos a estabelecer uma correlação entre os sistemas religiosos e os géneros de vida. Contudo, apesar de a religião querer ser, em cada tempo, um reflexo desse tempo deve manter-se fiel a uma série de dogmas que tenta eternizar modelando o espírito de cada sociedade. Esta política torna-se cada vez mais difícil, em virtude do ritmo da sociedade de comunicação, que questiona, os dogmas da Igreja ao mesmo tempo que desvaloriza os preceitos que esta estabeleceu para o convívio social. Este aspecto torna-se ainda mais evidente se considerarmos a progressiva individualização.

Em Portugal, em 1950 quase 95,9 % da população era católica, mesmo nas grandes cidades, este valor subiria em 1960, para os 97,8 % (Lages 2000, 381). Este cenário assinala uma população que se identificava fortemente com a religião católica e, por isso, pouca aberta a mudanças nos seus espaços de culto. Este facto agudizou-se devido aos baixos índices de escolaridade remanescentes nas décadas de 50 e 60 e, ainda, pelos fenómenos da imigração e da guerra colonial.

A este propósito Mário Lages diz que “não só a cultura era a da religião dominante, como as próprias regras explícitas de comportamentos eram ditadas pela moral católica” (2000, 381). No tocante a Braga, a cidade assim como a Diocese, contrariamente a outras regiões no país, encontrava-se numa situação de quase total imobilismo, perfeitamente adversa a outras formas de ver o mundo. Em Braga, como no resto do país, muito por culpa da associação Igreja/Estado, a cultura que enformava o país era predominantemente rural e aldeã. Todavia, nas décadas seguintes, o país sofre mudanças políticas profundas. Na década de 70, a sociedade fatigada da guerra colonial potencia a formação de novos fluxos imigratórios que introduzem novos horizontes. Pela sua parte a Igreja tenta sempre impor uma visão tradicionalista do mundo e da sociedade e insiste em proclamar um conservadorismo religioso e manter o controlo ideológico.

Esta situação é, também, fruto de uma herança de centenas de anos de domínio eclesiástico que se enraizou na cultura do povo habituado a não decidir sem o aval dos homens da Igreja, especialmente no que toca às povoações rurais mais susceptíveis às benfeitorias proclamadas pela Instituição.

Esta herança é, ainda hoje, uma realidade que a cidade de Braga e grande parte da região continuam a ter, por marca maior de identidade, os aspectos religiosos. Diversos indicadores revelam esta circunstância:

- Braga continua a ser conhecida pela cidade dos Arcebispos;
- Elevado número de Irmandades e de Confrarias<sup>26</sup>;
- Grande número de organizações, directa e indirectamente, ligadas às Misericórdias;
- Braga enquanto espaço turístico prima pelo turismo religioso;
- Proliferação de Igrejas em toda a região;
- Existência de inúmeros locais de cultos e de devoção;
- Grande número de cerimónias eucarísticas diárias;
- Património religioso muito enraizado na cultura local;
- Numerosas Festas, Romarias e celebrações de natureza religiosa;
- Grande devoção a Santos de Religiosidade popular;
- Concentração de vários Centros de peregrinações: S. Bento, Sameiro, Franqueira, Aparecida;
- Enraizamento profundo de hábitos religiosos;
- Imaginário local de natureza religiosa muito rico;
- Numerosa comunidade Eclesiástica;
- Grande numero de paróquias e confrarias religiosas;
- Ensino Superior Católico com alguma preponderância.

A generalidade dos elementos, acima referenciados, são consensualmente assumidos como traços caracterizadores da sociedade Bracarense e até Minhota. Na base de grande parte deles estão as políticas eclesiásticas emanadas a partir da Cadeira Primacial de Braga. Contudo, estes elementos não representam a totalidade da herança religiosa que a Sé imprimiu na cultura

---

<sup>26</sup> Segundo Viriato Capela e Ana Ferreira (2000, 193) "As confrarias ou irmandades são indiscutivelmente a estrutura e organização que mais sentido e envolvimento social dão à religiosidade portuguesa e como é sabido forte repercussão virão a ter na própria configuração da vida económica e social portuguesa". Estas tiveram o seu apogeu no século XVII e, primeiro quartel do, século XVIII, e foi uma tradição que resistiu aos constrangimentos do Pombalismo (Lei 1769) e chegaram até aos nossos dias.

local. O horizonte temporal deve ser alargado aos Prelados e a todos os outros que, na Diocese de Braga antes da restauração, contribuiriam para fazer de Braga um dos centros religiosos mais importante da Europa desde o século IV

Poder-se-á contrapor que a época áurea da Sé de Braga, enquanto bastião da fé Cristã, se situa já fora da memória do cristianismo, uma vez que a época sueva está quase esquecida no horizonte desta confissão e que a Diocese bem como a Sé nunca se conseguiram assumir ao nível das peregrinações e do culto religioso acima das suas congéneres Galegas.

Apesar destas vicissitudes históricas que “adormeceram” na memória dos cristãos “santos tão importantes” como S. Frutuoso e S. Martinho de Dume, a Sé continua a ser um pólo que, a este nível, pode ser dinamizado através da valorização do seu legado do passado. Legado este que se encontra devidamente imortalizado nos livros que descrevem a história deste imóvel sem igual.

Todavia, a partir de 1910 perdeu-se, aparentemente, a ligação a esse legado que, ano após ano, está cada vez mais encerrado nas páginas dos livros em vez de estar visível aos olhos dos cristãos e dos novos visitantes – os turistas. É esta herança que importa referir no contexto deste trabalho – a Vida e Obra dos homens Santos de Braga que são também eles “ícones” da cultura religiosa e que temos que reconhecer como mestres da definição do espírito e da cultura da região. Nesta herança insere-se, também, o facto de Braga ter sido capital de um dos primeiros Reinos Católicos da Europa, percurso religioso que se desenvolveu até ao início do Reino de Portugal e pelas ligações que estabeleceu com outras Dioceses e Sés da Península, com especial relevo para Compostela.

Este legado e tudo o que ele representa deve ser reconhecido como contributo para o engrandecimento da dimensão religiosa da Sé Primacial e ao qual importa conferir a devida visibilidade patrimonial e religiosa. O respeito pela herança é, hoje em dia, uma questão fundamental uma vez que “es una prueba evidente de la existência de vinculos com el pasado,...alimenta siempre en el ser humano una sensasion reconfortante de continuidada en el tiempo y de identification com una determinada tradicion” (Ballart 1997, 36). Sem estes elementos de herança a Sé perde “autenticidade” conduzindo a que muitos visitantes e até mesmo Crentes se perguntem quais os fundamentos religiosos deste espaço? Quais os elementos de santidade local? E quais os elementos que contextualizam o importante relicário existente neste edifício? O que tiveram aqueles santos a ver com a Sé? Porque estão aqui?

“A recuperação desta memória colectiva, mesmo que seja para reproduzir a cultura local para os visitantes, leva, numa fase posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local

e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado” (Barreto 2000, 47).

A herança religiosa da Sé Primacial mostra as origens e a alma do monumento, e promove a ligação histórica e cultural à comunidade e, paralelamente, confere linhas de leitura mais efectivas do espírito desta sociedade.

### 3. A Herança Simbólica<sup>27</sup>.

“A Catedral é um edifício tão sagrado e querido, como Misterioso: é a casa onde o povo fiel eleva não só as suas orações e as súplicas, mas também manifesta os seus sentimentos; o lugar onde celebra as datas mais significativas da sua existência pessoal e comunitária. As ocorrências festivas da sua existência pessoal e a administração dos sacramentos (...) torna a catedral um ser vivo, próprio, como uma criatura nascida do zelo, do empenho, da fé dos antepassados que nós sentimos ainda muito viva, actual e palpitante. Uma criatura animada cujo estruturas e funções nos oferecem uma pista de lance da qual se parte para subir às alturas, sobre a qual nos apoiamos para poder ultrapassar o limite dos sentidos até tocar na fé o valor e o encanto inefável do Mistério da Catedral” (Baggio 1990).

Esta frase do conceituado Bispo, Legado de João Paulo II ao Congresso dos 900 anos da Sé Primacial, realizado em 1990, encerra em si as principais linhas axiomáticas da herança simbólica deste espaço para a comunidade. Efectivamente a Sé de Braga, continua a ser para os Bracarenses, assim como para grande parte daqueles que a veneram ou visitam, um espaço único com um *génus loci* que faz dele um edifício com uma carga simbólica muito acentuada. Como vimos anteriormente nele se concentra a memória histórica de toda uma região e o espírito próprio de um povo marcado pelos valores cristãos, emanados a partir deste espaço e proclamados pelos homens que estavam na cadeira maior da Diocese.

Para a maioria dos bracarenses e Crentes em geral, a Sé de Braga é um espaço de tradição e de culto comparável a outros grandes centros de devoção como Fátima, S. Bento, Lourdes, Sameiro e Compostela. A esta noção junta-se a antiguidade do próprio espaço como factor de valorização. Muito embora não exista um conhecimento efectivo desse percurso

---

<sup>27</sup> Podemos também designar a Herança Simbólica por Herança cultural intangível ou seja todo o património de herança cultural de uma determinada comunidade que através dos tempos se imortaliza no consciente colectivo do povo e lhe confere identidade e noção de pertença.

histórico, há contudo a consciência interior da antiguidade corporizada na expressão “*Mais antigo que a Sé de Braga*”.

A herança simbólica deste espaço, embora não sendo tão perceptível quanto a herança patrimonial e religiosa, existe e encontra-se no saber popular e no imaginário do povo que se orgulha da Sé de Braga, enquanto espaço de fé, devoção, tradição, protecção e história. Decorrente destes factores, que constituem a verdadeira herança simbólica da Sé de Braga, o povo anexa histórias e estórias, contos e lendas do fantástico e do imaginário que cimentam este imóvel enquanto espaço de referência de todo o espírito religioso de uma região. Curioso é o facto de existir a tendência de classificar de autêntico, “imaculado” e “virgem” tudo aquilo que está ligado à Sé Primacial de Braga. Esta situação expressa o carinho que existe por este Templo e, fundamentalmente, pelo curioso aspecto “maternal” que o mesmo exerce sobre os Bracarenses. Isto tem a ver, também, com a simbologia que esta Catedral tem para os Crentes que a classificam de espaço “puro e virgem” muito propício para a devoção, culto e penitência. Por outro lado reconhecem-lhe um especial valor religioso o que o diferencia e distancia da grande maioria dos locais sagrados da cidade. De facto, ao longo da história, a Catedral tem sido sempre a “mater” das grandes cerimónias religiosas, das grandes sagrações e dos grandes eventos relacionados com a Corôa ou com a Religião. Ainda, hoje, é o sino da Sé que simboliza o toque mais carregado e ao qual as pessoas mais ligam; são os cânticos<sup>28</sup> das missas os mais apreciados; são as eucaristias na Sé as que mais tocam o fervor religioso do povo; são as cerimónias religiosas, como a Semana Santa, as mais procuradas; e é neste local que jazem os santos mais adorados pelo povo e finalmente, é o espaço onde as pessoas se sentem mais perto de Deus.

A estes elementos podemos anexar a chamada “quarta dimensão” do património, ou seja a que promove a “*passagem*” de um mundo reconhecível, relativamente codificado e físico, para esse outro mundo, feito de memória, e conhecimento, muitas vezes imaterial e incorpóreo, o da cultura, simbolizado pela “aura” do lugar (Pereira 2001, 14-15). É por isso importante que o passado e o espírito dos monumentos sejam sempre tidos em conta, nos projectos de gestão, recuperação e conservação dos mesmos. A este propósito Richard Edwards (2001, 17-19) é categórico e afirma que “Le passé du monument fait partie du projet: il doit être signifié et représenté” .

Em termos de visitante é esta carga simbólica, a denominada quarta dimensão, como lhe chama Paulo Pereira, que os apaixona por este espaço enquanto sítio de valor patrimonial, no

---

<sup>28</sup> É bem conhecida na área da Diocese a expressão “Que bem se Canta na Sé...”

qual se sente um simbolismo e a “carga” própria do monumento mensagem. É este o simbolismo que atrai milhares de visitantes, na busca do autêntico e da observação de um espaço vivo de rara pureza cultural. E embora não existam linhas de interpretação de todo um passado histórico, religioso, eclesiástico e até literário rapidamente se sente, ao percorrer o Templo, a sua relevância enquanto espaço de memória de toda uma região. Este é o grande legado simbólico que a Sé Primacial transmite. Um outro factor digno de ser inserido no contexto da herança simbólica, é o facto de a Sé representar a luta pela independência do Reino e a “Igreja de cruz e espada na mão”. Apesar de não existirem neste momento linhas de interpretação na Sé sobre este tema, sabe-se foi um bastião do despontar do Reino de Portugal e que teve sempre um papel activo na defesa intransigente dos valores que regiam Portugal. O Tesouro da Sé transporta-nos também para esta realidade e para o contributo que teve na difusão do princípio “a fé e o império” na missão evangelizadora que também daqui emanou. Este facto faz da Sé Primacial não só uma referência nacional mas um local de valor internacional.

Em síntese são estas as principais linhas que caracterizam a herança simbólica que se reconhece à Sé Primacial de Braga. São estes os vectores que para além da vivência religiosa se conservam na Catedral de Braga a qual é assim uma porta de entrada para a cultura Minhota e também um índice da História do nosso país.

#### 4. A Sé na Identidade da urbe Bracarense.

“O Património é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na existência e na afirmação das diferentes comunidades (.....)” (Almeida 1992, 4-7)

Iniciamos este ponto começando por afirmar que a área onde se desenvolve a cidade de Braga, jamais foi a mesma depois da edificação da Sé Primacial. E não falamos somente na estrutura física da mesma, mas em tudo o que esta representou em termos eclesiásticos, religiosos, militares, sociais e urbanísticos. A construção deste edifício corporizou uma série de tendências fechadas no “*período negro das invasões*”, permitindo que Braga se reassumisse como a grande Diocese dos inícios do Cristianismo, esgrimindo argumentos de primazia com outras Dioceses, potenciando o culto dos Santos locais, fazendo de Braga um grande centro de peregrinações.

Todas estas tendências estiveram presentes no programa deste imóvel. A Catedral, com o evoluir do tempo, tornou-se o centro do qual emanavam as políticas que viriam a modelar o espírito e cultura da região. Este facto faz deste imóvel um “ícone” de identidade da cidade de Braga e “casa – mãe” da Igreja Nacional.

Por outro lado, entre as particularidades desta Sé, considerada uma das mais antigas da Península, devemos destacar a existência de um rito litúrgico próprio, semelhante ao romano. Esta situação decorre da reforma litúrgica tridentina, que permitiu a Braga manter os seus livros por terem mais de 200 anos e pelo cuidado que teve neste particular o arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Os arcebispos, que dominaram a Cidade após a edificação da Catedral, ajudaram a Corôa na reconquista e, por isso, receberam todo território que envolvia a urbe: o Couto de Braga. O poder Civil ficou dependente do Religioso, durante largos períodos da história, dada a importância do corpo eclesiástico que fazia da Catedral a sua casa. Podemos mesmo dizer que a partir da Catedral os arcebispos organizavam o tempo social e as prioridades da sociedade em cada tempo.

A Catedral foi assim o centro religioso de uma vasta zona e, em especial, da cidade que crescia em sua volta, como se observa no mapa de Bráulio (Fig. 6). Mesmo quando a cidade estava muralhada a sua rua principal ficava em frente à Catedral. Situação perfeitamente credível à luz do urbanismo medieval e da formação da cidade portuguesa (Rossa 1995). Foi neste imóvel, ou a partir deste que se introduziram novos estilos artísticos como o renascentista e o barroco. Só em 1780, com o fim do Senhorio de Braga, é que a cidade se liberta, parcialmente, em termos sociais e urbanísticos da influência dos arcebispos.

Daqui podemos concluir que a Sé Primacial de Braga é um elemento de identidade incontornável da cidade de Braga. Este facto, para além de valorizar a parte monumental e histórica do imóvel, confere-lhe o estatuto de “livro” da história da cidade uma vez que encerra e estrutura em si vestígios de grande parte dos períodos da história de Braga. A importância identitária deste tipo de monumentos reforça-se “porque a vida caminha e ao caminhar cria “o passado”, é preciso que haja quem se preocupe de reconhecer esta criação magnífica da humanidade que é a sua própria história” (Ballart 1997).

Para além de ser um elemento de continuidade cultural de Braga, uma vez que funde na sua estrutura a cidade romana e a cidade medieval e corporiza em si a evolução da urbe, a Sé é um elemento patrimonial “ícone” da zona Bracarense. Este “ícone” decorre de tudo aquilo que a

Sé Primacial representa em termos patrimoniais, religiosos e simbólicos para a cidade de Braga. É seguramente um dos elementos que mais se liga à cultura Bracarense da qual é um dos seus baluartes de identidade.

Toda esta riqueza histórico - monumental, inerente à Catedral de Braga, embora sendo um atractivo é, também, um elemento que confere harmonia à cidade enquanto espaço de tradição, história e vivência. A Catedral simboliza o poder espiritual e artístico que a Igreja teve na cidade, ao longo dos tempos, e evoca as ligações estreitas<sup>29</sup> que a Corôa e a Igreja Bracarense estabeleceram na construção do Reino de Portugal.

Em consequência dos factores atrás referidos, a Catedral de Braga é um espaço âncora de atracção do turismo cultural e religioso que anualmente atrai milhares de visitantes à cidade. Esta importância reforça-se aquando das celebrações da Semana Santa que têm o seu epicentro na Sé Primacial. Naturalmente que este conjunto de factores faz deste um espaço que os visitantes entendem como um “monumento mensagem”, um “espaço autêntico”, um “super-sítio” onde se encerra o espírito que formou um Reino e modelou uma cultura. É o espaço âncora de uma cultura própria enraizada nas brumas da nacionalidade e representativo do espírito de uma das Dioceses mais antigas da Cristandade. Por tudo isto é um ícone de identificação vital. Paralelamente estes argumentos deambulam num recurso turístico de grande potencial uma vez que se cabimentam dentro das tendências latentes da procura turística dos nossos dias. A memória está hoje em perigo nas sociedades ocidentais extremamente mediatizadas. Este facto leva a que o passado, corporizado em espaço como o agora em análise, faculte confiança e segurança aos cidadãos, assim como uma identidade. Esta característica do passado nem sempre é assumida devido ao carácter extremamente dinâmico das sociedades contemporâneas, que por vezes, parecem perder os laços às suas raízes de antanho.

Whitrow, citado por Joseph Ballart (1997, 40) sustenta que a natureza dinâmica da civilização de hoje em dia faz com que o homem contemporâneo dependa mais do sentido do tempo, em maior medida, que o homem de outras épocas, e isto devido ao carácter cada vez mais efusivo das sociedades actuais. Por isso a maioria das pessoas que vivem no meio de sociedades asfixiantes, movidas por sentimentos de nostalgia, recorrem à história mais que em qualquer outra época dos tempos. É neste contexto que nos aparece o património como “salvador” do equilíbrio e da identidade e do encontro com “si mesmo” dos cidadãos dos países

---

<sup>29</sup> A provar esta estreita ligação de cooperação entre a Igreja e Coroa registe-se o que Viriato Capela e Ana Ferreira (2000, 177) extrapolam das Memórias Paróquias de 1758” (...) esta forte ligação à realeza está também presente (para além do altar da capela-mor e Anunciação), na capela da Sr.ª da Piedade onde o coro de 5 capelães reza quotidianamente, em coro, com missa cantada e órgão, pelos reis de Portugal e na capela de Stª Barbara, os cónegos da Sé tem obrigação de três missas quotidianas pelo rei D. Dinis”.



e locais mais modernos e evoluídos do mundo, que entretanto se tornou também numa aldeia global.<sup>30</sup>

Com o património o passado adquire personalidade<sup>31</sup> e torna-se em algo tangível, algo que, efectivamente, se pode ver e tocar, acervos ao qual o homem comum se dirige de forma espontânea e natural, uma vez que são provas do seu passado cultural.

Por todos estes factores, e ainda pelo facto de este espaço ser também congregador de tudo o que é “mais velho que a Sé Braga”, podemos concluir que a Sé e tudo o que ela representa é sem dúvida o Monumento Mensagem, na medida em que é o principal factor de identidade da cidade de Braga, onde os Bracarenses podem encontrar o espírito da sua vivência histórica, cultural e religiosa e onde os visitantes encontram linhas de leitura da história e vivência desta urbe. Podemos dizer que a Catedral é a chave para a compreensão da história da cidade e um item de leitura muito importante para a compreensão da história de Portugal.

---

<sup>30</sup> É a partir desta situação que se formam grandes fluxos turísticos com motivações culturais que procuram fundamentalmente locais históricos e monumentais. Cabimentam-se nesta categoria os fluxos C definidos por Claval, em 1976, na sua obra “Elements de Geografie économique”. Esta situação incrementa a importância dos patrimónios históricos e monumentais na sociedade actual.

<sup>31</sup> A luz deste princípio a história eclesiástica e religiosa da Diocese de Braga corporiza-se na Catedral na qual se elenca e promove a identidade de toda uma região que comungou dos ideias que desenharam essa mesma história.

## Capítulo III – A Sé no Imaginário Local.

### 1. A Sé no Culto e na Religião Popular.

A Sé de Braga encerra o espírito e a alma do povo minhoto, elementos corporizados na “*aura*” do lugar. Por isso, a sua importância eleva-se muito acima da matriz arquitectónica e transporta-se para a cultura popular. A “*aura*” do lugar não é mais que o eixo de identidade que liga a Catedral à cultura e tradição locais. Esta ponte é essencialmente concretizada pela religião, superstições, cultos e romarias, elementos difusos mas que asseguram os laços da crença e devoção com o espaço e com tudo aquilo que ele representa para o povo. É por via das motivações inerentes a estes elementos que a comunidade interage e frui o espaço da Sé<sup>32</sup> Primacial de Braga e assim intercomunica com os seus “padroeiros” e “santos” mais adorados.

A Sé foi desde longa data o “*laboratório*” onde o Bispado promove os principais elementos devocionais e evocativos da religiosidade Bracarense. Esta política variou, ao longo dos séculos, e condicionou o culto e o ordenamento do espaço da Sé, de acordo com a relevância devocional dos diversos Santos. Entre 1550-1700, a política devocional assentava na “devoção à Paixão de Cristo, expressa na invocação da Cruz ou de outros passos da Paixão; na devoção Mariana, especialmente na veneração a N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário, na devoção aos Santos, em especial a S. Sebastião (...) mas também a S. Martinho, St<sup>o</sup> António e S. Roque. Na devoção ao Santíssimo Sacramento da Eucarística, expressada no crescimento da implantação nos sacrários das igrejas (...)” (Capela e Ferreira 2000, 182-183).

Este ordenamento e hierarquia manteve-se até meados do século XVIII, tendo sempre a Catedral como primeiro local onde se fixam os cânones dos cultos e das devoções e as mudanças e “modas” primeiro se efectivam, daí irradiando para a Diocese<sup>33</sup> (Capela e Ferreira 2000, 183). Em primeira estância podemos desde já concluir que esta “política” é uma das formas dos homens da Cadeira Primacial da Sé transmitirem ao povo a sua mensagem religiosa.

---

<sup>32</sup> Apesar de tratarem neste ponto as directivas da religião cristã oficial hierárquica e institucionalizada, importa destacar que a Sé é também um espaço do cristianismo popular, tradicional e espontâneo, traduzido nas práticas vivenciais, irracionais, supersticiosas e até mágicas, transmitidas por via oral e comunitária (Soares 1997, 525).

<sup>33</sup> A este propósito Soares (1997, 556) afirma que “a abundância de imagens pintadas nas igrejas até à terceira terça de Quinhentos: a dos padroeiros ou oragos na capela-mor; dos altares de fora um era dedicado habitualmente a N<sup>a</sup> Senhora e outros a santos da devoção do povo; nuns S. Sebastião, noutros S. Martinho, nuns terceiros Santo António, nuns quartos S. Tiago, ficando a sua escolha ao arbítrio dos fregueses”. Esta afirmação confirma a capacidade de irradiação da mensagem religiosa para o culto popular, conforme linha de dissertação aqui abordada.

Assim muitas paróquias adoptam como “padroeiros”, ou santos de maior devoção aqueles que os Prelados consideram como os principais suportes dos valores de uma determinada política religiosa. Este facto leva, também, à formação de inúmeras confrarias e Irmandades. Estas foram por sua vez geradoras de festas, romarias, procissões e romagens que, ainda hoje, se realizam anualmente.

Podemos assim entender melhor o intenso culto mariano que se verifica no Distrito de Braga, como um reflexo da antiguidade do culto à Virgem Maria na Diocese de Bracarense. Podemos mesmo dizer, fazendo uso das palavras de Luíz Vaz (1971, 275), que esta tradição mariana tem o seu suporte e desenvolvimento na profunda devoção à Virgem inscrita no Rito Bracarense. Assinalamos bispos como D. Fr. Agostinho de Jesus, que instituiu, em 1592, a reza das horas de N<sup>a</sup> Senhora, conforme o determinado no IV Concílio Bracarense. (Soares 1990, 233). Muitas outras devoções marianas foram introduzidas na Sé de Braga, através de procissões, confrarias e capelas, para que se difundissem por toda a Diocese, das quais destacamos: A Sr.<sup>a</sup> do Rosário; a N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição; a N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade ou das Angústias, a N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Socorro entre outras. A imagem da Senhora que está colocada na fachada principal da Catedral, é elucidativa dessa política mariana, bem como a imagem da Senhora do Leite, situada na cabeceira do monumento.

Outra das orientações devocionais mais enraizadas na cultura religiosa local, por via da acção dos homens da Cadeira Primacial de Braga, é o culto ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia que têm as suas origens no início da Idade Moderna, conforme o fixado nas Constituições Sinodais, de 1697 (Capela e Ferreira 2000, 184-185). “O Arcebispo Moura Teles viria a dar-lhe ainda mais desenvolvimento ao introduzir em Braga a prática do Lauspréne ou Jubileu das Quarenta Horas, de modo a que o Santíssimo Sacramento estivesse permanentemente exposto à adoração pública, dia e noite, em algumas das principais igrejas da cidade” “(Reis 1990, 373). Aliás a Capela do Santíssimo Sacramento é, ainda, hoje um dos espaços de maior adoração e beleza artística da Sé de Braga.

E se a ligação ao passado religioso da Sé de Braga nos elucida sobre o papel da Catedral<sup>34</sup> no contexto da Diocese enquanto espaço “mater” espiritual, explicando também alguns cultos actuais, por outro lado revela a perda de Santos locais que nos aparecem nas Memórias Paroquias de 1758, “(...) como objecto de um especial culto e devoção da Sé Bracarense, que vem de um passado mediévico” (Capela e Ferreira 2000, 185-186).

---

<sup>34</sup> Nos proutuários do Catolicismo a Sé é a “Igreja-mãe” de uma arquidiocese ou diocese, a sede oficial do governo eclesiástico dentro de uma determinada circunscrição. É a coordenadora das actividades das igrejas a ela filiadas.

Efectivamente os Bispos Bracarense: St. Ovídio, S. Martinho de Dume, S. Pedro de Rates e, ainda, os Bispos Romanos S. Pedro Mártir e também S. Tiago Interciso, actualmente já não se destacam no rol das evocações religiosas. O mesmo se verifica com S. Geraldo, o qual foi durante muitos séculos “protector” do povo Bracarense. A propósito deste arcebispo Santo, Neiva Soares cita o Redactor da Relação da “as Limina” de 1594 que refere que “muitos doentes ficam curados com o simples tocar e oscular estes objectos<sup>35</sup>” (1990, 258).

Viriato Capela e Ana Ferreira referem ainda os “ossos de S. Crescêncio mártir, S. João Marcos, S. Lucas, S. Patronilho, S. Victor Maior, o Arcebispo Godinho, S. Lourenço, D. Diogo de Sousa, são devoções e invocações de largo espectro na Sé porque a maior parte a ela presidiram e à igreja Bracarense” (2000, 186). O mesmos autores referem que no “elenco dos santos, as invocações vão para: S. Crispim e S. Crispiano, S. Francisco, S. Sebastião, S. Bento, S. Tomás, S. Cosme e Damião, Stº Amaro, Stº António, Stº Homembom, S. Vicente, S. Félix e, especialmente, S. Tiago, padroeiro da Sé “(2000, 186). Este enquadramento doutrinal religioso, não tem, actualmente, a mesma relevância. Contudo, a política de séculos surtiu efeito no termo da Diocese e é muito comum encontrar alguns destes santos como padroeiros das paróquias da Diocese. Segundo Neiva Soares “A devoção à Virgem e aos Santos era geral na Igreja Católica e acentuou-se ainda mais com a Contra-Reforma como reacção à heresia protestante” (1997, 556). Aliás, em alguns casos, são as únicas referências actuais conhecidas de Santos. Este conjunto de relíquias tem uma importância estratégica em termos histórico-religiosos uma vez que permitem definir um fio condutor da própria história da Igreja na Europa. Podemos referir com alguma segurança que em termos religiosos a Sé de Braga é a âncora coordenadora e irradiadora do culto que se pratica nas Paróquias da Diocese e, por isso, a Sé é em termos religiosos o reflexo da vivência espiritual que se respira na Diocese<sup>36</sup>. Este facto contribui em grande escala para a “aura” ou “genius loci” deste espaço de rara tradição religiosa e histórica. A este propósito Soares (1997, 188) afirma que “As devoções e invocações das aldeias seguem como é de esperar, no seu património comum, o canon da igreja catedral”.

---

<sup>35</sup> Nomeadamente a *Casula*, o *cálix* e a *imagem de prata do Santo* .

<sup>36</sup> Para além da vertente espiritual reflectida nas devoções e invocações, a devoção aos Santos reflecte-se nos nomes atribuídos às pessoas e na designação dos lugares. Efectivamente até meados do século XX alguns destes nomes eram relativamente vulgares, hoje são raros.

**Quadro nº 3**  
**Tabela das Devoções mais comuns nas Memórias Paróquias de 1758**

Devoções	Cidade		Termo	
	Devoções	%	Devoções	%
Nossa Senhora	37	28,4	71	25,8
Santas Virgens e Mártires	12	9,2	20	7,2
Almas	3	2,3	1	0,3
Paixão	8	6,1	14	5,0
Santíssimo Sacramento	4	3,0	13	4,7
Trindade	6	4,6	30	10,9
Santos	60	46,1	126	45,8
Total	130		275	

Reproduzido de CAPELA, José Viriato, FERREIRA, Ana Cunha (2002) – *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquias de 1758*. Braga. ISBN 972-98662-1-X. pp 189

Do quadro ressaltam a Devoção à Virgem, nomeadamente à N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário<sup>37</sup>. Entre os Santos ressaltam, nas Memórias Paroquiais, S. Sebastião, advogado contra a peste, patologia muito comum nos finais do século XVI e início do século XVII, e St<sup>o</sup> António, advogado dos agricultores e dos animais, facto normal numa região essencialmente agrícola até aos finais do século XIX. Em resumo, o quadro mostra uma Sé que irradiava para a sua área de jurisdição uma mensagem de devoção essencialmente sustentada no culto mariano, nos mártires, nas Almas, na Paixão (Senhor do... Santa Cruz...), no Santíssimo Sacramento, na Trindade (Espírito Santo, Santo Nome de Deus. etc.) e nos Santos. Para uma observação mais pormenorizada de cada uma das devoções na Região de Braga o quadro numero quatro mostra a distribuição devocional em 1758.

<sup>37</sup> A esta devoção está certamente a tradição de “rezar o terço todos os dias” imposta pela Igreja, facto que ganhou mais impulso após as aparições de Fátima. E ainda devido à passagem da “Sagrada Família” que passava de casa em casa, com a lamparina a arder, à qual tinha cada família de rezar o terço nos dias que a imagem ficasse no seu lar.

**Quadro nº4**  
**Devoções à Virgem e aos Santos, segundo as Memórias Paroquiais de 1758**

DEVOÇÕES À VIRGEM				DEVOÇÕES A SANTOS			
Intitulação	Cidade	Termo	Total	Intitulação	Cidade	Termo	Total
S <sup>a</sup> do Rosário	3	26	29	S. Sebastião	4	27	31
N <sup>a</sup> Senhora	1	7	8	St <sup>o</sup> António	6	22	28
N <sup>a</sup> S. Conceição	3	4	7	S. Bento	4	8	12
S <sup>a</sup> Purificação	2	4	6	S. Miguel	1	8	9
S <sup>a</sup> da Piedade	3	2	5	S. José	2	6	8
S <sup>a</sup> assunção	1	0	1	S. Gonçalo	0	5	5
S <sup>a</sup> Expectação	1	3	4	S. Joao	2	6	8
S <sup>a</sup> Dos Prazeres	0	1	1	S. Caetano	1	4	5
S <sup>a</sup> da Saúde	0	2	2	S. Paio	0	3	3
Madre de Deus	1	0	1	S. Pedro	3	4	7
S <sup>a</sup> do Desterro	1	2	3	S. Brás	1	3	4
S <sup>a</sup> da Graça	2	1	3	S. Martinho Dume	1	1	2
S <sup>a</sup> do Parto	0	1	1	S. Martinho	0	2	2
S <sup>a</sup> de Nazaré	0	1	1	St <sup>o</sup> André	2	3	5
S <sup>a</sup> do Bom Sucesso	0	1	1	St <sup>o</sup> Tome	0	2	2
S <sup>a</sup> do Presépio	1	0	1	S. Tiago Maior	0	2	2
S. da Apresentação	1	0	1	S. Tiago	3	1	4
S <sup>a</sup> do Amparo	1	1	2	S. Lourenço	1	2	3
S <sup>a</sup> dos Remédios	1	1	2	S. Rodrigo	1	1	2
Sr <sup>a</sup> do Carmo	1	0	1	S. Paulo	1	0	1
S <sup>a</sup> do Populo	1	0	1	S. Bernardo	1	0	0
S <sup>a</sup> do Socorro	1	0	1	S. Francisco	1	1	2
S <sup>a</sup> da Penha	1	0	1	S. Gregório	1	0	1
S <sup>a</sup> A Branca	1	0	1	S. Dionisio	1	1	2
S <sup>a</sup> das Mercês	1	0	1	St <sup>o</sup> Agostinho	1	0	1
S <sup>a</sup> de Guadalupe	1	1	2	S. Lázaro	1	0	1
S <sup>a</sup> das Augustias	1	0	1	St <sup>o</sup> Adrião	1	0	1
S <sup>a</sup> do Loreto	1	0	1	S. Felipe Neri	1	0	1
S <sup>a</sup> da Boa Memória	1	1	2	S. Victor	3	0	3
S <sup>a</sup> da Ajuda	1	0	1	S. Vicente	2	1	3
S <sup>a</sup> boa Nova	1	0	1	S. Domingos	1	1	2
Sr <sup>a</sup> da Visitação	1	0	1	St <sup>o</sup> Ovidio	1	0	1
Sr <sup>a</sup> do O	1	0	1	S. Pedro de Rates	1	0	1
S <sup>a</sup> do Amor	1	0	1	St <sup>o</sup> Homembom	1	0	1
Sr <sup>a</sup> das Neves	0	1	1	S. Felix	1	0	1
S <sup>a</sup> DO Encontro	0	1	1	S. Tomás	1	0	1
S <sup>a</sup> das Necessidades	0	1	1	S. Cosme e Damião	2	0	2
S <sup>a</sup> da Vida	0	1	1	S. Geraldo	1	0	1
S <sup>a</sup> DA Abadia	0	2	2	St <sup>o</sup> Amaro	1	1	2
Sr <sup>a</sup> da Caridade	0	1	1	S. Jerónimo	1	1	2
S <sup>a</sup> da Esperança	0	1	1	S. Marcos	1	0	1
S <sup>a</sup> do Pilar	0	1	1	S. Jorge	1	0	1
S <sup>a</sup> da Luz	0	1	1	S. Crescêncio	1	0	1
S <sup>a</sup> do Bom Despacho	0	1	1	S. Simão	0	2	2
S <sup>a</sup> da Lapa	0	1	1	S. Rozendo	0	1	1
				S. Roque	0	1	1
				S. Matias	0	1	1
				S. Frutuoso	0	1	1
				S. Saturnino	0	1	1
				S. Judas Tadeu	0	2	2
				S. Bartolomeu	0	1	1
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>71</b>	<b>108</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>126</b>	<b>186</b>

Adaptado de CAPELA, José Viriato, FERREIRA, Ana Cunha (2002) – *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*. Braga. ISBN 972-98662-1-X, pp. 191

De referir que grande parte dos Santos referenciados, especialmente os mártires e os Bispos (assinalados a amarelo), tem relíquias na Capela das Relíquias da Sé Primacial de Braga ou em altares como acontece com S. Martinho de Dume.

Actualmente, a Sé continua a encerrar em si o espírito coordenador e irradiador da política de devoção e invocação de toda a Diocese, embora em menor escala. Todavia, o ordenamento desta política não tem as mesmas configurações do século XVIII, uma vez que “até bem entrada a época contemporânea nas nossas paróquias do Minho toda a comunidade era católica praticante, fosse por convicção íntima fosse por pressão do meio social” (Soares 1997, 526). Actualmente, alguns dos Santos referenciados anteriormente apenas existem nos prontuários e anais da História Religiosa da cidade, na medida em que foram excluídos do ordenamento e programa devocional da Sé, ou então desapareceram das devoções populares mais desligadas do culto efectivo às divindades. Contudo, a devoção a S. Sebastião e a St. António, talvez não se justifique tanto nos nossos dias como nos finais do século XVIII e início da Idade Moderna. Apesar disso no estudo sobre a religiosidade na segunda metade do século XX efectuado por Mário Lages, Santo António é o 3º santo com mais promessas e o 2º com mais devoção, por sua vez S. Sebastião é o 5º com mais devoção e o 15º com mais promessas. Outros santos destacam-se na mensagem religiosa da Sé: S. Bento, Sr.<sup>a</sup> do Sameiro, S. Judas Tadeu, St Amaro, St<sup>a</sup> Luzia, entre outros que nos finais do século XVIII pouca expressão possuíam. Apesar destas diferenças mantém-se o culto, no próprio espaço da Sé, a N<sup>a</sup> Senhora, à Paixão, ao Santíssimo Sacramento e à Trindade. Os Santos locais, como os Bispos Santos e os demais anteriormente citados, encontram-se praticamente sem visibilidade religiosa e o seu culto é, por isso, demasiado residual no espaço da Sé e nas devoções populares. A esta situação não será alheia, entre outros factores, a organização interna do espaço devocional da Sé Primacial (especialmente depois da intervenção da DGEMN) que também não confere qualquer relevância a estes “homens Santos e Mártires”. A sua recordação poderia ser uma mais valia para o espaço da Sé, ainda que fosse sustentada noutros patamares como o turismo cultural religioso.

Todavia, apesar da perda de influência da Sé no culto popular e no que toca às Devoções e Invocações, esta continua a ser o espaço religioso mais “simbólico” para as pessoas desta região. Efectivamente, quando se quer ir à Eucarística ao Domingo para cumprir uma promessa, “ouvir” uma “missa” por alguém, este é ainda o cenário favorito. A este facto não será alheia a ideia, nem sempre correcta, que é aqui que o Bispo celebra a Missa. O respeito por esta personalidade eclesiástica continua muito vivo e, normalmente, as pessoas conferem um significado especial à Eucarística celebrada pelo Arcebispo. Normalmente só se assiste a missas celebradas pelo Bispo, por alturas do Crisma que sazonalmente é realizado nas freguesias. Esta

circunstância favorece o misticismo da “missa” da Sé celebrada pelo Bispo<sup>38</sup>. Por outro lado, as Cerimónias da Semana “Santa”, com toda a pompa religiosa que lhe estão associadas, reforçam o papel de “alma mater” da Sé de Braga, enquanto espaço onde se realizam as cerimónias religiosas de maior tradição e devoção.

Por último importa referenciar que a Sé de Braga não é considerada pelo povo a Matriz de uma paróquia<sup>39</sup> como todas as outras, mas sim a Igreja de toda uma região onde se congrega a fé dos concelhos associados a esta Diocese. Nesse sentido é-lhe atribuída uma dimensão religiosa enquanto local de culto mais abrangente e atractivo, um pouco à imagem do que acontece com a Catedral de Compostela para a Galiza.

### 1.1. Santos, Beatos e Lendas como factores de valorização Religiosa e Patrimonial da Sé de Braga.

A cultura popular é rica em superstições, especialmente, no que concerne ao universo religioso e imaginário. Esta realidade está patente em diversos locais de devoção, crenças populares, igrejas, cruzeiros, alminhas e cemitérios. Estas crenças “corporizam-se” através do pagamento de promessas que podem assumir a forma de dádivas monetárias, sacrifícios e orações a alguns santos. Estas tradições têm as suas origens em tempos remotos. De facto as tradições pagãs sobreviveram ao tempo e adquiriram roupagens cristãs. A protecção contra os demónios continua a ser solicitada, tanto ou mais que em outros tempos, para problemas de vida quotidiana, amor, doença, casa, “maus-olhados” e fortuna. Esta questão é importante porque reflecte a tradição cultural de um território e de um povo, e se a religião é uma escolha, o cristianismo popular, no seu todo, na sua expressividade, atesta e diferencia sempre as particularidades de cada sociedade.

Efectivamente esta característica é, ainda, hoje intrínseca no espaço da Sé Primacial de Braga, onde o sagrado convive com as crenças, devoções e promessas populares muito diversificadas o que faz do “puzzle” emocional da Sé, algo particular e que lhe confere o estatuto de *“Monumento Espiritual”*. Neste espaço cruzam-se os “grandes” ritos da religião

---

<sup>38</sup> Depois da construção do Santuário do Sameiro reparte-se entre estes dois espaços. Uma vez que o Santuário do Sameiro capitalizou a maioria das cerimónias religiosas realizadas pela Diocese de Braga.

<sup>39</sup> Excepção feita aos populares da freguesia da Sé que de forma aguerrida proclamam com orgulho que a “Sé é de Braga mas está na nossa freguesia e, por isso é a nossa igreja”



católica oficial, ou seja, os sacramentos, com as diversas espécies de religiosidade popular<sup>40</sup>. Podemos mesmo apresentar o tridente constituído pelo sagrado/popular/profano para um mesmo espaço que se traduz no catolicismo oficial (clero) / cristianismo popular (povo) / profano (prática decorrente do cristianismo popular). Esta trilogia condiciona por completo o cenário de fruição do espaço da Sé e confere ao monumento um *genius loci* único. As crenças fantásticas levam as pessoas a procurar os santos de grande devoção, especialmente: S. Bento da Porta Aberta, S. Judas Tadeu, Sr.<sup>a</sup> do Sameiro, St Amaro, St<sup>a</sup> Luzia, St. António, Sr.<sup>a</sup> de Fátima, o Sagrado Coração de Jesus e o Santíssimo Sacramento. Todavia, é em prol dos dois primeiros que o culto é mais forte e visível. A cada uma das entidades referidas correspondem espaços físicos (altares e imagens) que são alvo de densidade de ocupação maior ou menor, conforme o índice de culto a que cada uma das entidades tutelares desses espaços é votada. Este facto condiciona os circuitos de visita à Sé e cria condicionalismos para o fruidor patrimonial e turístico.

Avaliando, através de observação participante, o índice de culto de cada entidade verificamos que o S. Bento da Porta Aberta<sup>41</sup> é, sem dúvida, um dos mais procurados. A esta realidade não podemos dissociar o facto de este ser um dos Santos mais queridos de todo o Distrito de Braga, e ter nesta região o seu Santuário, como um dos locais mais procurados de toda a Península Ibérica. Mário Lages (2000, 426) refere, no estudo realizado sobre a religiosidade portuguesa na segunda metade do século XX, que S. Bento é logo a seguir a N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Fátima o Santo ao qual mais promessas são efectuadas. O mesmo autor diz, ainda, que “se juntarmos as suas várias invocações (S. Bento, S. Bentinho e S. Bento da Porta Aberta), S. Bento passaria para quarto lugar” no que toca aos santos alvo de maior devoção do povo português (2000, 426), conforme podemos verificar na tabela seguinte:

---

<sup>40</sup> A religiosidade popular é uma expressão privilegiada da inculturação da fé. Não se trata só de expressões religiosas mas também de valores, critérios, condutas e atitudes que nascem do dogma católico e constituem a sabedoria de nosso povo, formando-lhe a matriz cultural

<sup>41</sup> O famoso padrão do Galo de Barcelos, datado do século XVII, situado no Museu Arqueológico da cidade tem uma referência a este Santo como sendo um dos mais adorados daquela região, facto que baliza a adoração ao mesmo em tempos recuados.

**Quadro nº 5**  
**Invocações de Especial devoção dos inquiridos, segundo o estudo sobre a Devoção aos Santos realizado por Mário Lages.**

Invocações	Numero de respostas	%
Nossa Senhora de Fátima	308	21,6
Santo António	105	7,4
S.Domingos	30	2,1
Nosso Senhor dos Aflitos	24	1,7
S.Sebastião	18	1,3
Nossa Senhor da Conceição	16	1,1
Nossa Senhora	16	1,1
S.Bento	15	1,1
Santa Rita	12	0,8
S.João	11	0,8
Jesus Cristo	10	0,7
Nossa Senhora da Assunção	10	0,7
S. Mamede	10	0,7
S.Bentinho	8	0,6
Nossa Senhora dos Prazeres	7	0,5
S.Pedro	7	0,5
Nossa Senhora do CASTELO	6	0,4
Nossa Senhora dos Remédios	6	0,4
S.Bento da Porta Aberta	6	0,4
S. Cristovão	6	0,4
S. José	6	0,4
Deus	6	0,4
Todos os Santos	6	0,4
Rainha Santa Isabel	6	0,4

Adaptado de LAGES, Mário F.(2000) – A religiosidade Popular na Segunda Metade do Século XX. In CRUZ, Manuel Braga da, GUEDES, Natalia Ferreira – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa. Universidade Católica, pp. 408

O Culto a este Santo está muito enraizado na Diocese de Braga, especialmente a partir do século XIX, embora existam registos de culto muito anteriores a esta data, conforme é visível no Quadro nº4 do ponto um deste capítulo, altura em que o povo começa a difundir a mensagem que o “*S. Bentinho é santo de muitos milagres*”. Este culto transportou-se para a Sé de Braga, como para outros espaços religiosos da cidade onde existem imagens<sup>42</sup> de S. Bento, apesar de não ser “*nativo*” desta região. Ainda hoje, o povo acredita veementemente que S. Bento é um Santo poderoso e procura-o onde a envolvente contextual lhe confira cenários de grande religiosidade, como é o caso da Sé de Braga. S. Bento, segundo as crenças populares, é advogado de “muito males”. Muitas vezes ouvimos dizer, em Braga e nas regiões em volta “*apega-te com S. Bentinho*”. Aliás esta crença começa cedo quando em idades tenras jovens com “cravos” nas mãos pedem a intervenção do Santo para que estes desapareçam, uma vez que os pais e as catequistas muitas vezes incentivam essa ideia. Existe mesmo um ditado popular na

<sup>42</sup> A grande maioria das Igrejas da cidade de Braga possui um altar com este Santo. Segundo o esquema de planta apresentado no livro do Padre Manuel de Aguiar Barreiros da autoria Dr. Marques de Abreu, editado em 1922, a imagem de S. Bento estava colocada dentro do templo da Catedral.

região de Braga relacionado com este facto “*pega-te com S.Bentinho e oferece-lhe uma dúzia de ovos e reza-lhe um tercinho “que os cravos desaparecem”*”. Todavia as promessas a este Santo, advogado de muito males, prendem-se, especialmente, com problemas de saúde, estudos e maus-olhados. Existem na região de Braga pessoas que fazem promessas vitalícias para este Santo. Tais como deslocarem-se a pé a partir de Braga até ao Santuário no Gerês. De referir que muitas destas peregrinações muitas vezes incluem um pequena reza ao Santo na Sé.

Por outro lado, segundo uma ligeira incursão pelo universo das superstições e credices populares<sup>43</sup>, S. Bento é considerado, pelas “videntes” e “médiums” da região de Braga, um Santo de “muita força”. É muito comum, em especial, nas zonas rurais as pessoas procurarem os serviços de “videntes” para curarem maleitas físicas, problemas de amor, problemas económicos, crises familiares, maus-olhados, amarrações e bruxedos. Estas situações, pouco visíveis, funcionam como uma espécie de submundo religioso/pagão que a Igreja não controla ou aparentemente ignora.

As soluções preconizadas pelas videntes<sup>44</sup> para as maleitas passam, muitas vezes, pela oração e oferta de esmolas<sup>45</sup> ao “S. Bentinho” ou pelo acender e oferecer velas ao S. Bento. Naturalmente as pessoas, na maioria dos casos, recorrem ao “altar” do S. Bento na Sé de Braga para cumprir estas promessas ou executar estes procedimentos. Este facto explica muitas das ofertas e velas que por vezes se encontram junto à imagem do S. Bento na Sé (Fig.31). Mais uma vez fica aqui bem vincada a estreita ligação que a Sé continua a ter às crenças e ao cristianismo popular.

---

<sup>43</sup> Segundo Mário Lages (2000, 430) “O tema religiosidade (...) é inseparável do que, na linguagem popular, é tradicionalmente designado como credice, ou seja, ideias ancestrais acerca da possibilidade de o destino ser alterado por seres sobrenaturais ou por actos humanos, como maus-olhados, pragas, maldições, bruxarias, etc., segundos os mecanismos próprios do simbólico. Segundo estas crenças, o mundo sobrenatural é de alguma maneira contíguo ao humano. Por isso, pode intervir nele constantemente”

<sup>44</sup> Nessa “versão moderna” da “bênção”, com suas múltiplas possibilidades de arranjos sincréticos entre tradição e modernidade, as pessoas que procuram uma vidente acreditam que poderão ter acesso a símbolos que produzirão “significados” específicos para os acontecimentos circunstanciais de sua vida (Geertz 1989). Porém, mais do que isso, ao consumirem os “bens simbólicos” oferecidos, os clientes dessas videntes desejam que o “seu mundo” seja cada vez melhor. Através deles, sua imaginação é constantemente nutrida desse desejo, justificando, assim, o consumo variado e frequente de serviços mágicos – espirituais. Podemos, então, sugerir que o “fenómeno da bênção moderna” apresenta afinidades com a cultura de consumo moderna, ao oferecer um ambiente propício para a manipulação simbólica e performática dos desejos celebrados no imaginário do crente, através do consumo variado de “produtos” mágico-religiosos. Esta é uma realidade presente na Sé de Braga, mais uma vez esta é um espelho e o espaço âncora das tendências muito embora num sentido inverso, Sociedade/Sé em vez de ser o contrário como foi ao longo da história.

<sup>45</sup> Junto à imagem deste Santo na Sé Primacial existe a indicação aos crentes que as dadas não estarão expostas mais de um dia.

Por seu lado, S. Judas Tadeu é, também, um santo de grande adoração no espaço da Sé Primacial de Braga, embora em menor escala que S. Bento da Porta Aberta. O povo acredita que este Apóstolo de Jesus Cristo é o advogado das causas “impossíveis”. Por isso a ele recorrem com grande frequência para pedir intervenção em situações de vida muito complicadas sejam elas de saúde, amor, trabalho ou finanças. E, embora, o Santo não seja alvo de grande enraizamento religioso na cultura popular como S. Bento, a Senhora do Sameiro ou de Fátima, é muito procurado para pedir e agradecer promessas, conforme se pode observar facilmente junto à sua imagem. Mais uma vez, a ligação ao mundo da “vidência” catapulta o povo para cumprir promessas e “afazeres” junto deste santo, especialmente na Sé de Braga. É, inclusivamente, vulgar encontrar documentos escritos alusivos a promessas com dizeres relativos ao benemérito e beneficência do Santo. É, também, frequente ver pessoas a ler papéis junto da imagem, assim como o “responso” que a Igreja dedicou a este Santo. Em termos de “ofertas físicas” este santo será talvez o mais ornamentado do espaço da Sé a avaliar pela quantidade de flores, papéis e fotos que se encontram diariamente junto da(s) imagem(s) do discípulo de Cristo (Fig 31).

Os sucessivos trabalhos de observação efectuados no espaço da Sé Primacial de Braga levam-nos a concluir que estes dois Santos são aqueles que mais concentram o desenvolvimento de “crenças” no espaço, ao mesmo tempo que funcionam como elementos diferenciadores entre a Sé popular e as outras “Sés Monumento”, nas quais a “crença” é secundária relativamente a outras práticas e actividades.

Ainda no espaço da Sé de Braga, é importante referenciar a Imagem de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Sameiro como uma das entidades mais procuradas para o culto e, em especial, para a oração. Todavia o facto de esta ser a “padroeira” da cidade e possuir um Santuário nas imediações da cidade leva a que processos idênticos aos relatados para S. Bento e S. Judas se registem no Santuário do Sameiro.

Destacam-se, ainda, Santo Amaro colocado na Capela da Piedade e, Santa Luzia, inserida numa das capelas do claustro. Estes dois Santos são entidades de grande tradição religiosa no povo. Recorde-se que Santo Amaro é advogado dos “ossos”, doença muito frequente entre a população mais idosa que normalmente pede as suas benfeitorias para aliviar as suas maleitas. Este facto nota-se através da quantidade de esmolas dadas a este santo, com festa a 15 de Janeiro, e ainda pela quantidade de ofertas em cera colocadas junto ao seu altar. No estudo de Mário Lages (2000, 426) é o 19º Santo com mais invocações e promessas. Santa Luzia, advogada da vista, é outra das entidades mais adoradas dentro do espaço da Sé. De notar porém que, no caso de Santo Amaro pelo facto de estar colocado na Capela da Piedade, não se registam grandes situações de conflito entre Crentes/Visitantes, uma vez que a sua veneração

não confronta ou obsta os circuitos de visita. Já no caso de Santa Luzia<sup>46</sup>, a circunstância da imagem se encontrar num espaço de passagem, condiciona a prática religiosa e privacidade do Crente, ao mesmo tempo que afecta os circuitos de visita.

Para além destes há na Sé um culto religioso muito vigoroso que abrange uma série de outras entidades religiosas, como a Senhora de Fátima, St<sup>a</sup> Maria Madalena, St<sup>o</sup> António, o Sagrado Coração de Jesus, a Senhora do Leite e o altar do Santíssimo Sacramento que são “ícones” incontornáveis da religiosidade local. Aliás, alguns destes são já alvo de devoções e invocações referenciadas nas Memórias Paroquiais e outros documentos, desde o século XV.

Das observações anteriores ressalta o facto de entre os Santos mais procurados para adoração, crença e promessas, não constar nenhum dos “Santos da Catedral”, como S. Martinho de Dume, S. Frutuoso, S. Geraldo, S. Bartolomeu dos Mártires e Frei Caetano Brandão. Estes passam praticamente despercebidos. Poder-se-á dizer que “é sinal dos tempos”. Aparentemente estão perfeitamente esquecidos no imaginário e nas crenças populares, ao contrário do que acontecia outrora quando S. Martinho e S. Geraldo eram Santos de grande devoção. Muitas pessoas questionadas sobre este problema responderam de forma muito curiosa, afirmando que todos “os santos são nossos”, “todos são de Braga”, não conseguindo na maioria dos casos particularizar os que estão ligados à história da cidade.

Pode-se concluir que não fossem as ligações promovidas por S. Bento da Porta Aberta, S. Judas Tadeu, Sr.<sup>a</sup> do Sameiro, Santa Luzia, Santo Amaro, A Virgem, a Paixão e o Santíssimo Sacramento, o espaço da Sé seria não mais um lugar de “espírito próprio”, diferenciador do carácter religioso e cultural de uma região, mas apenas uma Sé Monumento, como tantas outras existentes na Europa. A situação atrás relatada faz com que as crenças e o imaginário popular continuem na Sé.

Parece-nos importante, neste enquadramento, dar mais visibilidade à vida de alguns Santos e Prelados Bracarenses para que a Sé ganhe uma dimensão religiosa mais relacionada com a sua história eclesiástica. É lamentável que a capela das Relíquias encerrando importantes testemunhos da história religiosa não possua mais visibilidade. Será da responsabilidade da Igreja o desconhecimento deste legado, bem como do desaparecimento dos Santos da Igreja Bracarense das crenças e devoções populares? Lança-se esta questão com o intuito de promover

---

<sup>46</sup> Pode admitir-se que Santa Luzia terá herdado de uma divindade proto-histórica a sua função tutelar sobre a vista, considerando os materiais recolhidos no Santuário da Idade do Ferro do Garvão-Ourique (século V a.c.), designadamente as pequenas placas de prata com olhos.

a maior visibilidade religiosa e histórica destes elementos, com o objectivo de contribuir para uma maior valorização do monumento em termos histórico-religiosos.

Será também importante uma reavaliação, por parte, do Cabido, entidade gestora do regime interno, das questões relativas à intensidade do culto religioso nos diversos lugares e altares da Sé. Todavia, esta temática será tratada, em pormenor mais à frente.

## 1.2. A Igreja, o Fantástica e o Pagão no espaço da Sé Primacial de Braga; o imaginário popular como factor de identidade.

As superstições, segundo Teófilo Braga “São um documento psicológico nas profundas raízes e analogias de povo a povo (...) São um documento proto-histórico pelo qual se pode recompor o estado social sobre que se desenvolveram as civilizações progressivas” (1994, 19). Hume, na sua obra clássica “A História Natural da Religião” afirma que “Os Homens tornam-se mais supersticioso à medida que experimentam um maior número de acidentes”. A consistência desta afirmação é indiscutível, uma vez que as superstições e crenças de cada tempo dependem em larga medida dos medos e temores dos homens em cada contexto histórico. A própria religião, apesar de estruturalmente dogmática, adapta as suas mensagens de acordo com os temores do Povo. Já, neste trabalho, lembramos o facto de as Memórias Paroquiais de 1758 referenciam S. Sebastião advogado das pestes e da guerra, e St. António advogado dos animais e culturas, como Santos de maior devoção numa determinada época. Esta situação seria muito comum em Braga na Idade Média, com as pestes e as constantes incursões bélicas entre Portugal e Castela, tal como durante os séculos XVII e XVIII com o Domínio Filipino e as Invasões Francesas. Considerando o carácter maternal que a Sé sempre teve para os Bracarenses e para toda a Diocese, a Catedral foi o espaço onde se acolhiam as mágoas, promessas e superstições do povo em virtude destes “temores” e “medos”. A prová-lo não é difícil encontrar, vocábulos curiosos e evocativos dos nomes dos Santos, solicitando protecção perante situações que não conseguem controlar e/ou que provocam grande insegurança:

- “Santa Bárbara livra-nos das Trovoadas” (quando troveja ou está em vias de acontecer) diz-se também “que Santa Barbara a traga livre de perigo, pois é precisa para rebentar as veias de água”
- “São Brazinho bendito” (quando se está engasgado);
- “Ai Jesus “(quando se sente uma agonia brusca);

- “Senhora do Sameiro nos livre dos males desconhecidos” (quando se está inseguro);
- “S. Antoninho bendito olhe pelos nossos animais” (quando os animais tem crias pequenas em perigo);
- “O Senhor dos Mal-Guiados lhe ilumine o caminho” (quando alguém está no mau caminho);
- Entre outros.

Os Crentes manifestam a sua alegria ao tomarem contacto com o lugar, com as imagens que a Igreja, em cada tempo, coloca nos altares como as bases da sua mensagem para o povo. Essas transportam-se para o imaginário popular. Para os Crentes, quase não existe separação entre símbolo e realidade. Esta agregação representa a crença, que cura, que protege dos desconhecidos e que abençoa. Retirar alguns dos Santos hoje colocados à adoração no espaço da Sé seria privar a comunidade da fonte de protecção celeste que a rodeia e seria cortar a ligação entre o Imaginário Popular e a própria Sé.

Refira-se que a disposição do programa devocional e decorativo da Sé foi radicalmente alterado em meados do século XX, a avaliar pela planta levantada pelo Arquitecto José da C. Vilaça e impressa na obra do Padre Manuel d’Aguiar Barreiros, editada em 1922. A planta mostra uma disposição dos altares e do programa devocional muito diferente da actual. No início do século XX existiam 8 altares na área dos tramos da Sé, nas naves laterais (4 de cada lado) e ainda algumas capelas na área consagrada ao claustro de Santo Amaro. Havia também o acesso directo deste claustro à Igreja da Catedral. A organização do espaço devocional em 1922 conferia à Sé, em termos religiosos, uma leitura completamente diferente da actual. Aliás seria interessante estudar o impacto da mudança do programa devocional junto da comunidade local dada a radicalidade com que foi efectuado (Fig. 8<sup>47</sup> e 8.1).

Das atitudes dos crentes mais comuns, observadas e registadas durante um ano de trabalho neste espaço, para com as imagens ou estátuas colocadas no Claustro da Sé, Capela da Piedade, Capela-mor e Transepto, destacamos as seguintes:

- Falar;
- Tocar;
- Beijar;
- Fixar-se na imagem na busca de uma resposta;

---

<sup>47</sup> A partir da planta é possível ver a organização e disposição dos altares no espaço da Sé.

- Levar para junto delas objectos familiares ou crianças.
- Oferecer fotos e papéis com dedicatórias;
- Oferecer flores;
- Acender e oferecer velas;

A promessa é a relação estabelecida entre a condição humana concreta e o invólucro de santidade que a rodeia. Faz parte de uma visão do mundo como modo de comunicação essencial e, por isso, aproxima-se do sacrifício, inserindo-se num quadro de uma economia de troca.<sup>48</sup> Segundo Mário Lages é “uma das matérias em que a sensibilidade religiosa do povo mais profundamente se exprime é das promessas” (2000, 421). «Promete-se a um santo» quando está em perigo a segurança essencial da existência individual, familiar ou social. O exame dos ex-votos, que proliferam nas dependências dos santuários célebres ou modestos, como prova do «milagre» que se agradece, ou a presença devota do Crente que vem dar graças<sup>49</sup>, permitem calcular a imensa variedade de situações que induzem às promessas, no espaço da Sé de Braga. Estas são comuns à generalidade das causas registadas nas Igrejas do Sameiro, Bom Jesus, S. Bento, entre outras referenciadas na cristandade local.

As tipologias de motivos de promessa aqui identificados são muito idênticas às inventariadas por Mário Lages no seu estudo sobre o tema. Este afirma que “As razões que os crentes referem como sendo a ocasião ou a causas para fazer promessas mostram um conjunto muito alargado de problemas, preocupações, angústias, sofrimentos e dificuldades de vida que os levam a recorrer ao transcendente, no sentido de os minorar ou eliminar” (Lages 2000, 424). No trabalho de observação que efectuamos na Sé identificamos duas grandes categorias de promessas:

- a) As relativas à saúde (à sua e à dos seus, bem como dos animais domésticos);
- b) As ligadas ao clima social do momento (guerra; pragas e doenças);

No entanto, o hábito das promessas ultrapassa largamente o quadro destas situações. Estes constituem para muitos um investimento de rotina, entrando na ordem normal das coisas e inserindo-se no desenrolar do seu quotidiano. Curiosamente, os Crentes, segundo Mário Lages têm “(...) dificuldades em aceitar a comutação das promessas que alguns pastores, por vezes, tentam fazer, decorre desse compromisso profundo que o crente assumiu com Deus.: a sua

<sup>48</sup> Vide a este propósito SANCHIS, Pierre (1983) – *Arraial: Festa de um Povo, as romarias portuguesas*. Publicações Dom Quixote: Lisboa, p. 47.

<sup>49</sup> “Vem dar Graças” das promessas concretizadas ou ouvidas pelos seus oragos. Por isso se encontram na Sé Primacial de Braga inúmeros objectos juntos das imagens de S. Bento, S. Judas, Altar do Santíssimo Sacramento, Altar de Nossa Senhora de Fátima, Santo Amaro e Santa Luzia.



fidelidade à promessa é condição da misericórdia divina em o ouvir e atender” (2000, 424-425). A Sé tem um público Crente, que comunga destes princípios, muito além do que é usual neste tipo de monumento mensagem. Graças a estas trocas recorrentes, estabelece-se e mantém-se uma solidariedade entre as duas sociedades, a humana e a «divina», a da vulnerabilidade perante as forças destrutivas do cosmos e das paixões e a que emerge na «santidade»: homenagens dolorosas, longas caminhadas, a pé até ao santuário ou de joelhos em volta da igreja ou da estátua e ainda ofertas semi-rituais e sacrifício dos bens mais preciosos. Parte destas situações são, hoje, maioritariamente, substituídos por ofertas em dinheiro e velas. De referir que de acordo com alguns relatos recolhidos na Sé, muitas pessoas vêm à Sé, junto da Imagem de S. Bento e da Senhora do Sameiro fazer promessas que, posteriormente, são cumpridas nos Santuários respectivos. Em troca, ganha-se um maior sentimento de segurança, uma certeza de protecção, uma presença do sagrado que acompanhará o desenrolar do quotidiano da existência. É através das promessas que o homem estabelece as pontes entre a vida e a morte. As promessas, para além da consciência que delas têm aqueles que as praticam, são ainda susceptíveis de outras análises.

Para além desta vertente extremamente acentuada de devoção e promessa, na Sé de Braga, considerada por muitos “*o espaço ideal para estar com Deus*”, urge referenciar a realização da Semana Santa em Braga (Fig. 24). Para o povo esta Semana, com sede na Sé, representa o papel de “mater” da Catedral. Embora este tema esteja já relativamente debatido neste trabalho, importa referenciar que o mesmo confere uma simbologia especial à Sé Primacial, levando os Crentes a acreditar que a oração, a promessa e a devoção neste espaço tem um significado especial.

A Igreja, neste caso, em particular, o Cabido, consciente desta realidade, tenta gerir algumas destas manifestações dentro do espaço da Sé Primacial, procurando desta forma manter dignidade e sobriedade. Esta situação não se tem revelado muito difícil uma vez que os Santos de maior visibilidade, devoção estão colocados no claustro fora do espaço da Igreja da Sé. Falamos naturalmente de S. Bento e S. Judas, juntos dos quais podemos ver algumas indicações, do Cabido para os Crentes a proibir certas práticas e/ou a indicando o facto de as suas dádivas terem uma duração de permanência temporal junto das imagens pelo que, fora desses períodos, serão retiradas. Inteligentemente, o Cabido não permite que se coloquem velas à arder junto destes, sugerindo implicitamente que o melhor é a utilização das velas automáticas gerenciadas através de dinheiro. Esta é a realidade transversal à generalidade das capelas e espaços da Sé que estão constantemente disponíveis para visita e fruição de Crentes e visitantes em geral. A Igreja, em Braga, mantém-se ainda muito presa aos dogmas do passado, apesar de não reconhecer algumas práticas do cristianismo popular e superstições que o povo

leva para dentro da Sé, é delas uma beneficiária directa em termos económicos e até religiosos. Poderá perguntar-se se a colocação dos Santos de maior devoção no claustro teve em conta os índices de devoção e clamor popular de cada um deles? Ou será que a Igreja, consciente deste conjunto de superstições, colocou estes Santos fora do seu espaço sagrado, na consciência que estes são os Santos de maior devoção popular e das suas superstições, e como tal susceptíveis de grande devoção, promessa e invocação? Poder-se-á dizer também que houve uma tentativa de deixar o cristianismo popular às portas da Igreja Sagrada, onde só são admitidas às práticas Litúrgicas. Esta afirmação decorre do facto do claustro ser paralelamente um espaço de entrada na Catedral, de devoção, de passagem, de vendas de material, de acesso ao Museu e de desconcentração por parte de quem sai da igreja da Catedral.

De referir que o claustro, tal como a Igreja está ao serviço do culto, por isso funciona também como um estímulo e ajuda para fazer “memória”, para reflectir e celebrar, uma vez que é um vector de ligação ao imaginário e à cultura popular. Para confirmar esta ligação recorreremos à Nota sobre a Adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica que nos diz “(...) as igrejas são realidades históricas; foram construídas não tanto como monumento a Deus ou ao homem, mas como lugar do encontro sacramental, sinal da relação de Deus com uma comunidade, dentro de um determinada cultura e num monumento histórico bem preciso” (C.E.L.P 1996, 17-18), efectivamente é esta a relação existente entre o claustro e a comunidade local e o seu imaginário. Esta realidade é naturalmente extensiva à Igreja é à generalidade da Catedral de Santa Maria de Braga.

### 1.3. As Lendas e as Devoções: sua influência no ordenamento espacial da Sé.

Lendas, milagres, devoções e invocações constituem factores que, dentro de um espaço religioso, condicionam a circulação de pessoas, seja qual for o edifício ou a sua estrutura. Esta circunstância é mais evidente quando existem, ou se acredita existirem, elementos físicos, simbólicos e /ou espirituais que ligam o espaço terreno às divindades. Ou seja locais onde tenham acontecido milagres, se conservem túmulos de santos ou relíquias relevantes, bem como imagens de devoção muito procuradas. Inserem-se neste âmbito os templos de S. Torcato, em Guimarães; o Templo do Bom Jesus da Cruz, em Barcelos; a Catedral de Santiago, na Galiza; o Santuário de Fátima e o Santuário do Sameiro. Nestas igrejas o espaço é claramente condicionado pela existência de um factor que os conectam às divindades. Este

aspecto funciona a dois níveis: ora atraindo os Crentes para promessa, oração e devoção, ora visitantes por curiosidade turística e patrimonial.

Por outro lado, a hierarquia instalada pela Igreja nos edifícios, com a colocação dos principais factores de culto junto do altar-mor e/ou transepto, condiciona também os movimentos e a abordagem dos Crentes e visitantes ao Templo. Efectivamente, os Santos e divindades de maior adoração são normalmente colocados na zona mais sagrada do Templo, facto que enaltece esta área relativamente a outras. O Altar-mor e as capelas circundantes são os locais onde se colocam os Santos de maior devoção, os Padroeiros, o Santíssimo e demais elementos de invocação. A presença das imagens e o seu “programa” obedece normalmente a este princípio. Esta realidade, está já bem presente em pleno século XVIII, tal como nos afirma Viriato Capela e Ana Ferreira ao descrever a Catedral nas Memórias Paroquiais de 1758, “o templo desenvolve-se em várias partes, a capela-mor, do arco cruzeiro e do corpo da catedral com a nave central e das duas laterais (do lado da Epístola e do lado do Evangelho) e de certo modo a ele adjacentes, o coro alto, a sacristia, os dois claustros, o claustro da Sé e o claustro de St. Amaro, também conhecido como Cemitério da Sé” (2002, 175-177). Segundo estes mesmos autores “a cada um destes espaços corresponde uma dignidade e hierarquia própria, com uma relativa superioridade para os espaços de dentro da Sé e nestes, a proximidade à capela-mor e arco cruzeiro que conferem e transmitem uma dignidade própria e superioridade às respectivas capelas e túmulos, devoções e invocações, sufrágios e sufragados que transmite e exprime, em regra também nas alfaias, relíquias e naturalmente nas rendas anexas, legados, privilégios dos altares (...)” (2002, 175-177).

Actualmente a área da Capela-mor e do Transepto, onde se localizam os altares principais da Sé Primacial, continua a ser um espaço com evidente supremacia hierárquica relativamente ao restante espaço. Todavia, a esta hierarquia não correspondem factores de ordem lendária, mas sim linhas de organização geral do Templo, segundo as leis canónicas. Este facto, apesar da atratividade das capelas circundantes, resulta essencialmente da centralidade do altar e da beleza potenciada pela Capela-mor. Apesar de existir culto nas Capelas do Sagrado Coração de Jesus, Santíssimo Sacramento e S. Martinho de Dume (do lado direito) e Altar da Senhora do Sameiro (no lado esquerdo), estes não tem influência nos circuitos de visita e circulação da Sé Primacial por motivos lendários. Por outro lado, a colocação do altar-mor não nos parece a mais adequada, apesar de ditada pelas regras do Concílio Vaticano II, pois está muito no centro do Cruzeiro do transepto e muito próximo do primeiro tramo da nave. Este facto contribui em grande escala para uma certa saturação existente naquela área, uma vez que inibe a circulação nesta área. Esta saturação é tal que fica a ideia que o altar da Senhora das Rosas, do lado esquerdo, e os altares do Sagrado Coração de Jesus e S.

Martinho de Dume são praticamente “cegos” e como tal pouco motivadores de fluxos de devoção.

Em termos de organização a Sé cumpre o preceituado pelo Vaticano, uma vez que espelha o percurso de iniciação cristã pelo Baptismo (parte baptismal / fonte baptismal) e seguido para a Eucarística (Altar Mor) evitando, ao longo deste percurso, as elaborações de tipo alegorizante ou antropomórfico, susceptíveis de ser associados a lendas e/ou superstições. (C.E.L.P 1996, 32).

As naves não possuem grandes pontos de interesse, pelo que somente se cabimentam como locais de circulação e como o espaço onde fica a Assembleia.

A entrada da Igreja, a parte baptismal, é marcada por um elemento que condiciona em grande medida a circulação na Igreja, uma vez que o Coro Alto e o Órgão influenciam o movimento dos visitantes (Figs 9 e 10).

Para além deste espaço é de referir o Túmulo do filho primogénito de D. João I, D. Afonso, que morreu em Braga, no dia 22 de Dezembro de 1400, quando se deslocava em peregrinação a Santiago de Compostela. Este sarcófago embora ligado à Sé e à Corôa Portuguesa, não é porém motivador de qualquer devoção, crença e/ou lenda. Há, no entanto, um factor de crença ligado às pias que possuem “água benta” na Galilé da Sé. Os Crentes acreditam que a bênção desta água lhes afasta os males do corpo e os benze. No final das celebrações é comum ver pessoas benzendo-se com água. Esta porém é uma crença e devoção comum a toda a Diocese. O povo diz que ter água benta em casa é “bom” pois serve para benzer a casa dos “maus-olhados”. Acredita-se também que os padres colocavam água benta para afastar as “bruxas” do espaço sagrado da Casa de Deus. O povo acredita que a existência de água benta nas igrejas servia para desmascarar as “bruxas” que temiam passar na porta principal com medo do efeito da água benta. Por isso estas pias situam-se nas entradas principais das Igrejas, como acontece na Sé Primacial.

No tocante às devoções, no item relativo aos Santos mais invocados na Sé, já analisamos os espaços mais procurados pelos Crentes para culto. Assim neste ponto para além do espaço da igreja, devemos destacar o claustro e a capela da Piedade como os locais mais procurados.

Todavia, algumas das lendas que, eventualmente poderiam influenciar a circulação na Sé não possuem visibilidade, embora existam elementos que as poderiam valorizar. Uma das

mais ricas refere-se a S. Pedro de Rates, por muitos considerado o primeiro Bispo da Diocese de Braga e patrono de um dos mais emblemáticos templos românicos de Portugal. Segundo a tradição S. Tiago escolheu a região da *Gallaecia*, a mais importante da Península à época, para evangelizar a Hispânia. Acredita-se que, no contexto desta evangelização, realizou inúmeros milagres entre os quais se destaca o de ter ressuscitado um profeta judeu morto há centenas de anos, o qual tomou o nome de Pedro. Este, na sua nova vida, pregou o evangelho, fez milagres e morreu mártir. Diz-se que foi morto pelo pai de uma jovem leprosa por si curada. Teve, ainda, segundo a tradição, uma morte abrupta, crivado de cruéis cutiladas, na localidade de Rates. O seu corpo foi aí escondido para não mais ser encontrado. Conta-se, no entanto, que um eremita de nome Félix ao avistar altas labaredas e luzes celestiais num monte descobriu as preciosas relíquias e ali se ergueu mais tarde, um mosteiro (Brandão 1990, 14). Este Santo encontra-se na Sé desde 17 de Outubro de 1552, altura em que foi trasladado para este templo por ordem de D. Baltasar Limpo (Ferreira 1932).

S. Martinho de Dume é outra “Lenda viva” da Sé Primacial, apesar do seu altar ter pouca visibilidade. Recorde-se a obra imensa deste homem na evangelização de toda a *Gallaecia*. Margarida Brandão retomando a narrativa de D. Rodrigo da Cunha, diz-nos que “caiu doente, recebeu os sacramentos e deitou-se numa pobre cama coberto de saco e de cinza, chorando os seus por o perderem alegrando-se os bem aventurados por o ganharem” (1990, 15). Foi sepultado em Dume onde despertou grande culto popular. Em 1606 foi trasladado para a Sé por ordem de D. Frei Agostinho de Jesus, o qual mandou erigir uma capela dedicada ao Santo. (Ferreira 1932). Por sua vez, D. Rodrigo de Moura Teles mandou fazer um painel de azulejo documentando a vida de S. Martinho a fim de decorar a capela.

Outro “homem-lenda” é sem dúvida S. Frutuoso que no século VII, difundiu a Fé cristã e mandou edificar templos e mosteiros. Segundo Margarida Brandão, que recorreu mais uma vez à narrativa da História Eclesiástica de D. Rodrigo da Cunha, “S. Frutuoso costumava visitar os seus mosteiros acompanhado de um jumento carregado de livros, por onde estudava, e de mimos para oferecer e consolar os frades doentes” (1990, 15). Segundo a lenda este mesmo Jumento, bicho de estimação do Santo, caiu a um ribeiro com a carga e as ofertas, para desespero do santo. Todavia, quando o animal saiu das águas a carga estava enxuta. Uma outra lenda tem a ver com o facto de ter salvo uma corça quando esta fugia de um grupo de caçadores. O animal terá ficado tão agradecida ao santo que o seguiu até ao Mosteiro, tornando-se seu companheiro. Um dia um moço matou a corça. Segundo a lenda o castigo foi imediato e o rapaz ficou doente logo no momento. Salvou-o o Santo quando o foi visitar, mostrando a sua bondade (Brandão 1990, 14-16).

Estas lendas, que se reportam ao período Suevo e Visigótico, estão praticamente perdidas na cultura popular, excepto em algumas camadas mais eruditas e dedicadas à história local ou, então, encerradas em publicações de natureza histórica e eclesiástica. Não têm, por isso, qualquer espécie de influência nos circuitos de visita ao espaço da Sé.

Se estas lendas já se encontram completamente fora do imaginário popular e do próprio espaço da Sé, outras existem que estão ligadas a capelas e aos homens Santos da Sé de Braga. Exemplo desta situação é a Lenda da Santidade de outro Bispo Bracarense – S. Geraldo. Segundo a lenda S. Geraldo, doente, deslocou-se às Terras do Barroso para visitar “povo rude das serras, que nunca tinha ouvido a pregação do seu prelado, afim de lhe anunciar a palavra de Deus de lhe administrar o Sacramento da Confirmação” (Ferreira 1928, 226). Durante a visita, realizada em 5 de Dezembro de 1108, o Bispo pediu a um elemento da sua comitiva que fosse apanhar em pleno Barroso frutas frescas. Ainda que, as terras frias do Barroso, naquela altura do ano não produzem frutos. Os elementos da comitiva lá se deslocaram aos campos à procura da ansiada fruta para o seu Prelado. Apesar de inicialmente não a encontrarem, qual não é o seu espanto quando encontram fruta na terra fria no pico do Inverno. Por isso na capela de S. Geraldo na Sé existem tantos frutos<sup>50</sup> e a tradição do culto a este homem está ligada aos “frutos” Esta lenda não está inserida na fruição religiosa ou turística, uma vez que a visita à capela só é possível dentro do circuito do Museu do Tesouro. Este facto limita e diminui uma lenda ainda muito presente no imaginário popular e inibe o culto a um Santo, outrora de grande devoção, conforme poderemos constatar nas palavras do Monsenhor Augusto Ferreira “S. Geraldo foi cedo canonizado; porquanto no primeiro terço do século XIII já encontramos uma Igreja dedicada a este Santo (Loivos, Chaves), como se mostra pelo Doc. nº 869 do Liber Fidei, anno 1224 (...) ahi se encontra mencionado S.Geraldo, como Padroeiro da Diocese, no ultimo quartel do Século XII” (1928, 227).

Outra lenda existente no espaço da Sé e que é do conhecimento popular relaciona-se com D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga, cujo corpo incorrupto se pode observar na Capela dos Reis. Aquele Prelado foi um grande apoiante de D. João, Mestre de Avis, tendo combatido ao seu lado na batalha de Aljubarrota. A propósito desta batalha, diz-se em virtude da falta da orelha do corpo no Prelado, que este “perdeu a orelha pelo rei”. A persistência desta lenda decorre do conhecimento empírico que o povo tem da ligação da Sé às lutas e conquistas da Corôa. E, mais uma vez estamos na presença de um espaço que não é normalmente de fácil fruição, porque também está inserido no circuito do Museu do Tesouro e indisponível para visita livre. Durante o trabalho de observação tivemos a oportunidade de constatar que a capela

---

<sup>50</sup> No dia 5 de Dezembro, Festa de S. Geraldo, era tradicional o costume popular de ornamentar o altar do Santo com frutos: uvas; peras; maçãs e melancias, os mesmos que estiveram na origem do milagre.

dos Fundadores é, excepcionalmente, utilizada para realizar cerimónias religiosas, mas somente quando a igreja e capela da Piedade estão inibidas para o efeito, por motivos diversos. Esta situação é muito rara e, ocorre, normalmente nas Eucaristias de meio da tarde no período da Semana Santa. O corpo de D. Lourenço, que se encontra em exposição nesta Capela, é, nesta altura, tapado com um pano durante a celebração. Talvez fosse mais adequado colocar este Prelado numa estrutura ou local que lhe conferisse uma dignidade à altura da obra que realizou em vida. Este Prelado representa o contexto da Igreja que protege o povo das guerras, mas também o mobiliza para dar apoio à Corôa na defesa do Reino.

Uma outra curiosidade relacionada com o imaginário do povo de Braga, embora de natureza *não-religiosa*, tem a ver com uma história curiosa, que enriquece o simbolismo fantástico, e que em seguida passamos a citar: *“Por debaixo da Sé de Braga existem muitas coisas e histórias, e existem umas catacumbas (túneis) que ligam esta igreja ao mar. Outros por sua vez afirmam “que por baixo da Sé existe um braço de mar”. Alguns afirmam mesmo que “a entrada é junto à igreja da Misericórdia”*

Estas histórias reflectem a dimensão fantástica das lendas. Neste trabalho não nos foi possível averiguar na história da Sé, nem na cultura popular, qual a origem dessa “lenda”. Contudo, esta deve proceder da memória colectiva de outras construções existentes, no subsolo do imóvel, que o povo com a sua tradicional “fantasia” modelou. Contudo, há de facto um manancial de água sob a Sé que dá origem à fonte da Misericórdia. Recentemente (em 2004) foi descoberta uma conduta romana do Alto Império que partia do mesmo manancial subterrâneo em direcção ao Campos das Hortas.

Em termos históricos, e apesar da falta dos vestígios arqueológicos, existe uma consciência, no senso comum popular, que este local “vem dos tempos antigos”, daí a analogia “mais velho que...” para classificar algo que se quer conotar como muito antigo. Esta consciência espelha-se bem na expressão *“mais velho que a Sé de Braga”* que em Portugal, nos países lusófonos e em todos os locais onde existem portuguesas, ainda, se usa para designar algo que é muito antigo. Alguns populares afirmam mesmo que a história de Braga está “nas paredes da Sé”. Foi a memória de que a Sé é um imóvel “omnipresente” nos diversos tempos da história da cidade que estabeleceu este provérbio no imaginário popular.

O fundamento deste ditado poderá também residir no facto de a Diocese e a Igreja em Braga serem anteriores à Sé, pelo que, por analogia popular, poder-se-á concluir que a “Igreja em Braga é mais velha que a Sé”.

O que é facto é que este ditado se espalhou pelos cantos do mundo onde existem Portugueses, especialmente no Brasil onde encontramos referências que passamos a citar: “Diz-se do velho muito velho que ele é "velho como a Sé do Braga" (Velhice, Velhos: provérbios 2004). Curiosa é a inclusão deste termo nos provérbios mais populares do Brasil, facto que mostra a possível relação da Sé com os Descobrimentos, nos séculos XV e XVI, e com a subsequente colonização e evangelização nos séculos seguintes e, mais recentemente, no imaginário dos emigrantes que nos séculos XIX e XX atravessaram o Atlântico rumo às terras de Vera Cruz.

Por outro lado, “mais velho que a Sé de Braga” é um “slogan” de grande força junto dos emigrantes e luso descendentes de 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> geração. Especialmente daqueles que, no século XIX e início do século XX, foram para o Brasil. A fama da Sé de Braga decorre também do facto de no Museu da Sé se encontrar a Cruz, com a qual, supostamente, Pedro Alvares Cabral e os seus homens terão celebrado a primeira Eucaristia em terras de Vera Cruz. Inclusivamente, esta esteve presente na Celebração dos 500 anos da “descoberta” do Brasil.

Sob o ponto de vista histórico esta expressão, abre à Sé um nicho de mercado específico do segmento cultural, que a relaciona naturalmente com a História do Reino, da Península e da Igreja Europeia, uma vez que a alusão à expressão “mais velho que...” induz o ser mais velho que a maioria dos factos de conhecimentos geral”. Por outro lado, a visibilidade que a Catedral tem junto do mercado Espanhol, especialmente nos Galegos, decorre muito da história “comum” que partilhou com cidades como Compostela e Lugo.

Outro exemplo decorre da influência da Igreja Primacial de Braga no Couto de Cambeses, concelho de Barcelos, até finais do século XVIII. Fruto desta relação, ainda hoje alguns dos habitantes mais idosos desta freguesia proferem, quando sabem que alguém se desloca a este imóvel ou localidade, uma afirmação curiosa: “(...) *vais varrer a Sé a Braga* (...)”. Esta curiosa particularidade é o testemunho da presença da Sé de Braga no imaginário popular e reveladora do poder e “fervor” eclesiástico da Igreja Primacial de Braga. Ao contrário da lenda anterior foi possível confirmar a origem desta referência popular à Sé de Braga. Recorrendo aos anais da História de Couto de Cambeses, vemos que esta “população ordeira, cuja existência remontava aos tempos anteriores à fundação da Monarquia (...)” (Figueiredo 2000, 38), foi couto privilegiado pelo menos a partir do Século XV, pois segundo Maria do Pilar Figueiredo (2000, 39) “(...) já no século XV numa relação das “vigarias” que o Cabido tinha o direito de confirmar Cambeses, que era uma delas, distingue-se das demais porque tem, apenas, a designação “*he da obra da See*”. Todavia, os privilégios que este Couto possuía, implicavam, naturalmente, obrigações. Desta forma, a penosa obrigação que os habitantes do Couto tinham era de “irem



varrer a Sé de Braga, todos os Sábados do ano (...) obrigava a uma caminhada de cerca de duas léguas até à Sé de Braga e outras tantas de regresso” (Figueiredo 2000, 39). Isto mesmo é confirmado nas Memórias Paroquiais desta freguesia de 1758 “He couto privilegiado por contrato oneroso e tem obrigação os moradores dele de varrerem todos os sábados do anno a Sé de Braga e vão todos os sábados duas pessoas com suas vassouras deste Couto nomeadas e mandadas pelo juiz dele, varrerem a Sé de Braga. E a Câmara do mesmo Couto paga todos os anos à dita Sé um carro *de Telhas*”. Em virtude desta relação, ainda, hoje é, comum ouvir, nesta pequena freguesia, “*vais a Braga varrer a Sé!*”. As pessoas mais idosas, como o Senhor “José das Festas<sup>51</sup>”, ainda hoje, fazem uma “Vénia” sempre que passam diante daquele imóvel, em sinal de respeito.

Outra “estória” fantástica, que começa agora a ser alvo de estudos aprofundados, liga S. Bartolomeu dos Mártires aos bonecos de Barro de Prado e de Barcelos.

De facto no Baixo Minho generalizou-se o ditado “*Se os queres melhores manda-os fazer a Prado*”. Esta expressão é muito utilizada para dizer de forma “irónica” a alguém que não se está satisfeito ou não se concorda, e que o melhor é mandar fazer “a Prado” onde tudo é de barro e, por isso, moldável ao ensejo de cada um. Por outro lado, Eugénio Carneiro (1998/99, 28), cita José Augusto Vieira (1886) que afirma o “barro de Prado passou mesmo a ser considerado, nas ironias populares como matéria-prima para modelar o tipo pretensioso”. Este “dizer” popular que, aparentemente, decorre da fama dos Bonecos de Prado, que agora são de Barcelos, tem a sua origem, supostamente, numa anedota proferida por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no Concílio de Trento, pronunciando-se contra o Celibato do Padres. Isso mesmo, recorda José Augusto Vieira, citado por Eugénio Carneiro (1998/99, 28) que compõe as palavras do bispo no Concílio a propósito da venalidade carnal dos Padres da sua Diocese, da seguinte forma: “só em Prado conheço os que não pecam, mas esses são de barro e se Vossa Santidade quer, para cá lhe mando alguns assim formados”.

Esta afirmação, para além revelar que os “*bonecos de Barro*” já se produziam<sup>52</sup> no século XVI, o que é importante para o estudo da olaria nesta região, explica também a origem deste “dizer” que, ainda hoje, prolifera um pouco por todo o país. Aliás, hoje em dia, fruto da evolução dos tempos, afirma-se em substituição da frase anterior “*Se os queres melhores vai à*

---

<sup>51</sup> O Senhor José das Festas de 86 anos de Idade é muito conhecido na freguesia de Cambeses, concelho de Barcelos, por ter a seu cargo, há mais de 60 anos, a organização da procissão dos “Passos” no primeiro Domingo da Quaresma.

<sup>52</sup> Em 1969, José Rosa de Araújo num artigo sobre o figurado do Museu de Cerâmica Regional de Barcelos, esclarece que “este era já trivial no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires”, confirmando a tese de Rocha Peixoto de 1899.

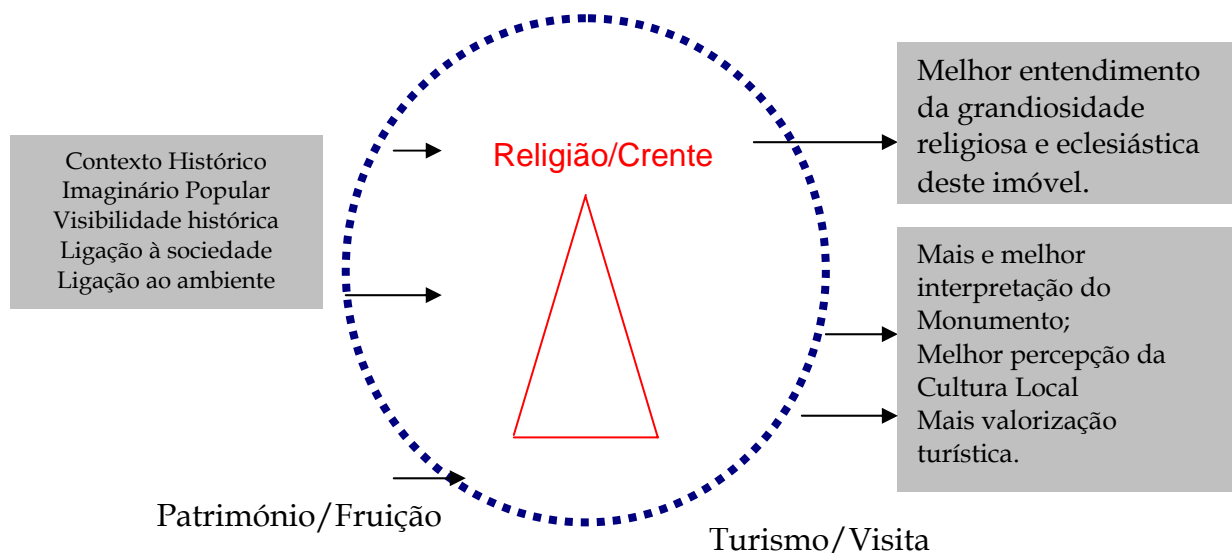
*Feira a Barcelos*”. Porém, a origem cifra-se naquela anedota, que tem sido referida por estudiosos como Rocha Peixoto, em 1899, no trabalho sobre Etnocerâmica e, mais recentemente, em 1966, por Ernesto Veiga de Oliveira. Este último escreveu os “bonecos da Rosa Ramalho” são “descendentes” dos que “Frei Bartolomeu dos Mártires serviu no Concílio Trento” (Carneiro 1998/99).

Estas histórias são, certamente, uma pequena amostra das inúmeras narrativas e lendas que, decorrentes, ou não, de factos concretos da relação da Sé Primacial com as populações, enriquecem o valor simbólico e fantástico da Catedral

Este imóvel é demasiado rico para ficar limitado ao simples e exíguo papel de “atração turística”<sup>53</sup> ou “local de culto”, isoladamente. Pelo contrário, um imóvel, com esta dimensão mobiliza a globalidade do espaço humano e geográfico e, recorre, também, ao património civilizacional e cultural como factores, fundamentais, para o sucesso de uma estratégia que vise “fundir” os vértices do triângulo composto por “património/religião/turismo”<sup>54</sup>. É um factor de união dos valores de antiguidade, histórico e rememorativo do imóvel.

#### Quadro n°6

#### Valorização dos aspectos lendários intra e extra espaço | Impactos nas 3 valências principais



<sup>53</sup> Nesta linha de acção Mário Baptista (1990, 200) afirma que “(...) torna-se, no entanto, indispensável que o património deixe de ser apenas o espelho de uma sociedade particular para ser o reflexo de toda a sociedade e de todas as sociedades (...)”.

<sup>54</sup> A declaração de Manila da UNESCO acrescenta também “na prática do turismo, os elementos espirituais devem prevalecer sobre elementos técnicos e materiais e (...) promover a afirmação da originalidade das culturas e respeito pelo património moral dos povos”. Desta forma, conhecendo-se a riqueza fantástica e espiritual deste imóvel na iconografia popular, regista-se a necessidade de a potenciar.

Assim não é só o culto e o uso turístico que estão em causa, mas todas as outras dimensões sociais e culturais que condicionam o ambiente geral que se vive no local e, que naturalmente, suscitam no visitante sentimentos de satisfação e exotismo. Estes degeneraram em sensações subjectivas de interpretação do monumento e do seu contexto. O culto moderno dos monumentos vive, em larga medida, dos valores e simbolismos que os fruidores conferem aos espaços.

O trabalho do Cabido e dos próprios “redactores” da história da Sé de Braga, no aspecto lendário, é, ainda, muito incipiente. No futuro a valorização global deste imóvel, tem que ser considerada, em prol do seu engrandecimento, também pela cultura e imaginário.

Em síntese, através dos exemplos referidos, pretendemos demonstrar que a Sé como espaço não se limita às componentes de culto e património, possuindo também um precioso capital de lendas que importa valorizar.

## Capítulo IV – As Peregrinações Tradicionais e Actuais.

### 1. Nota Introdutória

As peregrinações são um fenómeno de cariz religioso que é transversal a todas as culturas e sociedades desde os tempos mais remotos. Efectivamente, a História é rica em relatos de peregrinos que isoladamente, ou em grupo, se deslocam para o lugar sagrado onde se celebram rituais e práticas que variam conforme as religiões. Destes locais e elementos religiosos destacam-se, ainda hoje, fruto de um intenso fluxo de peregrinações, a cidade de Meca, na Arábia Saudita; o Rio Ganges, na Índia e o Monte Sinai, no Egipto entre outros.

Na religião cristã são bem conhecidas as peregrinações a locais relacionados com a vida de Jesus ou dos Apóstolos, como é caso de Jerusalém, Roma e Compostela. Têm as suas origens nos inícios do cristianismo, no caso da Terra Santa e na Idade Média nos casos de Santiago de Compostela e Roma. As peregrinações adquirem tanta importância que o desenvolvimento do espírito cristão levou a que a hospitalidade continuasse a ser um dever e um direito sagrado<sup>55</sup>.

Os fluxos de peregrinos, ao longo da História, alteraram-se e se alguns locais perderam importância religiosa, surgem outros, por indicações eclesásticas ou porque se acredita que neles ocorreu uma Teofania<sup>56</sup>. Exemplos de novos locais de grandes peregrinações são os casos de Fátima, Lourdes e Chestochoma, que embora recentes adquiriram uma dimensão religiosa, em poucos anos, equiparável aos locais clássicos de peregrinação.

As peregrinações não se realizam somente para locais de ampla expressão mas também a outros Santuários, Mosteiros e Catedrais, de que são exemplos os Santuários do Sameiro, (Braga), o Santuário da Peneda (Arcos de Valdevez), o Santuário de São Bento (Terras de Bouro) e a Igreja de Balazar (Povoa de Varzim).

Na base da “peregrinação” está um local considerado Sagrado. O Templo ou Santuário encerra em si a simbologia de “Centro do Mundo”, um local onde é possível a comunicação entre o mundo terreno e o divino (Silva 2004, 12-14). O acto de peregrinar foi incutido pelos livros sagrados das diversas religiões. A Sagrada Escritura enaltece o valor do gesto de caminhar em direcção aos Lugares Sagrados como Jerusalém. O clima de forte fervor religioso

---

<sup>55</sup> Esta filosofia foi recuperada com a criação dos “Albergues” no caminho Francês a Santiago de Compostela. Estes substituem os antigos mosteiros no apoio aos peregrinos.

<sup>56</sup> Segundo Silva (2004, 12) Teofania é uma manifestação do Divino.

de toda a Idade Média terá potenciado o desenvolvimento de peregrinações. Também os anais religiosos judaicos, afirmam que os crentes deviam ir 3 vezes em peregrinação ao Templo (cf Dt 116, 16; Ex 34, 24 In Silva 2004). Segundo Silva “a peregrinação era um momento alto da vida religiosa” (2004, 12-14). Algumas publicações religiosas apontam os exemplos de Abraão que deixa a sua terra e se põe a caminho para fazer a vontade de Deus. Da mesma forma a Bíblia afirma que, o povo de Israel peregrinou durante 40 anos no deserto à procura da Terra Prometida. Também Jesus Cristo, segundo as Escrituras peregrinou a Jerusalém por altura da Páscoa quando tinha apenas 12 anos. Em termos gerais, as palavras de Apóstolos como S. Paulo, S. Pedro e outros apontam a vida, a fé, como tempos de peregrinação na caminhada que cada ser humano tem na terra na procura de Deus. A própria vida de Cristo desde o nascimento até à Ressurreição e considerada uma peregrinação<sup>57</sup>.

Tal como vimos, a Sé de Braga, desde os inícios da sua edificação, tentou ser um espaço de peregrinação utilizando para o efeito as relíquias de Santos.

Ao longo dos séculos, os bispos tudo fizeram para promover a Sé como local de peregrinação através do engrandecimento de algumas capelas de Santos populares, de forma a dar-lhe visibilidade ou, então através da trasladação de relíquias. Porém nunca o conseguiram ao contrário de Santiago de Compostela. Registam-se na História da Sé diversos relatos de movimentações do povo para adorar alguns santos. Contudo nunca se estabeleceu um ciclo de peregrinações como aconteceu em Santiago ou, mais recentemente, em Fátima ou, até mesmo, no Sameiro. Isto apesar de existir um pensamento dos Prelados para criarem esse fluxo, todavia devido a razões diversas nunca se implementou um fluxo contínuo de peregrinos. Talvez tenha faltado a articulação das condições politico-religiosas, aos Prelados da Sé Primacial, existentes em Compostela, para elevar este local a pólo de peregrinações, apesar de ser consensual a importância religiosa da Diocese e da Sé. Por outro lado, faltou aquilo que, hoje, podemos designar de pensamento estratégico como o que foi elaborado pelos homens de Compostela, com base nas relíquias de Santiago, ou a perspicácia do Clero Português com a Teofania de Fátima.

---

<sup>57</sup> A própria arquitectura dos templos de culto espelha esta realidade na medida que da parte Baptismal até ao espaço da Capela-mor o discurso induz uma caminhada, um trajecto, uma peregrinação, rumo ao Divino.

## 2. O Projecto do Bispo D. Pedro e as Peregrinações.

Nos anais da história de Braga, encontram-se inúmeros “vultos” religiosos que rapidamente se celebrizaram junto do povo e motivaram o culto e a devoção, como S. Martinho de Dume, S. Frutuoso, S. Victor, S. Pedro e St. Ovídio. Estes no seu tempo foram motivos de peregrinação e, consequentemente, factores de desenvolvimento da área da Diocese de Braga, ao mesmo tempo que, despertaram a atenção de outros Prelados e Dioceses, não só pelas relíquias em si, mas também, por tudo aquilo que estas podiam representar em termos de movimento de pessoas, polarizando núcleos de peregrinação.

Para além destes factores, Braga foi, sem dúvida, como vimos, um centro religioso e cultural importante na época suévica. Parece claro, à luz das diversas interpretações da história da Diocese e da própria Sé Primacial que a cidade de Braga possuía desde os tempos de Roma, elementos religiosos muito fortes que faziam desta uma referência do cristianismo na Hispânia. No entanto, apesar de toda a importância eclesiástica, religiosa e cultural a Diocese, devido à instabilidade dos séculos VIII a IX, passou para o domínio de Lugo durante três séculos. A sua restauração foi bastante tardia.

Segundo, Avelino Jesus da Costa (1990, 389) esta demora, deveu-se à oposição, mais ou menos, disfarçada dos bispos de Lugo e Compostela. Isto mesmo admite Demétrio Mansilla, na citação feita pelo Avelino da Costa ao afirmar “es posible tambien que la circunstancia de ser gobernados y administrados los territorios bracarenses por el bispos de Lugo, considerado, al mismo tiempo, preladados de Braga, no hiciera tan urgente la restauración (...)” (1990, 390).

Por outro lado, a restauração<sup>58</sup> da Diocese de Braga sempre contou, também, com o antagonismo dos bispos de Compostela. Situação agravada pelo facto de Afonso III, estar mais interessado no engrandecimento de Compostela do que na Sé Metropolitana de Braga. O Monarca que via o engrandecimento de Compostela como prioridade doou em 899 o termo de S. Victor e a vila de Moinhos, juntos dos muros de Braga e, confirmou, a doação anterior do Mosteiro de S. Frutuoso a Compostela. Procedimento, este que foi seguido por outros monarcas da altura, o que potenciava o adiamento da restauração da Diocese de Braga. (Costa 1990, 395).

---

<sup>58</sup> Pierre David, citado pelo Padre Avelino Costa (1990, 394), afirma “Ce faussaire a travaillé vers 1100, à une époque où les cercles religieuse de Lugo n’étaient pas encore résignés à la restauration de Braga” .

O antagonismo de Compostela é bem vincado na Bula de Pascoal II de 1103, da qual podemos deduzir que, mesmo depois de ser restaurada a Diocese de Braga, ainda se confrontava com oposição dos homens de Compostela que invadiram parte da cidade e o Mosteiro de S.Fruitoso (Costa 1990, 397).

Estas doações, associadas à pouca vontade do Bispo de Lugo, fizeram com que Compostela adquirisse um estatuto mais destacado que Braga, processo que irá ter o auge com os “Caminhos Medievais a Santiago”, os quais relegaram Braga de potencial foco de peregrinação para ponto de passagem. Este facto despertou, no clero Bracarense, um desejo de capitalizar este fluxo em proveito próprio através da criação de um pólo de peregrinação que fosse capaz de rivalizar com Compostela.

Com o Bispo D. Pedro surge a ambicionada restauração da Diocese, possivelmente em 1070, promovendo-se todo um contexto socio-religioso que incorpora as ambições que mais tarde forjariam o Reino de Portugal<sup>59</sup> e a organização de toda uma vasta área com mais de 300 anos de efectiva “vacância” de Prelados. O Bispo D. Pedro promoveu a reorganização sustentada do Clero e desenhou o reordenamento administrativo do território através de paróquias. Por outro lado, idealizou para o edifício da Sé um projecto capaz de tornar esta cidade num grande centro religioso apto de rivalizar com Compostela. Este projecto decorreu da consciência que a região de Braga, para além de possuir uma cultura religiosa muito específica, albergava muitas relíquias, nas inúmeras igrejas, em volta da cidade, que depois de reunidas num só monumento poderiam fazer deste um grande centro de peregrinação.

Esta pretensão cruza-se perfeitamente com as linhas do primitivo templo definido por este Bispo para a cidade de Braga. Como vimos, no ponto relativo ao projecto inicial da Sé, o Bispo idealizou um templo com as características das grandes basílicas de Peregrinação Europeia do século XI. Cruzando a estrutura do projecto<sup>60</sup> com os ensinamentos de Jean – Pierre Caillet, sobre as Relíquias e a Arquitectura, verifica-se que o Bispo Pedro tinha um projecto arrojado para a Catedral de Braga, pois naquela altura a dimensão dos templos e o número de capelas dependia em muito do relicário a valorizar. A este propósito, Manuel Real, comenta o projecto nos seguintes termos “a grandeza e modernidade seriam inexplicáveis se não contassem com uma estrutura anterior relativamente sólida e uma dinâmica congruente de afirmação regional” (1990, 445) (Fig. 2).

---

<sup>59</sup> Não podemos esquecer neste particular o espírito de independência dos condes magnos, cujo o poder recrudescer precisamente na segunda metade do século X (Real 1990, 443)

<sup>60</sup> Segundo Manuel Real (1990, 462) “Atendendo à planimetria do edifício e ao contexto histórico em que a obra surgiu, é quase certo que inicialmente se teria concebido uma basílica com deambulatório e capelas radiantes”, elementos típicos das grandes catedrais de peregrinação europeias da idade medieval.

O edifício da Sé Primacial, ainda hoje, conserva testemunhos deste grande projecto (Real 1990). Todavia, para além destes elementos que provam a pretensão de edificar em Braga um grande templo de peregrinação podemos ainda destacar a existência da Capela de S. Nicolau<sup>61</sup> (Fig. 7). Este facto assume uma relevância capital no projecto de constituir um centro ou local de peregrinação na Sede Metropolitana do Condado Portucalense, pois S. Nicolau era um Santo com um culto muito divulgado entre os viandantes e romeiros. Segundo Manuel Real “nas grandes basílicas esta capela era localizada numa posição estratégica, pois no ritual de chegada do peregrino incluía-se a visita ao altar do Santo, para agradecer a sua protecção durante a viagem” (1990, 467). Em Compostela, a capela dedicada a S. Nicolau ficou a Norte do Transepto; na catedral de Burgos, também na parte Norte do Templo; em Tours junto à entrada principal e em Jaca junto à entrada do lado norte. Em Braga, como vimos, situava-se no lado norte do transepto, junto a uma das entradas mais procuradas pelos peregrinos, especialmente os estrangeiros, que viriam pelas estradas do norte (Real 1990, 467).

Parece claro que, primeiramente, o Bispo D. Pedro e, em seguida, S. Geraldo tentaram fazer da Sé Primacial de Braga um templo e centro de peregrinações de estrutura europeia, o que é um aspecto importante, a reter no desenvolvimento da cidade e da região.

### 3. A Igreja e a criação de condições de Peregrinação na Sé.

A Igreja de Braga encerra em si o espírito peregrino que, ao longo dos tempos, tem marcado a mensagem cristã. A este propósito recordamos um texto enviado por D. José de Bragança, Arcebispo de Braga, ao Papa, em pleno século XVIII, o qual alude mais uma vez à antiguidade da Diocese de Braga e à ligação desta ao Apóstolo Santiago “o que mais enobrece, porém é ser Primaz das Hespanhas, porque foi a primeira que recebeu a pregação do Apóstolo” (Capela e Ferreira 2002, 85-86). Aliás, este mesmo Prelado afirma que Santiago, filho de Zebedeu, erigiu a Igreja de Braga como a primeira Catedral e fez dela o seu primeiro Bispo – S. Pedro de Rates (Castro 2000-2001, 92).

Apesar desta intrínseca ligação a um Apóstolo que deu origem a um dos maiores centros de Peregrinação da Europa, em Compostela, Braga nunca conseguiu ter um centro de peregrinação que elevasse e capitalizasse a herança religiosa existente nesta Diocese, isto apesar

---

<sup>61</sup> Segundo Manuel Real (1990, 466) “A Igrejinha de São Nicolau, hoje conhecida por Capela de S. Geraldo ficava precisamente junto ao topo norte do transepto, de encosto ao absidiolo exterior, pertencente ao projecto inicial”.



de terem sido encetadas algumas acções que visavam esta situação. A maior acção neste sentido foi, sem dúvida, a tentativa de construir em Braga um grande templo de peregrinação aquando da restauração da Diocese.

Para além do objectivo de criar um templo de peregrinação nesta região o grandioso projecto da Sé Primacial de Braga era também uma forma de justificar a preponderância da Diocese de Braga relativamente a Compostela e Lugo de forma a poder recuperar as igrejas e posses que estas Dioceses tinham na zona de Braga. Esta política dos primeiros Prelados como D. Pedro, S. Geraldo, D. Maurício de Burdino, D. Paio Mendes e D. João de Peculiar podem também ser consideradas acções que potenciaram as peregrinações não só na Sé Primacial como em toda a Diocese, uma vez que permitiram a reorganização da Igreja e da Estrutura Eclesiástica.

Se podem ser suscitadas dúvidas relativas à acção do D. Pedro, no desenho de um grande centro de peregrinação em Braga, há notícias efectivas que no tempo de S. Geraldo se consolida essa pretensão em Braga. É no reinado deste Bispo, em 1102, que o Bispo Gelmirez dá mostras do temor originado pela concorrência religiosa de Braga, promovendo o roubo das relíquias de alguns Santos populares da região de Braga. Esta acção, bem planeada, terá sido mais um sério obstáculo à emergência do Centro de Peregrinação. Por outro lado, as dificuldades em construir o templo foram também impeditivas. Em resposta os homens de Braga, tentaram roubar o corpo de S. Rosendo no Mosteiro de Celanova. Contudo, Cid Rumbao, citado por Manuel Real, afirma que “Por equívoco levaram os restos mortais do abade de Franquila, o único que não figura na lista dos corpos santos de Celanova” (1990, 476). Mais tarde, D. Maurício, bispo de Coimbra, na sua viagem à Terra Santa, na qual permaneceu 3 anos na companhia de D. Tello, por incumbência do Bispo S. Geraldo procurou trazer uma relíquia da Vera Cruz e a própria cabeça de Santiago. A concretização deste facto poderia significar um rude golpe para Compostela. Estes intentos foram conseguidos e D. Maurício supostamente tinha na sua posse as valiosas relíquias. Todavia, receando qualquer acção violenta depositou-as provisoriamente no Mosteiro de Santo Zoilo de Carrion. Esta decisão revelou-se um erro, uma vez que o Bispo Gelmirez rapidamente teve conhecimento do sucedido e de imediato solicitou autorização a D. Urraca para trasladar a cabeça para Compostela. Ora a Rainha, volvidos poucos anos, em 1116, tirou estas relíquias do referido Mosteiro e entregou-as a Compostela. Estes factos revelam que a dimensão de Santiago de Compostela deve muito mais à astúcia do Bispo Gelmirez que conseguiu centralizar na cidade um conjunto de valiosas relíquias, do que propriamente à suposta descoberta do corpo de Santiago intacto, numa barca junto, à localidade de Padron nos arredores de Compostela.

Em 1117, um ano depois de D. Urraca ter entregue as relíquias da cabeça de Santiago ao Bispo Gelmirez, D. Maurício na sua terceira viagem a Roma, faz trasladar o corpo de S. Tiago Interciso para Braga (Ferreira 1928, 245-246). Esta transladação deve-se à necessidade de Braga ter uma qualquer devoção a S. Tiago, nem que fosse um Santo Menor, como sucedeu. Apesar de representar uma “mais valia” para a Igreja de Braga, esta relíquia nunca se conseguiu afirmar no contexto das peregrinações ou na devoção do povo.

Por outro lado, durante o reinado de D. Maurício os homens de D. Tereza destroem parte da Sé de Braga, o que dificulta, ainda mais, o já atrasado projecto de conclusão da Igreja de Braga, circunstância agravada já no tempo do Bispo D. Paio Mendes, com a queda das torres da Catedral, em 1135, em consequência de um violento terramoto.

Ainda no tempo de D. Paio Mendes este tentou importar outras relíquias para Braga, nomeadamente o corpo de S. Vicente. Este projecto teve o aval de Afonso Henriques que fez uma expedição ao cabo homónimo do Santo com o intuito de encontrar as relíquias para as trasladar para Braga ou Coimbra. Contudo, devido à forte resistência dos monges que guardavam o santuário vicentino não foi possível concretizar esta pretensão (Costa 1946). Estas relíquias foram trasladadas, em 1173, para a Igreja de S. Vicente de Fora em Lisboa.

Neste processo de constituição de um centro de peregrinação é de sublinhar, apesar dos avanços e recuos existentes, o facto de D. Afonso Henriques, em 1128, ter confirmado o Couto de Braga à sua Sé e de lhe ter concedido o direito de cunhar moeda. Mais tarde, em 1179, as obras da Catedral adquirem um grande impulso com a doação testamentária de Afonso Henriques para as obras da construção da Catedral, factores que permitiram a conclusão do Templo, depois de muitas vicissitudes. Todavia, só no tempo de D. João de Peculiar a Sé estaria globalmente concluída e, segundo Manuel Real ” a sagração do Templo terá ocorrido depois de 1176” (1990, 489).

Cada Prelado, ao longo do tempo, tentou melhorar as condições<sup>62</sup> de visita à Sé, a fim de conferir mais visibilidade religiosa a este ou aquele Santo, de acordo com as suas políticas. Algumas destas acções seriam tendentes a potenciar a devoção, o culto e, até, a peregrinação à Catedral e, em particular, ao espaço onde estavam as relíquias.

---

<sup>62</sup> Vide a este propósito Martinez, Manuela (1990) Síntese Histórica. Braga. In Caderno Informativo – Braga e a sua Catedral. Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé Catedral. Braga, pp. 169-178.

Por outro lado, alguns homens da Cadeira Primacial de Braga foram eles próprios objecto de culto e mesmo de peregrinação. Este aspecto deverá ser dividido, para uma melhor análise em dois blocos: o primeiro relacionado com os Bispos da Diocese antes da Sé, e o segundo com os Prelados do período ulterior à restauração da Diocese.

Segundo o Monsenhor Augusto Ferreira (1928, 24) data de 216 a fundação da Igreja de Braga. Este facto leva-nos a concluir que, desta data até ao ano de 400, altura do I Concílio Geral de Toledo, onde se refere o nome de Paterno como primeiro Prelado de Braga, não aparecem referências aos Prelados de Braga, pois “Braga era, naquela data, uma das dioceses sem bispo e foi sagrado para ela Paterno” (Costa 2000, 23). De notar que Paterno é o primeiro bispo, historicamente, comprovado. Contudo, existem autores que consideram S. Pedro de Rates, no ano de 45, o primeiro Bispo desta Sé. Aliás, no painel de bispos existente, na Sé de Braga, é por este que começa a série cronológica dos Prelados. No âmbito deste trabalho consideramos tal como o Padre Avelino Jesus da Costa ou o Monsenhor Augusto Ferreira, o Bispo Paterno como o primeiro Bispo conhecido da Igreja de Braga. Muito embora se reconheça que para a valorização histórica, simbólica e, até, turística da Sé e Diocese de Braga a figura de S. Pedro de Rates conferisse outra dimensão. Porém, no contexto das peregrinações vamos abrir uma excepção para o tratamento da situação de S. Pedro de Rates que nos parece de capital importância e, ainda, fazer uma breve referência a St. Ovídio.

As relíquias de S. Pedro ficaram alojadas na Igreja que se ergueu em Rates para o efeito. Anexa a esta foi construído um Mosteiro para religiosos. Este espaço tornou-se rapidamente num espaço de peregrinação ao sepulcro do Santo, mas, especialmente, ponto de passagem estratégico nos caminhos para Compostela, onde se venerava o Apóstolo do qual se acredita que S. Pedro foi discípulo. Curiosamente, ainda hoje, S. Pedro de Rates é um dos pontos mais conhecidos do Caminho Português a Santiago de Compostela. Um dos mais ilustres cronistas galegos do caminho descreve deste modo a Igreja de S. Pedro de Rates “(...) o viajante Confalonieri conta que se veneravam as relíquias de S. Pedro, ali martirizado, santo evangelizador da Hispania, fundador da Diocese Bracarense, primeiro Discípulo de Santiago(...)”(Lopes Gomez 1993, 40). Esta descrição atribui a este Santo um estatuto bastante privilegiado no contexto do cristianismo peregrino e confere-lhe o título de evangelizador da Hispania. Séculos mais tarde, o Arcebispo D. Baltasar Limpo trasladou o Santo para a Capela de S. Pedro de Maximínos, em 17 de Outubro de 1552<sup>63</sup>. Posteriormente, em 7 Junho de 1555, é

---

<sup>63</sup> No documento onde está instituída a Capela do Mártir S. Pedro de Rates estão justificadas e descritas as cerimónias da transladação. Maria de Fátima Castro (2000-2001, 90) referência este documento do qual retiramos este pequeno extracto “(...) e vendo eu que o seu corpo estava sepultado na igreja da villa de rates com mui pouca veneração e donde podia ser levado para outras partes como levaram os corpos dos

levado para a Sé de Braga e colocado na capela particular à direita da Capela-mor, em local de destaque, conforme relato do próprio D. Baltasar Limpo “daly o troxemos aos hombros a esta See, eu dous Bispos com algumas Dignidades della que nos ajudavão, acompanhado de todo o cabido e muita clerezia e povo desta cidade” (Castro 2000-2001, 90-91).

A cabeça do Santo, mandou-a encastoar em prata para poder sair nas procissões e assim mais facilmente ter visibilidade junto do povo (Brandão 1990, 14). Parece-nos que a trasladação deste Santo para Sé de Braga visava essencialmente engrandecer o relicário, em termos religiosos, ao mesmo tempo que podemos aqui deduzir uma tentativa de deslocar para o espaço da Sé o culto e a devoção a este Santo que, ao longo dos séculos, foi sendo adorado no contexto das peregrinações a Compostela. Podemos até, mesmo, pensar que o Bispo tinha por intenção desviar os caminhos portugueses a Santiago para Braga usando como motivo as relíquias deste Santo. Recorde-se que nesta época já estava concluída a ponte sobre o rio Cávado, em Barcelos e, como tal, o Caminho por Braga tinha perdido alguma importância, em favor da passagem por Rates e Barcelos que passou a ser, indiscutivelmente, o melhor acesso<sup>64</sup>. D. Frei Baltasar Limpo, para incrementar o culto e visibilidade de S. Pedro na Sé, instalou um coro composto de cinco capelães ao qual estabeleceu diversas obrigações pias (Ferreira 1931, 475). Por sua vez, Fátima Castro, afirma que “a concessão da categoria de altar privilegiado ao altar onde se venerava este mártir é um prova do culto que se lhe fazia na Sé Primaz” (2000-2001, 100), segundo esta mesma autora “da última década do século XIX – 24 de Janeiro de 1891 – há um assento de Mesa que nos mostra estar ainda bem viva esta devoção”. Esta nota mostra-nos que S. Pedro de Rates<sup>65</sup>, hipotético primeiro bispo de Braga, foi alvo de devoção durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, dando razão às palavras de D. Baltasar Limpo aquando da sua trasladação para a Sé Primaz. As relíquias de S. Pedro encontram-se actualmente na capela das Relíquias sem o destaque de outrora.

No primeiro bloco devemos ainda destacar a colocação na Sé das Relíquias de Santo. Ovídio, que alguns autores referem como tendo sido o 3º Bispo da primitiva Diocese de Braga. As relíquias encontram-se na sala destinada para o efeito na Sé junto ao claustro. Um

---

bem aventurados Sam Martinho de Dume e Sam Fructuoso, Arcebispos de Braga e que estaria com mais veneração e mais propriamente nesta Sancta See de Braga de que foi primeiro Perllado (...)”

<sup>64</sup> De juntar, ainda, a este facto o milagre das Cruzes em Barcelos, em 20 de Dezembro de 1504, que deu origem ao templo do Senhor Bom Jesus da Cruz, e que segundo a tradição despertou muito interesse nos peregrinos a Compostela que passaram a privilegiar a passagem por Barcelos e pelo local do milagre.

<sup>65</sup> De referir que este é muitas vezes designado por S. Pedro Mártir. Todavia, o verdadeiro S. Pedro Mártir foi também ele venerado na Sé Primacial até 1820, na capela do Claustro de Santo Amaro, este foi Dominicano e primeiro inquisidor-geral da Lombardia (Castro 2000-2001, 102) O Culto a este Mártir foi pedido pelo Santo Ofício. Também S. Pedro Apóstolo teve o seu culto na Sé, na capela de S. Pedro de Rates, uma vez que D. Baltasar Limpo terá concedido licença à Irmandade do Santo para ai desenvolver o culto. Licença essa renovada em 1717 pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

documento de D. José de Bragança, citado por Maria de Fátima Castro, refere-se à trasladação do corpo deste Santo “O corpo de Santo Ovídio, trasladado por D. Diogo de Sousa do antigo sepulcro onde jazia com menos decência para o novo que mandou edificar em 1527” (2000-2001, 100).

Outra personalidade a referenciar é S. Martinho de Dume<sup>66</sup>, Padroeiro da Sé Primacial de Braga, com festa a 22 de Outubro, que se afirmou não só pela acção de evangelizadora, mas também pelos seus textos. S. Martinho de Dume conseguiu a conversão definitiva do povo suevo à confissão cristã (Ferreira 1928, 56).

Em 20 de Março de 579, depois de 23 anos de episcopado, S. Martinho morre e é sepultado em Braga. O Santo seria trasladado em definitivo<sup>67</sup> para a Sé de Braga, em 22 de Outubro de 1606, sendo colocado na capela absidal de Santa Marta, isto apesar de terem existido outras tentativas anteriores para o fazer. Todavia a forte oposição do povo inviabiliza repetidas vezes essa pretensão. O Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles revestiu a capela com azulejos descritivos da vida do santo. Por sua vez, em 1780, a confraria de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário substitui estes por outros alusivos à Santa. Terá sido, a partir daqui que a visibilidade do santo terá começado a ser menor ao ponto de, actualmente, não se registar a devoção de outros tempos.

Nos anais da Diocese de Braga regista-se outro bispo que gozou junto do povo e da Igreja de uma grande notoriedade: S. Frutuoso. Este governou a Igreja Primacial de Braga de 656 a 665. As qualidades deste homem foram devidamente exaltadas quando os “padres conciliares declaram que esperavam que S. Frutuoso resolvesse as dificuldades de modo a dar glória a Deus e alegria a eles todos”. Assim aconteceu, porque a virtude de S. Frutuoso chegou a irradiar por toda a península” (Costa 2000, 17). Este bispo emoldurou o seu nome nas páginas da história eclesiástica devido ao facto de ter promovido a edificação de muitos mosteiros, entre os quais, o de Montélios onde mais tarde viria a ser sepultado<sup>68</sup>, o de Santo Tirso de Riba d’Ave; o de S.Miguel de Refojos, em Cabeceiras de Basto; o de S. Martinho de Sande, em

---

<sup>66</sup> Segundo o Padre Avelino Jesus da Costa (2000, 15) o Monge S. Martinho nascido na Panónia (Hungria), no primeiro quartel do século VI, foi cedo para a Terra Santa, Egipto e outras terras do Oriente, onde se formou em literatura grega e na espiritualidade dos monges (...) completando a sua formação talvez em Itália, tornou-se um dos maiores eruditos do seu tempo.

<sup>67</sup> Em 22 de Outubro de 1591 tinha sido trasladado do Mosteiro de Dume para uma capela especial pelo Arcebispo D. Agostinho de Jesus (Castro 2000-2001, 93).

<sup>68</sup> O Monsenhor Augusto Ferreira (1928, 112-113) refere-se à morte do Bispo nos seguintes moldes “(...) ocorrida na Igreja do Mosteiro de S. Salvador de Montelhos, na manhã do dia que a tradição julga ser o anno 665 (...) Foi sepultado n’aquela Igreja, que para isso destinára, sendo logo o seu sepulcro glorioso (...)”

Guimarães; o de S. Salvador de Arnosó, em Vila Nova de Famalicão, ou, ainda, o de Ganfei, em Valença entre muitos outros.

Em 883 o Mosteiro de S. Salvador de Montélios passa para o domínio da Sé de Compostela em virtude de uma doação feita por Presbytero Christovão e, confirmada, por Afonso III (Ferreira 1928, 114). Em 1102 o Bispo Gelmirez de Santiago em visita à área de Braga, apesar de bem recebido pelo, então, bispo de Braga, S. Geraldo, o qual lhe deu alojamento e mordomia, cedo saiu da residência do Prelado Bracarense para se alojar junto da Igreja de S. Victor, onde “roubou” as relíquias de vários Santos. Mais tarde apropriou-se dos restos do corpo do Santo mais “adorado pelo povo” na época, S. Frutuoso<sup>69</sup>. Temendo uma revolta popular enviou-o em primeiro lugar, para a igreja da Correlhã, em Ponte de Lima, posteriormente para Tuy e deste local para Compostela, pois as suspeitas que “os padres gallegos eram portadores de relíquias roubadas” (Ferreira 1927, 117) eram já conhecidas.

Estas movimentações de Bispos na obtenção de relíquias valiosas para as suas catedrais transportam-nos para a questão que, actualmente, movimenta milhares de pessoas que procuram lugares associados a acontecimentos religiosos, milagres e à vida dos vultos da Igreja. Já no século XI existia a noção exacta que a grandiosidade e crescimento das catedrais e cidades estava associada à existência de um relicário valioso, com elevado poder simbólico e religioso.

No segundo bloco de homens Santos da Sé Primacial destaca-se D. Pedro. Todavia não foi sepultado na Catedral e, como tal, nunca gerou fenómenos de peregrinação a este local ou aos arredores de Braga.

S. Geraldo contrariamente a D. Pedro ficou nos anais religiosos da Sé Primacial de Braga. Ainda, hoje a sua memória é assinalada numa das principais capelas exteriores da Igreja da Catedral. O bispo S. Geraldo, pela sua dimensão, enquanto religioso e homem, tinha assento nas cortes do Condado Portucalense que se realizavam em Guimarães. Durante o seu curto reinado fez duas viagens a Roma com o intuito de fundamentar e fortalecer os privilégios do Metropolitana de Braga. Definiu um modelo sequencial de organização de difusão do Evangelho

---

<sup>69</sup> Só em 1966 foram devolvidas a Braga as cinzas de S. Frutuoso, facto importante para reconstituir a verdade histórica e religiosa da cidade e da Diocese, todavia ao nível das peregrinações Compostela conseguiu, em tempo oportuno e, mais uma vez, anular a possibilidade de Braga se emancipar. Actualmente estas relíquias não possuem visibilidade religiosa e resumem-se ao simples facto histórico de terem regressado à sua Diocese materna. Este contexto é idêntico a S. Cucufate, S. Susana e S. Victor que também foram devolvidos nos finais do século passado à Diocese de Braga. Actualmente, também, não possuem qualquer visibilidade, na Igreja Primacial de Braga junto de dezenas de outras relíquias, desenquadradas do seu devido contexto.

junto do povo. Morreu em 1108 e foi sepultado na Sé. Cedo foi canonizado e assumido como Santo – S. Geraldo. Continua, hoje, a ser um dos grandes nomes da Diocese de Braga e um vulto religioso, desta Sé e cidade (Ferreira 1928, 227), juntamente com S. Pedro de Rates, S. Martinho de Dume e S. Frutuoso que enriquecem a Catedral como um espaço de devoção, mas também de fruição turística (Turismo Cultural e Religioso).

Do arcebispo S. Geraldo, são particularmente veneradas a casula, o cálix e a sua imagem em prata (Capela e Ferreira 2002, 186). Este sempre foi um pólo de devoção da Igreja Bracarense, ao longo dos tempos. Todavia para implementar mais a sua visibilidade religiosa e peregrina o arcebispo D. Agostinho estimula o seu culto, em 1592, criando uma “notável confraria dos homens mais ilustres” para promover a devoção (Capela e Ferreira 2002, 186). Mais tarde, em 1712, D. Rodrigo de Moura Teles reedifica a primitiva capela de S. Geraldo e confere-lhe outra dimensão. Pena é que, hoje em dia, apesar da recuperação, a mesma só está disponível para fruição no contexto de visita ao Museu da Catedral. Parece-nos que esta situação é uma negação da história religiosa de Braga e um contraponto com as ações que os bispos encetaram no passado para fazer deste espaço um local de vivência religiosa e peregrina.

No contexto da criação de condições de peregrinação, podemos ainda referenciar, recorrendo, mais uma vez, ao documento elaborado por D. José de Bragança, a valorização dos restos de D. Lourenço Vicente, também ele bispo de Braga, falecido em 1397, e que foi considerado por muitos Santo em virtude de a “terra não o desfazer<sup>70</sup>”.

Em 1592 com o arcebispo D. Frei Agostinho de Castro, foram depositadas diversas relíquias de Jesus Cristo e de Nossa Senhora no Altar-mor, nomeadamente: do Santo Lenho da Santa Cruz; da Corôa de Espinhos; do lençol do Senhor; da toalha da última ceia; de mirra; do feno; dos cabelos e da camisa e vestido da Virgem Maria. Foram também depositadas relíquias de vários Santos Mártires como: Estêvão, Lourenço, Vicente, Anastácio, Clemente, Sebastião, Dionísio, Brás, Valentim, Cristóvão, Maurício, Cosme e Samião. De igual modo, também as relíquias dos Santos confessores foram ali colocadas, nomeadamente as de: Gregório, Nicolau, Martinho, Roque e Nicolau de Tolentino. Para além, destas de referir, ainda, as relíquias das virgens mártires: Catarina, Águeda, Apolónia e Susana e Santa Maria Madalena (Castro 2000-2001, 93-94). De notar que algumas destas entidades aparecem, como vimos, como santos de adoração popular nas memórias paroquiais de 1758.

---

<sup>70</sup> Fátima Castro (2000-2001, 93) cita o documento de D. José de Bragança nos seguintes termos referindo-se, ao corpo de D. Vicente, “que conserva inteiro e incorrupto em um túmulo levantado da terra e formado em um arco na capela de S. Tomás”.

O documento analisado por Fátima Castro, atribuído a D. José de Bragança refere-se, por um lado, a uma arca de prata que estava no tesouro da Igreja e onde se guardavam e veneravam outras relíquias, nomeadamente: o “leite sacratíssimo da Virgem Maria”, o Sangue de S. Lourenço e de S. Sebastião e o Lenho da Santa Cruz.

O documento refere também às obras promovidas por D. Rodrigo de Moura Teles num altar da Catedral, no qual se encontraram o Lenho da Santa Cruz e os ossos do Mártir Crescêncio trazidos pelo arcebispo D. Luís de Sousa, em 1662. No referido altar estavam, ainda, os ossos de S. João Marcos, de S. Lucas, de S. Patronilho “e outros mais de muitos santos, os quais se conservam em uma arca de madeira curiosamente lavrada” (Castro 2000-2001, 92). Este conjunto de relíquias é indubitavelmente um património que engrandece a Sé de Braga no contexto da história da Igreja.

Se D. Baltasar Limpo foi, sem dúvida, um arcebispo que promoveu o culto e o espaço da Sé como local de peregrinação, o seu sucessor, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, foi o Santo do Povo. Para a história ficaram as acções deste bispo, da qual destacamos o episódio da Peste de 1570, altura em que teve um papel fundamental na protecção ao povo “a peste, felizmente, graças aos esforços do arcebispado, não só durou pouco tempo, mas também não fez aqui avultado número de victimas” (Ferreira 1932, 45). D. Frei Bartolomeu dos Mártires poupou o povo Bracarense a uma luta com as tropas de Filipe II. Foi recentemente canonizado devido às suas virtudes que o povo há mais de 5 séculos reconheceu pois, ainda em vida, o apelidou de Santo (Marques 1995, 464). O Monsenhor Augusto Ferreira (1932, 58) caracteriza-o como “um arcebispo operoso e um trabalhador infatigável pela instrução e reforma do clero, e um apóstolo fervoroso ardendo em zelo pela Salvação das almas”. José Marques (1995, 450-464), por sua vez, afirma que este sempre foi um acérrimo defensor do “sentido de igreja”, da “reforma do clero”, da “autocrítica no interior da Igreja”, da “defesa da vida”, da “defesa das rendas eclesiásticas”, dos “pobres, meninas dos seus olhos” e da boa gestão do dinheiro da “Igreja”. Dada a actualidade destas questões muitos autores questionam mesmo se o legado deste homem não será actual.

Outro Prelado importante neste contexto foi D. Frei Caetano Brandão (1790-1805). Aliás, o “saber” popular compara-o com o grandioso D. Frei Bartolomeu dos Mártires, tais são as afinidades apostólicas das suas vidas e obras ao longo do governo da Sé. Segundo o Monsenhor Augusto Ferreira (1932, 391) “D. Frei Caetano Brandão era dotado d’uma caridade imensa, pois não só dava tudo quanto era seu, mas ainda ia pedir pelas casas dos outros para os pobres”. Atenta a esta realidade a Rainha chamou-o para governar a Diocese de Braga. O mesmo entra, como Bispo, na cidade em 17 de Setembro de 1790. D. Frei Caetano Brandão



morreu, em 15 de Dezembro de 1805. No seu testamento pede que lhe façam um enterro simples. Neste documento pede à Corôa para que os rendimentos da Mitra continuassem a ser entregues aos pobres mesmo durante a Sé vaga. Contrariamente, ao seu desejo, teve um funeral com todas as honras, pois tal como outros Prelados, só depois de morto viu a sua obra e vida valorizada, como um digno imitador dos Apóstolos. Porém, o povo enalteceu este homem, e agradecido “(...) começou logo a fazer romagens à sua sepultura e a venerar com culto particular os seus retratos, especialmente o que está collocado na galeria do claustro do Hospital de S. Marcos” (Ferreira 1932, 430). Encontra-se sepultado na capela da Piedade. Este fluxo de peregrinação “natural” e “espontâneo”, nunca foi potenciado e, naturalmente, dissipou-se com o tempo.

Depois desta abordagem, ainda que breve, podemos afirmar que a Igreja de Braga, nomeadamente os primeiros bispos tentaram restituir o culto a alguns Santos. Todavia nunca conseguiram cimentar esse mesmo culto e os fluxos de peregrinação que, possivelmente, lhe seriam inerentes. Aliás, ao confrontar-nos estes cultos com os Santos mais adorados na Sé, a partir do século XV, até aos nossos dias, vemos que existem muitas mudanças, relativamente às entidades mais veneradas. Talvez isso seja o reflexo da política de cada Prelado e da sua necessidade de fazer valer mais o culto a um ou outro santo. Ao longo do tempo, os diversos Prelados, cada um à sua maneira, tentaram implementar o culto e devoção a diversos santos, porém não conseguiram dar continuidade a estes fenómenos para que estes gerenciassem fluxos de peregrinação contínuos. Podemos dizer que as “perdas” iniciais para Compostela e as dificuldades em edificar um templo de peregrinação em Braga, nos séculos XI e XII, condicionaram para sempre a possibilidade de fazer da Sé um espaço de Peregrinação, isto apesar das consecutivas acções com o intuito de promover o culto e engrandecer o seu relicário. Mesmo concretizando estas pretensões, com as trasladações de S. Tiago Interciso, S. Pedro de Rates, S. Martinho de Dume e a constituição de um vasto relicário, nunca os homens da Sé Primacial conseguiram promover o culto de peregrinação na Sé de Braga.

Para este facto também muito terá contribuído o facto de existirem na área da Diocese inúmeros Santuários que começaram a capitalizar fluxos de peregrinação, nomeadamente a partir do século XVIII.

Nos nossos dias, cumpre referir a trasladação de Maria Estrela Divina para uma capela improvisada, como uma possível acção que visa criar na Sé um eventual fluxo de peregrinação ao túmulo desta beata (processo beatificação em curso) tal como está a acontecer com a Santa Alexandrina, em Balazar. Independentemente da pretensão parece-nos que estas acções deviam ser melhor pensadas e mais integradas na filosofia do próprio monumento, sob pena de

assistirmos a situações de falta de percepção e visibilidade desta realidade. Talvez este tenha sido o erro do passado. Por outro lado, a organização do espaço da Sé nunca potenciou a ocorrência deste tipo de fenómeno, os Prelados sempre fizeram deste espaço uma “montra” religiosa, discurso das suas mensagens eclesiais, e como tal mutável no tempo e na forma. Em virtude destas sucessivas mudanças os Prelados foram “matando” as acções dos seus antecessores, ao nível da tentativa de criar condições de peregrinação. Só desta forma podemos perceber as sucessivas alterações em locais com eventual potencial de peregrinação como a Capela de S. Geraldo, a Capela de S. Pedro de Rates, a deslocação de relíquias de Santos populares para locais menos visíveis, a recuperação de cultos já perdidos e a introdução de novos cultos sem que se tivesse a preocupação de respeitar o passado religioso de cada local e promover um fio condutor que mostrasse, no presente, os cultos do passado. Se esta premissa se tivesse concretizado, talvez, a Sé de Braga fosse um espaço mais organizado e com mais linhas de entendimento do vasto passado religioso a esta associado. Quiçá, hoje, como ontem a Igreja de Braga valoriza mais o presente que o passado, negando o próprio princípio que o passado é a base do presente e um argumento efectivo para o futuro, e esquecem-se que “(...) a vida caminha e ao caminhar cria “o passado”, é preciso que haja quem se preocupe de reconhecer esta criação magnífica da humanidade que é a sua própria história” (Ballart 1997). Esta política está a retirar à história de Braga a sua real dimensão religiosa e tudo que ela representa para a cidade, região, país e para a percepção do fenómeno do cristianismo e das peregrinações na Península Ibérica. Esta realidade representa também o valor simbólico do monumento e faz parte da sua função catequética e rememorativa, não fosse este de “per si” um documento histórico.

A análise de todos estes aspectos referenciados com a questão das relíquias poderá parecer excessiva. Todavia é fundamental porque a própria história da Igreja Cristã está intimamente ligada com o destino e significado das relíquias. Estas foram ao longo dos séculos a substância da religião. Por outro lado, não é possível fazer uma análise da Sé sem ter em conta as relíquias existentes e a política que cada um dos Prelados teve na valorização deste legado religioso.

#### 4. As Peregrinações na Arquidiocese de Braga.

No ponto anterior foi analisado o papel dos homens da Igreja Bracarense na criação de cultos capazes de atrair fluxos de peregrinação. Referimos o projecto de arquitectura inicial para a Sé Primacial que contemplava estruturas próprias para o efeito. Contudo, verificamos que, por razões várias, nunca se conseguiu implantar na Sé fluxos de peregrinação significativos. A Sé de Braga nunca foi um espaço de peregrinação, desde o seu restauro em 1176.

A Sé também não conseguiu promover a ligação a peregrinações de outros locais sagrados da Arquidiocese. Aliás, são mais referenciadas as viagens pastorais de bispos de Braga aos extensos territórios da Sé, como por exemplo D. Fernando de Guerra, do que a visita em peregrinação de Crentes à Sé Primacial, onde, no entanto, existiam santos veneráveis pelo povo e de onde irradiava a política religiosa.

Terá a Sé, ao longo dos tempos, sido um lugar fechado, associado ao poder da Igreja, circunscrito aos homens da Igreja, às Ordens e Irmandades, do que um espaço do povo e para o povo? Recordamos que, em volta da Sé, se situava a área da cidade habitada pelo clero e pela burguesia. Talvez esta circunstância tenha condicionado o desenvolvimento de peregrinações a este espaço sagrado. Ou, então, podemos afirmar que a Sé nunca foi um espaço para fruição popular, mas pelo contrário um símbolo do governo e do poder da Igreja? Julgamos útil abrir uma linha de debate que possa dar alguns contributos para a discussão relativa ao papel da Sé nesta temática. Talvez esta situação explique alguns dos factores relacionados com os avanços e recuos no culto a alguns Santos de grande devoção. Não podemos esquecer que, ao longo dos séculos, a acção dos diversos Bispos variou muito na forma e na mensagem. Alguns tentaram potenciar uma Catedral Missionária e aberta ao povo, enquanto outros adoptaram uma postura mais aristocrática na sua forma de governo que fizeram passar para a própria Catedral, tornando-a mais “fechada” à comunidade.

Admitimos, contudo, que esta linha de interpretação não pode ser aplicada aos bispos que ocuparam a Cadeira Primacial no período compreendido entre o governo de D. Pedro e D. João de Peculiar, pois tudo fizeram para erguer uma Sé à altura da tradição religiosa da Diocese. Outros fizeram deste espaço um local de comunicação com o povo como Frei Bartolomeu dos Mártires ou Frei Caetano Brandão. Outros, por sua vez, tentaram capitalizar para este espaço as devoções existentes em Templos da Diocese, do qual D. Baltasar Limpo é um bom exemplo. Todavia, o máximo que conseguiram foram cultos limitados no tempo. A maioria, porém, governou com fausto e distanciamento do povo e mais próximos do poder da Corôa. É,

precisamente, ao governo destes que se aplica o raciocínio apresentado no final do parágrafo anterior. Aliás esta política algo errática terá quebrado a consolidação dos fluxos de peregrinos, nomeadamente nos casos de S. Pedro de Rates e S. Martinho de Dume.

Efectivamente, os casos de maior ligação de peregrinações à Sé de Braga relacionam-se com o facto de os Bispos de Braga terem tentado capitalizar para este monumento o “*potencial peregrino*” de alguns Santos de reconhecida devoção popular existentes em alguns templos de menor dimensão, como S. Pedro de Rates (trasladado no século XVI) e S. Martinho de Dume (trasladado no início do século XVII). Esta situação promove uma ligação indubitável da Sé de Braga à grande peregrinação europeia – o Caminho de Santiago. Braga, enquanto, cidade “relicário (...) terra onde predicaram no cristianismo do século V S. Martinho de Dume e S. Frutuoso, Monge do Século VII formado no Val do Silêncio berziano” (Lopez Gómez 199, 73). Sabendo nós com base no mapa de Bráulio, de 1594 que, entre os séculos XII e XIV, a cidade estaria organizada em torno do centro religioso que era a Sé (Costa 1997) e que os peregrinos a Compostela buscavam os melhores caminhos desde que associados à passagem em locais considerados santos ou sagrados, podemos concluir que a região de Braga seria certamente um local estratégico de passagem de peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, pelo menos até aos séculos XV e XVI.

Esta situação pode ser ilustrada pelo caso da cidade de Barcelos que tem o seu desenvolvimento urbanístico associado à passagem de peregrinos. Em 20 de Dezembro de 1504, o Sapateiro João Pires observou a aparição das cruzes impressas no chão, o facto foi considerado milagre e originou a edificação de uma pequena ermida no local. A construção deste pequeno templo, em virtude do milagre descrito, fez com que os peregrinos a Compostela deixassem de passar somente pelo fundo de Vila, pela estrada carrária que ligava Barcelos a Ponte de Lima, deslocando-se ao Templo junto ao cimo de Vila. Esta circunstância gerou desenvolvimento da cidade em trono da rua que ligava o Largo do Apoio ao Cimo de Vila onde se localiza o Templo do Bom Jesus, edificado em honra à referida aparição (Ferreira, 1992). Naturalmente que este facto leva-nos a afirmar que possivelmente os peregrinos a Compostela também passem na Sé para adorar algumas relíquias ali existentes, mesmo depois da construção da ponte sobre o rio Cávado em Barcelos no século XV. Aliás, pensamos, como referimos anteriormente, que um dos motivos da trasladação de S. Pedro de Rates e S. Martinho de Dume está relacionado com este fluxo de peregrinação. Da mesma forma que o culto a S. Pedro Mártir e S. Pedro Apóstolo instituído na Sé, a partir do século XVI, terá muito haver com esta situação. Por outro lado, o facto de em Braga estarem as relíquias de S. Tiago Interciso (S. Tiago Menor) certamente promovia a ligação da Sé a esta peregrinação.

Não seria crível que os peregrinos fossem descansar ao Mosteiro de Tibães, “Obra do século XIII onde descansavam os peregrinos” (López Gómez 1993, 79), visitassem Montélios e Dume e não fossem à Sé Primacial de Braga.

Quanto às principais peregrinações existentes na Diocese de Braga, para além das referenciadas, destacamos os casos da Senhora da Abadia e do S. Bento da Porta Aberta, pois a dimensão histórica, para o primeiro caso e, religiosa, para o segundo assim o justificam. Acerca do primeiro local, a Senhora da Abadia, onde se acredita ter acontecido uma teofania não são conhecidos registos de peregrinações a este espaço que promovessem a ligação à Sé Primaz. No entanto esta abadia era “hua das mais antigas ermidas, não só desta província do Minho, mas ainda de todo o Reino, e bem celebrada em todo elle e ainda em toda a América donde vem muitas ofertas e com ellas muitos devotos (...)” (Silva 1985, 74-75). Esta descrição dos finais do século XVII, deixa antever a importância peregrina que este espaço teria no passado. Aliás é por esta altura que o templo da Abadia sofre fortes remodelações, conferindo-lhe o aspecto que, ainda hoje, possui. A estas obras não será alheio o incremento do número de peregrinos, conforme atestam as Memórias Paroquias de “Entre Homem e Cávado em Meados do Século XVIII” (Silva 1985, 75). Esta peregrinação, em meados do século XVIII, era, indubitavelmente, a mais importante da Diocese de Braga, conforme atesta a descrição do pároco do santuário desta altura, citado por Domingos Silva “He esta romagem a mais frequentada de todas as de Entre Minho e Douro (...)” (1985, 76). Apesar de ser reconhecidamente um dos primeiros pólos de peregrinação mariana de toda a Diocese de Braga, não se encontra nenhuma ligação à Sé Primacial, salvo o facto de ambos terem por padroeira a “Virgem Maria”.

O desenvolvimento de um novo pólo de peregrinação reduziu a importância deste Santuário, especialmente, após os finais do século XIX, altura em que é construído o templo<sup>71</sup> de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo. Este foi fundado, em 1640, por Tomé de Pires, o qual, segundo a tradição, em vez de uma ermida terá colocado a imagem do Santo num nicho (Faria 1947). Esta tese ganha alguma consistência se tivermos em conta que, em meados do século XVIII, já existia uma ermida neste local, como o comprova esta afirmação “À ermida de S. Bento acodem muitos devotos e hé frequentada sua romagem nos dias do seu orago e em muitos mais dias do anno peellos muitos millagres que obra em sua imagem” (Silva 1985, 209). A partir, de meados, do século XVIII é um lugar de intensa romagem, facto que se reflecte no aumento do culto pela generalidade da Diocese<sup>72</sup>. Em finais do século XIX e, início do século

---

<sup>71</sup> Segundo Lopes de Oliveira (1971, 190) “o novo templo foi erecto em 1895, tendo iniciado a sua construção em 1880 (...)”

<sup>72</sup> Isso pode ser provado, como referenciamos, com a observação do Padrão do Galo, no museu arqueológico de Barcelos, onde se faz referência a S. Bento como santo de grande devoção, facto que,

XX, era já o maior centro de peregrinações de toda a região Norte, como afirma Lopes de Oliveira “vão milhares e milhares de devotos que a pé e por outros meios acorrem ao santuário em homenagem do seu querido Santo” (1971, 200).

Apesar de não existir, em nosso entender, uma relação directa entre este Santuário e a Sé, há uma situação curiosa, ou seja o incremento do culto a S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo e, em todas as Igrejas de Braga, nomeadamente no Pópulo, Congregados, Misericórdia, Terceiros e Santa Cruz, contribuiu para que o Santo tivesse mais visibilidade na Sé, já em pleno século XX. De facto, actualmente é um dos Santos mais venerados na Catedral. Aliás, segundo alguns relatos, algumas das peregrinações de pessoas dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão passam pela Sé, junto da imagem do Santo. Contudo de acordo com o testemunho recolhido junto de alguns Crentes, em veneração ao Santo na Sé, verificamos que apesar de fazerem as promessas na Catedral, cumprem-nas no Santuário em Rio Caldo.

Este facto leva a que, mesmo depois das obras iniciadas, em 1930, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o altar de S. Bento, que se encontrava no interior da Igreja, não fosse extinguido mas deslocado para o claustro, uma vez que o monumento tinha obrigatoriamente de ter um lugar de devoção a este santo, dada a crescente importância religiosa que este tinha em toda a Diocese.

A Diocese de Braga é, na actualidade, um espaço único de peregrinação em Portugal, com inúmeros lugares, fruto de um vivência religiosa muito forte e, acima de tudo, reflexo de uma devoção mariana muito forte<sup>73</sup>. Para esta situação muito contribuíram os Prelados de Braga que na sua mensagem, ao longo dos tempos, incutiram, promoveram e autorizaram o aparecimento de muitos santuários e avalizaram muitos cultos e teofanias, como símbolos do diálogo que queriam transmitir. Outros lugares foram vingando apenas com a força do povo, sendo mais tarde assumidos pela Igreja. Naturalmente que, em períodos diferentes da história, alguns Prelados tentaram promover uma ligação intrínseca da Sé às peregrinações, quer através da trasladação de relíquias de Santos do povo para a Sé, quer através da criação de cultos a

---

naturalmente, pode estar associado a este incremento das peregrinações (Almeida 1991, 102). Por outro lado, as Igrejas bracarenses com decoração barroca, dos finais do século XVII e, início do século XVIII, tem na sua grande maioria um altar de honra deste Santo, facto que induz um crescendo na devoção por esta altura.

<sup>73</sup> Alguns autores afirmam mesmo que a construção do Santuário do Sameiro visou impulsionar, ainda, mais o culto mariano existente nesta região com o intuito de formar um centro de peregrinação que retirasse peregrinos a Compostela. Mais uma vez a consciência que a criação de um espaço de peregrinação é uma mais valia para a valorização e crescimento de um local ou mesmo de uma cidade. Curioso é contactar que em finais do século XIX se recupera uma ambição da Igreja Bracarense dos séculos XI e XII. Isto prova que o *Pio Latrocínio* nunca foi bem digerido pelos homens da Igreja Bracarense.

Santos de devoção popular. Aqui podemos encontrar um certo contraditório com alguma das ideias debatidas, nomeadamente com o facto de a Igreja não ter potenciado as peregrinações na Sé, e pelo contrário ter autorizado a construção de inúmeros templos para esse efeito, a partir do século XVII, em toda a Diocese. Aqui temos que esclarecer que esta situação resulta da forma diferente de cada Prelado abordar esta questão, ao longo dos séculos. Contudo, independentemente da política adoptada para a Sé, a maioria dos Prelados credibilizaram o aparecimento de lugares de peregrinação na Diocese, especialmente a partir dos finais do século XVII, nomeadamente os de vocação Mariana, como é bom exemplo: o Santuário de Porto D´Ave (Póvoa de Lanhoso), da Senhora da Aparecida (Balugães), da Senhora do Sameiro (Braga) entre outros.

Neste trabalho fica registada a disparidade de governo de alguns Prelados no que toca às peregrinações no espaço da Sé e em outros lugares da Diocese. Fica também aberta a possibilidade da realização de um estudo mais profundo sobre estas temáticas, nomeadamente da forma como, ao longo do tempo, os Prelados organizaram a Sé relativamente ao povo, às peregrinações e à sociedade em geral. Fica para aberta a possibilidade de avaliar a possibilidade dos Prelados terem gerido a Catedral como símbolo do poder eclesiástico e de uma classe fechada mais próxima da Corôa do que do povo.

Actualmente, a Sé de Braga, é um ponto de passagem para algumas centenas de peregrinos a caminhos de Santiago e espaço de devoção e recolhimento para muitos Crentes que procuram este local para “pagar ou fazer promessas”, que muitas vezes passam pela peregrinação, ao S. Bento, ao Sameiro ou, até, mesmo a Fátima. A Sé cabimenta-se mais no ponto de partida de peregrinações, ou seja na promessa, do que propriamente como meta. Neste lugar pede-se mais a “guarda”, a “protecção” e faz-se a promessa aos santos motivadores de peregrinação.

Todavia na perspectiva dos “*peregrinos do património*”, aqueles que promovem o novo culto dos monumentos, a Sé é uma meta de peregrinação inserida no contexto da visita à cidade, na qual é, indubitavelmente, o espaço mais importante. Dificilmente, hoje, uma visita turística a uma cidade com Catedral passa sem a fruição deste espaço.

A Sé apesar de ser um espaço de culto é, também, um espaço de “peregrinação” daqueles que buscam a interpretação histórica e patrimonial. Peregrinos estes que caminham em busca do autêntico e da experiência do contacto. Na Sé são já milhares, bem mais que aqueles que buscam o Monumento - Igreja. É, por isso, fundamental que se tenha uma acção activa na gestão destes novos fluxos, para que o espaço mantenha o seu “espírito”, mas que abra linhas de

interpretação da sua história e vivência. Assim, o valor de contemporaneidade do monumento não destruirá a função rememorativa e catequética do monumento autêntico.

##### 5. As novas Peregrinações, no contexto da Sé Primacial de Braga, como factores de movimentação de pessoas – o Turismo Religioso.

As peregrinações, no contexto da Sé Primacial de Braga, não são muito expressivas, muito embora se registem alguns casos isolados. Todavia, não são um fluxo que se possa comparar a outros espaços de peregrinação. No entanto, a Sé de Braga recebe milhares de pessoas anualmente, quer por motivações religiosas, quer, especialmente, por visita/lazer. Perante este quadro urge desenvolver uma série de acções de gestão que articulem as diferentes motivações.

Importa harmonizar o culto tradicional com o culto moderno dos monumentos, que se desenvolve para contemplar os aspectos materiais da Sé e que buscam o espaço como itinerário de leitura do património e vivência do monumento.

Por isso, não se pode falar somente em turismo religioso, no âmbito da Sé Primacial de Braga, uma vez que o novo culto dos monumentos encontra neste espaço outros motivos de interesse muito variados.

É importante analisar esta questão, porque a Sé é um pólo de atracção turística e espaço “mensagem” para quem visita a cidade. A visibilidade destes elementos, implica que a gestão desse espaço tenha que ser organizada de forma integrada e profissional promovendo a sua fruição sustentada e mantendo vivas as diversas valências que lhe conferem a autenticidade, nomeadamente a relacionada com o seu contributo para a História de Portugal. Convém, pois, definir formas de gestão e organização que tenham em conta os milhares de visitantes que procuram o monumento, enquanto espaço de património e estrutura material. Este fluxo de “novos peregrinos” deve ser integrado respeitando o “*puzzle emocional*” que é a Sé de Braga.

Estes novos visitantes que fruam espaços patrimoniais e religiosos devem ser encarados pela entidade usufrutuária da Sé como os “*novos peregrinos*” que buscam este monumento não só por aquilo que ele representa em termos religiosos, mas, também, por tudo aquilo, que a sua estrutura material e simbólica expressa e, ainda, para privar com vivências que lhes permitem



percepcionar melhor a cultura da cidade e região. A Sé é um espaço “ícone” para os “peregrinos do património” que fruem os diversos espaços históricos da cidade de Braga. É uma espécie de “recurso-motivo” para a deslocação a Braga.

A Sé encerra a mesma capacidade de atracção que os monumentos das antigas civilizações possuem. Por isso, a Igreja deve, sem reservas, assumir a gestão deste novo culto dos monumentos, pois só assim poderá balizar a sua política pelos parâmetros do tempo actual, tendo em conta as novas tendências da sociedade e as formas de interpretar e fruir os lugares religiosos. A não tomada de consciência da Igreja, a este nível, associada ao crescente interesse das massas turísticas, pode potenciar a desvirtuação do espaço, com prejuízos óbvios para as vertentes religiosa e tradicional. É importante que a Igreja abra horizontes e não interprete somente o culto dos monumentos, do ponto de vista teológico, para o interpretar, também, do ponto de vista social e cultural.

## PARTE III – GESTÃO RELIGIOSA E PATRIMONIAL DA SÉ E A SOCIEDADE DO LAZER

### Capítulo I – A Igreja e os Novos Tempos: A Sociedade do Lazer

#### 1. A Instituição “Igreja” factor de resistência à mudança.

Em pontos anteriores temos referido a Instituição Igreja, representada pelo Cabido, enquanto entidade “usufrutuária” e gestora do espaço da Sé Primacial de Braga e como tal entidade a quem compete interpretar e aplicar muitos dos conceitos debatidos neste trabalho. Todavia, para que possamos melhor perceber a linha de entendimento da Igreja relativamente às novas realidades da gestão patrimonial e ao moderno culto dos monumentos, temos que abordar a dimensão do conceito “mudança” para esta Instituição<sup>74</sup>.

Todas as religiões, mesmo as mais universalistas, centram-se na temática da "comemoração": o rito é a repetição do mito das origens - porque todas elas, visam evocar a vida do fundador. A Religião não se inscreve na História senão para a enquadrar, referindo-a a um momento: aquele onde o presente comungou ou encarnou o Eterno.

Efectivamente, o mecanismo do “religioso” relaciona-se com a perpetuação de lembranças. Mas estas não são o passado; apenas a sua reconstituição na vida mutável dos homens, grupos ou instituições, ao longo dos tempos. Para se inserir no presente, em constante mudança e produtor do passado, é preciso que se adaptem.

A Religião, não nega a mudança, mas não a considera senão como uma perda, ou uma regressão às origens<sup>75</sup>; como enfraquecimento da dinâmica da Igreja; da vida interior dos homens; como um resfriamento do fervor das criações. Quando as “Igrejas Cristãs” não se sentem em acordo com mundo à sua volta, só mudam remontando às origens ou ao que elas acreditam ser as verdadeiras origens do cristianismo. A reforma protestante, por exemplo, não é uma ideologia da mudança, mas do retorno à pureza do passado; ela recusa-se como "mutação" para apresentar-se como "recuperação" e como fidelidade à memória. Curioso é que Igreja,

---

<sup>74</sup> Embora a abordagem seja feita à Igreja como um todo, não podemos deixar de chamar a atenção para as particularidades específicas que a Igreja de Braga tem no contexto da Igreja Portuguesa e, até, europeia.

<sup>75</sup> Segundo Max Nordau (1902, 6-7) a influência da Religião nos espíritos é de tal modo poderosa que “os hábitos d’ella acham-se tão inveterados, que, quando os próprios ateus pretendem substituir a fé humana por um ideal paralelo à concepção do mundo, sentem a fraquesa racional e mantem o termo religião recordando assim as ideas frivolas da humanidade nascente”

também ela, está imbuída do espírito do “regresso às origens” tão em voga nas sociedades actuais, de tal modo que é difícil estabelecer uma plataforma de entendimento e de aproximação da Igreja aos novos conceitos, utilizando o património e a sua mensagem simbólica como fundamento duma convergência.

Em virtude destes princípios a Igreja inibe a entrada de correntes inovadoras na sua estrutura a diversos níveis, nomeadamente na gestão dos espaços religiosos, com valor patrimonial, actualmente procurados para fruição cultural e turística. A Igreja opta sempre por uma atitude passiva e “esconde-se” por detrás de uma perspectiva teológica que pode colidir com as novas conjunturas e novos gostos.

O exemplo da Sé Primacial é, disso, um bom testemunho. Um local que recebe milhares de pessoas que buscam a leitura patrimonial e histórica do monumento continua a ser gerido como se fosse um espaço afecto ao culto religioso, em exclusivo. Esta mentalidade pode suscitar equívocos, porquanto os monumentos religiosos são mais procurados pelos adeptos do “culto” patrimonial e turístico do que, propriamente, por fiéis em devoção. Apesar desta evidência a Igreja continua agarrada ao “culto do crente da esmola” e ao fiel da missa, de início ou fim de dia, que tem vindo a reduzir-se de forma abrupta desde meados dos anos 80 do século XX, e caracteriza-se por ser um público idoso. Não pode a Igreja continuar a gerir os espaços religiosos para uma minoria. Seria desejável que desenvolvesse novas formas de gestão e organização dos lugares protegendo o culto tradicional mas também cativando os “novos peregrinos” do património, de uma forma harmoniosa, divulgando a Igreja numa outra perspectiva, a da sua dimensão artística, histórica, simbólica e cultural.

## 2. A Igreja e a nova realidade social e turística

O tipo de vida das populações muda no correr do tempo e, com as transformações económicas, novas formas de “religião” surgem. Será que, hoje, podemos falar da fruição do património, como nova forma de atrair fiéis, um pouco à imagem da sedução do tempo barroco onde a beleza das igrejas e capelas, a surpresa das formas e o dourado dos interiores funcionaram como elementos que encantavam e maravilhavam os Crentes. As mudanças que se tem registado, nas últimas décadas do século XX obrigam a Igreja a promover a ligação dos espaços religiosos à nova sociedade, desprendida dos valores conservadores de antanho. A atracção a estes locais e à própria religião deveria realizar-se tendo em conta as novas ideologias e a nova ordem cultural,

muito menos influenciada pela Igreja, incluindo a Diocese de Braga que tem muito menos preponderância na sociedade e na cidade do que há 50 anos atrás.

Segundo Mário Lages (2000, 381) a situação eclesial e social, nos anos 50 em Portugal caracterizava-se pelo bloqueamento e pelo imobilismo tradicionalista. Por sua vez, do ponto de vista político, o Estado Novo estava perfeitamente estabilizado. A ideologia conservadora de António Salazar imperava e as poucas vozes que se levantavam contra pertenciam a elites citadinas e a algumas classes operárias.

Neste quadro não existia qualquer espécie de abertura da Igreja, enquanto instituição, para as questões do uso turístico dos espaços de culto. Paralelamente, é nesse contexto que o turismo começa a despontar em Portugal, e em todo o Mundo, como um sector vital nas economias. Todavia a relutância à mudança impede que a Igreja tenha percepção do turismo religioso enquanto actividade a desenvolver.

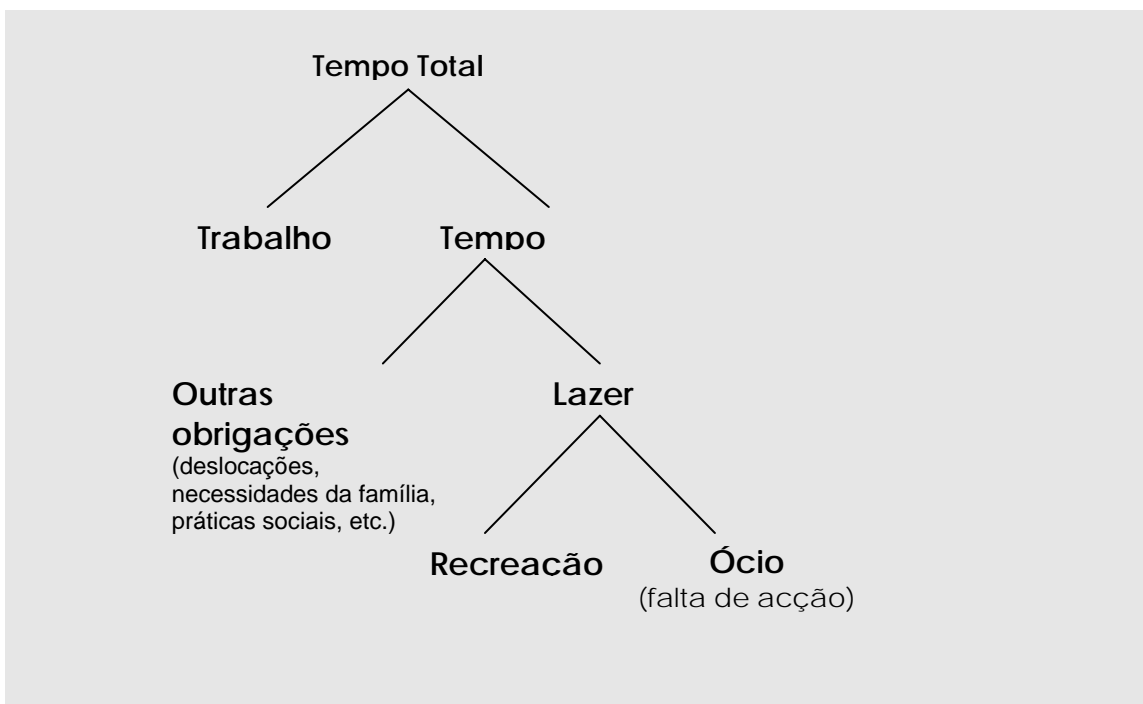
Como vimos, entre 1950 e 1960, quase 97 % dos Portugueses eram Católicos, circunstância que permitia que a Igreja tivesse um domínio muito claro sobre a sociedade e, inerentemente, sobre as suas crenças, tradições e índices de desenvolvimento. Este cenário indicia uma população que se identificava fortemente com a cultura católica e, por isso, pouca aberta a mutações na interpretação dos seus espaços de culto. Este facto agudizava-se pelos baixos índices culturais dos portugueses, nas décadas de 50 e 60 e, ainda, por fenómenos de imigração que incidiram mais na juventude. Estes factos, associados ao tradicionalismo da Igreja, adversa à mudança, fizeram com que o turismo religioso enquanto fenómeno económico permanecesse oculto e a fruição de espaços, como a Sé Primacial, continuasse a ser gerida, quase em exclusivo, por cânones religiosos. A associação Igreja/Estado, espelhava um país, predominantemente rural, alheio à cultura citadina e cosmopolita, demasiado fechado para abrir os horizontes e valorizar o seu próprio património monumental e artístico.

Com o advento dos anos 70, o país enfrenta a crise da guerra colonial o que, associado à formação de novos fluxos imigratórios, potenciou a abertura da sociedade reduzindo o papel da Igreja, enquanto obstáculo à nova realidade que proliferava pela Europa no pós-guerra. Apesar desta realidade em mudança, a Igreja persistiu em impor uma visão tradicionalista do mundo e da sociedade, proclamando o conservadorismo religioso e de mentalidades. Ao mesmo tempo inviabiliza manifestações que promovam a valorização da cultura, da religiosidade popular e dos próprios locais de culto, conforme afirma Mário Lages “(...) nas Dioceses de Viseu, Lamego e Porto, deliberações eclesiásticas impedem aos Párocos de realizar qualquer acto religioso quando fossem lançados foguetes, ou houvesse qualquer espécie de arraial” (2000,

383). Esta frase embora não se aplique directamente ao contexto em discussão mostra a mentalidade da Igreja nas questões relacionadas com os espaços de culto a seu cargo. Mostra, também, o carácter fechado que tentava impor ao povo inibindo as suas mais autênticas demonstrações de convívio e festa.

A partir do 25 de Abril o controlo do Estado sobre a sociedade e o cidadão esfuma-se e, concomitantemente a Igreja perde a sua influência. Esta circunstância deve-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento social a todos os níveis do país, em particular nos âmbitos cultural e educacional. Paralelamente a abertura do país ao exterior, faz cair grande parte das bases do antigo discurso eclesiástico. A expansão das áreas urbanas e peri-urbanas, em detrimento do mundo rural, promove um novo universo onde a Igreja não consegue penetrar, facto que desarticula, quase por completo, o seu relacionamento com a sociedade. Portugal transforma-se de forma radical dos anos 60 para os anos 80, processo consolidado pela adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1 de Janeiro de 1986. Em virtude desta nova ordem introduzem-se os conceitos da Europa civilizada, nomeadamente a fruição dos tempos livres e do lazer como um direito. Em virtude desta nova realidade a estrutura temporal da sociedade portuguesa redimensiona-se de acordo com o esquema seguinte:

**Quadro nº 7**  
**Evolução do Conceito de Lazer**



↑

---

**ESPAÇOS RELIGIOSOS COM VALOR PATRIMONIAL EMERGEM COMO ESPAÇOS DE FRUIÇÃO TURÍSTICA**

Actualmente o direito ao livre uso do tempo de *não-trabalho* é um dado adquirido. Começa a surgir o interesse pelos acervos patrimoniais e pelos monumentos. Não na perspectiva ideológica atribuída pelo Estado Novo e pela Igreja, mas num contexto de usufruto turístico, enquanto locais capazes de potenciar a ocupação dos tempos livres e de contribuir para o enriquecimento pessoal em termos histórico - culturais. Esta nova vocação insere-se dentro dos princípios que João Paulo II recomenda à sociedade e, que em seguida, passamos a citar “(...) deve o Homem ganhar o pão de cada dia, contribuir para o progresso da ciência e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os outros irmãos”.

Este processo anuncia a generalização do fenómeno turístico e uma abertura para a interpretação dos Edifícios Religiosos, não só na perspectiva do Crente, mas também na emergência de uma nova dimensão para este tipo de património – a turística –, que se enquadra mais nos conceitos defendidos por Alois Riegl sobre o novo culto dos monumentos (1984, 7-122). Paralelamente, desenvolvem-se, na Europa as políticas patrimoniais, a partir dos anos 60, sendo assinadas sucessivas Convenções nesse âmbito.

Estes factores levam a que a Igreja, enquanto instituição tutelar e usufrutuária de património, se veja na contingência de alterar a sua atitude. A este propósito Geraldo José Amadeu Coelho Dias (2003, 6) afirma que “Tal como na sociedade civil, também na Igreja cresceu a consciência de valor do património eclesial e se sentiu a necessidade de defender e promover o património, mas igualmente a conveniência de denunciar a sua utilização indevida”. Por outro lado, o fenómeno do turismo religioso em pleno crescimento é impulsionado pela conversão de locais de “culto” em locais de grande apetência turística. O melhor exemplo, desta situação para além do exemplo de Fátima, é Santiago de Compostela e os caminhos de peregrinação. Estes casos contribuíram para que a Igreja readquirisse a consciência do potencial que tem entre mãos e que lhe permite equacionar a possibilidade de cruzar as vocações religiosas com as novas formas de olhar os locais religiosos de grande valor patrimonial.

Em Portugal, em 1991, somente 77,9 % dos portugueses eram católicos<sup>76</sup>, facto que atesta uma descida de quase 20%<sup>77</sup>, relativamente aos anos 60. Podemos afirmar que na década de 90 projecta-se uma quebra entre a Igreja e as novas gerações, mais cidadinas, informadas e

---

<sup>76</sup> Este número desenha-se, a partir do 25 de Abril, com a conquista da liberdade de expressão e melhoria do bem-estar económico e social do país.

<sup>77</sup> Segundo os resultados provisórios do Recenseamento da Prática Dominical em 25 anos a Igreja Católica portuguesa perdeu mais de meio milhão de fiéis, que costumavam participar regularmente nas Eucaristias dominicais.

habituaadas a adaptar-se às mudanças constantes no seu quotidiano influenciado pela sociedade da informação.

Em reacção à sociedade consumista e da informação altamente produtora de “passado” (Ballart 1997), a Europa refugia-se numa tendência caracterizada pelo “regresso às origens”. Os “Monumentos Mensagem”, como é o caso da Sé de Braga, adquirem um novo interesse, enquanto bastiões de Identidade. Nessa tentativa de se estabelecer uma nova ligação com o passado, de se reatar elos perdidos, surge uma nova cultura da memória que se manifesta, por exemplo no processo de musealização de locais simbólicos e nas novas modalidades de apropriação do espaço público. Este torna-se um cenário que é utilizado de forma a compensar a ausência de marcas na cidade, onde somos cada vez mais seres sem rosto e identidade.

A Igreja face a esta realidade vê-se na contingência de modificar a sua atitude quanto à fruição dos espaços religiosos de valor patrimonial. É a partir da Constituição “*Sacrosantum Concilium*”, de 1964, da elaboração da Carta da Congregação do Clero aos Presidentes das Conferências Episcopais, em 11 de Abril de 1971, e da carta colectiva dos Bispos de Campania de 1974, que a Igreja assume uma atitude mais tolerante com as festas religiosas, procissões, peregrinações e santuários. Ao mesmo tempo abre os seus espaços à cultura e ao turismo. Com este propósito, a Santa Sé criou na Cúria Romana “A Comissão Pontífica para a Conservação do Património Artístico e Histórico”. Esta, em 11 de Abril de 1979, dirigiu aos bispos uma carta particular sobre esta temática, seguida de outra, em 15 de Outubro de 1992, recomendando a formação dos sacerdotes para as suas responsabilidades, no sector do património artístico e histórico da Igreja (Dias 2003, 6). Outros documentos importantes neste sentido são a: *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi* (1975) de Paulo VI e os documentos dos Bispos *Latino-Americanos reunidos em Puebla* (1979) bem como uma diversidade de documentos emanados de Roma. Também, em Portugal, os Bispos produziram documentos sob o tema criando um departamento de Migrações e Turismo. Em 1995, debatem este tema numa das suas Convenções.

Em Portugal, porém, nunca se verificou uma acção determinada da Igreja no sentido de capitalizar a nova realidade social, apesar de ter feito concessões de diversa ordem, nomeadamente no que concerne à abertura dos templos para fruição turística. Por outro lado, raras vezes assumiu a gestão desses locais, de forma clara, incluindo novos usos. A Sé Primacial é disto um bom exemplo. É um espaço de grande densidade turística gerido como se esta vertente fosse equivalente à função de culto original do templo.

A Igreja parece ignorar o contexto das novas tendências que elegem os locais patrimoniais como espaços de fruição turística privilegiada, uma vez que o património tem uma função de fortalecimento e consistência do sentimento colectivo e, acima de tudo, de comunidade, factor tão importante para estabilidade e equilíbrio das sociedades actuais. É nestes espaços que o passado se corporiza e confere, a cada um de nós, o sentido de identidade. Não se percebe, assim, porque é que a Igreja, perfeitamente consciente desta nova realidade social, não capitaliza ela própria este processo e valoriza os locais dos quais é usufrutuária ou, pelos menos, organizando-os de forma a promover a concertação das valências religiosa/culto com a turística/cultural. Não pode, simplesmente, esquecer esta última valência e continuar com uma política da “esmola”, quando os templos absorvem o maior fluxo alguma vez registado nos espaços religiosos. Para estes convergem os “novos peregrinos” que a Igreja deve acolher e dentro do possível rentabilizar este fluxo, da mesma forma que os locais de peregrinação religiosa capitalizam os peregrinos da fé. Os “peregrinos” do património constituem talvez um dos grandes desafios da gestão da Igreja de Braga.

### 3. Documentos Eclesiásticos da Igreja e a gestão do fenómeno turístico.

Em 4 de Dezembro de 1963, Paulo VI promulgou a *Sacrosanctum Concilium* - Constituição Conciliar sobre a Liturgia - o primeiro Documento do Vaticano II. Nesse momento, a Igreja iniciou uma nova política e, jamais, deixou de ser interpelada na dimensão cultural. Efectivamente a Reforma da Liturgia era uma necessidade inadiável e, foi preparada pelo movimento que, desde o princípio do século XX pedia uma profunda actualização da Liturgia justificando teológica, histórica e pastoralmente o processo (S.D.L<sup>78</sup> 2000).

A Constituição do “*Sacrosanctum Concilium*” influenciou decisivamente toda a Igreja, especialmente, no modo de pensar, de ensinar, de olhar para as suas instituições e para o mundo; imprimiu-lhe uma nova dinâmica, questionou o imobilismo em que se encontrava e a que fizemos referência. E isto compreende-se se atendermos aos objectivos do documento: partindo de princípios teológicos, analisou as questões pendentes e sugeriu o caminho a seguir para se alcançar uma Liturgia autenticamente cristã que observe a “dupla fidelidade”: - a Deus e ao homem histórico (S.D.L 2000).

---

<sup>78</sup> Secretariado Diocesano de Liturgia.



A Liturgia, enquanto âncora da mensagem cristã, vê-se obrigada a alterar a linguagem, gestos, atitudes, intervenientes e até as próprias estruturas, para que se possa adaptar às mudanças da sociedade. O problema não se circunscreve a um aspecto particular da celebração: tudo se deve adaptar à Assembleia que comunga a fé, seja onde for. Como se depreende de uma análise ao referido documento sem esta renovação contínua os fiéis deixam de entender o mistério celebrado, a fé professada e as implicações do cristianismo na vida quotidiana.

Tudo isto coloca a autoridade eclesiástica e os agentes da pastoral, a cada momento, numa situação complexa e delicada: complexa, pela mobilidade dos saberes, pelo trabalho e pelos recursos materiais que a mudança implica; delicada, porque o acto litúrgico está sempre exposto a todos os comentários, não só dos fiéis como de qualquer pessoa, pois é público. Para complicar esta realidade a vida da Igreja depende, mais do que nunca, da qualidade das suas celebrações e dos espaços onde estas se desenvolvem (S.D.L 2000).

Assim, iluminada pelos princípios fundamentais da sua própria Constituição, toda a Igreja se tem empenhado na renovação litúrgica. Para além dos documentos da Santa Sé, existem inúmeras orientações das Conferências Episcopais e dos Bispos; estudos e artigos publicados sobre esta matéria onde se plasma o interesse cada vez maior pelas celebrações da comunidade eclesiástica, quer trabalhando generosamente, quer exercendo o seu profetismo, criticando e desafiando a hierarquia. As celebrações inovadoras, movimentando-se dentro do espírito da lei da Igreja, são muitas e ricas as novas sugestões. Todavia, se analisarmos com profundidade, a generalidade destas mudanças verificamos apenas alterações relativamente a inúmeras temáticas e não uma mudança efectiva, conforme é exigido pela sociedade e pelos novos valores vigentes. Com uma nova atitude a Igreja indexa à sua manifestação, mais profunda, elementos que fazem desta não só um espaço de celebração eucarística mas também uma cerimónia viva e com capacidade de atrair os fiéis para uma participação activa<sup>79</sup>.

Das indicações que esta Constituição nos fornece destaca-se o artigo 125º que aconselha “a prática de expor imagens nas igrejas à veneração dos fiéis, sejam expostas (...) em número comedido e na ordem devida, para que não causem estranheza ao povo cristão nem se prestem a uma devoção menos correcta” (S.D.L 2000). Este princípio parece-nos bem estruturado. Todavia não parece ser devidamente contemplado no ordenamento da Sé Primacial de Braga,

---

<sup>79</sup> A este propósito o artigo 30 da referida Constituição afirma “para promover a participação activa, favoreçam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as acções ou gestos e as atitudes corporais...” (S.D.L 2000, 12). Esta nova abordagem permite a inclusão mais veemente da música e de gestos mais condizentes com os tempos actuais.

uma vez que a colocação das imagens não obedece a critérios de natureza religiosa, mas sim a imposições de ordem espacial<sup>80</sup>.

Apesar do ciclo de mudança promovido por esta acção, dado que algumas medidas influenciam directamente os espaços religiosos, poucos documentos da Igreja se dirigem à vertente patrimonial e ao seu usufruto. Alguns referem-se a esta temática, embora de forma breve, como, são exemplos: a *Carta da Congregação do Clero aos Presidentes das Conferências Episcopais*, em 11 de Abril de 1971; as *Cartas da Cúria Romana* “A Comissão Pontifícia para a Conservação do Património Artístico e Histórico”, de 11 de Abril de 1979, aos Bispos e de 15 de Outubro de 1992 aos Sacerdotes. A estas somam-se os já citados e que voltamos a mencionar: a *Carta Colectiva dos Bispos de Campania de 1974*; a *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi de 1975*; a *Carta da Reunião de Puebla dos Bispos Latino-americanos*; e uma série de notas do Vaticano sobre o assunto.

Não existe, todavia, na Igreja uma política dinâmica que contemple a fruição do património sob a sua tutela. No âmbito deste trabalho contactamos o Vaticano sobre a temática, o qual, através do monsenhor Piero Monni, nos respondeu da seguinte forma:

"The Permanent Observer of the Holy See  
to the World Tourism Organization

Vatican City, 14th July 2003

Dear Sir,

I received your e-mail dated June 28th 2003 regarding the politics of the Holy See about the use of the religious places, especially Cathedrals very important from a historical and architectonic point of view.

We have asked about these subjects to the Pontifical Council for the Pastoral Care of Migrants and Itinerant People / Tourist Section and to the Pontifical Commission for the Arts of the Church.

Actually, there isn't a global politics or a global law of the Holy See about the utilization of religious ancient church or other religious sites of tourist interest. This is because of the decisions about their use is taken by the Bishop of the corresponding Diocese. The diocesan Bishop is responsible of the utilization of the site which is located in his Diocese.

He decides holding in due consideration the traditions of his State.

So, there are many different territorial politics in every Dioceses of the world.

I avail myself of this opportunity to send you my best regards.

Yours Sincerely,

Mons. Piero Monni"

---

<sup>80</sup> Em abono da situação actual da Igreja podemos referenciar que a decoração das Igrejas, segundo a nova Constituição deve privilegiar os santos de importância universal.

Na resposta do Vaticano é evidente a inexistência de uma política global da Igreja para esta temática, incumbindo cada Diocese e respectivo Cabido a gestão deste processo.

Efectivamente, o papel da Igreja é, ainda hoje, indefinido, apesar, de ter tido na área da museologia um papel relevante desde o século XVII, destacando-se neste particular D. Frei Manuel Cenáculo, o Padre José Mayne entre muitos outros (Gouveia 2000, 202). O interesse pelas áreas do conhecimento que estiveram na origem desse primeiro período de desenvolvimento foi largamente partilhado pelos meios eclesiásticos, dando origem a colecções e museus referenciados entre as principais iniciativas então registadas (Gouveia 2000, 202).

Recorde-se que as Leis de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 extinguiram a Companhia de Jesus. No século XIX, o Decreto de 30 de Maio de 1834, extinguiu as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os seus bens para serem leiloados, na sua maior parte, o diploma pelo qual se arremataram em hasta pública muitos dos melhores prédios expropriados às extintas corporações religiosas foi a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, diploma que resultou do debate parlamentar imediatamente subsequente ao Decreto de 30 de Maio de 1834. Pouco tempo depois, por volta de 1843 a venda dos prédios que tinham pertencido às ordens regulares e a outros estabelecimentos extintos estava praticamente concluída, embora o movimento prosseguisse nos anos subsequentes, assumindo algum significado, desde então, a remição dos foros que haviam caído sob a alçada da Fazenda Pública (Rebelo 2003).

Ainda no século XIX regista-se a desamortização dos bens das freiras e das Igrejas (Lei de 4 de Abril de 1861), das Câmaras, das Paróquias, das Irmandades, das Confrarias, dos Hospitais, dos Recolhimentos, das Misericórdias e dos demais pios e de beneficência (Lei de 22 de Junho de 1866), dos passais dos baldios e dos estabelecimentos de instrução pública (Lei de 28 de Agosto de 1869). O assunto não levantou grandes dúvidas, uma vez que era consensual<sup>81</sup> que se deveriam alienar os bens eclesiásticos, mas com algumas excepções. Ora são as exclusões de alienação que melhor introduzem o problema do destino dos bens da Igreja nacionalizados: “a problemática sobre os bens a alienar e a excluir foi discutida nas Cortes pouco tempo após a abertura destas, sendo que as várias propostas apresentadas eram unânimes na necessidade de não incluir na venda ou em qualquer forma de alienação, determinadas espécies de bens que, por razões várias, se deveriam como património nacional ou público. Não

---

<sup>81</sup> Conforme Diário da Câmara dos Deputados, 1860, Vol. VI, p. 312

surpreende, pois, que o processo de salvaguarda do património corra a par da concessão de prédios para uso público” (Rebello 2003).

Em 1910, com o advento da República, a Igreja vê-se espoliada com a Lei da separação das igrejas do Estado. Situação agravada com expropriação de “*bens imobiliários e mobiliários*”. Estes factos inviabilizaram qualquer acção eclesiástica a este nível até pelo menos 1926 (Gouveia 2000, 205). A Lei da Separação do Estado das Igrejas, datada de 20 de Abril de 1911, constituiu o derradeiro golpe no processo histórico que garantiu ao Estado a posse dos antigos bens eclesiásticos, especialmente aqueles que tinham valor artístico ou histórico e que não estivessem classificados como Monumentos Nacionais, nos termos da legislação posterior a 19 de Novembro de 1910.

Curiosamente a “disputa” pela propriedade deste tipo de bens remonta aos inícios do Reino de Portugal. D. Dinis herdou toda uma série de problemas quanto à natureza de posse de alguns bens, tentando resolver esta contenda com o recurso a várias Concordatas (Alves 1988, 8). A Lei do “beneplácito régio”, por exemplo, tinha como objectivo proibir a Igreja de publicar qualquer documento da Santa Sé, sem prévia autorização da Corôa. Existem, portanto bases históricas que suportam o facto de Portugal ter sido um dos países da Europa, onde a onda de secularização e nacionalização transferiu para o Estado, e particulares, veneráveis monumentos do Património Eclesiástico (Dias 2003, 5).

A Concordata assinada, em 1940<sup>82</sup>, com a Santa Sé, busca algumas linhas de entendimento com esta Instituição. Para o efeito, foram-lhe devolvidas algumas “regalias” e concedido o direito de uso dos imóveis pertencentes ao património cultural do Estado. Todavia, não foram restituídos os bens “amortizados”. Contudo a sua fruição como valores patrimoniais

---

<sup>82</sup> A primeira concordata de que há notícia foi assinada por D. Dinis e pelo Papa Nicolau IV, a 7 de Março de 1289, chamada de “Concordata de 40 artigos”, levantando a interdição e excomunhão lançadas sobre o Reino e o Rei de Portugal no tempo de D. Afonso III, pai de D. Dinis. Para trás ficava uma série de pactos que resolveram questões pontuais como a restituição à Igreja Católica dos bens que o poder real se havia apoderado e a libertação dos clérigos da obrigação de comparecerem nos tribunais seculares ou de servir no exército. O mesmo D. Dinis assinou as concordatas de 1292 e 1309, de Lisboa, que visavam sanar as divergências entre o poder real e o bispo de Lisboa, D. Pedro I ratificou em seguida o acordo de Elvas e D. João I as concordatas de Évora, em 1391, e Santarém, em 1427. Em meados de 1778, D. Maria I e o Papa Pio VI regularam os benefícios eclesiásticos. Significativo foi ainda o acordo de 1848, entre representantes de D. Maria II e de Pio IX, que tentou amenizar as consequências do cisma do Ocidente, entre 1832 e 1842, que extinguiu ordens religiosas, impediu os conventos de freiras de receber noviças e exigiu, para as ordenações sacerdotais, uma licença governamental. Setenta anos depois, em 1848, a Concordata de Braga estabelecia o funcionamento dos seminários e o foro eclesiástico e, em 1857, na Concordata entre Pio IX e D. Pedro V, fica regulado o exercício do Padroado do Oriente, que ficou a constar da Constituição da República Portuguesa de 1933. O acordo seguinte, 83 anos depois, foi assinado 7 de Maio de 1940, constituindo uma promessa de Salazar ao Cardeal Cerejeira, o então Patriarca de Lisboa.

implicou sempre o acordo dos responsáveis eclesiásticos (Gouveia 2000, 211), ou melhor e, segundo o mesmo autor, a fruição pelo público dos valores culturais em causa passava por uma sintonia entre a Igreja e o Estado nessa matéria. Porém, em termos formais foram devolvidos à Igreja todos os bens que lhe pertenciam, directamente ou através das suas associações e organizações, desde que requeridos num prazo de 2 anos e na medida em que não estivessem aplicados a serviços públicos ou classificados como Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público. Estes imóveis ficaram, deste modo, propriedade da Igreja, em condições análogas às de qualquer particular, com as ressalvas previstas nos artigos 7º e 8º da Concordata. Já no que toca aos bens classificados, como é o caso da Sé de Braga, foi estabelecido um regime de afectação permanente à Igreja, em que Estado tem deveres de não perturbação do culto. Por outro lado, cumpre ao Estado a conservação, reparação e salvaguarda do monumento, tendo o direito de organizar visitas aos monumentos e outras acções de fruição que não obstem o culto. Por sua vez, a Igreja tem o direito de dinamizar esses bens em articulação com o Estado, de gerir o regime das visitas, assim como o dever de guarda. Compete-lhe, também acordar com o Estado um plano de salvaguarda ao monumento, no quadro da conservação e restauro, com vista ao seu uso cultural. Estas foram as bases que presidiram à “conciliação” da Igreja com Estado e vice-versa, depois de 250 anos de relações atribuladas.

Para o âmbito deste trabalho convém reter a tomada de consciência da fruição cultural dos monumentos expressamente mencionada na Concordata. Porém, volvidos sessenta anos, a excessiva formalidade das relações levou a que estas bases de conciliação nem sempre fossem interpretadas nos moldes mais adequados.

Efectivamente, embora, o Estado, assumisse na Concordata o financiamento da conservação e restauro dos imóveis classificados, este ponto nunca foi integralmente cumprido. O aumento do fluxo de visitas, reflexo da nova sociedade do lazer e dos tempos livres, precipitou, em alguns locais, uma rápida degradação dos imóveis, acentuando-se os custos de manutenção. Aliás, a Sé de Braga é disso um bom exemplo e, ainda hoje, está em curso o processo de restauro e conservação com o intuito de potenciar a vertente patrimonial, mas também com o objectivo de a disponibilizar para fruição turística. Nomeadamente há o projecto de conferir ao espaço uma linha de leitura mais profunda, do que a existia até finais dos anos 80 do Século XX, dotando-o de mais elementos, valorizando-o como local de “tradição” da cidade, quer em termos religiosos, quer em termos históricos.

Depois da Concordata as classificações não alterariam a propriedade, embora a Igreja esperasse do Estado alguns apoios, ou seja “o panorama da situação do património eclesiástico classificado permite, ainda, perceber que a Igreja tenha sido, de certo modo, induzida a assumir

uma posição de alheamento face aos problemas que a gestão desse património coloca (...)" (Gouveia 2000, 212).

Este suposto alheamento é, porém, rompido de forma enérgica, através da Nota de 14 de Novembro de 1985, para manifestar preocupação sobre a Lei n.º 13/85 de 6 de Julho de 1985, naquilo que parecia a nacionalização dos seus bens, apelando para a Concordata numa atitude clara de defesa do património acumulado ao longo dos séculos. Na sequência desta Nota a Igreja avança para o Documento sobre o Património Cultural da Igreja, proclamado em 14 de Maio de 1990, com o intuito de reafirmar o desejo de colaborar com o Estado, embora resguardando a sua posição. Estabelecem-se, ainda na sequência deste documento, as Comissões Diocesanas de Arte Sacra e uma Comissão Nacional de Arte Sacra e Património Religioso.

Esta reacção, apesar de tudo, não justifica a actual inércia de diversas Dioceses perante as questões patrimoniais. Nos inícios dos anos 90 o episcopado português, afirma que a criação de museus seria desejável "*se necessários*" mas somente com a "*ajuda prestimosa dos fieis*". Situação esta que sempre se verificou, como afirma Amadeu Coelho Dias (2003, 4) "(...) o Povo de Deus, enquanto corporização colectiva, visível e militante da Igreja, assumiu uma real participação com suas ofertas e generosas esmolas, tornando-se, indiscutivelmente, o grande patrocinador do Património da Igreja". Curiosamente esta realidade emana de um dos Mandamentos da Igreja Católica que proclama o princípio: "contribuir para as despesas e obras de culto". A Igreja adopta sempre uma posição cautelosa nunca assumindo uma postura aberta relativamente às questões de fruição e salvaguarda do património. Porém, o incremento do fluxo turístico, onde se delimitam sectores e segmentos claros na área do turismo religioso geradores de adeptos do novo culto dos monumentos, obriga, a Igreja e o Estado, a ter em conta a nova dinâmica.

A Igreja, fiel à sua filosofia, apesar de reconhecer mais valias desse novo uso, alerta que a vocação dos Templos "com fins litúrgicos e de meditação e oração" tem sido afectada pela pressão turística.

A Igreja gere grande parte do nosso<sup>83</sup> mais valioso, património como é o caso da Sé de Braga. Por isso, tem que assumir uma postura mais aberta e activa. A Igreja terá que assumir a

---

<sup>83</sup> Na vizinha Galiza, segundo o plasmado no artigo 5º da Lei 8\_/1995 de 30 de Outubro, "A Igrexa Católica, propietária dunha boa parte do patrimonio cultural da Galicia, velára pola protección, a conservación, o acrentamento e a difusión deste, colaborando a tal fin com a Administración en materia de patrimonio". O ponto 2º deste artigo acrescenta "Unha Comisión Mixta entre a Xunta Galicia e a Igrexa católica establecerá o marco de colaboración e coordinación entrámbalas institucións para elaborar

gestão dos valores patrimoniais<sup>84</sup> em que as práticas religiosas se reduziram e para os quais há que pensar um novo estatuto e utilização que concilie as duas funções do espaço e não só a religiosa. Só desta forma se poderá cruzar com as políticas patrimoniais em vigor e retirar dividendos deste fluxo em crescendo que é o turismo religioso.

Por outro lado, a Igreja possui o “saber” que pode disponibilizar para a melhor interpretação dos monumentos, em toda a sua vivência e história eclesiástica. Aliás, a Igreja deve potenciar essa situação, nomeadamente, através de núcleos museológicos que relatem não só a história dos locais como toda a sua vivência religiosa e eclesiástica. É imperioso que desenvolva uma atitude interactiva com a sociedade e as diferentes “culturas” interpretativas. Todavia, para a concretização desta nova atitude terá que potenciar uma aplicação mais arrojada de alguns dos princípios presentes no documento sobre a adaptação dos espaços religiosos à Reforma Litúrgica para que este se adapte também às novas tendências e cultos dos monumentos.

Apesar desta realidade emergente a Igreja Portuguesa continua numa atitude de expectativa e, em 1990, publica o documento intitulado “*O Património histórico-cultural da Igreja*”, como referenciamos anteriormente. Este preconiza a necessidade de o manter vivo na sua utilização religiosa e o dever de possibilitar o seu conhecimento e fruição, em diálogo cultural, que para a igreja é também diálogo pastoral. Não se encontram, todavia, neste documento formas concretas de conciliar a fruição turística deste património com a devoção e fé, como seria obrigação da Igreja. Mais tarde, em 13 de Novembro de 1997, foi criada a Comissão Episcopal do Património Cultural da Igreja composta por alguns Bispos e assessorada por comissões executivas. Esta Comissão estenderá o âmbito da sua competência a tudo o que na área da Igreja se considerar património artístico e museológico, histórico e arquivístico. A Comissão supra referida interliga-se com a Comissão Episcopal de Liturgia, reformulando-se assim a Comissão Nacional de Arte Sacra e Património Cultural da Igreja.

---

e desenvolver plans de intervención conxunta”. Esta fórmula parece-nos bem mais adequada que a inércia formal existente em Portugal, nomeadamente na relação Cabido/IPPAR, entidades com responsabilidades no caso da Sé.

<sup>84</sup> Filipe Serra, técnico do IPPAR, aborda no Jornal Público, de 29 de Junho de 2004, a necessidade da Igreja e o Estado trabalharem na salvaguarda, protecção e promoção do património cultural português, em virtude das constantes plasmadas na Nova Concordata. Todavia, afirma que o estado “não pode dialogar com a detentora de três quartos do património cultural – A Igreja que deve deter entre 67 e 80 por cento, como faz com outro interlocutor”. Estas palavras deixam antever algumas dificuldades no contacto com a Igreja para abordar este tipo de questões e induz a necessidade do aparecimento de uma nova vaga de fundo que promova a assunção e afirmação da “Nova Igreja” mais sensível para os sinais que emergem da sociedade e da nova interpretação deste tipo de espaços.

Em termos de princípios reafirma as conclusões emanadas da Conferência Episcopal, realizada em Novembro de 1990 e, reforça a mensagem que o património da Igreja é, fruto da fé e da generosidade de pessoas e gerações de Crentes, tendo sido expressamente criado para o culto de Deus e para a prática da religião. Como manifestação da sensibilidade de um povo, marco da sua experiência e produto das suas capacidades, considera-o também um valor cultural e histórico que interessa a toda a comunidade. Tal como foi a Igreja a criá-lo, há-de ser a Igreja a protegê-lo e a orientá-lo para o serviço da fé e do povo cristão que o motivou. Nesta missão e tratando-se de um bem de interesse público, a Igreja aceita a colaboração de outras entidades, nomeadamente de: autarquias, comissões culturais, museus e, acima de tudo, o próprio Estado.

Esta Conferência passa a integrar a Comissão Paritária do Ministério da Cultura para este tipo de património, especialmente, com objectivo de conjugar esforços na defesa e valorização do património artístico da Igreja e a equacionar os problemas surgidos em lugares de interesse comum, como são os templos designados monumentos nacionais. A Comissão preconiza a necessidade de existir um conhecimento profundo deste património para melhor o utilizar e defender. Neste sentido, foi decidido intensificar a realização do inventário em curso, caminhando para a sua informatização. Interessa particularmente a esta Comissão promover o uso correcto pastoral e cultural do património. A Comissão Episcopal prosseguirá este objectivo, em diálogo com outros órgãos da Conferência Episcopal e das Dioceses. Esta utilização deve fazer-se no respeito pelas finalidades com que o mesmo património foi criado: o culto de Deus, o anúncio da fé, a catequização do povo, o acolhimento aos Crentes e a possibilidade da vida comunitária, bem como a oferta do sagrado a todos os que lhe são sensíveis.

Embora os princípios anteriormente referidos sejam de grande interesse, dado os monumentos serem cada vez mais procurados para fruição turística, pensamos que a Igreja, marca passo, ao não ir mais longe nestas suas recomendações inovadoras mas que na prática não são aplicadas e, acima de tudo, não contemplam o fluxo turístico intenso que alguns monumentos, como é o caso da Sé, registam.

Em 2001 foi apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, ao Vaticano o projecto de revisão da Concordata. Todavia, as expectativas criadas no sentido de pressionar a Igreja a reflectir sobre o seu papel no que concerne à fruição turística dos espaços religiosos não se concretizou. De facto, a Concordata assinada em 18 de Dezembro de 2004, não registou alterações significativas. A prová-lo o ponto 1º do artigo 22º, do referido documento: “Os imóveis que, nos termos do artigo VI da Concordata de 7 de Maio de 1940,



estavam ou tenham sido classificados como «monumentos nacionais» ou como de «interesse público» continuam com afectação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauro de harmonia com plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas, na direcção das quais poderá intervir um funcionário nomeado pelo Estado”. O teor dos artigos 22º, 23º, 24º e 25º também não induzem alterações relevantes que promovam mudanças em relação ao documento assinado em 1940.

Este facto parece-nos verdadeiramente lamentável uma vez que a realidade socio-económica do país é diferente e o uso dos monumentos é cada vez maior em termos turístico-patrimoniais do que em termos religiosos. Actualmente os monumentos são parte integrante da matéria-prima da indústria do Património. Esta é, sem dúvida, uma das grandes indústrias que servem de alavanca ao turismo cultural e, como tal, esta realidade devia estar contemplada na Concordata pois é a Igreja que gere a esmagadora destes espaços.

Em síntese, registamos que os documentos produzidos, embora úteis, são talvez insuficientes para estimular uma nova gestão integrada do património religioso.

#### 4. O Culto Religioso e a Fruição Turística e Patrimonial.

A Sé como a maioria dos espaços patrimoniais em Portugal, não possui uma filosofia de gestão que lhe permita organizar os fluxos de visitantes forma concertada, capitalizando esta nova realidade sem desvirtuar o espírito do imóvel. Esta questão prende-se, no nosso entender, com dois factores fundamentais: a dificuldade da Igreja em lidar com a inovação e com as novas formas de fruição (culto) dos monumentos a seu cargo e, por outro lado, a incapacidade das Instituições que gerem o património em Portugal. Estes dois factores provocam a inércia e adiam decisões sobre elementos que tem que ver com a essência do nosso passado - os monumentos – onde este se corporiza e se dá a conhecer.

Em resultado disso assiste-se, no caso da Sé, a uma política que contempla essencialmente o culto em detrimento do uso turístico. Este último é assumido em termos meramente funcionais com o recrutamento de guias e imposição de algumas restrições. Todavia é negligenciado em termos de gestão e ordenamento do espaço. Em termos técnicos poder-se-á dizer que a gestão privilegia a vertente religiosa, ou seja, a sua função original. Não sendo

críticável esta postura, pois é legítima em termos filosóficos, parece-nos que a inexistência de um programa para os fluxos turísticos trará, a breve prazo, sérios problemas, em termos de capacidade de carga e de estrutura. Pode provocar um ambiente muito pouco propício ao culto o que seria negativo para a identidade do próprio lugar.

O Cabido não pode ignorar que os “peregrinos” do património buscam novas dimensões nos monumentos e que são quantitativamente superiores aos que o procuram o templo por motivos religiosos. Em termos numéricos, embora não tenhamos dados muito concretos, estimamos que a relação visitante/turista para crente/culto é de 3 para 1, tendo por base a globalidade das pessoas que durante o ano entram na Sé.

De facto na Sé não se justificaria existirem espaços fechados à fruição dos Crentes e dos visitantes e somente disponíveis através da visita ao Museu Tesouro da Sé, se não houvesse uma base de visitantes potencial muito forte, capitalizável em termos económicos. A vertente patrimonial e turística podia ser melhor aproveitada, no que concerne à criação de linhas de leitura do espaço, articulando entre si cada uma das valências, pois no período estival a vertente turística sobrepõe-se ao culto/religião de forma abrupta e negativa, inibindo os Crentes e adulterando o espírito do lugar. Esta realidade não é exclusiva da Sé Primacial de Braga. Contudo, pela sua relevância histórico-religiosa é dos imóveis que mais sobressai quando se fala da gestão dos Monumentos Religiosos. A Sé de Braga destaca-se por ser um “puzzle” de emoções, um espaço de interpretação da cultura local e um ícone fundamental para o conhecimento da história de Portugal.

A Igreja deve assumir a responsabilidade de organizar a fruição cultural, turística e religiosa destes espaços, enquanto que ao Estado compete a função de salvaguarda e conservação patrimonial. E, como afirmou Luís Calado “Não tem que haver dois guardas um pago pelo IPPAR e outro pago pelo Cabido cada um na sua mesa” (Pereira 2002). O que importa é estabelecer acordos e protocolos que visem a concertação de esforços e a clarificação das funções de gestão de cada uma das instituições, Cabido e IPPAR. No fundo, o Estado pretende devolver estes lugares à sua função original, enquadrada na actualidade e com funções turístico – culturais que são exigidas pela sociedade que busca o património como forma de evasão.

Pelo seu lado, a Igreja tem que abrir novos horizontes, ao nível da gestão patrimonial e turística dos espaços religiosos, de forma a viver mais ligada e aberta com a sociedade. Aliás, o Cabido de Braga parece estar a mudar ligeiramente, uma vez que existe uma consciência global da necessidade de conferir à Sé uma maior abertura e leitura da sua história eclesiástica e património fazendo destes elementos factores de atratividade.

O Cabido deve aferir as motivações de quem procura este monumento, enquanto espaço religioso e como local de fruição turística. Este é interpretado de forma diferente por cada um destes públicos. Este é o grande paradigma da gestão patrimonial dos espaços religiosos nos dias de hoje. A capacidade de incluir por parte da entidade usufrutuária a nova valência cumulativamente com a função religiosa, só será possível se esta nova vertente for assumida e não negligenciada, tacitamente, como tem acontecido na Sé e em grande parte dos imóveis com estas características em Portugal.

Quem procura este local por motivos religiosos tem uma geografia do espaço diferente daquela que um visitante tem. Um Crente procura um local na Sé onde possa efectuar as suas orações ou, então, dirige-se para junto de um altar ou imagem da sua devoção e limita a Sé a estes espaços (Fig. 10). Por sua vez, o visitante, busca na Sé a generalidade do imóvel e percorre a globalidade do monumento em busca de elementos que lhe permitam ler a evolução do mesmo e a sua história (Fig. 09). No percurso de visita do visitante destacam-se como factores de maior atratividade: o órgão de tubos; a zona do transepto e o Museu do Tesouro. Nem sempre é possível conciliar o “culto” com a presença de grupos de visitantes. Algumas situações de conflito são suscitadas pelos grupos que estão em visita ao Museu do Tesouro da Sé, especialmente quando passam na área do claustro. Este problema é potenciado, ainda que indirectamente, pela entidade gestora do espaço que não avalia bem as especificidades de cada lugar em termos religiosos. Pode, mesmo, afirmar-se que esta situação reflecte a falta de uma estratégia de conciliação entre as duas vertentes. Por outro lado a realização de funerais (ainda que pontual) e outras cerimónias religiosas inibe o uso turístico. Urge por isso uma melhor concertação destas vertentes e, acima de tudo, uma melhor distribuição das actividades e ordenamento dos espaços da Sé de Braga. Só assim será possível redimensionar e melhorar a convivência destas duas valências e potenciar o princípio proclamado pelo Deão da Sé que “neste lugar todos tem espaço”, numa interpretação perfeita daquilo que é a mensagem evangelizadora sobre o património.

## 5. A Igreja e Museologia: o Museu da Sé de Braga

A Igreja teve, durante muito tempo, um papel preponderante no avanço da Museologia em Portugal e na Europa. A esta realidade não será alheio o extenso património artístico e eclesiástico e, ainda, o facto de a Igreja ser por natureza uma instituição potenciadora da arte e

das suas diversas produções como a arquitectura, a estatuária, a pintura, a ourivesaria, a paramentaria, entre outras.

O Museu Tesouro da Sé é um pouco o espelho deste contexto e, ainda, fruto da valorização dos símbolos históricos existentes nos inícios dos anos trinta, momento em que foi fundado. Dividido em 3 núcleos (Museu de Cima, Museu de Baixo, e Capelas/Cadeiral) reúne um variado espólio de Arte Sacra que permite o entendimento da História Litúrgica. A sua fundação data de Março de 1930 e, resulta da vontade do Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, que tudo fez para promover junto do Governo da época, o projecto de criação de um Museu de Arte Sacra, que harmonizasse as aspirações dos estudiosos, a educação do público e as necessidades do culto na Catedral. Todavia volvido mais de meio século estes princípios não foram, no nosso entender, atingidos.

Aliás o Museu, actualmente, localizado na antiga casa do Cabido, mandada edificar pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, tem em curso um projecto de ampliação das instalações para os edifícios contíguos. O projecto de cerca de 2,6 milhões de euros encontra-se já em execução e espera-se que esteja concluído em meados do ano de 2005. Garante-se assim maior dignidade ao rico espólio de Arte Sacra, nomeadamente paramentaria têxtil, cerâmica, estatuária, ourivesaria, pintura e talha.

Actualmente a grande densidade de peças expostas, suscita no público confusão, não sendo possível encontrar um fio condutor e/ou um discurso museológico lógico de sala para sala (para agravar a situação não é facultado um catálogo de peças ou qualquer outro documento interpretativo do Museu ao visitante). Os suportes expositivos ou não existem, ou, são muito pouco eficientes. Por outro lado, as “visitas relâmpago” efectuadas por alguns dos guias do Museu não ajudam. Normalmente, os visitantes<sup>85</sup> ficam como uma ideia demasiado sucinta da mensagem museológica. Outra deficiência tem a ver com o facto de as visitas só poderem ser efectuadas com a presença de um guia. Este facto condiciona por completo a visita e adultera a interpretação, demasiado superficial.

Por outro lado o museu do Tesouro retira visibilidade a alguns locais interessantes da Sé como é o caso da Capela dos Reis, a Capela de S. Geraldo, a Capela da Glória, o terraço, a área do cadeiral e do órgão. A anexação destes locais ao Museu faz com que o monumento e seu o contexto evolutivo e urbano, que ele próprio originou, e no qual se integra, se fragmente sem leitura. Alguns Guias do Núcleo Regional do Porto, contactados no âmbito deste trabalho,

---

<sup>85</sup> Segundo o Deão Pio Gonçalo, em 2002, visitaram o Museu Tesouro da Sé 40.000 pessoas, enquanto em 2003 o mesmo registou 30.000 visitantes.

afirmaram expressamente que não consideram aquele espaço um Museu mas sim um “armazém”, pois “não tem qualquer discurso sendo um amontoado de peças avulsas.” Por outro lado, alguns visitantes mostraram o seu desagrado pela forma como são feitas as visitas de forma rápida e nada profissional. Algumas queixas são também dirigidas ao facto de serem admitidas pessoas a meio das visitas, ocasionando o desajuste do discurso do guia. Podemos afirmar que é um Museu /coleção à boa imagem das primeiras coleções das famílias europeias dos séculos XVII e XVIII, onde não se encontram os conceitos fundamentais dos museus de hoje como sejam: interactividade, abertura, comunicação e pedagogia. O Cabido consciente destas dificuldades, embora não as assumindo na íntegra, contrapõe que o Tesouro é um Museu vivo, “já que as peças vão servindo para os diversos actos de culto”.

As novas infra-estruturas do Museu do Tesouro da Sé deveriam ser mais homogéneas promovendo a desafecção de áreas para o circuito de visita da Sé, nomeadamente a Capela da Glória; a Capela de S. Geraldo; a Capela dos Fundadores, o terraço do Claustro e o Cadeiral do órgão da Sé. É imperioso que estes espaços regressem ao circuito de visita da Sé, de forma a permitir uma melhor leitura do monumento e de toda a sua dimensão histórico – eclesiástica. Do ponto de vista religioso parece elementar que a capela de S. Geraldo esteja disponível uma vez que este foi um dos Santos mais adorados de Braga na Idade Média. A desafecção destas áreas permitirá o reconstruir o *puzzle da história da Sé de Braga* que nos moldes actuais se encontra perfeitamente fragmentado, em favor de um roteiro museológico ilógico. A Sé não pode ficar refém do circuito do Museu, pois esta situação retira linhas de leitura do imóvel a todos aqueles que visitam o monumento.

## 6. A Igreja e as novas formas de Gestão patrimonial.

A gestão dos edifícios onde se cruza o culto religioso, o turismo e o património não tem sido fácil ao longo dos tempos, mas especialmente, a partir do momento em que o turismo se tornou uma realidade efectiva e o património uma preocupação da sociedade, especialmente a partir de meados do século XX, com o “boom turístico” e o interesse pelo passado. Em algumas situações nem sequer se fazem esforços tendentes a conciliar estas realidades devido a um conjunto de factores já explanados neste trabalho e que recordamos:

- Os problemas de propriedade e o usufruto dos imóveis;
- Os conflitos de gestão e definição de competências entre o Estado e a Igreja;

- O conservadorismo da Igreja e a falta de visão estratégica relativamente ao turismo;
- A dificuldade em interpretar os locais de culto religioso como espaços de atendimento e acolhimento de pessoas;
- E, ainda, a ausência de estratégia patrimonial que vigorou em Portugal durante o período de 1950 até finais dos anos 80.

Neste contexto a Igreja, tem vindo, lentamente, a desenvolver algumas normativas internas que visam a adaptação dos espaços religiosos aos novos valores da sociedade, em termos litúrgicos e de interactividade destes com as suas novas funções. Deve a Igreja, no caso em análise o Cabido Bracarense, programar as suas actividades religiosas e litúrgicas e a apresentação dos espaços tendo em conta as particularidades de cada uma das áreas do monumento e as respectivas densidades de ocupação e procura (Fig. 09 e 10). Este é, sem dúvida, o princípio base para que a Igreja se situe dentro dos novos conceitos de gestão patrimonial que visam apresentar os monumentos como espaços vivos, devidamente ligados ao meio envolvente, e com um discurso que promova o seu entendimento e interpretação.

A nova estratégia de gestão destes imóveis deve promover a valorização de cada uma das vertentes destes no pressuposto que o conjunto das particularidades é que fazem dele um vector de identidade do meio e contexto onde se insere. No caso da Sé Primacial deve a gestão potenciar a apresentação de cada uma das vertentes da herança que este espaço lega para o futuro: a Patrimonial, a Religiosa e a Simbólica e, inerentemente, ser um vector de identidade desta região.

A Igreja não pode negar a modernidade nestes lugares e, como tal, tem de beber na sociedade os novos conceitos de gestão deste património e programá-lo para o público como espaços vivos e interactivos, e paralelamente como vectores de identidade, capazes de fundir os valores de antiguidade, histórico e de rememoração defendidos por Alois Riegl. Por isso o monumento tem muito mais valências que a teológica e litúrgica, os monumentos mensagem tem que “falar” para a Paróquia, Diocese, Região, País e Europa e não pode ser interpretado como um bastião da Igreja e para a Igreja.

A Nova Igreja não pode funcionar em contra-ciclo com a sociedade e independentemente da sua filosofia teológica deve assumir-se, no contexto da indústria do Património, como uma alavanca num século onde se desdenha uma tendência quase universal – o regresso às origens e o contacto com os valores de identidade. A Igreja na qualidade de usufrutuária de grande parte do património arquitectónico e artístico da sociedade ocidental não

pode obviamente ficar à margem desta evidência. No caso da região de Braga podemos mesmo afirmar que, mais de 90% do património monumental, está sob a alçada da Igreja. Em virtude desta realidade a fruição do mesmo e o desenvolvimento turístico de natureza cultural desta região está dependente da mudança de atitude por parte da Igreja.

A adopção destes novos princípios na Sé Primacial de Braga pode ser um contributo fundamental para introduzir novos conceitos de gestão dos espaços religiosos de valor patrimonial, promovendo uma nova leitura destes sem por em causa o culto, o exercício da caridade, a função catequética e a expressão anamnésica destes monumentos.

A Igreja não pode negar as novas funções que, em cada tempo, a sociedade confere a estes locais. Recordamos que, na Idade Medieval, os espaços religiosos eram locais de protecção dos fiéis das guerras e conflitos; na época dos Descobrimentos locais de inspiração para navegadores e descobridores; na Idade Moderna espaços de atracção e de exuberância e desde a segunda metade do século XX locais de turismo. A Igreja deve assumir esta última função controlando a sua dimensão de modo a não se sobrepor abruptamente ao uso inicial. Os 100<sup>86</sup> mil visitantes anuais que o Cabido aponta, como “tradicional” na Sé exigem uma atitude de gestão activa. O Cabido Bracarense, nas palavras do Deão da Sé mostra uma grande vontade de ganhar este desafio e fazer da Sé um Monumento – Mensagem respeitando a sua memória e projectando o seu futuro.

---

<sup>86</sup> Segundo informação do Cabido Bracarense fornecida em 9 de Agosto de 2004.

## **Capítulo II – O Visitante e o Crente, motivações diferentes no mesmo espaço que urge concertar.**

### **1. Circuitos de Peregrinação e o Turismo Religioso.**

As peregrinações foram ao longo dos séculos um dos principais factores de viagens e continuam a ser um vector importante do Turismo. Todavia, a natureza e o objectivo dos peregrinos não se fecha somente na motivação religiosa, mas radica-se num conjunto de outros factores concomitantes, especialmente, o património. Por isso este fluxo de circulação é maioritariamente classificado como Turismo Cultural.

Pode afirmar-se que o turismo religioso é o parente esquecido do turismo cultural dos nossos dias, apesar de ter as suas origens na História, a avaliar pelos exemplos da Sé de Braga e Compostela. Perante as organizações nacionais e internacionais de turismo, é visto como uma "variante" do turismo cultural e não como um tipo de turismo com um produto perfeitamente individualizado. Considera-se turismo religioso, normalmente, aquele que emana de um fluxo de peregrinos. Isso mesmo está patente na definição de Turismo Cultural da Organização Mundial de Turismo datada de 1985, em que se afirma que este tipo de turismo resulta "do movimento de pessoas devido essencialmente a motivações culturais como viagens de estudo, viagens a festivais, e outros eventos artísticos, visitas a sítios e a monumentos, viagens para estudo de arte, o folclore e as peregrinações"

Com a perda de valores religiosos pela sociedade o património tornar-se-á cada vez mais uma referência que promoverá o entendimento entre as novas gerações. Assim a Igreja deve posicionar-se no contexto da indústria do património facultando a melhor interpretação dos imóveis que tutela, potenciando a sua função rememorativa a fim de que "elle empêche quasi définitivement qu'un moment ne sombre dans le passé, et le garde toujours et vivant dans la conscience des générations futures (...) constitue ainsi la transition vers les valeurs actuelles" (Riegl 1984, 85)

A Santa Sede emitiu uma nota onde estima que em cada ano os centros de culto religioso recebem entre 220 – 250 milhões de visitantes, dos quais 150 milhões (60 - 70%) são cristãos. O mesmo documento estima que só na Europa, 30 milhões de cristãos, sobretudo os católicos, dedicam as suas férias, ou parte delas, a realizar peregrinações. Só na Polónia nas deslocações em peregrinação participam por ano cerca de 5 a 7 milhões de pessoas, número que representa



mais de 15% da população total do país. Os centros religiosos no mundo cristão mais importantes atraem mais de 32 milhões de peregrinos (15% de fluxos migratórios desta religião), e distribuem-se por Roma /Vaticano (aproximadamente 8 milhões), Santiago de Compostela (7 Milhões), Lourdes (6 milhões), Claromontana (4 - 5 milhões), Fátima (4 milhões) e Guadalupe, México (2 milhões). Entre os santuários cristãos, destaca-se o papel importante dos santuários marianos que na opinião do Santo Padre são "a herança espiritual e cultural de um povo dado que possui uma grande força de atracção e radiação". Aliás a maioria dos locais de peregrinação no cristianismo estão relacionados com o culto da virgem (cerca de 80% do total das peregrinações).

As peregrinações aos “lugares santos”, que são destinos de expressão das crenças, tornaram-se áreas de grande fluxo turístico. A estes locais agregaram-se serviços de natureza turística potenciando uma maior estada do visitante, que tende a ser mais encarado como potencial turista do que como peregrino. Estes serviços anexos compreendem a indústria turística e todo o conjunto de outras ofertas culturais e afins relacionados.

Em alguns locais desenvolveram-se mesmo produtos turísticos consolidados de “per si” e que são factores de atracção com visibilidade turística internacional, como são os casos de Fátima, Lourdes e Compostela. Nestes locais, como em muitos outros, o Santuário / Catedral, tornou-se o recurso turístico de maior valor.

De acordo com os dados referidos, anteriormente, o turismo religioso tem que assumir um papel mais preponderante no contexto do turismo cultural e conquistar o seu espaço para que seja tratado como um fluxo importante de alternativa e apoio ao desenvolvimento e preservação do património.

Neste contexto seria interessante que a cidade de Braga com vocação estratégica para o turismo religioso<sup>87</sup>, quer pelas características culturais da sua sociedade, quer pelo peso da religião em toda a área pastoral da Sé de Braga, assumisse maior relevo neste fluxo. Para tal seria importante fazer uma ligação ao passado da sua Igreja Primacial que, desde muito cedo, se assumiu como foco de cristianismo com relações privilegiadas aos centros de maior religiosidade da Península. A Sé de Braga, embora, não possua fluxos de peregrinação que se comparem com qualquer um dos locais acima referenciados, é todavia um espaço de eleição no contexto das visitas por motivos religiosos, uma vez que é uma Catedral das mais antigas do Cristianismo na Europa. Possui relíquias de grandes vultos da Santidade da Península Ibérica e da Europa medieval.

---

<sup>87</sup> Não podemos no entanto dissociar este tipo de Turismo Religioso do fluxo de Turismo Cultural que procura a cidade de Braga.

Efectivamente, a fusão do património/religião/fé aglomera os “ingredientes” para que o turismo religioso seja mais que um fluxo turístico e se transforme num agente de desenvolvimento local. Atendendo à dimensão histórica da Sé de Braga e, fundamentalmente, ao papel desta na História Religiosa da Península Ibérica, verificamos que este monumento tem potencial para ser um elemento incontornável do turismo religioso na Península. Para o efeito, é necessário que a cidade assuma a sua vocação, a este nível, sustentada nos “900” anos de história da Sé de Braga e em tudo, aquilo, que é “mais velho que a Sé de Braga”. Para que a Sé se torne, cada vez mais, um espaço de eleição do turismo religioso, alimentado pela motivação dos “novos peregrinos”. Importa que a Igreja assuma responsabilidades de gerir esta nova função deste espaço de cultura e contemple os princípios de Turismo Cultural que referimos em capítulos anteriores. Uma nova política potenciará o desenvolvimento de actividades e serviços de comércio em toda a cidade capitalizando a imagem do seu recurso mais procurado do ponto de vista patrimonial e simbólico – a Sé de Braga.

A Sé é um pólo que encerra a memória de um passado eclesial e religioso que pode ser dinamizado. Esta herança histórica e religiosa, plasmada na arquitectura do monumento, encontra-se também devidamente imortalizada nos livros que descrevem a sua história. A “dinamização” desta herança, através dos seus maiores símbolos é, tanto mais, importante se atendermos que o turismo religioso movimenta milhares de pessoas movidas por factores e locais de natureza religiosa. Todo o espaço da Sé de Braga tem na dicotomia Religião/Património uma grande alavanca de atracção turística que poderá ser a âncora do turismo urbano que se pratica na cidade. Urge, por isso, capitalizar o potencial de imagem inerente a este espaço. Existe matéria-prima para a criação de uma “estância” de turismo religioso, com epicentro na Sé. Falta apenas que se encetem acções que valorizem este vasto legado.

## 2. O Visitante e o Crente – Encontros e Desencontros.

No ponto anterior sublinhamos as vantagens em viabilizar a Sé como o espaço âncora da cidade de Braga, em termos culturais e turísticos. Ora a Catedral já é procurada por inúmeros visitantes, Crentes e Turistas. As propostas de desenvolvimento que, ao longo deste trabalho, apresentamos devem ter em conta as especificidades do espaço em questão, de forma a respeitar a sua capacidade de carga e, acima de tudo, a sua vivência, contexto, função e estrutura. Neste particular temos que avaliar os comportamentos dos fruidores deste lugar, seja na perspectiva turístico e patrimonial, seja do ponto de vista do culto/religião, de forma a conciliar as motivações de ambos os utilizadores do imóvel.

**Quadro nº 8**  
**Caracterização Sumária dos Fruidores da Sé de Braga**  
(Decorrente do trabalho da observação efectuada “In loco”)

<b>FRUIDORES</b>	<b>MOTIVAÇÃO PRINCIPAL</b>	<b>ALTURA DO ANO</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO GLOBAL</b>	<b>ESPAÇOS MAIS PROCURADOS</b>
<b>RELIGIOSOS LOCAIS</b>	Prática religiosa Cristã	Todo ano /especialmente fim-de-semana	Paroquianos e residente na cidade	Espaços Litúrgicos. Igreja/Claustro e Capela da Piedade
<b>RELIGIOSOS OCASIONAIS</b>	Prática Religiosa ocasionais /Cerimónias	Semana Santa e demais festividades	Residente na Cidade / Diocesanos	Altars e Igreja da Catedral.
<b>TURÍSTICOS</b>	Visita Turística /Interpretação do Monumento Património Artístico Património Histórico	Festividades/Sem ana Santa / Época Estival de Maio a Outubro e em Época Baixa - Fim-de-semana	Nacionais e um conjunto de varias nacionalidades	Globalidade do Monumento / Órgão da Sé Capela-mor Museu do Tesouro da Sé.

Em termos globais as variáveis presentes no quadro são os principais itens a ter em conta numa estratégia de conciliação das duas principais vertentes observáveis no espaço da Sé Primacial de Braga.

Ora a convivência destas duas valências gera situações de conflito. Para o efeito no quadro nº 9 fazemos um levantamento dos principais condicionalismos que, cada uma das valências encontra dentro da Sé Primacial de Braga. De referir, que os condicionalismos não decorrem somente da interacção destas duas valências mas também da ausência de programação do espaço por parte da entidade que gere monumento. Esta insiste em avaliar a Sé como uma

“Igreja” quando na realidade a Sé é um local complexo formado por um conjunto de outros espaços com especificidades próprias.

**Quadro nº 9**  
**Inventariação dos Principais Condicionaismos Identificados**  
 (Decorrente dos Trabalhos de observação)

TIPOLOGIAS	CONDICIONALISMOS
Fruidores Religiosos Frequentes e ocasionais (Paroquianos, Residentes em Braga e Diocesanos)	a) Falta de privacidade no culto em alguns locais da Sé, nomeadamente no Claustro de Santo Amaro; b) Inibição de culto na Capela de S. Geraldo c) Falta de áreas afectas ao culto em exclusivo. d) Colocação dúbia de imagens de Santos de grande adoração; e) Impossibilidade de manter ex-votos mais que um dia junto de alguns locais de grande devoção; f) Pressão turística nos meses estivais; g) Barulho e movimento impróprio para este tipo de monumentos; h) Formalidade da Igreja; i) Espaço comercial junto a espaços de grande devoção;
Fruidores Turísticos e Culturais (Visitantes ao Espaço em si, visitantes ao Museu, visitantes à cidade, apreciadores de património e apaixonados pela história)	a) Inexistência de elementos de leitura do monumento; b) Falta de vocação turística da entidade gestora do Espaço; c) Inexistência de Sinalização interna do Monumento; d) Inexistência de um circuito e catálogo de visita do espaço; e) Falta de informação turística no e do Monumento; f) Falta de Infra-estruturas mínimas de atendimento/acolhimento; g) Condicionamento de espaços da Sé à visita do Museu o que dificulta a interpretação do espaço; h) Impossibilidade de fazer fotos, filmagens e outras acções multimédia no claustro de Santo Amaro, capela da Piedade, Capela das Relíquias e Museu. i) Inibição de visita ao Museu do Tesouro da Sé sem a presença de um Guia; j) Museu / Armazém não possui discurso museológico que confira visibilidade à história e vivência do espaço. k) Existência de cerimónias religiosas (Funerais a título excepcional, Casamentos/ baptizados) que inibem a visita à Igreja da Sé. l) Desconhecimento por parte do Cabido das tendências actuais da Sociedade e da nova interpretação dos espaços religiosos de grande valor patrimonial. m) Postura excessivamente vigilante dos funcionários da Sé.

A avaliação do quadro nº 9 permite-nos, mais uma vez, concluir que a gestão dos espaços da Sé e a própria monitorização organizacional promovida pelo Cabido, está na primeira linha das causas que se podem apontar como responsáveis pelos condicionaismos. Outra das conclusões a retirar deste panorama é que a própria vertente religiosa também é confrontada com alguns problemas decorrentes da política de gestão do espaço.

A prová-lo o facto de não existir culto junto à capelas das Relíquias como seria natural. Em contrapartida assiste-se a uma “noite” total, a este nível, pois não existe qualquer elemento religioso ou histórico que promova a ligação daquele espaço com a história eclesiástica e

religiosa da Sé. O Cabido não é capaz de capitalizar, em termos religiosos, o vasto relicário que tem na sua posse.

Aliás, para melhor entender a dinâmica dos espaços da Sé temos que fazer um zoom sobre os três locais chave da Catedral: a Igreja, o Claustro e a Capela da Piedade. Não incluímos nesta observação a generalidade dos locais afectos ao Museu Tesouro da Sé.

A Igreja é o espaço mais procurado por parte dos visitantes. Paralelamente é, indubitavelmente, a área nobre onde se celebram as diversas cerimónias religiosas da comunidade local e do Cabido. É o espaço “ícone” da Sé Primacial onde os visitantes adoptam uma postura mais respeitosa e onde os Crentes encontram um local de culto global. Esta situação acarreta eventuais conflitos o que, com algum civismo, de parte a parte, é normalmente ultrapassado, em especial quando as visitas são individuais e/ou em grupos pequenos. O mesmo não se poderá dizer no tocante aos grupos numerosos que criam um ambiente desadequado para o culto, uma vez que têm tendência para percorrer a nave central até à zona do altar para, posteriormente, tirar fotos<sup>88</sup> ao órgão que é um dos elementos que se destaca na zona da Igreja. Este aspecto agrava-se, ainda mais devido ao facto de a Capela-mor ser outros dos espaços que mais interesse suscita junto dos visitantes. Por vezes ocorre mesmo congestionamento da nave central da Sé. Por outro, o facto de o altar onde se celebra a missa se encontrar no centro do transepto corta o percurso normal que os visitantes têm por hábito fazer neste tipo de monumentos, ou seja entrada pela direita e saída pela esquerda em circuito. Desta circunstância decorre uma maior circulação na nave central, a que se soma o facto do melhor ângulo de visibilidade do órgão se verificar a partir da nave central.

A própria organização do espaço potencia uma convergência das duas vertentes, uma vez que não existem pontos de interesse nas naves laterais. Por outro lado, a parte esquerda do transepto está de tal modo congestionada, em termos de ocupação do espaço, que praticamente não permite o culto, salvo no altar da Senhora do Sameiro. Este facto inibe por completo o uso turístico. Podemos dizer que é a “ala cega” da Igreja da Catedral (Fig. 15).

Recorde-se que em 1922, segundo a planta (Fig. 8) impressa no Livro do Padre Manuel d’Aguiar Barreiros, este local servia de passagem e como tal conferia ao espaço mais uma de entrada e passagem do exterior para o interior da Igreja (Barreira 1922, 9-10). Em contrapartida é na nave esquerda (norte) que os Crentes conseguem ter um ambiente mais calmo. Isto deve-se ao facto de grande parte dos visitantes entrarem pela nave direita (sul), ou pela nave central e,

---

<sup>88</sup> Segundo o Deão da Sé, Doutor Pio Gonçalo, por norma não é possível tirar fotos e fazer filmagens no espaço da Sé por motivos de conservação e segurança.

procurarem, maioritariamente, a ala direita do transepto, regressando pela nave central ou nave direita. Genericamente a nave lateral e ala direita do transepto estão mais congestionadas que as suas congéneres do lado esquerdo, na medida que o altar do Santíssimo Sacramento, o altar do Sagrado Coração de Jesus e o altar de S. Martinho possuem um nível de atratividade maior que os do lado esquerdo, salvo o já referido altar da Senhora do Sameiro, situado na Capela de S. Pedro de Rates que é, contudo, menos procurado pelos visitantes (Fig. 09 e 10).

O Cabido, por outro lado, tem por hábito, nos últimos anos, colocar no final da nave central, preferencialmente junto à coluna do último tramo, “andores” de alguns santos, nomeadamente de Santa Luzia, Santo António, S. João, dependendo da época do ano, em posição visível para a Assembleia, conforme mandam as novas regras Litúrgicas. Esta iniciativa, ainda que pontual, aumentou o congestionamento da área. De recordar que muitas vezes as imagens ali colocadas são trazidas de outras áreas da Sé. Verifica-se assim uma deslocalização dos cultos, baralhando a arquitectura devocional dos crentes.

De referir, ainda, os confessionários que, em algumas épocas do ano, são colocados nas naves laterais, especialmente, durante a Semana Santa e que congestionam a área da nave central e da galilé, uma vez que os visitantes se sentem inibidos em avançar para a fruição da Igreja da Catedral utilizando os circuitos normais (Fig. 15). Este problema deveria ter um tratamento especial por parte do Cabido, definindo horas de confissão que não colidissem com as horas de maior fluxo de visitantes, ou então sinalizando o acontecimento, de forma a facultar linhas de entendimento a quem procura este local como turista.

No claustro<sup>89</sup>, onde os visitantes têm tendência para relaxar a sua postura formal, também ocorrem desencontros entre as duas valências do espaço da Sé. A mudança de atitude, por parte dos visitantes quando passam para a área do claustro deve-se a uma série de razões das quais destacamos as seguintes:

- a) Existência de um ponto de comércio à saída da Igreja, facto que induz a ideia de que o espaço sagrado terminou, conforme acontece em algumas partes da Catedral de Santiago. (durante a semana Santa existe neste local, pelo menos nos dois últimos anos, uma exposição/venda de artesanato de Barcelos relacionados com a Paixão de Cristo);
- b) Localiza-se neste local a entrada para o Museu Tesouro da Sé;

---

<sup>89</sup> Note-se que na linguagem monástica o Claustro simboliza um espaço de silêncio e reflexão, factores estes conferidos pela arquitectura e pela densidade da luz, todavia na Sé é mais que um local de silêncio é um espaço de passagem e ligação.

- c) Existência de elementos de natureza patrimonial que sugerem que o espaço tem outro tipo de vocação mais forte que a religiosa e catequética, nomeadamente fustes de colunas, capitéis e outros elementos arquitectónicos;
- d) Os claustros neste tipo de monumento têm, normalmente, outro tipo de uso diferente da actual função religiosa;
- e) O facto de ser uma área de circulação de pessoas e uma das entradas e/ou saídas da Sé.
- f) Inexistência de qualquer espécie de sinalética e /ou painéis que facilitem a correcta interpretação.

A postura que a maioria dos visitantes assume quando entram neste espaço, quer seja via Igreja da Catedral, quer seja pela entrada da rua do Souto<sup>90</sup>, é também condicionada pelo culto das imagens colocadas nas áreas de circulação do claustro. Este aspecto é, especialmente, visível junto às imagens de S. Bento, S. Judas Tadeu e Stª Luzia.

O ideal seria deslocar as imagens de grande culto para outras áreas da Catedral. Todavia a falta de espaço também não confere muita margem a este nível. Por outro lado, a deslocação destas para as capelas não parece ser muito adequada, podendo ferir sensibilidades religiosas e alterar o programa decorativo e devocional existente. Vislumbra-se apenas a possibilidade de deslocar estas para o interior da Igreja, onde aliás estavam antes da intervenção da DGEMN. Porém, o Cabido não é adepto desta solução pois iria desconfigurar todo o equilíbrio artístico existente no interior da Igreja, ao mesmo tempo que violaria algumas das regras do Concílio Vaticano II.

Perante estes factos é necessário reordenar a Sé de forma a desanuviar a pressão que existe sobre o claustro, especialmente na época estival e durante os períodos festivos<sup>91</sup>. Para o efeito adiante apontaremos algumas sugestões.

No espaço do claustro, na capela das Relíquias, antiga sacristia do claustro, e locais afectos ao Museu é onde se registam maiores inibições à fruição turística, nomeadamente no que concerne a tirar fotos, fazer filmagens, etc, o que não deixa de ser insólito pois no interior da Igreja esta inibição não se verifica. Regista-se, aqui, um contra-senso do Cabido que assume, à luz destas restrições, o espaço do claustro como local de culto, muito embora não programe e organize como tal. É, alias no claustro, onde se registam as maiores ligações com a cultura e o

---

<sup>90</sup> Na entrada do claustro deste lado existe uma indicação que proíbe tirar fotos, fazer filmagens e falar alto, o que anuncia a entrada num espaço sagrado, esta mesma indicação devia estar na passagem da Igreja para o claustro para dar a sensação de continuidade da “sacralidade” do espaço.

<sup>91</sup> É nestas alturas que os Crentes aproveitam para cumprir promessas ao mesmo tempo que é nestas épocas que o espaço é muito procurado para visita, nomeadamente na altura da Páscoa e quadra natalícia.

cristianismo popular e onde se verifica a maior interactividade com a religiosidade da comunidade.

O Claustro, na sua qualidade de local de “passagem”, liga a Igreja à Capela das Relíquias, ao sepulcro dos Bispos e à Capela da Piedade<sup>92</sup>. Todavia, os maiores problemas registam-se à luz dos itens referidos nos parágrafos anteriores, uma vez que na Capela da Relíquias o culto é muito esporádico ou raro, facto que atesta o total desconhecimento popular da santidade de alguns dos homens que estão ali immortalizados. Do ponto de vista da fruição turística este espaço não potencia a sua leitura e chega mesmo a causar alguma estranheza dada a densidade de relíquias existentes sem que exista uma narrativa que ligue as mesmas à história da Sé. Tal como foi organizado supõe-se que as relíquias pertencem aos Bispos descritos na lista cronológica dos Prelados da Diocese existente naquele local. Aliás esta é uma dedução lógica uma vez que o túmulo de S. Pedro de Rates influencia essa mesma linha de leitura. Este facto é reforçado pelas urnas dos últimos quatro Bispos da Sé Primacial, colocadas muito perto deste local. Finalmente a inserção das “ossadas” encontradas na Catedral durante os trabalhos arqueológicos baralha ainda mais a leitura deste sector, pois confunde “relíquias” e “ossadas”. Os procedimentos de programação e de distribuição de relíquias na Sé de Braga deveria ser melhor equacionado pois todos eles são susceptíveis de interpretações várias e, como tal, devem ter preferencialmente um só discurso.

Na continuidade deste espaço encontra-se a Capela da Piedade, actualmente em processo de restauro, praticando-se aí culto religioso. A exiguidade deste local e o facto de ter uma só entrada inibe a fruição turística. Aliás a estrutura da Capela favorece o culto religioso, apesar de ter um número exagerado de imagens e altares. Esta situação deve-se à deslocação das imagens existentes nas capelas do claustro de St<sup>o</sup> Amaro para este local em meados do século XX, em virtude do desmantelamento das capelas naquele local. Encontram-se, aqui, os túmulos de D. Diogo de Sousa e de Frei Caetano Brandão, dois arcebispos que marcaram para sempre a história eclesiástica da Diocese de Braga. O espaço exíguo e, essencialmente, vocacionado para o culto não permite reunir muitas pessoas nem sequer a circulação, por isso não suscita a curiosidade dos visitantes que apenas se deslocam à zona oeste da Capela na ligação com a capela das Relíquias e aprumos dos Bispos. Apesar de ser um local fundamental para a compreensão da história eclesiástica da Sé Primacial é mais utilizado pelos Crentes do que pelos turistas. Em termos religiosos de referir a grande devoção existente neste sector a alguns santos de culto popular: St Amaro, Sr<sup>a</sup>. do Fastio, St António, St<sup>a</sup> Marta e Sr<sup>a</sup> da Piedade. Assinalamos,

---

<sup>92</sup> Neste enquadramento surge também a passagem para os W.C. do Monumento. Todavia, na nossa opinião este local não nos parece muito apropriado, uma vez que promove a passagem num dos espaços “alma” da história e vivência do Monumento. Desta forma dever-se-ia equacionar uma outra localização para os Lavados do imóvel.



também a imagem do “Senhor Morto”, no topo do lado direito da Capela, que normalmente é parte integrante da procissão do “enterro do Senhor” realizada na Sexta-Feira Santa.

Por sua vez, a Capela de S. Geraldo e a Capela de Sr.<sup>a</sup> Glória, afectas ao circuito de visita do Museu são espaços de leitura fundamentais para a percepção da história da Sé. A Capela de S. Geraldo é dedicada como o próprio nome indica a D. Geraldo, Bispo beatificado que durante muitos séculos foi alvo de culto pelas gentes de Braga. Actualmente, apesar de algumas reminiscências desse culto, o mesmo é inibido pela impossibilidade de fruir a capela do Santo devido a imposição eclesiástica. A capela da Senhora da Glória onde se situa o túmulo do Arcebispo D. Gonçalo Pereira encontra-se também restrita à fruição aberta. Apesar da capela da Glória precisar de obras de restauro não encontramos nenhuma justificação para inibir o culto ou o usufruto turístico livre destes locais. E embora possamos admitir restrições na capela da Glória não se entende, apesar de uma das paredes demonstrar alguns sinais de menor conservação, o facto da capela de S. Geraldo estar indisponível, especialmente por duas razões fundamentais.

- a) S. Geraldo é um dos principais bispos da Diocese de Braga e um dos Santos que durante mais tempo se adorou na Sé;
- b) Esta capela é um item de leitura vital da história da Sé de Braga e da própria estrutura arquitectónica, uma vez que foi inicialmente dedicada a S. Nicolau, protector dos peregrinos, expressando, pois, a vontade dos primeiros Bispos de edificar neste local um templo de peregrinação.

Por outro lado, são conhecidos alguns entraves colocados pela Igreja à fruição dos espaços religiosos por partes dos visitantes, nomeadamente ao nível dos horários (fecho dos imóveis nas horas de maior frequência turística no dia), proibição de usar máquinas fotográficas e de vídeo, mesmo em situações que a conservação do acervo dos espaços não o exija, bem como o condicionamento de certas áreas para visita. Esta realidade, ainda presente em muitos espaços religiosos (como é o caso da Sé) começa a dissolver-se dada a dimensão do fluxo turístico que busca estes locais. Todavia, estes entraves visam, essencialmente, a protecção da prática do culto religioso, num claro movimento de protecção dos “cânones” tradicionais de interpretação dos espaços religiosos, ao abrigo da sua função inicial – *o Culto*. Actualmente, tomando como exemplo à Sé de Braga, apesar de alguns entraves e acção menos conseguidas, vemos que a preocupação com o nível de frequência do espaço não se prende somente com o culto mas também com os “visitantes”, embora de forma discreta e suave.

Embora de forma ténue a Igreja estuda o modo de conciliar a conservação, interpretação e conhecimento público com o desempenho da missão religiosa que lhe está cometida (Gouveia 2000, 240-241). Todavia, procura e exige sempre respostas sólidas de modo a fundamentar, inequivocamente, as decisões a tomar quando na realidade a Igreja não pode somente procurar respostas, mas também equacionar soluções, e cenários pois é a entidade usufrutuária do espaço. Algumas destas respostas passam pela concertação institucional entre o Estado e a Igreja de forma a clarificar competências de gestão dos imóveis e da fruição dos mesmos.

A Sé de Braga, a avaliar pelos trabalhos de observação efectuados, possui alguns factores que podem favorecer esta conjugação, nomeadamente:

- a) A pressão turística é sazonal;
- b) Existe mais de que um local para realização de Eucaristias (Catedral e Capela da Piedade);
- c) A própria Sé, em virtude de ter o Museu, oferece serviços mínimos de informação a eventuais grupos interessados na visita à Sé e ao Museu;
- d) Existência de um grupo de trabalho já constituído que poderá obter novas rotinas de forma a facilitar a programação do espaço;
- e) A própria distribuição da Sé não potencia grandes situações de confronto, uma vez que a mesma assume muito mais a vertente religiosa que as outras;
- f) Existência de espaços adjudicados ao Museu que futuramente podem ser libertados para fruição livre, redimensionando o circuito de visita;
- g) Funerais e outros, da freguesia da Sé, são normalmente desviados para a capela junto ao claustro ou para outras Igrejas.

Existem, todavia, em Portugal locais em que a gestão destas valências será mais complicada, nomeadamente na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos, Sé de Miranda do Douro, Sé de Lamego e na Sé Velha de Coimbra.

## 2.1. As principais Cerimónias Religiosas e os Visitantes.

A cada vez maior frequência turística da Sé Primacial de Braga, por parte dos novos “peregrinos”, obriga a que a entidade responsável pelo imóvel tenha em conta não somente as conveniências religiosas, mas também os fluxos de visitantes, ponderando factores como: as épocas do ano, os dias da semana, as horas do dia. Assim é imperioso avaliar os *timings* em que estes fluxos podem interferir com as cerimónias religiosas. É ao Cabido que cabe esta função de programação sendo também, esta entidade a que tem o maior conhecimento dos períodos de ocupação e frequência da Sé. Por isso deve introduzir estes elementos no calendário das suas actividades eucarísticas, litúrgicas e outras (casamentos, baptizados, etc.). Importa também que o Cabido caracterize o tipo de turista que procura a cidade de Braga, as suas motivações e perfil. Estes procedimentos são elementares para que a gestão do binómio Turismo/Património e Religião/Celebrações se torne cada vez mais adequado, em vez de desencontrado ou desajustado.

A educação da comunidade é outro passo elementar neste sentido e pode começar com um horário de actividades que diminua a vivência simultânea do espaço entre visitantes e Crentes, nomeadamente em horas de culto.

Da observação efectuada, verifica-se que a situação mais “chocante”, embora pontual e com carácter excepcional, tem haver com a colocação de defuntos em câmara ardente na capela da Piedade. Esta ocorrência leva a dois tipos de situações:

- Raramente passa despercebida, uma vez, que os visitantes normalmente visitam a capela das Relíquias. Ora esta capela fica junto à capela da Senhora da Piedade, o que causa situações de embaraço notório aos visitantes;
- Por outro lado, e decorrente da situação anterior, a realização deste tipo de cerimónias, embora legítimas, leva a que este espaço seja um local de emoções várias, na relação *Fruição-Religião*, como sejam: descoberta (visitante), desagrado (visitante), surpresa (visitante), culto (fiel) e dor (fiel). Emoções que podem conduzem “à má experiência de visita”. Porém, na situação observada no âmbito do trabalho, os visitantes apesar de surpresos, denotaram, como seria de esperar, uma atitude de respeito e afastam-se.

Este problema deveria merecer um tratamento especial, seja através da inibição temporária de passagem dos visitantes para aquela capela, através de sinalética, ou equacionando a mudança deste tipo de cerimónias para uma das Igrejas vizinhas (Igreja de S. Paulo, Capela dos Coimbras e Igreja da Misericórdia).

No que toca às Eucarísticas, apesar de existir mais de que um local de celebração, a Catedral, a capela da Piedade e, pontualmente, a capela dos Fundadores, os horários colidem um pouco com os períodos de maior frequência de visitas. Todavia, as Eucarísticas na Catedral, apesar provocarem algum condicionamento, especialmente, aos visitantes, não são inibidoras de visita à totalidade da Sé. Quando a Eucaristia é celebrada na capela da Piedade, a gestão do espaço de visita, por parte, do visitante não sofre grandes alterações, salvo no interior deste local.

**Quadro nº 10**  
**Horários das Eucarísticas e a Frequência Turística na Sé.**  
 (observação participante – período de Julho a Agosto)

Horário	Local	Semana	Fim-de-semana	Fiéis	Turismo	Relação
8.30	Catedral	2ª a Sexta	Sábado e Domingo	Razoável	Sem expressão	SP
11.30	Capela	2ª a Sexta	Sábado	Poucos	Grande expressão	SP
11.30	Catedral		Domingo	Grande Expressão	Grande Expressão	CE
13.00	Catedral		Domingo	Grande Expressão	Grande Expressão	CE
18.00	Catedral		Domingo	Grande Expressão	Grande expressão	CE
19.30	Catedral		Domingo	Razoável	Pouca Expressão	SP
17.30	Catedral	2ª a 6ª	Sábado	Poucos Excepto aos Sábados	Grande Expressão	SP

Legenda: **SP** – Sem Pressão; **CE** – Congestionamento do Espaço

A realização da Missa Internacional durante o Euro 2004<sup>93</sup> na Catedral, pelas 11 horas, embora não tivesse registado grande adesão demonstra a abertura da Igreja para um acontecimento da sociedade com reflexos na Sé, enquanto espaço de visita obrigatória na cidade. Esta política segundo o Deão da Sé é para ser continuada com a “oferta do específico”, ou seja, a continuidade desta iniciativa em períodos<sup>94</sup> de maior frequência turística.

<sup>93</sup> Segundo informação recolhida junto do Departamento Arquidiocesano das Migrações e Turismo esta teve lugar nos dias 13, 20 e 27 de Junho.

<sup>94</sup> As Cerimónias como os Casamentos ou Baptizados são requeridos por fiéis de toda a Diocese e não só da Comunidade local, funcionando a Sé como Igreja paroquial da Diocese.

Por sua vez, os casamentos, com todo o aparato que lhe está inerente, acabam por inibir todo espaço interior e exterior à Sé prejudicando, muitas vezes, a fruição da Igreja por parte dos visitantes. Curiosamente, apesar de ser uma cerimónia religiosa inibe também o culto religioso. Esta situação ganha alguma relevância se atendermos a que grande parte destas cerimónias realizam-se aos fins-de-semana nos meses de Verão, altura coincidente com os fluxos de maior pressão turística. As consequências mais visíveis são as seguintes:

Nos Visitantes:

- a) Ajuntamento junto à galilé da Catedral;
- b) Interpretação parcial do espaço;
- c) Circulação preferencial das zonas em volta do claustro;

Nos Crentes:

- a) Falta de privacidade para o culto;
- b) Ocupação quase integral do espaço da Igreja;
- c) Desmobilização do Culto para o Claustro e Capela da Piedade.

O congestionamento do claustro, agudiza-se ainda mais na época estival, altura em que a entrada da Sé pelo lado do claustro de Santo Amaro é mais frequente. Esta situação, em conjunto com a tipologia de cerimónia atrás descrita, provoca o total congestionamento da área do claustro e retira-lhe condições de culto.

Nos casamentos os maiores problemas verificam-se nas cerimónias com mais de 150 convidados, pois nas celebrações idênticas de menor dimensão não ocorre o mesmo impacto, aplicando-se a estas o enquadramento observado para as Eucaristias.

Os baptizados não inibem a fruição do espaço, salvo algum congestionamento junto à porta de passagem para o claustro. Contudo, à luz da Reforma Litúrgica, a colocação da pia baptismal esta correcta, não se podendo pois propor outras localizações. Porém, segundo o Deão da Sé, esta será a médio prazo embutida na estrutura da Igreja, tal como acontece, com o Túmulo do Infante D. João, conferindo a esta parte da Igreja maior amplitude.

Em termos de animação cultural, a mesma não é muito frequente e resume-se a actividades esporádicas devidamente programadas que não afectam esta relação, embora de “per si” sejam um sinal da mudança de atitude no uso do templo.

É óbvio que a frequência de visitantes que, buscam nestes locais, a vertente cultural é sazonal, como toda a actividade turística. Para as épocas de maior fluxo turístico, poderia ser equacionada a criação de espaços diferenciados (por exemplo no Verão as Eucaristias seriam mais na Igreja da Misericórdia ou na capela do Santíssimo Sacramento). De referir que, do conhecimento retirado da elaboração deste trabalho, o Crente que, normalmente, frequenta a Sé de Braga, tem entre os 50 e 65 e são, maioritariamente, mulheres. Estas são relativamente adversas às mudanças, embora não sejam totalmente contrárias à visita para fruição, desde que feitas com “respeito”. Note-se que este perfil se aplica aos Crentes quase diários e não ao esporádico em que se regista um amplo leque de faixas etárias.

Com o aumento, cada vez mais expressivo, do Turismo Urbano ou de Cidade, o património monumental é cada vez mais procurado. A cidade de Braga tem como principal recurso a sua monumentalidade, onde avulta categoricamente a componente religiosa (83 espaços religiosos). Por isso, precavendo esta situação e, acima de tudo, para propiciar situações em que o culto não seja afectado pela fruição cultural, seria desejável uma intervenção da Igreja nos processos que visam proporcionar a sua fruição com uma finalidade educativa e de lazer, pelo que importará que as autoridades eclesíásticas criem condições que possibilitem a cada vez maior consolidação e operacionalidade desta relação culto/turismo. (Gouveia 2000, 247).

## 2.2. Caracterização sumária do Perfil do Crente e do Visitante.

Ao longo do trabalho já se referiu o perfil dos fruidores da Sé de Braga, porém é conveniente aprofundar este aspecto com o intuito de clarificar as linhas de identificação de cada um deles e de forma a melhor sustentar as propostas e sugestões apresentadas neste trabalho.

Na perspectiva dos fruidores religiosos do monumento, os Crentes, a Sé não é um espaço homogéneo, em termos de interpretação, uma vez que, em virtude das suas motivações religiosas, estabelece-se uma hierarquia de sectores correspondente às diferentes devoções que nutrem pelos santos e imagens. Assim não é possível caracterizar de forma segura a tipologia de Crentes que frequentam a Sé Primacial de Braga. Podemos, no entanto, destacar alguns tipos mais usuais:

- a) Os motivados por promessas esporádicas a cultos existentes na Sé;

- b) Os Crentes de lugares identificados como o Altar da Senhora do Sameiro ou a imagem de S.Bento;
- c) Os frequentadores de Cerimónias Eucarísticas diárias;
- d) Os frequentadores de Cerimónias Eucarísticas de fins-de-semana ou Dominicais.
- e) Os frequentadores de cerimónias solenes, sazonais (comunhões, etc):

Apesar desta diversidade podemos, com alguma segurança, avançar com uma classe modal transversal a todos os tipos de perfis e, que em termos etários, se baliza entre os 50 e os 65 anos. Estes são, na maioria dos casos, residentes nos bairros tradicionais<sup>95</sup> da cidade de Braga com prevalência para as freguesias da Sé, de S. João do Souto, de S. Lázaro, de Ferreiros e de Maximinos. Aliás, são, ao mesmo tempo, os principais voluntários para colaborar nas solenidades religiosas e os “guardiões” do templo pois são a comunidade que considera a Sé como sua “Casa”, quer no sentido de estrutura material comunitária, quer no sentido simbólico-espiritual. Na divisão por sexos, nota-se, especialmente, nas cerimónias mais frequentes, uma prevalência de indivíduos do sexo feminino de idade acima dos 55 anos. É sobre estes que deve incidir a política pedagógica da Igreja. Por outro lado, também, é esta comunidade que deve ser protegida pois revê-se no templo e confere-lhe identidade própria. A Igreja tem que perceber esta realidade e encetar procedimentos que mantenham a comunidade perfeitamente identificada com o seu templo.

Para além destes fruidores, identificam-se, especialmente, para as categorias *a)* e *b)* públicos diversos, com e sem ligações à Sé, nomeadamente estudantes<sup>96</sup>, jovens e a totalidade de indivíduos que buscam protecção divina, embora não sejam fruidores religiosos habituais deste local. Podemos cabimentar, especialmente, no ponto *b)* muitos dos fruidores identificados como a classe modal mais frequente. Esta questão prende-se com o facto de existir, para além uma noção de espaço religioso global (edifício), outros espaços na Sé onde cada pessoa encontra um altar ou uma imagem com mais força religiosa que os restantes, em virtude das convicções e devoções pessoais ou ocasionais<sup>97</sup>. Para além destes temos os visitantes, sem ligação à cidade e ao monumento, que realizam na Sé acções de devoção.

---

<sup>95</sup> Entendam-se zonas tradicionais os núcleos urbanos existentes antes da grande evolução urbanística sofrida pela cidade de Braga na última década.

<sup>96</sup> Nas épocas de exames universitários é muito comum ver estudantes a solicitar protecção divina neste espaço para as suas tarefas universitárias, especialmente durante o mês de Junho.

<sup>97</sup> De recordar que estas particularidades variam no espaço da Sé, ao longo dos séculos, na razão da oscilação do culto aos santos de maior fervor popular.

Neste particular encontra-se um cruzamento curioso entre Turismo e Religião, ou seja os Crentes, também, são fruidores turístico – patrimoniais, sem que isso interfira na sua forma de interpretar o espaço ou na devoção. Não será esta a filosofia em que a Igreja deve “beber” exemplo e a linha pedagógica que deve lançar para a comunidade? Os Crentes que, em cada localidade ou cidade, tem o seu “monumento – casa”, no sentido atrás referido, são também em muitas outras localidade fruidores turísticos de outros lugares religiosos. Desta forma, a Igreja deve aproveitar esta linha de entendimento para definir um perfil de “Crente” capaz de promover a conciliação das valências existentes nestes espaços.

Por último, entendemos como Crente os que se deslocam à Sé, independentemente de serem da região, ou não, para cerimónias solenes e esporádicas como Crismas, Comunhões, Casamentos e outras. Estes têm um comportamento idêntico ao fruitor religioso tradicional apesar de não possuírem a mesma ligação umbilical ao imóvel.

Por sua vez, o perfil do visitante é, manifestamente, equiparado ao do turismo urbano registado na cidade e é motivado por razões culturais, pelo regresso às origens, assim como, o contacto com um espaço mensagem, muito marcado, pela sua história e identidade.

É um público, curiosamente, equiparado, em termos de idade, aos fruidores com motivação religiosa, pois a faixa etária cifra-se entre os 45 e 65 anos. Este público de diversas nacionalidades, nomeadamente, franceses, espanhóis, alemães, ingleses e portugueses, que são a maioria, procuram o contacto com um monumento “simbólico” conhecido, internacionalmente, pela sua antiguidade e por ser cabeça de um dos espaços demográficos, de base cultural, mais conectados com a religião cristã no mundo ocidental. Muitos visitantes chamam--lhe “a montra da cidade dos arcebispos”, pois encerra na sua estrutura a filosofia de séculos de história onde a Igreja prevaleceu sobre qualquer outra instituição. Alguns visitantes abordados no contexto deste trabalho quando questionados “porque vieram visitar a Sé ? “fizeram analogias curiosas como *“vir a Braga e não visitar a Sé ... é como ir a Roma e não visitar o Papa”*.

Não registamos um fluxo muito avultado de visitantes com motivações religiosas, ao longo do ano, muito embora tenhamos de referenciar aqui o caso dos espanhóis que se deslocam a Braga para assistir às cerimónias da Semana Santa. Embora a Sé não seja o objectivo principal para estes visitantes, o facto do epicentro das festividades se centrarem neste imóvel fazem dele um ponto de deslocação obrigatório e o seu contexto histórico-religioso um ponto mais de interesse.



Se o perfil dos visitantes anteriores se resume a motivações de ordem turístico - patrimoniais, identificamos também na Sé de Braga fruidores com motivações de “identidade<sup>98</sup>”, nomeadamente os filhos e netos de emigrantes portugueses, que regressam a para “viver” um espaço referenciado pelos seus familiares, como um lugar de “identidade”, “respeito”, “grandiosidade” e “antiguidade<sup>99</sup>” .

Por último, identifica-se um público de visita com motivações de natureza técnica e histórica que se desloca a este espaço para admirar, fundamentalmente, o órgão e alguns espaços identificados da Catedral. São fruidores que procuram no monumento o seu valor de arte.

---

<sup>98</sup> Esta motivação corporiza na íntegra a tendência do “regresso às origens” e do passado impresso nos monumentos como símbolo de identidade.

<sup>99</sup> O ditado “és mais velho que a Sé de Braga” é muito comum em comunidades nordestinas do Brasil onde se fixaram emigrantes do distrito de Braga. Aliás este termo é muito comum em países onde se fixaram comunidades de emigrantes portuguesas até meados do século XX. Esta situação deve-se ao facto de os mesmos terem saído de Portugal numa altura em que a Igreja e, nomeadamente, a Igreja Bracarense tinham um domínio quase absoluto em termos espirituais sobre a Sociedade e como tal fazia prevalecer os seus símbolos. E muito embora não possamos entender a Sé como um “símbolo”, uma vez que é bem mais do que isso, o povo tendentemente agarrava-se a todo que ela representa para a comunidade e especialmente para a história do país.

### **Capítulo III – A Sé como Monumento de Identidade Religiosa e Patrimonial.**

#### 1. As contradições do Monumento: Estrutura Material e Intangível.

A linha de discussão desenvolvida neste trabalho opera em dois níveis diferentes: o material, referente à estrutura física do monumento, na qual se imprime uma outra estrutura imaterial e intangível, mais emocional e imperceptível – simbólica e espiritual – aquilo a que podemos chamar estrutura imaterial.

Estas duas estruturas susceptíveis de interpretações perfeitamente opostas compõem a linha de identidade do templo, na medida que, uma, é o corpo e, a outra, a alma do monumento.

O imóvel ao ser relacionado com experiências de fé e identidade, confere à estrutura material capacidade de comunicação e alimenta a expressão anamnésica e a finalidade rememorativa do património monumental afecto à Igreja. Aliás, “qualquer edifício, enquanto obra humana, mesmo sem documentação escrita, continua a falar, permite a abertura do diálogo entre as pessoas e entre as gerações. Analogamente, as igrejas, na medida em que estão ao serviço do culto, «comunicam» e são estímulo e ajuda, para «fazer memória» para reflectir e celebrar” (C.E.L.P 1996, 17). O monumento encerra em si a generalidade dos preceitos, de complementaridade e interactividade, entre a herança patrimonial e a herança simbólico – religiosa, entre a estrutura material e imaterial, na assunção que em virtude da sua função religiosa estes são ícones de comunicação entre gerações pois são produtores de memória e identidade. Elementos diversos vezes referenciados neste trabalho e que estão na base da emergência das novas funções dos monumentos mensagem – a identidade e fruição turística.

Todavia, aqui começa a contradição entre o Monumento estrutura material e o Monumento estrutura imaterial, pois os fluxos que buscam a leitura da estrutura material têm tendência para interpretar estes imóveis como espaços onde o passado se cristaliza. Esta situação pode potenciar um fluxo de fruição desorganizado que mumifique a estrutura (corpo), ou então promover a musealização do mesmo inibindo as vertentes expressivas da “alma”. Esta renova-se, em cada período da história, de acordo com os valores da sociedade e, por isso, não pode ser estática. A “mumificação” desse espaço é negativa uma vez que “as igrejas são realidades históricas; foram construídas não tanto como monumentos a Deus ou ao homem, mas

como lugar do encontro sacramental, sinal da reacção de deus com uma comunidade, dentro de uma determinada cultura e num momento histórico bem preciso “(C.E.L.P 1996, 17).

Daqui conclui-se que as formas de comunicação entre as comunidades e Deus não são as mesmas, ao longo do tempo. Por isso, os espaços materiais devem adaptar-se a essa realidade de forma a encontrar, em cada tempo, a melhor forma de comunicar com Deus. Esta perspectiva é adversa à musealização da estrutura material como um monumento estático pelo facto de ser representativa de um passado de identidade (alma). Deve pelo contrário renovar a sua estrutura material e ter em cada período da história a alma do seu tempo sem contudo ocultar, omitir ou negar as marcas de identidade dos outros tempos.

Por isso, a Igreja deve introduzir novas formas de interpretar os espaços religiosos e abrir a sua riqueza para fruição turística encontrando formas de proteger as “estruturas” imateriais ou intangíveis que se corporizam na devoção, na fé, nas cerimónias, nas emoções da promessa e da oração, nas páginas da história portuguesa e eclesiástica que estão associadas a este espaço, nas crenças do cristianismo popular, nas superstições populares e do imaginário local, juntando-lhe uma nova forma de vivência e, por isso, de “alma”, relacionada com a emoção da visita e o contacto com o autêntico.

Efectivamente, encontradas as formas de fruir a estrutura material, entendida como espaço vivo, podemos indexar à alma desse mesmo espaço novas formas desta se imprimir na estrutura física, na medida que são também estas experiências imateriais, relacionadas com o prazer da visita, o entendimento de uma realidade histórica e cultural, a satisfação de uma expectativa e a vivência de um espaço de referência histórica, pessoal ou familiar. Elementos e experiências que a Igreja deve aproveitar, em termos religiosos, e adaptar a sua mensagem a estas novas formas de fruir e sentir os locais religiosos e de interpretar sua a “alma”.

Esta questão parece-nos vital pois as igrejas por serem destinadas ao “culto”, são entes e casas vivas para as comunidades que as suportam, por isso independentemente da sua importância artística e patrimonial, deve a Igreja abrir as “igrejas – edifícios – mensagem” aos cultos de cada tempo das comunidades. Perante este contexto a Igreja deve abrir-se ao novo culto dos monumentos – o patrimonial e turístico como forma vital para promover a coexistência com a estrutura imaterial e religiosa destes monumentos, sob pena de deixarem de ser Monumento – Mensagem – Mater para se tornarem somente em Igreja – Edifício, sem identidade, mumificados e parados no tempo. Pelo contrário espera-se que a estrutural material corporize sempre o passado (valor de antiguidade e valor histórico) desta região e o imprima na sua estrutura ao longo dos tempos, potenciando a comunicação da herança patrimonial (valor da

arte), como “aduela” de transmissão da herança cultural (expressão rememorativa e valor histórico) na qual a religião tem um papel de identidade dos mais vinculados da Europa Ocidental.

## 2. O Monumento Autêntico e o Monumento Turístico.

O Culto moderno dos monumentos privilegia naturalmente a fruição patrimonial e turística dos monumentos, corporizada no culto ao valor de antiguidade, histórico, de arte e rememorativo do imóvel alterando em grande escala as directivas de interpretação dos “espaços sagrados”, “dos altares”, da “pintura”, da “estatuária”, símbolos “marca” que foram utilizados para espalhar a mensagem teológica e eclesiástica e que o povo aceitou como símbolos da sua “pequenez” perante o divino. Estas eram entendidas como formas de humanização das divindades e como exemplos a seguir na sua vida, ou ainda, como símbolos que espalham o “temor” pelo sagrado e o respeito pela Igreja. Os monumentos não eram vistos como espaços de fruição mas de recolhimento e devoção e como tal muito pouco susceptíveis de utilizações fora desse âmbito.

Após a IIª Guerra Mundial desenvolveu-se em toda a Europa uma consciência patrimonial. Mais uma vez, como quase sempre na história da tomada, é a Perda (real ou iminente) que apela à redefinição das identidades culturais em torno do valor fundamental da pessoa” (Rebelo 2001, 199). Forma-se um movimento turístico, apelidado como o grande fluxo turístico mundial que visa a fruição dos bens patrimoniais. Em virtude desta realidade os valores patrimoniais emergem como recursos turísticos de grande eficácia no enquadramento das motivações de viagem. A este propósito Elvira Rebelo refere, “que no decurso do século que findou, o aprofundamento do conceito de identidade suportou o crescimento exponencial do campo patrimonial: já não estamos, unicamente, perante a necessidade de símbolos de referência nacional, mas também, regional, local e até vicinal (...); as nossas identidades alimentam-se – no que a materialidades diz respeito – do castelo, do pelourinho, da arquitectura românico-gótica, mas também da fonte, do cruzeiro, da cruz de homem morto (...)” (2001, 118).

Esta nova realidade desvirtua o conceito de Monumento “Autêntico” uma vez que a grande maioria destes se tornam em “não-lugares,” desligados do seu contexto e da sua função original. Muitos perderam mesmo o seu valor histórico e de antiguidade. Esta situação é potenciada pela transformação em “Monumento Turístico”. Todavia, é importante referenciar

que o monumento turístico não subsiste, no tempo, isoladamente, por isso, precisa dos atributos de diferenciação e características de identidade próprias do monumento autêntico.

O monumento turístico é fruto de “uma padronização de gostos, atitudes, valores e expressões que, de um lado, facilita a dominação económica e cultural e, por outro, deixa os lugares sem a sua cor local ” (Barreto 2001). O monumento autêntico é em contraponto aquele que mantém “alguma identidade – étnica, local ou regional essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm”. (Barreto 2001, 47-48).

O monumento autêntico sustenta-se na comunidade local e regional, pois mantém com esta uma relação mais estreita de interação etno-cultural. A comunidade entende o seu significado e sabe o que ele representa para a sua própria história. O âmbito da transformação dos monumentos autênticos em monumentos, quase exclusivamente turísticos, resulta pois do facto da busca dos elementos característicos de cada cultura como uma necessidade de mercado. Neste contexto os espaços autênticos e as tradições locais são a matéria-prima para a criação de um produto turístico comercializável e competitivo. O legado cultural, ou seja o monumento transformado em “espaço turístico”, tende a perder o seu significado e a sua linha de identidade local e regional. O espaço deixa de ser importante por aquilo que representa por si mesmo e passa a ser importante pelas implicações económicas que suscita, ou seja as mais valias que pode constituir, enquanto recurso de eleição, no contexto do produto turístico. Este risco não pode obviamente ser aplicado ou sequer equacionado, para a Sé de Braga que, ainda, consideramos como um Monumento Autêntico, em virtude de todo o contexto etno-histórico que possui. Todavia não pode ser esquecido face à pressão do mercado.

A Sé deve manter a sua função e ser o espelho da cultura da Comunidade que tutela. Por outro lado, seria desejável que os gestores daquele espaço compreendessem que a cultura não é um ente estático, e que a identidade dos povos e comunidades muda com o decorrer do tempo. Por isso, o monumento autêntico, não deve ser aquele que mumifica ou musealiza um contexto específico, mas aquele que é um elemento de identidade e referência de uma Sociedade, Comunidade ou Nação. O importante é que estes atributos, “muito cobiçados” pelos fluxos de turismo cultural, sejam fruídos de modo sustentado, sem deixar que o monumento autêntico se torne em turístico. Não queremos com isto afirmar que dentro de um espaço autêntico não possam existir espaços turísticos ou que ambos não coexistam. Importa é que cada uma das vertentes sejam programada, em função da outra, e que a distribuição dos espaços seja em feita em prol desta coexistência. Só desta forma será possível evitar que, daqui a 20 anos, a Sé de

Braga seja importante não pelo seu valor de antiguidade, histórico e autenticidade, mas sim porque é um bem económico.

Espera-se, pois, que a Sé continue a ser um monumento autêntico, com base, na ligação à comunidade local e regional, enquanto espaço de identidade, no papel de “alma mater” e na preservação de uma cultura de base religiosa. Espera-se por outro lado, também, que se saiba valorizar esta mesma identidade no contexto da interpretação do imóvel, enquanto monumento turístico, sem abdicar do que a diferencia de todos os outros monumentos da cidade e do país.

Refira-se que o monumento autêntico não é sinónimo de mumificação ou esterilização do espaço ou a negação à evolução dos valores que lhe conferem a autenticidade, bem pelo contrário é a manutenção da interacção com a envolvente e a comunidade com as quais interage. O património não pode ser olhado apenas como uma reserva e, menos ainda, como uma recordação ou nostalgia do passado mas, antes, como algo que tem de fazer parte do nosso presente.

A assunção da relação entre o “Autêntico” e o “Turístico” deve inspirar-se nas declarações do ICOMOS que se orientam no sentido da urgência em assegurar a autenticidade do testemunho que o património cultural constitui enquanto expressão de identidades culturais no seio da família humana; enquanto caminho para o respeito e enriquecimento cultural do mundo. Para o efeito é necessário enriquecer o conhecimento dos visitantes relativamente ao património; despertar a necessidade de salvaguarda e protecção do património ao mesmo tempo que se capitalizam os recursos patrimoniais para as comunidades (Lacerda e Barata 2001, 43). Para concluir este ponto rematamos com um dos princípios do Documento de Nara sur L’Authenticité, editado pelo ICOMOS em 1964 “Dépendant de la nature du monument ou su site et de son contexte culturel, le jugement sur l’authenticité est lié à une variété de sources d’informations. Ces dernières comprennent conception et forme, matériaux et substance, usagen et fonction, tradition et techniques, situation et emplacement, esprit et expression, état original et devenir historique. Ces sources sont internes à l’œuvre ou elles lui sont externes. L’utilisation de ces sources offre la possibilité de décrire le patrimoine culturel dans ces dimensions spécifiques sur les plans artistique, technique, historique et social”.

### 3. O Impacte do Turismo na identidade religiosa e patrimonial da Sé.

A definição do fenómeno turístico evidencia, cada vez mais, aspectos de natureza antropológica, cultural e sociológica que caracterizam e motivam os movimentos classificados como tal. Assim “as mudanças culturais, a adaptação, a cultura ecológica, os rituais e a religião, e a cultura de uma forma geral, são cada vez mais tidos em conta nos estudos do turismo” (Baptista 1990, 11). O tratamento destes aspectos no contexto da actividade turística prende-se com o facto de o fenómeno turístico ter assumido como recurso de fruição espaços que anteriormente tinham funções eminentemente religiosas ou simbólicas. O património é o agente mor para a existência desta diversidade, uma vez, que confere identidade e corporiza as mais diversas culturas, pontificando as diferenças existentes. A este propósito Mário Baptista afirma que “a evolução geral da acção cultural é, sem dúvida, a mais grande oportunidade para o futuro do património, no âmbito de novas formas de turismo como o turismo alternativo”. Apesar desta afirmação, o património tem que assumir uma perspectiva mais global e não fechar-se sobre si mesmo a coberto do conceito “autenticidade” (1990, 133). Pelo contrário deve abrir-se à pluralidade das novas formas de culto e fruição de espaços como a Sé de Braga.

A este propósito Mário Baptista diz que “torna-se, no entanto, indispensável que o património deixe de ser apenas o espelho de uma sociedade particular para ser o reflexo de toda a sociedade e de todas as sociedades, com a sua complexibilidade, o seu passado, o seu presente e futuro” (1990, 133). É a maioria que o turismo pode trazer a imóveis como a Sé de Braga. Para o efeito é vital que o turismo seja expressamente assumido, exigindo uma programação e planeamento efectivos, na medida que é o espelho de uma tendência das sociedades actuais em que ocorre o alargamento do conceito “culto” ao património. Este planeamento é necessário pois “la mirada sobre el objecto patrimonial suscita sempre una reacción, una emoción en la persona que lo mira “(Martin 2001, 29). Emoções que não devem ser tidas como globais para a generalidade do monumento, uma vez que variam dentro do mesmo de acordo com a densidade artística e patrimonial de cada uma das unidades espaciais existentes. Tal como sublinhamos nos capítulos anteriores cada espaço da Sé tem características próprias e, por isso, devem ser cruzados de acordo com a perspectiva de Marcelo Martin (2001, 29) das “*intrepretaciones de la interpertacion*”.

Concluimos assim que o impacte do turismo, na identidade patrimonial da Sé de Braga, se reflecte essencialmente na necessidade de estabelecer pontes de comunicação entre a estrutura material, o património e os fruidores a fim de conferir ao espaço mais critérios de

leitura e interpretação, generalistas e particulares, uma vez que “la interpretación es una magnífica herramienta de vinculación patrimonio-sociedad ”(Martin 2001, 30).

A grande vantagem que o turismo pode trazer para a identidade patrimonial da Sé de Braga é a de valorizar a comunicabilidade entre o património e a sociedade. Porém o conceito património deve ser aqui entendido como a soma da estrutura material e imaterial do imóvel, e não somente como a estrutura material, como muitas vezes ocorre. O património não é apenas uma herança, mas também a “memória” de uma comunidade. O turismo implica a necessidade da comunidade tomar consciência de um património que é seu e, pelo qual deve lutar, no sentido de se tornar agente de conservação desse mesmo elemento de sua identidade. Em termos de identidade religiosa e simbólica, a estrutura imaterial da Sé de Braga, pode potenciar conflitos difíceis de conciliar, como vimos em capítulos anteriores. Pode mesmo ser um agente agressor e “matar” a alma do templo caso se desenvolva de uma forma massificada, não planeada e sustentada. De facto pode ocorrer um processo gradual de descaracterização devido:

- a) Negligência relativa à massa de visitantes no espaço por parte da entidade usufrutuária;
- b) Programação de actividades sem avaliar picos de procura;
- c) Mal-estar dos fruidores religiosos em virtude do excesso de visitantes no espaço;
- d) Congestionamento de áreas com especificidades religiosas especiais (altares, etc.);
- e) Problemas de conservação e salvaguarda estruturais decorrentes da violação da capacidade de carga;
- f) Relação de confronto: religioso/turístico. Desvirtuação do *genius loci*;

Será desejável que na Sé Primacial não se registem os processos supra mencionados. Este objectivo só será possível com uma nova mentalidade capaz de entender os sinais e as novas formas com que as sociedades interpretam estes espaços, ou seja, protegendo os atributos de identificação e ligação à Comunidade e Nação, através do desenvolvimento de cenários de leitura e comunicação do património com os fruidores. Este é o diálogo que pode valorizar os acervos do passado.



## PARTE IV – TURISMO EM ESPAÇOS RELIGIOSOS: ANÁLISE E REFLEXÕES PARA O CASO DA SÉ DE BRAGA

### Capítulo I – Os Modelos de Gestão.

#### 1. A utilização patrimonial dos espaços religiosos para fruição turística.

Em nosso entender os documentos referidos em capítulos anteriores em conjunto com os princípios presentes na nova Concordata (nomeadamente os artigos 22º e 23º), bem como o articulado da Lei n.º 107/2001 (Base da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural<sup>100</sup>) são na sua essência tolerantes com a utilização dos espaços de valor patrimonial, de cariz religioso, para fruição turística.

O Turismo neste tipo de monumento deve também reger-se pelos dos princípios da Carta de Turismo Cultural aprovada pela XII Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) a 22 de Outubro de 1999.

De acordo com o documento o Turismo deve potenciar as virtualidades culturais do “produto herança”. Porém, esta deve ser feita de forma sustentada e em perfeita harmonia com as peculiaridades e ligações do monumento à comunidade local para que esta perceba as alterações, usos e interpretações do espaço que, maternalmente, considera “seu”. A não observação desta realidade pode fazer do turismo um factor negativo nestes espaços e suscitar o confronto entre visitantes/comunidade local. É à Igreja, enquanto usufrutuária do espaço, e principal, porque não quase exclusivamente, gestora do regime interno, que cabe gerir este fluxo para que o mesmo não interfira de forma abrupta no equilíbrio “Monumento / Comunidade”.

Importa que a Igreja capitalize esta nova realidade de interpretação dos espaços religiosos e disponibilize todo o conhecimento que possui dos mesmos de forma a melhor potenciar a fruição turística destes potenciando circuitos de visita e linhas de interpretação deste património que reduzam a possibilidade de confronto com a função original – a religiosa e catequética.

---

<sup>100</sup> Esta Lei aprovada em 2000 e publicada em Setembro de 2001 continua, segundo indicação da Delegação Regional do IPPAR-Porto, por ser regulamentada, facto que testemunha o estado da “indústria” do património em Portugal.

A resolução deste problema, através da adopção desta nova postura potenciaria o cumprimento das constantes no ponto 8º da Conferência Episcopal que passamos a citar: ” Respondendo a uma solicitação do Ministério da Cultura, a Conferência Episcopal aceita integrar uma Comissão Paritária que assegure um diálogo permanente, em ordem a conjugar esforços na defesa e valorização do património artístico da Igreja e a equacionar os problemas surgidos em lugares de interesse comum, como são os templos designados "monumentos nacionais" (C.E.P<sup>101</sup> 1990). Efectivamente uma nova atitude da Igreja para com o património potenciaria uma melhor gestão dos fluxos turísticos nos espaços considerados Monumentos Nacionais, que são na realidade os mais procurados para fruição turística e, como tal, os que tem a sua capacidade de carga, ao nível patrimonial e religioso, com índices elevados de saturação. A mudança de atitude da Igreja poderia representar para a Indústria do património o atingir de uma “maturidade” que, ainda não existe e, colocaria o Estado numa posição que exigiria deste um papel mais pró-activo, em vez de se desculpar com as dificuldades de relacionamento com a Igreja.

A Igreja deve promover, em termos turísticos, a “oferta do Sagrado” e do “património<sup>102</sup>” que lhe está subjacente e dar guarida a todos os que lhe são sensíveis seja num prisma religioso, turístico ou patrimonial. Desta forma poderá difundir em espaços, como a Sé de Braga, a comunhão entre os fruidores culturais, turísticos e religiosos e emancipar a mensagem evangelizadora do património, ao ritmo das interpretações às quais está sujeito.

Esta conciliação, curiosamente, está já definida pela Igreja, em muitos dos seus documentos, todavia destacamos o que refere o documento que legisla a Adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica: “os percursos dentro e fora da igreja estejam rigorosamente determinados em relação com as deslocações ligadas à liturgia (por exemplo: as procissões) e às devoções (por exemplo: a Via Sacra). Se for caso disso, será conveniente estudar também eventuais percursos próprios para visitantes e turistas” (C.E.L.P 1996). Esta missiva mostra a consciência existente na Igreja para esta nova realidade dos espaços religiosos e, em especial, nas Sés Primaciais, pois são elementos de património muito procurados para fruição turística.

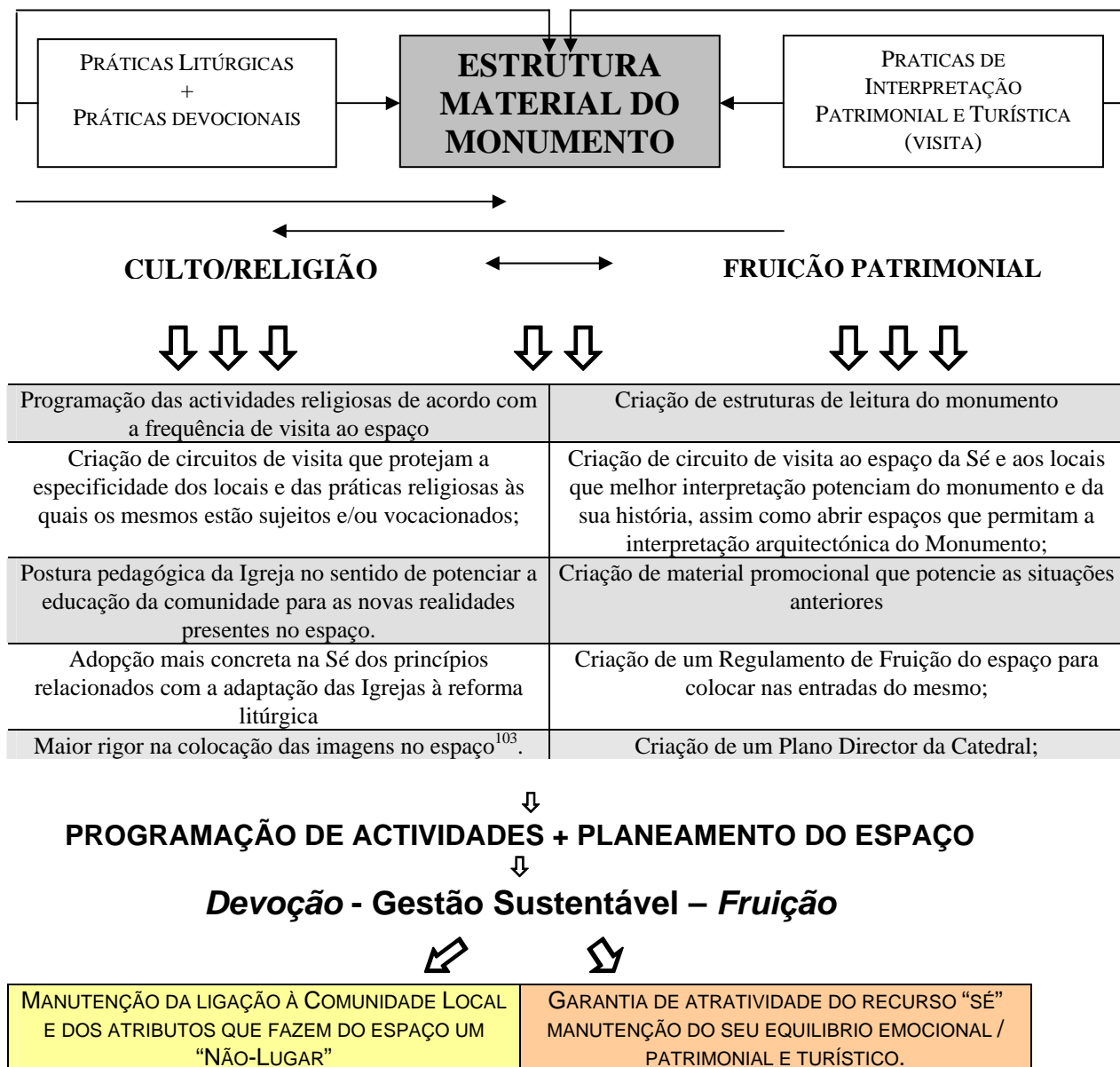
---

<sup>101</sup> Conferência Episcopal Portuguesa.

<sup>102</sup> De pequenas capelas a grandes catedrais, como a Sé, os espaços sagrados contam a história da arte e da arquitectura em Portugal: a sua beleza é o reflexo da espiritualidade (alma) de um povo e da sua história que urge valorizar e preservar. Por outro lado, a igreja teve um papel determinante na fundação do reino, como vimos anteriormente, no reforço da sua identidade, quer através das ordens monásticas como Cluny ou Cister na organização económica, social e cultural, quer através das ordens militares na consolidação da Nação. Todo este património “católico” na fé, mas universal e aberto no espírito é a alma de uma nação para a qual urge definir novas regras de fruição e, acima de tudo, uma nova estratégia de valorização.

O Cabido Bracarense deve indexar os princípios da sua filosofia de acção às normas existentes dentro da própria Igreja que visam a conciliação dos itens de Função Original (Liturgia e Devoção) com a nova função de fruição patrimonial e turística (Património e Turismo).

**Quadro nº 11**  
**Proposta de Esquema de Reflexão sobre**  
**a conciliação das valências existentes na Sé**



<sup>103</sup> A colocação das imagens de Santos ou outros tem, em primeiro lugar, que obedecer ao programa iconográfico e decorativo da Igreja; em segundo lugar deve ter em conta a frequência e a especificidade do lugar onde esta vai ser colocada. Esta reflexão é, particularmente, importante no espaço na Sé uma vez que muitas vezes são colocadas no último tramo da Igreja, antes do transepto, imagens de Santos de grande devoção facto que promove o congestionamento deste espaço. Esta situação é mais gravosa se tivermos em conta que o Altar-Mor não permite circular à sua volta, em contraponto com a indicação da Norma da Adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica (C.E.L.P 1996, 23), facto que agudiza a situação anteriormente descrita.

O exercício de reflexão, atrás proposto, pode ser um ponto de base para que o Cabido consiga reorganizar o espaço da Sé de forma a adaptá-lo à fruição turística e patrimonial. Para o efeito urge uma interpretação muito mais apurada das normas emanadas da própria Igreja, aplicando-as na Sé de Braga e na filosofia de programação e planeamento do espaço, aos mais diversos níveis.

### 1.1. Modelos de Valorização do Património Eclesiástico e Religioso.

Não existe um modelo predefinido, no contexto da política patrimonial, da Igreja que defina categoricamente as formas de valorização do património eclesiástico. Contudo, a Igreja continua, ainda hoje, a ser um dos maiores criadores de património artístico actual “(...) por exemplo, construindo igrejas, esculpindo imagens, motivando pinturas e azulejaria, encomendando peças de ourivesaria e outras alaias, utilizando tecidos nobres (...)”, conforme o referido no ponto 2º da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o Património Cultural. No ponto 4º deste mesmo documento os Bispos afirmam relativamente ao mesmo que “(...) a Igreja aceita a colaboração de outras entidades empenhadas na defesa deste património, tais como autarquias, comissões culturais, museus e acima de todos o próprio Estado”. De par, no artigo 22º da nova Concordata, está também plasmado, nos pontos 2º e 3º, algumas normas relativas à utilização deste tipo de património, quer pela Igreja para fins de celebração religiosa, quer pelo Estado para fins de natureza cultural. Porém, apesar do ponto 3º do artigo 23º da nova Concordata referir a existência de uma Comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação quanto a bens da Igreja que integrem o património cultural português, não existe uma política efectiva e transversal que promova a valorização do património eclesiástico e artístico dos monumentos nacionais afectos ao culto religioso.

A Igreja deve aceitar de forma positiva a pressão que existe para o usufruto dos valores patrimoniais, baseando-se na filosofia que atrás definimos como mensagem “evangélica” do património como factor de cultura e comunicação com a sociedade de hoje. Esta postura é importante porque o contexto do património e a leitura do mesmo só é possível para o fruidor se perceberem a sua função e mensagem. E se a interpretação pode ser diferente da inicial, o contexto é, indubitavelmente, o mesmo. Por isso a Igreja deve utilizar o património como forma de diálogo e aproximação à sociedade actual.

Esta nova abordagem é importante de forma a evitar os efeitos menos positivos que o aumento de visitantes com propósitos educativos e de lazer, tem provocado na utilização dos espaços sagrados (Gouveia 2000, 216).

Conclui-se, pois, que as melhores formas de valorização deste património passam pelas seguintes medidas:

- a) Abertura da Igreja para a utilização com fins culturais do património eclesiástico por parte da comunidade, de forma a melhor abrir o livro de memórias que o mesmo representa;
- b) Potenciar parcerias estratégicas com agentes vivos da cidade, na área cultural, de forma a promover o melhor conhecimento do mesmo por parte da comunidade, através de visitas pedagógicas, exposições, seminários e outras iniciativas;
- c) Criação de itinerários contemplando o “circuito do sector monumental”, onde se incluíssem também, de forma contextualizada, aspectos documentais e sacros que melhor potenciassesem a associação “monumento” /”património sacro”;
- d) Promover exposições, no interior do monumento, ou fora deste, das diversas fases da sua memória, potenciando uma reinterpretação do próprio espaço;
- e) Criação de uma Biblioteca Eclesiástica na Sé com o intuito de estimular as vertentes pedagógica e educativa inerente a este património.
- f) Criar suportes multimédia de leitura do monumento;
- g) Elaborar um manual de interpretação das práticas litúrgicas e da indumentária eclesiástica e alfaías religiosas;
- h) Elaborar um catálogo do património existente e suportes comunicacionais do mesmo.

Estes são, na nossa opinião, os meios mais eficazes de promover a valorização do património da Sé. Pretende-se valorizar, não só, o monumento (estrutura material), mas também toda a acção que os homens da Sé desenvolveram na Catedral, bem como na Diocese, desde os inícios do século XII. As mesmo tempo, estas novas formas de valorização devem acentuar a indubitável ligação da alma do monumento ao contexto urbano e rural que originou e no qual se íntegra.

Não pretendemos com estas propostas fazer da Sé um Museu do Património, mas pelo contrário propor a inovação nas formas de interpretar estes valores, para que se reinvente a forma de gerir um valioso património aberto à sociedade. A Igreja deve contemplar, no seu

programa de gestão, conceitos como o “lucro pedagógico” e o “lucro moral”, uma vez que “a integração do património religioso na esfera do turismo cultural é, presentemente, inquestionável, sendo admitida como um dos factores de gestão desse património” (Gouveia 2000, 217). São estes os princípios vitais para a valorização do património religioso, evitando a sua descontextualização.

## 1.2. O Turismo e a Gestão Eclesiástica e Patrimonial dos espaços afectos ao culto: a Sé de Braga.

No caso da Sé Primacial parece que a expansão turística não suscita por certo, em si mesma, objecções por parte da Igreja, até porque existem sectores eclesiais nacionais e internacionais que participam nesse processo, como é bom exemplo a Cooperativa de Turismo Religioso – Turel – de iniciativa da Igreja Bracarense. O Cabido Bracarense tem certamente a consciência que os fluxos turísticos, bem geridos podem apresentar possibilidades de enriquecimento da cultura e “mesmo da vivência religiosa”, dado o contacto com o ambiente religioso típico deste tipo de Imóvel.

O Turismo, na Sé, deve ser entendido como uma mais valia a capitalizar e como um fluxo que confere argumentos para que junto do Estado se reivindique mais investimentos na salvaguarda do património. Imóveis como a Sé de Braga, são bens que definem a História de um povo e a cultura de uma nação e que muitas vezes não tem a devida atenção do Estado. No âmbito da valorização do recurso monumental “Sé”, no contexto turístico local, o Cabido deve utilizar este “(...) valor patrimonial de tal modo que daí venha a resultar um relacionamento mais rico quer com os fiéis quer com a restante população” (Gouveia 2000, 250). Este mesmo autor conclui que “(...) isso só será conseguido na medida em que o seu valor como testemunho possa ser colocado ao serviço da evangelização ou tratado com um propósito de educação e lazer”. A este propósito D. Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga, afirma que a “Igreja acredita que a arte é um lugar teológico (...) é um meio que permite chegar até Deus”, palavras que se configuram com o papel “evangelizador” do património referido neste trabalho como uma aposta clara da Igreja para cativar a sociedade.

Por outro lado, importa que o Cabido conheça a dinâmica e o perfil do turismo urbano existente, na cidade de Braga, uma vez que é deste universo que se retira a caracterização dos visitantes que fruem a Sé. O conhecimento desta realidade é vital para a correcta adopção de

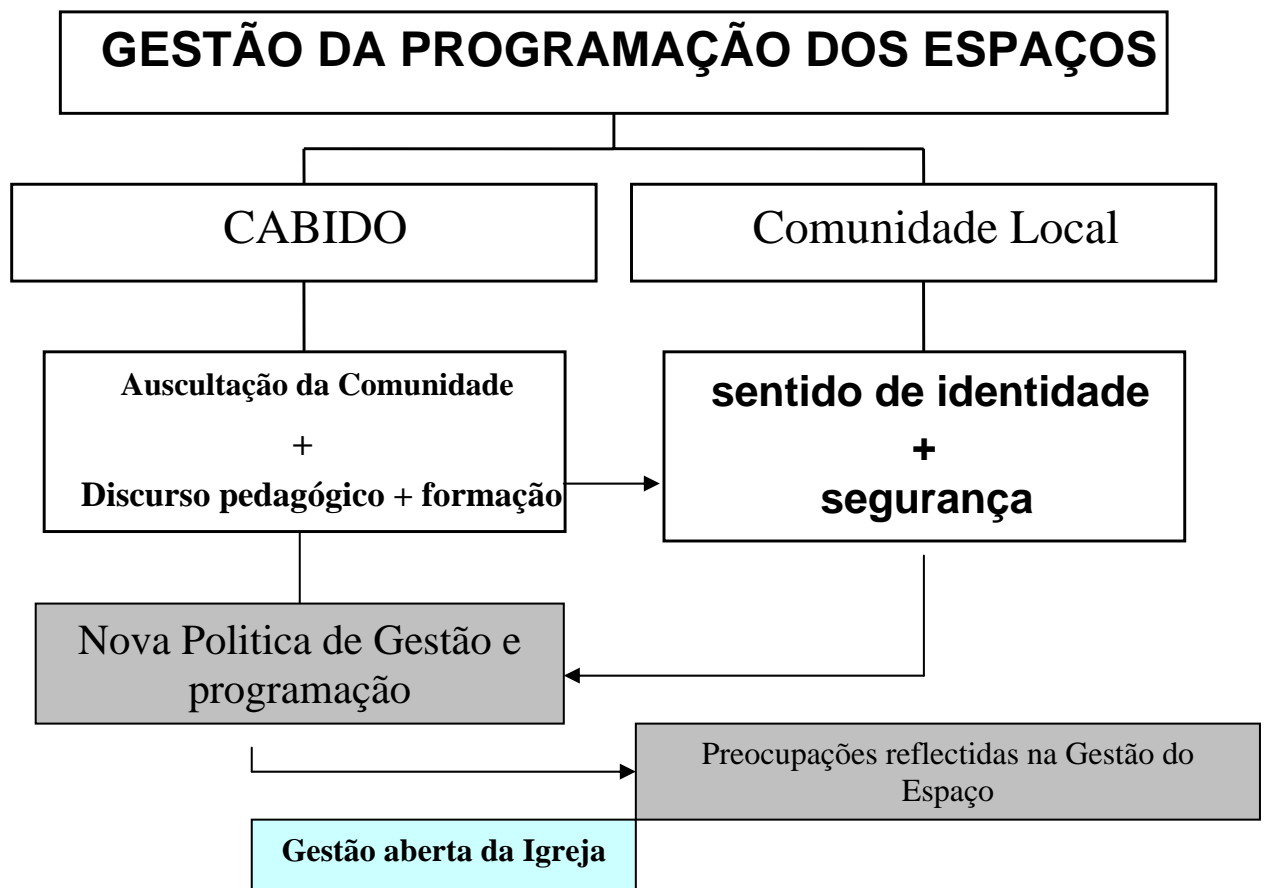
algumas das medidas atrás referenciadas. Para o efeito urge a concertação com as entidades regionais e locais que laboram no sector. Será no cruzamento deste conjunto de variáveis que o turismo pode ser assumido de forma sustentável na gestão da Sé.

### 1.3. A Importância da Comunidade Local na gestão da Sé de Braga.

A linha de pensamento seguida neste trabalho tem destacado a comunidade local como um elemento estratégico para a manutenção da “alma” da Sé Primacial de Braga, uma vez que o imóvel tem um significado que ultrapassa em muito a sua estrutura arquitectónica. Vimos já que existe uma noção de “pertença” muito vincada que une o monumento com a comunidade. Esta relação decorre fundamentalmente de factores emocionais e religiosos, pois a maioria das pessoas são ali baptizadas e crismadas, é aí que se fazem promessas, rezam e pedem a protecção divina. A Catedral é a primeira das Igrejas Paroquiais da cidade de Braga. Num contexto mais vasto a Sé eleva-se, acima da simbologia maternal que estabelece com a comunidade onde está inserida e que ajudou a modelar em termos religiosos, culturais e, naturalmente, sociais. A Sé é um monumento mensagem que representa páginas importantes da história de Portugal e da vivência religiosa da Península Ibérica, ao mesmo tempo que é um conjunto patrimonial de grande valor. Factores que lhe conferem outras dimensões para além da sua função original.

Estas especificidades são porventura as mais difíceis de integrar no quadro de um modelo de gestão dos espaços da Sé. Mais uma vez o Cabido assume aqui um papel vital na estratégia de comunicação que deve adoptar no relacionamento com a comunidade local. Esta questão é importante porque qualquer que seja a política a adoptar, ou modelo de gestão, só funcionará se existir o apoio da Comunidade, porque em grande parte esta é o “coração” da Sé.

Da parte da Comunidade espera-se um contributo positivo para a definição dos modelos de gestão e programação do espaço.



### **PARTICIPAÇÃO ACTIVA DA COMUNIDADE NA GESTÃO**

O esquema do quadro nº 12 apela para a sensibilização do Cabido, para além das normas já citadas neste trabalho para a conciliação das valências existentes neste tipo de espaços, para a correcta preservação e utilização dos monumentos e sítios de valor histórico e cultural.

São estes procedimentos de gestão que sugerimos ao Cabido Bracarense no sentido de abrir os horizontes da Comunidade às novas formas de interpretar os seus espaços. Para a concretização desta acção propomos que seja aplicado o ponto dois do princípio terceiro da Carta do ICOMOS sobre o Turismo Cultural.



## 2. Nota comparativa com os Modelos aplicados em Santiago de Compostela.

Os caminhos eclesiásticos de Braga e Compostela estão ligados, desde os primórdios da entrada do Cristianismo na Península, e não se pode interpretar a história da evolução de uma localidade sem ter presente os elementos que foram comuns às duas, assim como o contexto sócio-político que se viveu entre os séculos VII e XI. Por outro lado, temos que ter em conta o clima religioso do período da reconquista e o relevo que cada Prelado procurava para as suas Catedrais, nos inícios do XI, nomeadamente na captação de fluxos de peregrinos.

Estes fluxos dependiam, tal como vimos em capítulos anteriores, da existência de relíquias de Santos. De igual modo a grandiosidade das Catedrais dependia, em larga escala, do número e importância religiosas das relíquias existentes, o que influenciava o projecto de arquitectura (Caillet 1997, 170-181). Durante séculos desenvolveu-se uma luta para a restauração da Diocese de Braga, que se encontrava anexada às suas congéneres da Galiza, especialmente com Compostela que tudo fez para que esta situação se perpetuasse, pois eram conhecidos os receios dos Prelados Compostelanos. As dioceses da vizinha Galiza contavam nesta sua pretensão com o aval da Corôa, como vimos anteriormente. Contudo, com o Bispo D. Pedro, a restauração da Diocese efectivou-se, ao fim de 3 longos séculos de “vacância”. Este Bispo, para além de reorganizar a Diocese, avançou com um projecto de construção de um grande centro de peregrinações. Ficou-se pela intenção pois não teve o apoio da Corôa, em virtude de se ter imiscuído nas guerras de sucessão, que se verificavam na Península, o que associado à astúcia dos Prelados de Compostela, não permitiu o desenvolvimento do ambicionado centro de peregrinações. O seu sucessor, o Bispo S. Geraldo, conseguiu o apoio da Corôa. Todavia, isso não significou a consolidação do projecto de D. Pedro pois o Bispo de Compostela despojou Braga de relíquias e levou-as para a Galiza. Esta situação repete-se no tempo de D. Maurício Burdino com as relíquias trazidas do Médio-Oriente.

Podemos afirmar que entre o século IX e século XI, Compostela conseguiu “amordaçar” o projecto Bracarense de construir um centro de peregrinação. Desta forma, o século XII marca o início de uma época de esplendor para a Igreja Compostelana, pelo facto de se tornar Sede Metropolitana. É também no século XII que Compostela se torna “meta de um caminho de peregrinação” que se mantém até aos nossos dias.

Por sua vez Braga, apesar de ao longo da história se afirmar como um centro de grande religiosidade, nunca conseguiu atingir o patamar de Compostela ou gerenciar fluxos de

peregrinação dignos de registo. Os itinerários que estas peregrinações potenciaram foram uma alavanca para o desenvolvimento de muitas vilas, localidades e para a construção de inúmeras igrejas, conventos e mosteiros ligados a instituições religiosas. Braga foi, como outras cidade do Norte de Portugal, um ponto importante de passagem dos caminhos a Santiago, pelo menos até ao século XIV, altura em que se edifica a ponte sobre o rio Cávado, em Barcelos, o que leva o caminho por Braga, Vie Prado, a perder alguma preponderância.

Enquanto que Compostela conseguiu estatuto mundial, Braga ficou pela influência de nível nacional e, em algumas temáticas peninsular, ostentando todavia o título de ser umas das primeiras cidades do cristianismo europeu. A cidade de Compostela desenvolve-se inteiramente em volta da sua Catedral. Processo idêntico regista-se em Braga. Todavia os fluxos de peregrinação que, ao longo dos séculos, se verificaram fizeram crescer a Catedral de Compostela e o património a esta inerente, enquanto a Sé de Braga não conseguiu acompanhar a respectiva evolução da cidade, pois os homens da Igreja de Braga foram criando novas centralidades culturais, eclesiásticas e religiosas.

Com a revitalização dos Caminhos Medievais a Santiago, na segunda metade do século XX, e o desenvolvimento do turismo, Compostela torna-se, inquestionavelmente um dos maiores centros de peregrinação do Cristianismo. Em Portugal é mesmo considerada uma das mais importantes, segundo Mário Lages (2000, 420-421). Esta situação ganha novo impulso com a redescoberta do caminho português, nos inícios dos anos 80, o que significou a par do interesse patrimonial o redescobrir de uma tradição (Lages 2000, 420).

O conjunto destas circunstâncias elevou Compostela aos patamares mais altos do Turismo Religioso de massas, facto que se acentua nos anos Santos Compostelanos. Esta situação massificou por completo o espaço da Catedral e rompeu, quase por completo, a sua ligação à Comunidade local. Porém, diga-se que tal ligação nunca foi tão forte como a que se regista em Braga, pois a Catedral de Compostela, foi ao longo dos séculos, mais a “a Igreja paroquial da Europa” do que de uma comunidade em particular. Compostela torna-se um centro de peregrinações de excelência da Europa com a revitalização do Caminho Francês. Actualmente, é, um dos maiores centros de excursionismo religioso da Europa. A Catedral de Compostela tornou-se um núcleo que funde, turismo religioso e cultural com turismo de passagem e de massas. Estes gerenciaram o aparecimento de uma indústria turística forte caracterizada pelo comércio de “*recuerdos*” religiosos e por uma estrutura hoteleira que actualmente constitui uma das bases da economia de toda uma cidade.

No caso de Braga há também uma relativa preponderância da Igreja. Porém em termos turísticos, apesar do turismo religioso ser uma das traves mestras da actividade do sector não tem o mesmo peso que em Santiago. Por outro lado, a partir de 1904, a Sé e o Templo do Bom Jesus dividem a atractividade religiosa com o Santuário do Sameiro que, hoje em dia, é uma das referências religiosas do Norte de Portugal. Assim, em termos económicos, não é comparável a situação das duas cidades, pois, Braga sustenta-se noutros sectores que não o turismo cultural e religioso como acontece na urbe galega. A Catedral de Compostela adquiriu maior relevo na vida económica e desenvolvimento social e geográfico da cidade do que a Sé de Braga na cidade dos Arcebispos.

Em termos de património os processos de gestão e programação até finais dos anos 90 foram praticamente idênticos, ou seja, a actividade turística desenrolou nos espaços religiosos sem qualquer tipo de entraves. No caso de Santiago, apesar da estrutura da Catedral ter uma charola que faculta a movimentação dos visitantes, em algumas cerimónias, nomeadamente na missa do peregrino, quase não se distinguem os Crentes do intenso fluxo de visitantes. Esta situação é, também, visível junto ao Pórtico da Glória e Túmulo do Santo.

Todavia, a concentração excessiva de turistas levou o Cabido Compostelano em conjunto com a Xunta Galiza, ao abrigo do Artigo 5º da Lei 8/1995 do Património Cultural da Galiza, a definir um Plano Director da Catedral com o intuito de criar áreas de “protecção religiosa”, organizar a fruição turística e contemplar a função catequética da Catedral, pois os fluxos turísticos dominavam, por completo, a generalidade dos espaços (Castro Allegue 2002, 45-46).

Este será o primeiro grande passo para inverter o excessivo uso turístico a que a Catedral estava sujeita. De facto de 1993 até 2001, algumas áreas, nomeadamente o Pórtico da Glória, estavam sujeitos a tal pressão de visitantes isolados, ou em grupos orientados por guias turísticos, que a entrada na Catedral se tornava difícil. Estes factores provocavam uma panóplia de situações que transformaram a Catedral de Compostela num produto da máquina turística, tal era a densidade de guias, operadores e excursionistas que convergiam para o mesmo espaço, sem terem em conta a capacidade de carga e as particularidades religiosas do monumento. A ânsia de “estar”, “sentir”, “tocar” e “viver” os espaços âncora da Catedral, de acordo com diversas motivações, desencadeou uma verdadeira desordem na Catedral. Aliás este excesso de carga alargou-se à generalidade dos locais em volta da catedral.

A programação do ano Jacobeu de 2004, por parte do Cabido Compostelano, teve em conta os erros do passado e permitiu uma nova atitude, como nos afirma D. Rafael, “quieren

que el premier jubileo del milenio sea el del início de un cambio en la percepcion que los visitantes tienen de la Basílica Y del Portico, reconocido universalmente como una de las obras cumbre del románico”. O Cabido Compostelano reconheceu culpas neste caos pois permitiu a colocação de postos de vendas de “merchandising” na Catedral em dois pontos estratégicos: na entrada principal e, no interior junto à Porta Santa, na saída da asa direita do transepto para o exterior. Estas duas lojas acentuam ainda mais as situações de “concentração” de visitantes. Aliás em Compostela não é muito fácil distinguir peregrinos de visitantes ou fiéis de curiosos, em virtude do “puzzle” de nacionalidades e motivações. Contudo, o Cabido, no contexto do Plano Director da Catedral avançou com uma série de medidas de gestão que visam organizar o usufruto da Catedral, das quais destacamos<sup>104</sup> pela sua importância as seguintes:

- a) Proibição de movimentos turísticos organizados durante as cerimónias religiosas (as cerimónias litúrgicas realizam-se normalmente às 9.30; 10.00; 12.00, missa do peregrino, e 19.30);
- b) Fecho dos locais chave da Catedral, durante as cerimónias religiosas, nomeadamente a Porta do Obradoiro, Azabacheria e as escadas para “abraçar” o Apóstolo Tiago;
- c) A realização de cerimónias a partir do Altar-Mor inibe por completo a visita turística à catedral;
- d) Fruição turística livre das 10.00 às 12.00 e das 13.30 às 18.00, no devido respeito pelas características do imóvel;

Para além destas destacam-se ainda as seguintes medidas:

- a) Definição de circuitos de visita devidamente delimitados de forma a organizar, especialmente, a visita ao túmulo do Apóstolo, evitando-se assim concentrações excessivas; este circuito é acompanhado por sinalética vertical de permissão ou não de acesso ao túmulo; esse facto evita a concentração acima de um número determinado de pessoas;
- b) Colocação de painéis, com a planta da Catedral, com indicações para a melhor interpretação de cada um dos espaços, assim como da Catedral em geral e das diversas vivências da mesma. Deste modo é possível definir circuitos de interpretação e linhas de leitura do monumento para os visitantes. Estes suportes são acompanhados por aparelhos com sistemas auriculares onde o visitante pode aprofundar os seus conhecimentos sobre cada uma das capelas da catedral. Os

---

<sup>104</sup> Medidas em vigor registadas aquando dos trabalhos de observação efectuados em Outubro de 2003;

auriculares, activados através da colocação de moedas de euro, são discretos e eficientes, facilitando a leitura do Monumento.

- c) Na entrada principal existe um “guarda” da Catedral para dar indicações, o que facilita a fruição. O guarda encontra-se, normalmente, no início do deambulatório, na nave direita da Catedral, por onde se sugere implicitamente o percurso de visita;
- d) O Museu da Catedral encontra-se devidamente sinalizado, na nave lateral direita, e o seu circuito não interfere minimamente no percurso de visita à basílica ou no programa religioso e iconográfico do monumento;

O conjunto destas medidas, estabelecidas no Plano Director da Catedral, visou pôr fim ao desmesurado fluxo turístico existente que estava a retirar às cerimónias ali efectuadas a “alma” de muitos séculos. Exemplo desta situação é a cerimónia do botafumeiro que é mais apreciada, actualmente, pela movimentação do fumeiro, ao longo do cruzeiro do transepto, do que pela simbologia da purificação do peregrino.

O Plano Director implementado na Catedral pressupõe também medidas enérgicas que inibem os “hábitos” de visita, nomeadamente nas áreas de maior concentração como o Pórtico da Glória e Túmulo da Igreja. Segundo D. Rafael “ la intención final es acabar tanto con la costumbre de posar la mano sobre el parteluz como con la del santo de los Croques impidiendo tocar la columna central del Pórtico de la Glória, que en los últimos años ha sufrido un apreciable deterioro”. Um outro porta-voz do Cabido Compostelano, afirma que “Las colas hacen que se pierda la perspectiva sobre el conjunto del monumento, lo importante pasa a ser tocar, no contemplar, hay muchos que no llegan a levantar a vista de la cola”.

Conclui-se que quase se perdeu todo um contexto histórico, cultural e de tradição religiosa. A esta realidade não será alheia a atitude dos visitantes que não respeitam o património, e assumem atitudes menos próprias, tais como:

- a. Sentam-se na base das colunas;
- b. Sobem à base das colunas para fazer fotos;
- c. Colocam lixo nas bocas das figuras antropomórficas existentes junto ao pórtico assim como no sistema de ventilação medieval;
- d. Fazem grafites nas bases das colunas;
- e. Os guias turísticos promovem concentrações exageradas de visitantes nas zonas menos aconselhadas.

As medidas do Plano Director têm sido muito criticadas pelo poderoso *lobbie* turístico, existente em Compostela, que segundo D. Rafael Baltar “temem que las medidas de proteccion a tomar reprecutan negativamente en la afluencia de visitantes”. O mesmo responsável afirma, em resposta a esta preocupações dos agentes turísticos, que “en los últimos años el Pórtico de la Gloria ha envejecido siglos”. Justifica-se, pois, a adopção de um modelo de ordenamento do espaço que vise, antes de mais, a protecção do património e da estrutura física do imóvel e a recuperação do seu espírito. Questiona-se, pois, os princípios do turismo de massas, que durante mais de duas décadas reinou, impunemente, e provocou mais efeitos negativos que os milhões de peregrinos que, ao longo de centenas de anos, passaram por este local.

Salientamos o esforço conjunto da Xunta Galicia e do Cabido Compostelano, na resolução dos problemas existentes, na perspectiva de que a salvaguarda deste imóvel é necessária como recurso patrimonial de grande de atratividade e pelo que representa para a identidade cristã da Europa. Esta preocupação pretende recuperar o espaço, nas suas valências originais, para que este mantenha o estatuto de monumento mensagem.

Por último, ao nível da gestão da Sé de Compostela, de referenciar a exploração exaustiva do Merchandising e do “poder da imagem” deste local, gerador de milhões de Euros de receitas anuais (Fig. 26 e 27). Este fluxo económico funciona como alavanca da economia da cidade. Mais uma vez, esta política surge de uma concertação entre a Xunta Galicia e o Cabido.

Ao longo da História, a Diocese de Braga “perdeu” para Compostela na disputa de relíquias de vultos religiosos, factor estratégico, na altura, para o desenvolvimento das cidades. Contudo, volvidos mais de nove séculos, a Igreja de Braga, talvez pela primeira vez, está em condições de retirar ensinamentos dos erros de Compostela ao nível patrimonial e de gestão do espaço religioso, para que os problemas hoje evidentes na Catedral galega não se venham a verificar na Sé de Braga.

A análise dos “erros” de Compostela é vital, na medida que na Sé ainda existe a ligação à comunidade local e ao Cristianismo popular. O Sé é, por direito próprio, um Monumento Mensagem onde existem elementos de autenticidade muito fortes que é necessário conservar. Para a alcançar estes objectivos é fundamental intervir na gestão do espaço e criar elementos que balizem e facultem o usufruto do templo. Importa definir um esquema de regulação da actividade turística, delimitar e definir espaços, bem como, também, “timings” distintos para Turismo e Culto. Estas medidas deveriam, aliás, passar pela definição de um Plano Director da Catedral de forma a organizar as actividades no espaço.

O Cabido Bracarense, por outro lado, não possui as linhas de concertação com o Estado que o Cabido Compostelano tem com a Xunta da Galicia que lhe permitam ter uma acção tão enérgica como a que se está a verificar neste momento naquela cidade. O relacionamento Estado/Igreja, em Portugal, é demasiado formal, lento e casuístico. Por isso, a política para a Indústria do património é, actualmente, muito incipiente. A prová-lo a lentidão nos projectos de restauro, salvaguarda e valorização na Sé que se mantém há décadas, e que conferem ao monumento um aspecto “inacabado”. Perante este cenário o Cabido deve avançar com políticas que evitem a massificação do turismo na Sé de Braga aplicando, nomeadamente, algumas das medidas previstas no Plano Director Compostelano, no respeito pelas normas eclesíásticas e pela Carta do ICOMOS, referidas em pontos anteriores. Deve abrir os horizontes para a força do “ícone” “Sé de Braga” e explorar o imenso potencial que o merchandising pode trazer para o Cabido e para a cidade. Esta política comunicacional teria uma margem de sucesso interessante pois, a Sé de Braga, é um monumento de tradição, de identidade religiosa, local e nacional, e como tal tem um potencial enorme. Porém a manutenção dos seus atributos de diferenciação são fundamentais para a prossecução desta política. O modelo a aplicar tem que se basear na autenticidade do lugar e das relações que o mesmo tem com o meio envolvente, no pleno respeito pelas especificidade de cada um dos espaços e na definição de um política sustentável de coexistência Turismo/Culto, em perfeito respeito pela a capacidade de carga da estrutura patrimonial, emocional, religiosa e turística do monumento. Só desta forma será possível evitar efeitos idênticos aos verificados em Compostela e manter a Sé como um monumento de referência, um monumento mensagem.

## **Capítulo II – Valorização das condições de visita e leitura patrimonial e religiosa da Sé de Braga.**

1. Reflexões para a criação de condições de leitura do património eclesiástico e monumental.

A aposta no desenvolvimento de produtos turísticos culturais, onde se insere a Sé de Braga, deve ultrapassar as visões de curto prazo circunstanciais, e ter presente as vantagens genéricas que o País poderá colher, no presente e no futuro. O património cultural constitui um poderoso recurso, em termos de capacidade atractiva, bem corporizado no extraordinário interesse suscitado, nas últimas décadas, pelos monumentos-mensagem, como a Sé. Este interesse acarreta uma incontornável dialéctica entre os benefícios, directos e indirectos, para as comunidades locais e os efeitos da forte presença humana sobre os monumentos, em regra, espaços com características únicas, com equilíbrios frágeis. A análise desta dualidade, tal como já sublinhamos, deve constituir a base para a gestão da Sé, numa perspectiva sustentada, com as consequentes regras para solucionar os conflitos que se geram entre os vectores turístico, religioso e à própria conservação dos imóveis.

A “descoberta” da Sé deve ser orientada para obter benefícios e para favorecer a protecção do imóvel. No entanto, este processo tem que ser efectuado em estreita ligação com as expectativas das comunidades locais, conforme também já referimos neste trabalho.

A criação de condições de usufruto do património da Sé Primacial, para os mais de 100 mil visitantes que anualmente a visitam, deve ter em conta que esta encerra dois tipos de património: o tangível e o intangível. Urge, em primeiro lugar, que o Cabido, assim como o Estado, procedam ao inventário desse património, estabelecendo a relação completa dos elementos existentes na Sé que se cabimentam em cada uma das tipologias. Este passo é fundamental para a definição de cenários de usufruto, que respeitem as indicações da UNESCO sobre esta temática.

No que concerne à herança intangível que é a “alma” recomenda-se mais uma vez que sejam adoptadas as indicações da UNESCO, sobre o tema. Assim a gestão do património físico, deve obedecer a princípios gerais da política patrimonial, mas deve, primeiramente, ter em conta as especificidades dos valores intangíveis. Por outro lado, as estratégias devem ter em conta as particularidades de cada espaço em termos de herança intangível.



Alarga-se deste modo o nível de responsabilização dos que definem a política para o património tangível e intangível da Sé Primacial, ou seja não é só o monumento que interessa mas também a sua envolvente, a qual indubitavelmente é geradora de “apreciações” e “juízos” pela comunidade local e pelos visitantes. Ora isto implica que o Cabido e o IPPAR se preocupem com o espaço em volta da Sé, mesmo para além da zona especial de Protecção do Monumento, em parceria com a Câmara Municipal (entidade gestora do Plano Director Municipal), bem como com outras entidades responsáveis pela tutela dos espaços da envolvente, nomeadamente os proprietários dos imóveis circundantes.

A abertura da Sé à envolvente é condição *sine qua none* para a valorização do seu espaço. Desta forma estabelecem-se novas e amplas linhas de leitura e melhores condições de acesso do público ao monumento. Aliás a aplicação desta vertente na gestão da Sé vai de encontro ao plasmado no ponto 4º do 2º princípio da Carta de Turismo Cultural do ICOMOS.

Por último no processo de criação de condições sublinhamos o princípio terceiro da Carta do Turismo Cultural, que apela para a liberdade da visita dos visitantes e para a criação de condições de fruição e interpretação que reduzam os impactes na integridade física e, especialmente, emocional da Sé. Esta norma acentua a necessidade dos responsáveis directos, subentenda-se, o Cabido, encetar medidas que influenciem o comportamento dos restantes agentes e intervenientes no processo de fruição, valorização e conservação.

A Igreja deve potenciar a aplicação das constantes no ponto 3 do princípio 3º da Carta do Turismo Cultural, ou seja que “Os visitantes devem ser encorajados a terem uma atitude respeitadora dos valores e estilos de vida da comunidade (...) comportando-se de maneira a incentivar um bom acolhimento para os visitantes futuros”. Para o efeito neste trabalho propomos um conjunto de normas indicativas, para serem colocadas na entrada do monumento, de forma a regulamentar a fruição (Vide Anexo I).

A Igreja deve respeitar a Carta do ICOMOS, as normas internas emanadas da própria Instituição, articulando-as com os princípios de fruição atrás referenciados. No caso da Sé, no quadro obras de restauro, ainda em curso, urge aplicar as recomendações do programa de adaptação das Igrejas segundo Reforma Litúrgica que, apesar de condicionar a arquitectura e, essencialmente, o programa litúrgico, abre excelentes perspectivas de conciliação com a vertente turística em espaços religiosos. Este documento sublinha “a necessidade de se passar gradualmente das soluções provisórias às definitivas, e de se proceder com prudência na adaptação litúrgica, para evitar danos ao património histórico e artístico”(C.E.L.P 1996, 8). A organização do espaço após a conclusão das obras terá, espera-se, outras linhas de interpretação

que agora não existem. Efectivamente, deparamo-nos com altares em restauro ou com amontoados de peças arqueológicas distribuídas sem qualquer contexto.

A Adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica “pretende clarificar quais os problemas substanciais a enfrentar, e como proceder para que as igrejas catedrais, paroquiais, monásticas, conventuais, os santuários e igrejas de outros tipos se ponham em condições de corresponder às complexas exigências que o Concílio exprimiu com a reforma litúrgica. É já tempo de dar a essas exigências respostas amadurecidas pela reflexão” (C.E.L.P 1996, 9). Neste enquadramento pode ler-se, indubitavelmente, a necessidade de adaptar as igrejas à fruição por parte de visitantes, até porque na continuidade da preocupação anterior pode ler-se que uma das dificuldades da Igreja decorre da “sensibilidade histórica e a peculiar cultura da conservação e do projecto, que caracteriza a nossa sociedade, e que se deve ter presente em toda a iniciativa que suponha adequações litúrgicas”. Desta forma, a Igreja tem que se adaptar à sua própria Reforma Litúrgica, que para muitos historiadores é uma das mais arrojadas de sempre, pois abre novos cenários de conciliação dos diversos interesses que convergem para estes espaços, nomeadamente, os litúrgicos, culturais, normativos, turísticos e técnicos, elementos na maioria dos casos de difícil conciliação.

O documento da Reforma Litúrgica destaca o fluxo de interesses que converge para os espaços religiosos afirmando que “de facto, algumas intervenções recentes no campo da adaptação suscitaram tomadas de posição, polémicas e contrastantes, quer pela sua evidência e originalidade, quer porque foram levadas a efeito no coração dos edifícios que frequentemente constituem parte fundamental do património monumental do nosso país e interessam, por motivos vários, a indivíduos, grupos e instituições. A adaptação litúrgica das igrejas vive e opéra no interior da sociedade actual, em contacto directo, em diálogo e em confronto com sensibilidades e culturas diversificadas” (C.E.L.P 1996, 10). Este princípio, embora, fundamental não se tem reflectido na gestão da Sé de forma evidente, pois nem sempre os novos valores emergentes na sociedade são devidamente interpretados por quem gere este espaço.

Sem pôr em causa a herança material e intangível do monumento, factor chave da vivência do mesmo, eventuais acções de adaptação, quer para fins litúrgicos, quer para fins de fruição não devem emanar de actos esporádicos de gestão ou de projectos isolados, mas sim de uma política concreta e continuada. Da mesma forma que a mudança do “programa” iconográfico devocional e decorativo, não pode ser mudado de forma avulsa, pois interfere com os elementos liturgico-sacramentais e, inerentemente, com todos os equilíbrios emocionais existentes no monumento (C.E.L.P 1996).

Por exemplo a disposição das imagens não deve desviar da celebração os fiéis evitando, segundo a Nota Pastoral para a Reforma Litúrgica o excessivo número de imagens e a repetição das mesmas (C.E.L.P 1996, 42). Este aspecto merece reflexão, pois existe um excesso de imagens na capela da Piedade e, até mesmo no Claustro, o que associado à capela das Relíquias exponencia os elementos de culto, provocando situações de concentração de fiéis e visitantes. Esta circunstância é, ainda, agravada pelo facto de não existir um santo específico adorado na Sé. Apesar de o Cabido preconizar que o programa iconográfico e devocional é perceptível pela maioria dos Crentes, na realidade verificam-se muitos “hiatos” pois há altares e imagens que não são totalmente entendidos pelos fiéis, como por exemplo o Altar dos Santos Pretos, na capela da Piedade. Por outro lado, o facto de existirem imagens protegidas com “gradeamento” ou em “vitrinas” suscita uma certa confusão nos Crentes. Também, a capela de Maria Estrela Divina descontextualiza o discurso devocional.

Ao nível dos visitantes, apesar da mensagem evangelizadora do património facultar algumas linhas de entendimento, a expectativa de encontrar ligações à História Eclesiástica e aos primórdios do Reino de Portugal não se concretiza. A junção de elementos arquitectónicos com estatutária no claustro interior confunde por completo as linhas de leitura, facto que se agudiza no claustro exterior com o amontoado de peças arqueológicas e as capelas fechadas (Fig. 34).

Para além das reflexões anteriores que passam pela adopção de medidas preconizadas na Reforma Litúrgica e da respectiva Adaptação das Igrejas, bem como da Carta de Turismo Cultural do ICOMOS, destacamos também algumas recomendações do Sexto Congresso Mundial sobre a Pastoral de Turismo, realizado em Bangucoque, na Tailândia, de 5 a 8 de Julho de 2004, subordinada ao tema o “Turismo ao serviço do encontro dos povos”.

Para o contexto da Sé Primacial de Braga, interessam como princípios estratégicos a ponderação do turismo como um sector de grande importância, que deve ser interpretado e gerido à luz do movimento de pessoas e receitas que representa em todo o mundo. Este congresso revoluciona alguns conceitos, na perspectiva da Igreja, nomeadamente o de Herança Cultural, entendida “(...) como um mercado com um claro alcance de produtos competitivos” que deve ser planeado, sustentado e adaptado às realidades locais.

Paralelamente, pode ler-se, nas conclusões do referido Congresso, que devem existir suportes comunicacionais nas Dioceses e Paróquias onde existam santuários e lugares sagrados facultando informações sobre: a identidade religiosa da população local; o significado dos monumentos cristãos; o valor histórico e arquitectónico do seu património; programas ecuménicos e iniciativas relativas às cerimónias litúrgicas católicas. Pretende-se facilitar a

participação dos turistas, especialmente, em termos de línguas e símbolos, preparando as comunidades para os acolher, de modo a potenciar, o enriquecimento mútuo. Para além destas recomendações o documento propõe que os agentes da Pastoral, no campo do turismo, subentenda-se a Igreja, não aguardem que sejam os turistas a aproximarem-se, mas que sejam eles a ir ao seu encontro ”.

Para concretizar tal política de comunicação deve-se ter em mente que “Quem se apresenta à porta das igrejas deve sentir-se hóspede bem-vindo e esperado. Por isso, já a partir do adro e da praça, é necessário tornar as igrejas acessíveis a todos, acolhedoras, claras e ordenadas, dotadas de tudo quanto torna agradável a permanência, tal como sucede em nossas casas” (C.E.L.P 1996, 40). Por isso, a necessidade de cuidar os espaços envolventes é uma atitude estratégica. Em termos de suportes comunicacionais, dentro de uma política sustentada e equilibrada para estrutura do monumento e do espaço sagrado, sugerimos “(...) no que diz respeito às afixações, à colocação de padrões ou de dísticos mesmo de tipo religioso, sejam usadas com a máxima descrição os adros, as fachadas, os átrios e as portas da igrejas” (C.E.L.P 1996, 40). Esta filosofia deve ser adoptada no interior da Igreja, Claustro e Capelas circundantes, como factores elementares para o entendimento do imóvel (Fig. 21 e 22).

Por outro lado, o Cabido deve retirar proveitos e indicações dos estudos de procura efectuados pela Cooperativa de Turismo Religioso – Turel, ao nível do turismo religioso, e encetar um trabalho idêntico ao efectuado pela Agência de Desenvolvimento Ecuménico de Lourdes, em França, com o intuito de traçar o perfil do “peregrino europeu”.

O conjunto das reflexões, aqui registadas, alertam para “as potencialidades turísticas” que os monumentos – mensagem encerram e para a necessidade de reflectir, estudar e regulamentar o regime interno ponderando as diversas expectativas que suscitam. No caso, da Sé de Braga, esta situação parece-nos importante, pois segundo o representante do Cabido, o Deão Pio Gonçalo Alves, as relações com o IPPAR são cordiais. Desta forma seria viável uma linha de entendimento que permita o uso de parte verbas decorrentes do turismo para a conservação do imóvel.

## 2. Reflexões sobre os Percursos de visita.

Este trabalho visa apresentar reflexões para a valorização da herança patrimonial e religiosa da Sé de Braga, de acordo com a nova ordem introduzida pela sociedade do Lazer, analisamos de forma exaustiva o problema da conciliação das valências património, religião e turismo que, apesar de difícil, é possível. Para tal é necessário interpretar devidamente o quadro que regulamenta o Turismo Cultural, o Património e as Normas da Igreja, que na sua génese tem os mesmos os objectivos: a fruição sustentada dos espaços religiosos, sem por em causa o monumento autêntico. Porém, não é fácil idealizar formas, propostas e acções concretas.

Torna-se, pois indispensável analisar cada um dos sectores da Sé Primacial de Braga, aplicando o princípio da subsidiariedade, ou seja pensar globalmente e agir especificamente, tendo em conta o espírito de cada lugar. Tal como vimos existem na Sé locais onde se registam cumulativamente práticas religiosas e turísticas, nomeadamente:

- Na Igreja da Catedral, nomeadamente nas áreas afectas ao transepto;
- Capela das Relíquias;
- Claustro;
- Capela da Piedade ou do Santíssimo Sacramento;
- Museu do Tesouro;

Estas são as áreas mais “congestionadas” e que se inserem nos roteiros dos Crentes e dos Turistas. Ao mesmo tempo, alguns deles fazem parte do roteiro do próprio Museu da Sé. Este problema poderá ser atenuado ou resolvido, no final das obras em curso e com o novo museu, redimensionando o percurso e locais de visita. Tendo em conta, o estado final das obras na Sé, os princípios de actuação e as reflexões anteriores, bem como as especificidades do monumento, apontamos as seguintes recomendações:

Em primeiro lugar aumentar a visibilidade da evolução histórica do edifício incluindo o resultado das escavações realizadas, desde os finais da década de 1980. Propomos que os vestígios destes trabalhos arqueológicos sejam sinalizados com suportes que permitam a sua leitura. Esta proposta, embora, não permita uma visibilidade total dos vestígios, confere ao monumento uma linha de entendimento desde os tempos anteriores à própria Sé (Fig. 21 e 22).

Aliás, a situação actual dos vestígios arqueológicos não obedece ao preceituado na alínea 2 do artigo 9º da Carta de Recomendações de Malta, assinada em Janeiro de 1992, que

afirma que se deve promover o acesso do público a testemunhos importantes do seu património arqueológico e encorajar a exposição pública dos objectos seleccionados.

Na sequência dos parágrafos anteriores propõe-se a elaboração do Plano Director da Sé Primacial, incluindo aqueles vestígios e os demais elementos de leitura existentes no monumento que testemunham a sua História. Plano onde se indiquem, os pontos de maior interesse do monumento, e se definam as diversas possibilidades de interpretação (Fig. 22), tendo em conta as linhas de leitura possíveis, as quais na nossa opinião deviam ter em conta as seguintes temáticas<sup>105</sup>:

- a) *“Mais velho que a Sé de Braga” e Projecto Inicial da Sé* (Fig. 11);  
(Vestígios do Transepto, Porta do Sol, claustro de Stº Amaro, Capela de S. Geraldo)
- b) *Fundação e consolidação do Reino de Portugal* (Fig. 12);  
(Túmulo do Infante Afonso, Capela dos Fundadores, Capela de S. Geraldo, Museu do Tesouro da Sé, onde se encontram alguns objectos relacionados com o tema)
- c) *História Eclesiástica / Homens Célebres da Cadeira Primacial da Sé* (Fig. 13);  
(Capela de S. Pedro de Rates; Altar de S. Martinho de Dume; Capela Mor; Capela dos Fundadores; Capela das Relíquias, Capela da Piedade, Capela de S. Geraldo, Capela da Glória, Cadeiral do Orgão da Sé e Museu - Tesouro da Sé.)
- d) *História Religiosa* (Fig. 14)  
(Museu do Tesouro da Sé e Capela da Relíquias)

Em nosso entender estas temáticas são fundamentais para conferir visibilidade à longa história da Sé Primacial de Braga e deverão ser previstas nas acções de reordenamento dos circuitos de visita.

Estas novas linhas de leitura, para além de facilitarem o reordenamento do espaço e ampliarem a visibilidade, potenciam uma acção pedagógica fundamental para o entendimento das relações da Igreja com o Corôa, revelando por outro lado o contributo dos Bispos, outrora “senhores de Braga”, na evolução história, política, económica e cultural da urbe. Qualquer mudança que o Cabido adopte ao nível da reorganização e gestão do regime interno da Sé, deve recolher o máximo de elementos que melhor a caracterizam, especialmente “(...) o contexto - histórico originário em que ela surgiu, a sua estrutura geométrico-espacial fundamental, o valor

---

<sup>105</sup> Recordamos que existe um excelente Guia da Sé de Braga, editado pelo IPPAR, todavia o mesmo apresenta a Sé como um todo quando na realidade existem locais fruíveis apenas no contexto de visita ao Museu. Por outro lado, apresenta o imóvel por períodos cronológicos, o que nos parece bastante interessante. Contudo propomos dar visibilidade ao imóvel utilizando os aspectos vivênciais e históricos mais marcantes do espaço.

cultural (arquitectónico, artístico, memorial) do lugar, no seu conjunto e em cada uma das suas partes”(C.E.L.P 1996, 48 )

Os percursos temáticos devem valorizar a “alma” a história do monumento e tudo aquilo que este representa para a cultura local ou nacional, não se limitando apenas a sinalizar cronologias abstractas, sob pena de estarmos a assinalar, somente, a trajetória temporal e a esquecer o contexto que assistiu a cada uma dessas épocas. A este propósito o ICOMOS recomenda que “Os programas de interpretação devem ter em consideração estes diferentes níveis de significação e apresentá-los de forma clara e acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes, utilizando os meios pedagógicos mais estimulantes, incluindo audiovisuais e tecnológicos bem como explicações personalizadas dos aspectos históricos, ambientais e culturais<sup>106</sup>”

Importa, por outro lado, que existam na Sé elementos alusivos aos homens que geriram os destinos da Diocese para que os visitantes possam ligar essas referências com a Toponímia e as acções destes no urbanismo da cidade de Braga. Desta forma, criam-se na Sé, linhas de leitura e interpretação não só do seu espaço físico, mas também da globalidade da cidade. Aliás, propomos que se façam roteiros urbanos, com início da Sé, onde se percorram os principais lugares onde se percepcione a acção dos Prelados, com especial relevo para D. Diogo de Sousa e D. Rodrigo de Moura Teles que muito contribuíram para o urbanismo local.

Em segundo lugar disponibilizar para fruição a área do Órgão e do Cadeiral, desajudicando-os do Museu da Sé, pois estes não se enquadram no discurso expositivo. De equacionar, também, a abertura do terraço sobranceiro ao claustro aos visitantes, assim como a zona das torres que, segundo o Deão “tem espaços fantásticos para conhecer”. Este sector da Catedral é magnífico e não se percebe o motivo pelo qual está fechado ao público. Em conjunto estes espaços abririam uma nova frente de visita, sem por em causa a vertente religiosa. No caso do terraço sobranceiro ao claustro (Fig. 33), potenciará uma percepção mais consentânea com o valor patrimonial do monumento enquanto repositório de estilos artísticos. Porém, esta proposta só terá a devida aplicação depois de concluídas as obras na área de passagem para o Cadeiral e Órgão.

Por outro lado, o Museu de Baixo e o Museu de Cima, deveriam ser apoiados por uma estrutura de recepção e apoio bem mais capaz que a actual, quer em termos de atendimento, quer de suportes informativos. Esta proposta, porém, deixará de ter sentido com a abertura do

---

<sup>106</sup> As placas de sinalização histórico-monumental, em acrílico ou cobre metalizado, com lettering a vinil poderão ser uma boa forma de cumprir a indicação do ICOMOS.

novo museu que suscitará novas realidades de fruição, nomeadamente, com a Loja do Tesouro e outras valências que uma estrutura museológica moderna exige. Será, certamente, uma evolução radical do modelo que se cristalizou no actual Museu que, apesar de tudo, recebe, em média, 30 a 40 mil pessoas por ano.

Parece-nos que será indispensável pensar a nova estrutura museológica tendo em conta, por um lado o fantástico espólio museológico existente, que nos parece suficiente para “traçar” um discurso de temática eclesiástica e religiosa, e por outro libertando os espaços e capelas. Caso contrário a Catedral vai parecer sempre um espaço “retalhado”. Tal como já afirmamos, em pontos anteriores, não pode o Museu condicionar o espaço da Sé. Embora reconheçamos a sua importância, o Museu deve viver de “per si” com base na riqueza do seu espólio sem condicionar a mensagem do monumento-igreja. Aliás, em termos de discurso museológico, será difícil encontrar uma normativa adequada se continuar a incluir a capela dos Fundadores, da Glória, de S. Geraldo e o Cadeiral. Por outro lado, a vivência destes espaços é demasiado importante para ser fechada, no trajecto de um Museu, pois, como vimos, constituem unidades próprias da Sé que precisam de “liberdade” para transmitir o seu legado.

Em terceiro lugar e na sequência do último parágrafo, a Capela dos Reis, onde jaz D. Lourenço Vicente e os reis da Corôa portuguesa, com as devidas precauções, deveria também ser inserida no roteiro de visita à Sé, pois é um “espaço” capital no entendimento da relação da Sé com Portugal. A leitura autónoma deste espaço é crucial, não só, para o melhor entendimento do imóvel em si, mas também porque em nada se enquadra no circuito de visita do museu da Sé.

A capela de S. Geraldo, continuador da obra de D. Pedro, devia ser incluída no roteiro de visita da Sé e não do Museu, promovendo maior visibilidade do Prelado em questão. Paralelamente conferia-se ao espaço mais relevo patrimonial, sublinhando a obra de talha e azulejaria ali existente, elementos do que Alois Riegl (1984, 94) define por “Les valeurs d’Art”. O mesmo se aplica à capela da Glória, porém, neste último caso, admitimos que a fruição religiosa e cultural só será possível depois das obras de restauro, pois o seu estado é grave.

Estas duas capelas, para os que não vão visitar o Museu, ou seja, mais de metade dos que entram no espaço da Sé, passam despercebidas pois parecem estar fechadas e, por isso, inibidas ao culto e à fruição. A sua inclusão na rota de visita permitiria que este espaço tivesse duas entradas nobres, a da Catedral e a porta Norte. A junção deste factor com a abertura da Porta do lado esquerdo do transepto para o Claustro de Santo Amaro redimensionaria a abordagem, ao espaço da Sé, por parte dos visitantes (Fig. 16).



Da consulta efectuada a inúmeras pessoas que visitaram o Museu da Sé, a grande maioria foi unânime em valorizar as colecções existentes. Porém categóricos ao afirmar que a actual estrutura do Museu abrange espaços a mais o que:

- Vicia a leitura do edifício;
- Fragmenta a história e reduz a percepção do valor histórico do monumento;
- Retira visibilidade a locais chave do imóvel;
- Suscita equívocos históricos sobre a História eclesiástica;
- Altera o roteiro de visita mais lógico do imóvel;
- Desvirtua a narrativa histórica do Templo.

Esta situação será, por certo, revista com o novo Museu do Cabido, assim como com o final das obras de valorização.

Em quarto lugar, a colocação de muitas estátuas e esculturas no claustro provoca uma certa confusão no visitante e, proporciona situações de culto que em nada favorecem a ordenamento desta área. Neste ponto urge também rever a circulação nas capelas das Relíquias e da Piedade, de forma a evitar o que, segundo a Reforma, “sucede em muitas capelas devocionais onde se acotovelam imagens de tipo diverso mas sem coerência artística e dimensional” (1996, 43).

Aliás, lamentamos que a capela das Relíquias não tenha mais visibilidade. Todavia, não se descortina outro local onde possa ser acentuada a leitura do espólio religioso que foi sendo reunido, ao longo de centenas de anos e que é um dos sinais mais expressivos do valor histórico deste monumento (Riegl 1984). A capela da Piedade, com a excepção das cerimónias fúnebres referenciadas, enquadra-se bem no contexto de visita à Sé e, sobressai, naturalmente, por ali se encontrarem sepultados D. Diogo de Sousa e D.Frei Caetano Brandão.

O eventual “descongestionamento” da área do Claustro, poderia ser efectuada com a abertura, pelo menos no período estival e, na altura de festividades, da porta que, do claustro de Santo Amaro, dá acesso à Catedral, recuperando uma linha de passagem que existiu até meados do século XX (Fig. 16). Esta situação, porém, só é possível com a organização e “limpeza” do claustro de Santo Amaro (Fig. 34) e com o reordenamento, por parte, do Cabido e do IPPAR, da globalidade dos espaços da Sé. Sugerimos a adopção dos circuitos de passagem existentes, antes das obras da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que nos parecem bem mais adequado à realidade actual que os vigentes.

Em quinto lugar, a Igreja, espaço de beleza arquitectónica e de simbolismo religioso por excelência, motivo maior de curiosidade dos visitantes. Aqui não se registam grandes problemas de circulação<sup>107</sup>, apesar de em algumas alturas do ano estar perto da sua capacidade máxima de carga, apesar de ser um espaço amplo e aberto. Aliás, é a área nobre para a fruição turística e patrimonial (Fig. 32) onde são mais tolerados certos comportamentos: como tirar fotos e circular sem entraves. No período, de Novembro a Fevereiro, que coincide com a época baixa turística não se registam qualquer tipo de problemas de conciliação culto/fruição turística. Inclusivamente, nestes meses, o horário de visita à Sé é reduzido de uma hora relativamente ao horário estival.

Na Igreja da Catedral inserem-se os pontos de grande interesse como o Órgão, o Túmulo do filho de D. João I, o altar de S. Martinho de Dume, a capela da Sr.<sup>a</sup> do Sameiro, o altar do Sagrado Coração de Jesus, a Capela-mor (possui quadros extraordinários de alguns Prelados Bracarenses), os elementos arqueológicos da área do transepto e Capela-mor e, ainda, os vestígios da fossa dos sinos, na parte baptismal da Catedral.

Seria desejável que a Sacristia da Igreja, a fossa de modelagem de sinos e os vestígios da zona do cruzeiro da Igreja tivessem outra visibilidade, com “discursos” interpretativos para referenciar as intervenções arqueológicas e as descobertas efectuadas. No caso da Sacristia pensamos que seria de todo o interesse incluir este lugar no roteiro de visita ao monumento, quer pelas razões atrás referidas, quer pela beleza do espaço.

Em sexto lugar na entrada da Sé deveria existir, como noutros locais, elementos que dessem “voz” à história deste local, nomeadamente placas de interpretação (Fig. 21), com sugestões de visita a este imóvel, conforme referimos no ponto anterior. Estas deviam estar colocadas nas duas entradas do imóvel, quer na porta principal quer na do Largo de João Peculiar

Em sétimo lugar propomos que seja alargado horário de visita à Sé, no período estival, em pelo menos uma hora, pois a frequência turística, nesta época, em volta do imóvel é assinalável. Esta situação facilitaria o descongestionamento das visitas ao monumento reduzindo a eventualidade do “confronto” com a vertente religiosa.

### 3. Modelos de gestão para a Sé que concilie as diferentes valências.

---

<sup>107</sup> Salvo o situações debatidas em pontos anteriores deste documento.

A linha de força deste trabalho assenta na premissa de que a cultura, enquanto veículo de desenvolvimento do potencial humano, contribuirá, decididamente, para a qualificar os recursos humanos, numa perspectiva de valorização dos indivíduos em toda a sua plenitude e, em especial na dimensão espiritual e de enriquecimento pessoal. “A Cultura e os bens culturais constituem um dos fundamentos essenciais das novas atracções turísticas, acentuando-se cada vez mais a sua importância à medida que o número de visitantes aumenta para destinos como factores culturais de relevo como locais históricos, centros arqueológicos e de peregrinação, monumentos, etc.” (Cunha 2001, 122). O IPPAR avaliza esta tendência afirmando que o número de visitantes em Portugal, nos Monumentos a seu cargo aumentou de 1995 até 1999 em 53,5%. Por sua vez o Cabido, na pessoa do seu Deão, afirma que a frequência de visitas à Sé tem vindo a crescer, gradualmente. Por outro lado, a utilização dos Monumentos-Mensagem como meios de divulgação da cultura junto das populações permitirá promover a igualdade de oportunidades, quer as económicas e decorrentes dos desequilíbrios regionais, quer as que resultam das diferenças, ao nível da educação e formação básica. Neste particular a Igreja deve disponibilizar todo o seu “saber” para conferir ao património uma missão educativa e pedagógica e aos espaços sob sua tutela uma nova linguagem.

Os Monumentos, como o da Sé de Braga, constituem pólos de dinamização da “paisagem urbana” e, por isso mesmo, pontos de referência no que respeita ao ordenamento dos espaços culturais. Pretende-se que, no caso da Sé, esta se transforme num pólo activo e dinâmico. O seu papel evocativo confere-lhe, tal como sublinhámos ao longo deste trabalho, o valor de uma “peça” única, capaz de incrementar a interacção cultural, educativa, social, acrescentando-lhe, ainda, a vertente turística (Pedrosa 1997).

Assim, a estratégia proposta assenta na seguinte hierarquia de objectivos:

1. Consolidar, recuperar, reabilitar e adaptar infra-estruturas (melhorar as condições de visita);
2. Avaliar, caracterizar, interpretar e hierarquizar os espaços da Sé; (compreender o edifício como uma entidade complexa);
3. Ligar as populações locais e os testemunhos do passado (Monumento e Identidade);
4. Valorizar e devolver os elementos patrimoniais à fruição do público, revitalizando-os (usos Religioso e Turístico).

Esta filosofia implica um conjunto de intervenções, consideradas fundamentais para a reabilitar e valorizar os elementos de memória e formação da identidade cultural e que se traduzirá na melhoria das condições de conservação e de uso da globalidade do imóvel e dos espaços arqueológicos, incluindo projectos de alteração do regime interno, adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes, melhoria das infra-estruturas envolventes e os arranjos exteriores. Em especial a utilização turística do património, exige o ordenamento dos recursos existentes através de sistemas de gestão específicos, embora baseados na convergência de diversas entidades. É, por isso, fundamental que os organismos intervenientes na Catedral, de uma forma ou de outra, estabeleçam mecanismos de articulação entre si e com os públicos. Todavia, isto requer uma nova cultura de uso dos territórios turísticos. Esta concertação é cada vez mais necessária, pois “não se pense que o consumo cultural, na óptica da atracção pelo ambiente natural e pela cultura, não interessa ao chamado turismo de massas, que continuará, aliás, a constituir a maioria da procura” (Baptista 1997, 146). Esta referência sublinha a necessidade de gerir, convenientemente, os espaços patrimoniais e de definir para estes uma correcta política de fruição, como alicerce para um turismo urbano e patrimonial sustentado. Só assim será possível evitar “a desajustada atitude cultural e ignorância da interdependência de interesses da cultura e do turismo” (Baptista 1997, 146). É importante não comprometer a durabilidade e qualidade destes imóveis que são recursos não renováveis do património nacional.

No caso específico, da Sé de Braga, monumento que recebe dezenas de milhares de pessoas anualmente, esta relação entre as duas vertentes tem sido dinamizada pelo Cabido, que muito tem feito para a valorizar o templo sob sua tutela. A atitude do Estado tem sido mais passiva. O Cabido, consciente do potencial histórico, eclesiástico e patrimonial da Sé tem desenvolvido sucessivas diligências junto do IPPAR para que se concretizem as obras infra-estruturais necessárias à salvaguarda e fruição dos espaços da Catedral. De facto, o Cabido Bracarense tem cada vez mais consciência da necessidade em dotar este monumento de condições que permitam articular o culto e a vertente patrimonial, valorizando o templo como espaço de lazer e, acima de tudo, como local de “passagem”<sup>108</sup> e de visita obrigatória para todos aqueles que se deslocam a Braga, seja por motivos religiosos, ou outros.

O Estado consciente desta nova realidade tem, nos últimos tempos, repensado a sua forma de actuar, estabelecendo uma nova atitude, um novo relacionamento com as entidades, directa ou indirectamente, ligadas ao património. Este diálogo é importante pois a gestão de

---

<sup>108</sup> Segundo o especialista em História de Arte Paulo Pereira, o importante não é fazer desta “passagem” uma experiência somente estética mas, também, existencial. E se existem monumentos que podem dar “alma” a todos aqueles que o visitam e, dar “aso”, à subjectividade é, efectivamente, este com mais de 900 anos de história.

locais, onde se pratica o culto religioso, tem impacte na sensibilidade dos Crentes. Nesse sentido, até o próprio ICOMOS, na Carta do Turismo Cultural, alerta para a especificidade desses lugares. É fundamental inserir as populações no processo de gestão patrimonial e religiosa da Sé de Braga. O Cabido, enquanto entidade zeladora dos interesses da Igreja, tem um papel decisivo pois as pessoas estão mais dispostas a aceitar as recomendações sugeridas pela instância que tutela a Sé. Por outro lado, é esta entidade, que tem a seu cargo a gestão do regime interno, dispondo de um conhecimento actualizado do uso do imóvel, quer em termos religiosos, quer em termos turísticos. Apesar de existir um “bem-estar” institucional, entre o Cabido e o IPPAR, conforme nos confirmou o Deão em exercício de funções, há ainda muito trabalho por fazer, nomeadamente, nas Capelas da Glória e de S. Geraldo, no interior da Torre direita da fachada da Catedral, no Claustro de Santo Amaro e na Capela da Senhora da Piedade. Esta situação deve-se, talvez, ao ritmo de operacionalidade do IPPAR, ou falta de meios financeiros. Na óptica dos fruidores do imóvel as obras de restauro, ainda por executar em alguns locais da Catedral, condicionam o culto e os circuitos de visita. Há um conjunto de espaços<sup>109</sup> que podiam, e deviam, estar disponíveis mas que continuam sem condições mínimas para o efeito. Este quadro complica a gestão do regime interno. A resolução destes problemas, por parte do Estado, como é seu dever, ao abrigo da Concordata, contribuiria para um “melhor bem-estar do imóvel”, encorajando o Cabido a novas iniciativas. É lamentável a Sé estar há mais de 10 anos em obras, facto que inibe a sua completa fruição, reduz a sua atratividade.

Por outro lado, será necessário prosseguir a requalificação da envolvente, melhorando a sinalética, estabelecendo rotas temáticas com partida da Sé, articulando os principais focos de religiosidade da cidade, definindo a rota medieval da cidade, promovendo a redescoberta da toponímia original, valorizando os vestígios do urbanismo medieval e romano. Este conjunto de acções, nas quais a Câmara Municipal pode assumir um papel preponderante, são complementares a uma boa gestão do espaço em si. Esta filosofia parece estar presente no protocolo de elaboração do Museu do Cabido, que embora fora do espaço da Sé, visa ser uma “ponte” ou, se quisermos, uma porta de entrada para a leitura patrimonial, histórica e episcopal deste imóvel.

E, se a gestão destes espaços visa, acima de tudo, tornar o imóvel num agente “vivo” da realidade local, ora disponível para visitas, ora espaço de recolhimento e culto, a concretização desse objectivo irá beneficiar a comunidade local, pois o “património vivo” é o espelho de uma cidade dinâmica. Uma nova imagem facilitará o recurso ao Mecenato Cultural, seja este directo

---

<sup>109</sup> A este propósito refiram-se as palavras da Dr.ª Maria Isabel Costeiro, Directora do Mosteiro de Alcobaca, que em entrevista ao programa *Ecclesia*, no dia 17 de Agosto de 2004, afirmava “logo que sejam concluídas as obras de restauro na Capela do Desterro a mesma seria posta à fruição sustentada”. Este exemplo pode e deve ser observado pelo Cabido na interpretação de alguns espaços da Sé.

ou por meio das dádivas dos próprios fiéis. Aliás esta filosofia foi adoptada com sucesso no Museu Alberto Sampaio, em Guimarães e em muito outros imóveis da vizinha Espanha. No país vizinho foram ainda definidas parcerias entre entidades públicas e privadas que permitiram a recuperação de grande parte do património cultural espanhol.

As instituições com responsabilidade na gestão patrimonial não podem viver, eternamente, em modelos conservacionistas. É necessário não esquecer a rentabilização destes locais, pela e para a sociedade. Aliás o IPPAR no plano estratégico para 2000-2006, preconiza maior qualidade na informação prestada e equipamentos mais adequados, assumindo a vertente de lazer, como princípio a implementar nos espaços patrimoniais. A introdução destes princípios tem que ser concertada com as características de cada um dos imóveis, nomeadamente no respeito pela sua simbologia e espírito. Aliás o reforço da legibilidade dos monumentos não é mais do que um novo elo na missão de vincular o património com a sociedade.

Esta política exige uma série de novas atitudes<sup>110</sup> que visam a adopção de princípios que se consideram vitais para a fruição deste tipo de imóveis:

- Maior qualidade de informação;
- Reconhecimento da vertente turística como valência capital;
- Modernização de equipamentos de acolhimento, sinalética e fruição;
- Assumir em termos estratégicos a vertente “lazer”;
- Factor humano mais forte;
- Criação de condições mínimas de visita ao monumento para cidadãos deficientes que não se devem cingir somente à estrutura do imóvel mas também à envolvente,
- Visitas guiadas (organização da oferta);
- Relacionamento mais estreito com a vertente do turismo organizado na organização das visitas;
- Criação de novos empregos;
- Adaptação de horários às exigências de cada público-alvo;
- Reconhecimento das possibilidades deste espaço como espaço de acolhimento de pessoas e assumir essa mesma vertente como parte da gestão e estrutura;
- Preparação do monumento para diferentes públicos (escolas; famílias, idosos, jovens, deficientes<sup>111</sup>, turista isolado).

---

<sup>110</sup> Atitude que não seria mais do que a interpretação dos princípios constantes no Plano Estratégico do IPPAR, para o período 2000-2006, já referidos neste ponto, ao nível da fruição deste tipo de espaço.

Poder-se-á pensar que esta proposta é demasiado ambiciosa. Todavia a sua adopção permitiria que a vertente patrimonial turística e eclesiástica fossem articuladas de maneira a favorecer a sua conciliação. Ou seja, salvaguardar a relação “crente-culto” / “visitantes-fruição”. Esta filosofia valorizará o monumento como um veículo de ligação cultural entre gerações e povos e, inerentemente, como um espaço de grande atratividade e de referência turística da cidade e do país.

Este tipo de gestão pela adopção dos princípios que comentámos, mas também pelas seguintes acções:

- Definição de parcerias institucionais;
- Serviços para fruidores;
- Marketing;
- Preservação da integridade da(s) Herança(s) encerradas neste documento;
- Actualização constante das formas de gerir o monumento às tendências da sociedade;
- Criação de espaços de investigação e conhecimento sobre o monumento.

Estas são as grandes linhas mestras que resumem as possibilidades de gestão monumento.

A grande dimensão do espaço da Sé, pode também ser aproveitada através de uma gestão mais equilibrada dos “*timing*” de cada uma das valências, ou, da adjudicação de espaços a cada uma das vertentes, com a definição de circuitos de visita predefinidos, sinalizando aos trajectos de forma, a respeitar a vertente religiosa<sup>112</sup>. A definição de horários de cultos e a programação de visitas em grupo, quer para fins culturais, turísticos e educacionais de forma a não colidirem é, também, uma forma de conjugar estas situações. A visita isolada de visitantes ou crentes não implica grandes problemas mesmo que ocorram cumulativamente.

---

<sup>111</sup> Actualmente um deficiente em cadeira de rodas tem muita dificuldade em visitar a Sé de Braga devido à falta de estruturas que permitam a fruição do mesmo. Espera-se que o novo museu contemple estruturas que permitam acesso deste tipo de público, conforme legislação europeia, rectificada pela Assembleia da República através do Decreto-lei nº 123/97 de 22 de Maio.

<sup>112</sup> Não parece muito correcta a colocação de Santos de grande devoção nos circuitos de circulação do claustro, uma vez, que proporciona situações menos próprias. O visitantes quando saem da igreja tem tendência para relaxar, em termos de postura e atitude, no entanto, deparam-se com situações de “recolhimentos” e culto mais acaloradas que no próprio interior da igreja.

Independentemente, da filosofia ou modelo, a adaptar neste imóvel, é fundamental pensar este espaço, como factor de valorização do núcleo urbano (cidade) de Braga, uma vez que encerra em si o espírito e a alma desta. Porém tem sempre que ser interpretado na óptica global de um agente do património “vivo” e autêntico e não como um monumento turístico ou, espaço “mumificado”, preso, em exclusivo, às normas da Igreja, à ditadura do conservadorismo do património ou às leis da sociedade do lazer. O modelo que deve transportar a herança patrimonial e religiosa, deste monumento, para as gerações vindouras deve “beber” o melhor de cada uma destas filosofias, em prol da valorização do monumento como espaço de diálogo.

### 3.1. Gestão Estratégica e Comunicação

Algumas das reflexões assinaladas nos últimos pontos deste trabalho apontaram a necessidade da gestão da Sé de Braga incluir nos seus procedimentos e estratégia a exploração das potencialidades do imóvel, como estrutura cultural. Existe, actualmente, na sociedade uma grande necessidade da população estar mais sintonizada com a cultura. No entanto, não existe uma política cultural transversal. Nem Igreja, nem Estado desenvolvem políticas de valorização do património baseadas nas tendências actuais, fazendo uso das novas metodologias de valorização do património e do turismo cultural – o Marketing. Este poderá ser, pelo menos em nosso entender um instrumento vital para a valorizar a herança patrimonial da Sé de Braga e um factor estratégico para dar visibilidade à sua grandiosa da herança religiosa. O marketing cultural deve ser entendido e desenvolvido no sentido de atrair mercados bem definidos, através da oferta de produtos e serviços ajustados aos públicos mais relevantes. O marketing só existe quando se tem algo para oferecer com reconhecido valor simbólico, espiritual ou físico. A gestão estratégica deve contemplar sempre, a montante, a realização de um diagnóstico interno que identifique os pontos fortes e fracos e outro, externo, que permita detectar as oportunidades e riscos, bem como os serviços e produtos que podem ser disponibilizados. Este processo deve resultar numa política de comunicação que valorize o monumento como um ícone.

Numa fase mais avançada, é habitual referir-se a existência de dois tipos de *merchandising*: o de sedução o que implica criar um ambiente e uma dinâmica expositiva na Sé, favorecendo o contacto com os suportes comunicacionais e com ícones e, deste modo, uma melhor interpretação e vivência do espaço. Para o efeito urge organizar as propostas referidas para os espaços referidos neste trabalho. Paralelamente será necessário racionalizar a gestão dos



espaços comerciais, dentro e fora da Sé e na envolvente. O conceito de *merchandising*, que nos anos 70 e 80 estava ligado ao serviço alimentar, é utilizado num cada vez maior número de sectores da actividade, onde se inclui a Indústria do Património. O desenvolvimento deste conceito é uma consequência directa do aparecimento de métodos de venda em livre serviço e da multiplicação das potencialidades que a Indústria do Património oferece: valores arquitectónicos, arqueológicos, paisagens. Todavia, a aplicação de uma política desta natureza exige que, a montante e a jusante, se desenvolvam projectos efectivos de salvaguarda e valorização do património existente. Por outro lado, é importante definir as formas legais de adjudicar eventuais lucros decorrentes deste novo processo gerador de receitas, reinventando a comunicação entre a Igreja e o Estado, num processo de convergência que facilite o desenvolvimento de projectos dedicados à conservação do património religioso. A “comunicação por meio de atitudes”, onde se insere o Marketing Cultural, é um dos mais modernos instrumentos da economia, largamente utilizado nos países do chamado primeiro mundo.

O Marketing Cultural representa uma poderosa ferramenta de comunicação, que associa projectos artísticos ou culturais a instituições, agregando aos seus nomes, produtos e ícones num interessante diferencial de oferta.

Em que medida estes conceitos se aplicam à Gestão da Sé Primacial de Braga? A resposta prende-se com o facto do património de uma entidade como esta, ser a sua “marca”, cuja a personalidade ganha força com o passar do tempo, e com a adopção de uma política efectiva de salvaguarda e valorização. E se os grandes objectivos da Sé são a: conquista e aumento da simpatia pelo monumento, designadamente no âmbito do turismo, entendemos que o marketing cultural, enquanto vértice de uma política de gestão integrada pode ser vital para alcançar estes objectivos. O Marketing é, também, uma estratégia que visa promover o entendimento entre a instituição e o mercado onde a sua “oferta” se desenvolve.

Uma nova política implicará, entre outros aspectos, a criação de um logótipo que seja susceptível de ser o ícone” identificativo (Fig. 18). Este trabalho gráfico deverá evoluir, posteriormente, para a construção de um holograma que pode ser o próprio logótipo ou, então, um elemento de validação do mesmo. A fase seguinte será a produção de conteúdos e artigos, entre os quais sugerimos os seguintes:

- Livros de Banda Desenhada alusivos à História da Sé de Braga. Este suporte para além de ter uma série de qualidades largamente reconhecidas, possui uma

vertente pedagógica vital, ao mesmo tempo que facilita o entendimento e interpretação da história eclesiástica do espaço e do próprio imóvel.

- Série de álbuns com o relato da vida dos principais Prelados, tais como S. Martinho de Dume, S. Frutuoso, D. Pedro, S. Geraldo, D. João de Peculiar, Frei Bartolomeu dos Mártires, D. Rodrigo de Moura Teles, D. Diogo de Sousa, Frei Caetano Brandão.
- Publicações que divulguem o papel da Sé de Braga na formação e consolidação do Reino de Portugal: "Redescobrir a História de Portugal, através da Acção dos Bispos de Braga";
- Edição de catálogos interpretativos do Espaço da Sé e do Museu da Sé;
- Elaboração de uma publicação sobre a "Sé no Imaginário Local" apelando para "estórias" fantásticas na relação dos Prelados com o povo;
- Do ponto de vista religioso a edição de material sobre os bispos santos;
- Publicações sobre a história da Sé e da Cidade em formato turístico;
- Edição de um Cd- Rom com uma visita virtual ao espaço da Sé de Braga, no passado e no presente, conferindo ao visitante outra interpretação deste espaço e da sua história;
- Edição de um Guia das Relíquias depositadas na Sé;
- Produtos religiosos diversos relacionados com a tradição religiosa mais comuns na Sé de Braga e na Arquidiocese em geral;
- A existência de uma pequena "Loja" com produtos religiosos e culturais, que deveria ter disponível a excelente oferta bibliográfica que já existe sobre este imóvel, a par dos materiais propostos nos itens precedentes.

A adopção de uma política sustentada de natureza cultural na gestão da Sé visa o engrandecimento da notoriedade deste imóvel e da sua História, aproveitando as valências turística e religiosa, que, isoladamente, ou em conjunto, estimulam o consumo do tipo de materiais atrás referidos, desde que esses materiais sejam de tal qualidade que sejam, por si, mesmo valores acrescentados no domínio cultural e do património.

#### 4. Considerações Finais.

Ao longo deste trabalho tivemos a preocupação de pôr em relevo a dimensão histórica, eclesiástica e religiosa da Diocese de Braga no contexto da evolução política, social e económica do Reino de Portugal e da Península em geral. Por outro lado destacamos, ainda que de forma breve o papel da Catedral de Braga e dos Prelados na realidade da área de Braga desde a sua sagração definitiva. Discutiui-se, também, a influência da Sé na Região e na sociedade, bem como a sua ligação às tradições e cultura popular. Não foram esquecidas as ligações às peregrinações e ao imaginário popular. A generalidade destes elementos fundamenta a importância deste imóvel como elemento de identidade cultural e religiosa de toda a Diocese de Braga e País e como monumento representativo da Herança patrimonial, religiosa e simbólica.

Este conjunto de factores faz da Sé Primacial um recurso turístico de interesse relevante susceptível de atrair milhares de visitantes, na procura do contacto com elementos de autenticidade e identidade. Aliás estes são os vectores maiores da nova tendência da sociedade e dos fluxos turísticos que transformaram estes locais de culto, em espaços de Lazer. A Sociedade reinventou a forma de interpretar estes locais e criou uma nova forma de culto dos monumentos, mais vocacionada para a leitura dos valores patrimonial, artístico e histórico, do que propriamente para usufruto religioso.

O Turismo é o grande precursor desta mudança, e elucida a forma como a Sociedade actual interpreta estes imóveis. O Turismo é um factor social, humano, económico e cultural irreversível nestes locais. A Igreja deve, como observamos ao longo do trabalho, encontrar formas de abordar esta nova realidade emergente nos espaços de vocação primitiva religiosa. A influência do Turismo Cultural e Religioso no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e com margem de progressão efectiva, a avaliar pelas tendências actuais dos mercados turísticos, cada vez mais motivados pelo contacto com este tipo de Monumentos, representativos da herança e memória. Para que a acção do Turismo neste tipo de monumentos seja tolerável, a sua influência e fluxo deve ser cuidadosamente estudada e concertada com as demais vertentes existentes neste tipo de espaços, de forma a articular as funções turística e cultural, evitando que o monumento turístico usurpe o monumento autêntico. Note-se que o fluxo de Turismo Cultural e Religioso que procura o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico não subsiste no tempo se a autenticidade desaparecer.

Dos trabalhos de observação efectuados na Sé de Braga e da consulta de fontes bibliográficas das quais resultou um conhecimento específico da realidade cultural e turística deste monumento, tivemos a oportunidade de confirmar a importância da dimensão religiosa,

histórica e turística deste monumento. Porém, ficamos também com a impressão que o monumento não está devidamente valorizado e organizado, de modo a promover e articular cada uma das vertentes.

A esta realidade não será alheio o contexto relacional do Estado com a Igreja marcado pelas leis de 1770, 1834 e 1911, que condicionaram, apesar da Concordata, as relações entre estas entidades, nomeadamente ao nível da propriedade e gestão de imóveis, como é exemplo a Catedral de Braga.

Por outro lado, a intervenção da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, em meados do século XX, retalhou o programa devocional existente e alterou a arquitectura cultural com a mudança e exclusão de alguns altares do interior da Igreja e com a abolição das Capelas do Claustro de Santo Amaro. A Sé de Braga, em menos de 50 anos, altera-se por completo se tivermos com ponto de referência o desenho apresentado pelo Padre Aguiar Barreiros em 1922. Concluimos que, apesar dos benefícios em termos de restauro da estrutura do monumento, a partir desta data a implantação do programa devocional nunca mais estabilizou, devido a uma clara falta de espaço, agravada pela expropriação do Paço Episcopal. A falta de espaço é, actualmente, uma das principais causas da desorganização em algumas áreas da Catedral, problema que pode ser amenizado com a abertura do novo Museu nos edifícios contíguos ao actual. Mais tarde, nos anos 80 do século passado, algumas áreas da Sé registam problemas de conservação que motivaram a adopção de um programa de restauro que ainda se mantêm. Este conjunto de acções precipitou ainda mais a falta de espaço e a constante mutação dos lugares de culto, emergindo o claustro central como espaço onde se registam práticas culturais, em virtude da colocação de imagens de santos de devoção popular. Este conjunto de factores é demonstrativo da dificuldade das entidades do Estado em incrementar acções de conservação em tempo útil, facto que causou ao Cabido graves problemas de ordenamento dos espaços, especialmente a partir das décadas de oitenta e noventa do século passado, altura em que a Sé emerge no contexto do desenvolvimento do Turismo Cultural e Religioso, como espaço de fruição turístico-patrimonial. Por outro lado sublinhe-se o facto de o IPPAR adoptar uma postura reactiva, raras vezes activa, relativamente aos problemas que surgem ao nível da preservação e conservação na Sé de Braga. Só com a pressão da Igreja o Estado cumpre as suas obrigações a este nível, facto que não facilita o processo de gestão e organização.

O Museu Tesouro da Sé, por sua vez, não favoreceu esta situação contribuindo, também, para um congestionamento dos circuitos de visita. Espera-se que o novo espaço museológico seja um elemento de leitura da história eclesiástica e litúrgica da Sé e Diocese de

Braga, bem como da própria cidade, e não interfira no circuito de visita ao imóvel. Das intervenções efectuadas referenciamos o excelente contributo, para conhecimento do que é “mais velho que a Sé de Braga”, fornecido pelos trabalhos arqueológicos coordenados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Apesar da notória falta de ordenamento da Catedral e de uma morosidade excessiva das acções de restauro e conservação, tornou-se num local de grande atratividade turística, ao mesmo tempo que mantêm a função cultural muito activa. Os adeptos do novo culto dos monumentos fazem da Sé de Braga um espaço de visita obrigatório, no contexto das visitas de motivação cultural e religiosa à cidade de Braga. Porém, o monumento não tem uma gestão do regime interno, do circuito de visita e do próprio museu, capaz de articular da melhor forma as vertentes turística e cultural. Faltam elementos que façam sobressair o valor histórico, eclesiástico e rememorativo do imóvel e da sua vivência.

Perspectiva-se a necessidade de uma gestão mais interdisciplinar que favoreça a implementação de medidas que propiciem uma acção, que potencie a mensagem “evangelizadora” do património, ou seja, a assunção da valorização do património de acordo com o “espírito” da vivência que se imprime no mesmo. Por outro lado, o Cabido e o IPPAR devem abrir as suas acções para a área envolvente ao monumento, promovendo acções, que visem a reclassificação do talhão existente nas imediações do Monumento, bem como intervir em toda a área do Rossio da Sé, que nos parece um pouco desligada do imóvel. Neste processo a Câmara Municipal de Braga, bem como a Comunidade local, seriam parceiros estratégicos.

O Cabido deve articular-se em maior dimensão com a comunidade local e ter junto desta uma atitude pedagógica, de forma a possibilitar o entendimento por parte desta da nova forma de interpretar este monumento, reforçando, todavia cada vez mais, as ligações do monumento à comunidade, suas tradições e imaginário. Aliás vão neste sentido as recomendações, conforme o referido no texto.

Esta questão ganha mais importância, se atendermos que no imaginário e na cultura popular a Sé é, indiscutivelmente, um lugar escatológico, aquilo que o Catecismo da Igreja Católica apelida de “Sinal e símbolo das realidades celestes”.

Desta forma nas temáticas definidas pelo Vaticano para a adaptação das Igrejas à Liturgia, nomeadamente os espaços para celebração da Eucaristia, do Baptismo, da Penitência e o programa iconográfico devocional e decorativo, devem ter em conta as implicações da Igreja - edifício enquanto espaço que promove a ligação à comunidade, uma vez que a Igreja projecta-

se e imprime-se a si mesma no edifício do culto e aí encontra traços significativos da sua fé, da sua própria identidade e da sua história. Esta situação deve ser trabalhada na Sé Primacial, no que toca ao programa iconográfico, devocional e decorativo, que mais chama a atenção do povo, que na Sé regista, alguma confusão que favorece, algum desconhecimento, por parte dos crentes, relativo à mensagem que a Igreja quer difundir. Como prova disso temos a “ignorância” do povo relativamente à Capela das Relíquias, uma vez que não é perceptível, nem legível ou interpretável, por parte destes, o papel, a função e a mensagem que aquele conjunto de vestígios representa. Esta sala encerra em si um tesouro com “majestade” virtual. As pessoas confundem este lugar e estas relíquias com “relíquias” de Bispos da Diocese, dada a proximidade entre este local, a lista cronológica dos homens da cadeira primacial e o túmulo dos últimos Bispos de Braga. Embora existam algumas relíquias de Bispos naquela sala, esta percepção é negativa e representa uma redução do património religioso, histórico, simbólico e eclesial que representa este espaço para a Catedral e para a Diocese. Este conjunto de relíquias tem uma importância estratégica para a compreensão da história da Igreja, uma vez que possibilitam o estabelecimento de um fio condutor da sua evolução na Península e na Europa em geral, engrandecendo deste modo a Herança histórico-religiosa desta Catedral.

É importante que o Cabido respeite cada vez mais, as tradições do povo e potencie na Sé, a “memória” de invocação, de devoção e promessa de cada sociedade no seu tempo. Só assim a Sé poderá ser, em cada tempo, o espelho do seu tempo e servir de vector de identidade de uma cultura de tradição, de uma região e de uma cidade. Tudo isto no respeito pelas normas impostas pelo Vaticano, tendo em conta as particularidades da cultura local, da Sé e da vivência histórica, patrimonial e eclesial deste, na assunção daquilo que o Deão da Sé, Doutor Pio Gonçalves Alves, designa de “*respeitar para educar*”.

Para a concretização do exposto anteriormente, é necessário uma mudança na programação dos espaços e das actividades, com a tomada de consciência por parte da Igreja para a necessidade de programar o fluxo de turismo, de forma a evitar os eventuais efeitos negativos desta actividade. Por isso a Igreja deve dar o exemplo à comunidade e educar os seus públicos para esta nova realidade, para a qual também, só agora a Igreja começa a despertar.

As formas de concertação da coexistência, no espaço da Sé Primacial, das valências Crente/culto e visitante/turismo passam por uma nova atitude da Igreja perante as novas valências e funções de “uso”, que os locais religiosos de riqueza patrimonial e turística assumem actualmente. A Igreja deve abrir os seus horizontes para o que Alois Riegl designa de “*Les valeurs de contemporanéité dans leurs relation avec le culte des monuments*” (1984, 87-

95), nomeadamente tendo em atenção o valor de uso, o valor da arte e a inovação neste tipo de imóveis.

A Nova Igreja é aquela que protege e fundamenta a prática religiosa e a finalidade rememorativa deste monumento, mas é também a que educa para a necessidade de perceber e contemporizar o “seu espaço de culto ” como um local de valor patrimonial e turístico, com atributos de atracção susceptíveis de motivar visitantes que buscam, não a religiosidade e devoção, mas a beleza e a história, o “*glamour*” patrimonial.

A Nova Igreja deve educar a sua comunidade para o facto de a percepção de um altar, espaço máximo de simbolismo do sagrado, para um visitante ser completamente díspar da percepção do crente. Deve-o fazer de uma forma positiva que promova a tolerância, como elemento base da concertação das duas perspectivas. Efectivamente, um “altar “é para um crente o “arauto”, um local de religiosidade máxima, um espaço “imaculado”, susceptível por isso de ser alvo da prática de culto religioso, quer no âmbito do catolicismo regular, quer do cristianismo popular. Por sua vez, na perspectiva de um visitante é interpretado como um trabalho artístico de grande valor, um espaço de beleza e de mestria, um local para ver, admirar, fotografar e fruir, é uma obra da criação artística do homem. Isto, independentemente de o visitante ser, ou não, cristão.

Esta dicotomia de interpretação mostra a dificuldade que existe na conciliação desta relação culto/fruição turística na medida que uma perspectiva associasse mais com o sagrado e outra com o profano. Por isso, é necessário encontrar medidas que potenciem a coexistência destas duas realidades, através de uma reinvenção da programação do espaço. Apesar de o Deão da Sé, Doutor Pio Gonçalo Alves afirmar, “que a linguagem da Sé é entendida pelos cristãos e pode acender a chama da fé a muitos outros”, temos que referir que a Sé representa uma herança monumental e religiosa, intemporal, que está esquecida nessa linguagem e que existem muitas outras linhas de leitura que não são potenciadas nesse discurso.

Deve a Igreja, na medida do possível, assumir uma postura que vise criar condições para programar o espaço em virtude das motivações dos fruidores. Quando falamos em fruidores, falamos, naturalmente em motivações. Por isso, a Igreja deve em, primeira estância, verificar quais as diversas especificidades que cada lugar da Sé tem, na perspectiva das duas principais categorias de fruidores. Deve aferir quais os espaços que mais ligação tem à comunidade local, logo de mais difícil alteração dos comportamentos, percepções e interpretações. Identificar os estrangulamentos e condicionalismos existentes na perspectiva de cada uma das vertentes. Importa também auscultar as diversas perspectivas dos visitantes de

modo a ter o máximo de informação. A Igreja, como afirmamos ao longo do trabalho, deve programar o espaço não somente numa vertente teológica, mais abrir a gestão à perspectiva de um historiador, arqueólogo, sociólogo, antropólogo e turismólogo para que a “nova” gestão tenha uma perspectiva profissional do (s) espaço (s) e através desta multidisciplinaridade encontrar uma melhor forma de gerir conceitos<sup>113</sup> tão díspares e imateriais como a fé, a emoção, a devoção, o sofrimento, a alegria, a atracção, a surpresa e o lazer que se verificam cumulativamente neste monumento. Estes são parte integrante da sua “alma”, do seu valor de antiguidade e histórico, bem como mostram a nova função de uso que a sociedade atribuiu a estes locais. Sem prejuízo do referido nos artigos 22º a 25º da nova Concordata, a gestão desta relação está, indubitavelmente, nas mãos do Cabido, pois não há dúvidas, pelo menos no caso da Sé, que é a esta Instituição que cabe a proibição, ou não, de visita a certos lugares, a gestão dos locais afectos ao museu, a gestão dos horários, a colocação e mudança das imagens, a abertura ou fecho desta ou daquela entrada, a definição e/ou condicionamento do circuitos de visita, a colocação de sinalética de interpretação do monumento e da sua história religiosa e eclesíastica e a programação das actividades religiosas, litúrgicas e festivas. Porém, não podemos esquecer as responsabilidades do IPPAR na conservação e restauro e nas obras, que nas últimas décadas tem vindo a efectuar que têm condicionado o ordenamento dos espaços da Sé e a conseqüente organização por parte do Cabido. Na base da concertação desta relação entre o culto e a fruição está a correcta programação de cada uma das acções em estreita observação das motivações dos fruidores, dos picos de procura, dos espaços de maior fervor religioso e na concertação institucional entre o Cabido e o IPPAR.

A Igreja deve interpretar os espaços como peças de um todo, onde cada peça é fundamental para a construção do puzzle da Sé, em vez de programar e condicionar locais, atendendo a critérios meramente económicos e de valorização do circuito do Museu, não se apercebendo dos desencontros e condicionalismos que esta situação provoca na relação culto/fruição, em virtude de retirar espaços de culto à Comunidade (exemplo mais evidente será a capela de S. Geraldo) e fragmentar a linha de interpretação ao dispor dos visitantes.

Embora, o Estado, ao abrigo das competências plasmadas, nos artigos 22º a 25º, da Concordata tenha também responsabilidades, nomeadamente na conversação e no usufruto do património, é à Igreja que compete a aferição das diversas sensibilidades de quem visita e frui este imóvel, assim como a função que cada espaço tem na Catedral, de forma a encontrar e a

---

<sup>113</sup> A Gestão da Igreja não pode ser entendida apenas como o controle do regime interno através de acções de vigia e fiscalização da acção dos fruidores do espaço. A gestão tem que contemplar as diversas emoções e sentimentos que existem no espaço da Sé.



promover uma gestão mais pluridisciplinar e condizente com a realidade dos circuitos e fluxos de fruidores à Sé Primacial de Braga.

Acção da Igreja passa adopção de medidas que promovam a sinalética do espaço, programação sustentada de actividades litúrgicas e religiosas, em épocas de grande afluência turística, definição de circuitos de visita, descongestionamento dos locais de maior culto, mas também pela mudança de atitude para com a Comunidade/Paróquia de forma a promover o, cada vez, melhor entendimento da nova função de uso da Catedral. Esta acção é fundamental uma vez que os paroquianos, ou se quisermos os membros da comunidade, tem uma ligação muito forte e um sentimento de posse extremamente vigoroso relativamente à Sé que deve ser trabalhado. São necessárias acções que visem a reinterpretação do espaço, por parte dos paroquianos, para que estes não reajam negativamente (repugna) à nova função da “sua casa espiritual”, mas pelo contrário percebam as vantagens desta realidade.

A Nova Igreja deve manter-se obrigada a conservar e a transmitir com solicitude o património artístico e os testemunhos da fé do passado, mas também a promover a criação de novas estruturas e condições para adaptação dos espaços religiosos às motivações actuais.

A este propósito importa referenciar o documento Sacrosantum Concilium, de 1963, que estabelece que nos “edifícios sagrados, se tenha grande preocupação de que sejam aptos para aí se realizarem os actos litúrgicos e permitam a participação activa dos fiéis”. Contudo, a palavra “fiéis”, actualmente, não tem só uma conexão religiosa, pois a nova forma de interpretar os monumentos religiosos leva a ampliar o conceito para a globalidade dos fruidores dos espaços religiosos de valia patrimonial, nomeadamente os “novos peregrinos” do património. O Cabido Bracarense não pode, pois, ignorar esta nova realidade e, deve observar as normas da Igreja para definir princípios que lhe permitam ter uma atitude mais pró-activa de gestão sobre as funções que o espaço da Sé Primacial possui. Até, porque, a Nova Igreja, está consciente que para este tipo de monumentos convergem interesses diversos: litúrgicos, culturais, normativos, turísticos, técnicos, que nem sempre são facilmente conciliáveis. A Nota para a adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica possui medidas que visam mostrar que tal conciliação é possível e deve ser coerentemente buscada. Por outro lado reforçam a necessidade da Igreja articular os diversos interesses que convergem para os locais religiosos, como base para o discurso entre a Igreja e a Sociedade. Não podemos esquecer que, hoje como outrora, acção da Igreja imprime-se na estrutura do monumento, o qual é o seu melhor retractor, assim como o património eclesiástico e o programa devocional ensinam e o monumento (estrutura) recorda.

Além disso, o Cabido Bracarense, deve ter em conta que “nas igrejas a comunidade dos crentes acolhe com simpatia qualquer pessoa que, por qualquer motivo, bate à sua porta, e por meio de sinais visíveis, faz com que essas pessoas possam ver a fisionomia própria da Comunidade e, de alguma maneira, lhe dirige a palavra” (C.E.L.P 1996,16), não será este o papel que a Sé de Braga e a Comunidade local devem ter para com aqueles que procuram a interpretação turística e patrimonial da Sé, ou seja deixar que o Monumento Mensagem seja o dialecto da Comunidade?

Uma das acções mais urgentes na Sé passa indubitavelmente pela melhoria do circuito de visita. Nesse sentido, aproveitando as indicações da referida Norma para Adaptação das Igrejas à Reforma Litúrgica, sugerimos, para facilitar o circuito de visita e a movimentação de pessoas, que a área do Altar da Catedral permita a passagem de pessoas pela parte de trás de forma a poderem ter melhor visibilidade da extraordinária Capela-mor e do património artístico existente. Esta libertação de espaço permitiria a maior visibilidade de toda a área do transepto, nomeadamente da capela da Senhora da Senhora das Rosas que está francamente “apagada”.

Sugerimos, ainda, a retirada da estrutura do “coro” ou a redução para uma estrutura mais simples aliviar a parte Norte do transepto. Estas duas acções permitiriam uma melhor circulação dos visitantes entre as naves e uma margem menor de afectar o culto na nave central. Estas acções não afectam o preceituado pela Igreja que aconselha que e o altar esteja visível a todos, para que todos se sintam chamados a participar dele e, obviamente, é necessário que na igreja ele seja único, para poder ser o centro visível para onde se orienta a comunidade reunida. A possibilidade de permitir a passagem, por detrás do altar, potencia uma melhor interpretação do património da área do transepto e uma desafecção da área da nave central. Aliás esta medida vai de encontro a uma necessidade litúrgica que é a de permitir circular à volta do altar para melhor efectuar os actos litúrgicos relacionados com ele. Paralelamente facilita a implementação de outras das acções sugeridas, que passa pela abertura da porta que liga a Catedral ao claustro de Santo Amaro. Estas acções em conjunto melhorariam a circulação em toda a área do transepto da Catedral, ao mesmo tempo que desanuviam os circuitos de circulação existentes. A associação destas medidas com a desajudicação de alguns dos espaços afectos ao Museu, nomeadamente as Capelas de S. Geraldo, S. Glória e dos Fundadores, o Órgão do Cadeiral, bem como colocação de estruturas de sinalética e informação mais capazes permitirão um melhor reordenamento e leitura da Catedral, de forma a melhor articular o culto com o fluxo turístico. A arrumação das peças arqueológicas existentes no claustro de Stº Amaro, a reorganização do claustro central, a abertura ao público da área das torres da catedral e da parte superior do claustro da Catedral serão medidas estratégicas a considerar. A visibilidade dos vestígios arqueológicos existentes na Igreja da Catedral é também uma condição importante

para a compreensão histórica da evolução do monumento e da própria cidade que deve ser tida em consideração. Por último a abertura ao público da Sacristia da Catedral e a reorganização da Capela das Relíquias parecem-nos acções a equacionar no contexto de um reordenamento futuro dos espaços da Catedral.

Este conjunto de medidas permitiria uma melhor organização global do espaço da Catedral facilitando a valorização histórico-religiosa do fantástico legado associado a este imóvel. Paralelamente, em virtude da possibilidade de considerar novas formas de abordagem aos lugares da Catedral, estas medidas potenciam uma leitura mais integrada do monumento e conferem mais visibilidade aos elementos que a diferenciam das demais Catedrais Nacionais e Europeias. Por último, facilitam a articulação entre a vertente turística e religiosa, na medida que visam descongestionar as áreas onde se verificam cumulativamente as duas situações.

A exploração do “ícone” Sé de Braga em termos de Turismo Cultural, Marketing e Merchandising é outras das sugestões que deixamos em aberto para ser equacionada num futuro próximo nas políticas definidas para a gestão da Sé, por parte do IPPAR e do Cabido. Esta medida tem por objectivo a exploração do capital de marca associado à mensagem “Sé de Braga”, como forma de retirar deste proveitos económicos dos quais a Comunidade local seja a grande beneficiária.

Tendo em conta o objecto deste trabalho são estas as principais reflexões que pensamos serem oportunas, num futuro próximo, para melhor valorizar a herança patrimonial e religiosa da Sé de Braga que, a cada ano que passa, se torna mais apetecível para fruição. Por isso, dentro das Normas e Regulamentos da Igreja encontramos elementos que avalizam uma gestão, do regime interno, que promovem a valorização turística deste espaço, assim como Normas Eclesiásticas do Vaticano e da Igreja Nacional que apontam para a “admissão” do turismo na gestão dos locais religiosos. Também a nova filosofia patrimonial do IPPAR dá indicações que indiciam uma nova abordagem interpretativa do papel do património na sociedade, ao mesmo tempo que buscam uma articulação maior com a Igreja na gestão de lugares como a Sé de Braga. Sugerimos a observação dos seis princípios da Carta do Turismo do ICOMOS, para o Turismo Cultural, o Guia do Turismo Sustentável, editado pela Organização Mundial de Turismo e as recomendações da UNESCO para a valorização da Herança Tangível e Intangível, como instrumentos base para a sustentação de um nova política de gestão da Sé de Braga. Por outro lado, deixamos também à consideração a análise dos modelos de gestão e financiamento deste tipo de monumentos, existentes na Europa, nomeadamente em Espanha e França, como matrizes para avaliação por parte do IPPAR e do Cabido.

As entidades com responsabilidades neste monumento devem em todas acções de gestão considerar ainda o lucro moral que se pode obter através de experiências de convívio e o lucro pedagógico que é fundamental para as gerações jovens a quem, gratuitamente, se devem facultar estes espaços. Porém, não se deve entender estas experiências somente no contexto do Museu Tesouro da Sé (actual e futuro), mas de uma forma geral que potencie a interpretação do monumento na relação que possui com história e cultura da Diocese e da Nação. Criada esta relação estabelece-se a empatia com o futuro e um meio de transmissão da herança para as gerações vindouras.

Na nossa opinião e, tendo por base as variáveis: património religioso, sacro, eclesiástico e monumental; a herança cultural, religiosa, patrimonial e simbólica; a ligação do monumento à comunidade; a sociedade do lazer; o culto moderno dos monumentos e as relações institucionais Igreja/Estado, o conjunto das reflexões efectuadas neste trabalho parecem-nos capitais para a definição de uma boa política de gestão para a valorização da herança patrimonial e religiosa da Sé de Braga numa perspectiva de usufruto religioso e turístico, na medida, que tendem para a conciliação destas valências. Porém, as mesmas só serão possíveis com a boa vontade, bom senso e sentido de concertação e desígnio comum das Instituições com responsabilidades na gestão da Sé de Braga.

Estas devem concertar-se de forma a definirem acções tendentes em primeiro lugar, à preservação do monumento; em segundo lugar, à manutenção do culto e manutenção da ligação à cultura e Comunidade local; em terceiro lugar, à valorização da herança histórica, religiosa e patrimonial, através da criação de condições de leitura do monumento; em quarto lugar, à melhoria e preservação do ambiente social e patrimonial nas áreas envolventes à Sé, bem como à criação de condições de acessibilidade ao imóvel; em quinto lugar, ao desenvolvimento de uma gestão sustentável do fluxo de turismo cultural e religioso de forma a articular esta vertente com a função cultural e, por fim à promoção da exploração do capital inerente à mensagem “Sé de Braga”.

Estamos, todavia, conscientes que este processo não é fácil e depende muito da vontade de duas Instituições que apesar de tentarem estabelecer pontos de convergência continuam marcadas por um passado de desencontros relativamente à propriedade e usufruto deste tipo de imóvel. No entanto, esperamos que o Turismo Cultural, que é cada vez mais uma realidade neste espaço, propicie uma nova articulação entre estas entidades e as leve a observar as inúmeras regulamentações e normas, entre as quais a Concordata, tendentes à sua convergência, em prol da valorização da herança histórica e religiosa deste tipo de imóveis.

## **BIBLIOGRAFIA :**

- ABREU**, José Paulo (1997) – *D. Frei Caetano Brandão – O Reformador Contestado – em Braga de 1790 a 1805*. Braga: Universidade Católica/Cabido, pp. 145-208
- ALAIX**, Manel Miró; **WERNER**, Jordi Padró (2001) – Património y Territorio: Una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del patrimonio. In *Revista Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. ISBN 1645-2453, pp. 39-49
- ALARCÃO**, Jorge (1987) – *Portugal Romano*. Coimbra: Editorial Verbo, pp. 25-65
- ALMEIDA**, C.A. Ferreira (1998) – *Património o seu entendimento e a sua Gestão*. Porto: Edições Etnos, pp. 10-20
- ALMEIDA**, Carlos Brochado *et al* (1991) – *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, pp. 3-15
- ALMEIDA**, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – O Românico. In *Colecção História da Arte em Portugal*. Edições Alfa, Vol II, pp. 73-86
- ALMEIDA**, Carlos Alberto Ferreira de (1990) – *Barcelos: Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 7-65
- ALVES**, José Mário Gomes (1984) – *Património Artístico e Cultural de Guimarães*. Guimarães. Vol II, pp 5-169
- ALVES**, Lourenço (1987) – *Arquitetura Religiosa do Alto Minho: Igrejas e capelas (Do séc. XII ao séc. XVII)*. Viana do Castelo, Vol I, pp.8-37
- AMARAL**, Luís Carlos (1990) – O património fundiário da Sé de Braga entre 1071 e 1108. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Se de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 505-550.
- ANTUNES**, Manuel Luís Marinho (2000) – Catolicismo e cultura na Sociedade Portuguesa Contemporânea. In **CRUZ**, Manuel Braga da, **GUEDES**, Natália Ferreira – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, pp. 400-530.
- AZEVEDO**, Carlos Moreira *et al* (2000) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores. Vol I . pp . 11-337.
- AZEVEDO**, Rui de (1958) – *Documentos Medievais Portugueses*. Vol. 1, pp. 111-112
- BAGGIO**, Sebastiano (1990) – Homilia. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Se de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 53-58
- BALLART**, Joseph (1997) - *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio Histórico, pp. 29-119.
- BANDEIRA**, Miguel Soares de Melo (2000) – *O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN. 972-36-0519-8, pp. 56-146.

- BAPTISTA, Mário** (1990) – *Turismo na Economia, uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural*. Lisboa: INFT, pp. 133-137
- BAPTISTA, Mário** (1997) – *Turismo Sustentável Competitividade Sustentável*. Lisboa: Editora Verbo, pp. 25-491
- BAPTISTA, Mário** (2000) – Cultura, Ambiente, Turismo Sustentável. In revista *Correio de Turismo*. Lisboa: INFT. n° 8, pp. 26-28
- BARATA, Manuel Freire Themudo** (1990) – A Sé de Braga na Formação e Consolidação de Portugal. In *Actas do IX Congresso Internacional da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Edição da Faculdade de Teologia e Cabido de Braga. Vol I, pp.7-15
- BARREIROS, Manuel D´Aguiar** (1992) – *A Cathedral de Santa Maria de Braga: Estudos Críticos Archeologico-artisticos*. Braga, pp. 11-57
- BARRETO, Margarita** (2001) – *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planeamento*. Campinas SP: Papirus Editora. Coleção Turismo. ISBN 85-308-0577-1, pp. 7-91
- BASTIDE, Roger** (1975) – *Sociologie dês Mutattions Religieuses*. In *Le Sacré Sauvage et autres essais*. Paris. Payot.
- BERNARDINO, T** (1986) – *Sociedade e Atitudes em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: INCM, pp. 40
- BOURDIEU, Pierre** (1989) – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora Memória e Sociedade, pp. 283-297.
- BRAGA, Teófilo** (1994) – O Povo Português, nos seus costumes, crenças e tradições. In *Colecção Portugal de Perto*, Vol. II. Lisboa: Publicações D. Quixote. ISBN 972-20-0563-4, pp.15-100
- BRANDÃO, Margarida** (1990) – Arcebispos, Senhores de Braga. In *Caderno Informativo – Braga e a sua Catedral*. Braga: Cabido da Sé, pp. 67-113.
- BRANDÃO, Margarida** (1990) – O Tempo Antigo, mais antigo do que a Sé de Braga. In *Caderno Informativo – Braga e a sua Catedral*. Braga: Cabido da Sé, pp. 11-17
- C.E.L.P – COMISSÃO EPISCOPAL DE LITURGIA DE PORTUGAL** (1996) – *Nota Pastoral: A Adaptação das Igrejas Segundo a Reforma Litúrgica*. Lisboa, pp. 5-65
- C.E.P – CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA** (1990) – *Nota da Conferência Episcopal sobre o Património Histórico – Cultural da Igreja*. “Lumen”, Lisboa, 2ª série, 51 (6-7) Jun - Jul, pp. 4-16
- C.E.P – CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA** (1990) – *Património histórico-cultural da Igreja*. Lisboa: Secretariado-geral do Episcopado, p. 32.
- CAILLET, Jean-Pierre** (1987) – Reliques et architecture religieuse aux époques carolingienne et romane. In *Actes du Colloque International de l’Université du Littoral- Côte d’Opale « Les Reliques : Objectes, Cultes, symboles*. Boulogne-sur-Mer : Brepols Publishers, pp 170-195.

- CAJA MADRID** (1999) – *Programa de conservación del Patrimonio Histórico Español*. Madrid.
- CALADO**, Maria (1998) – O Turismo como Valorização do Património. In Separata da Revista *Correio de Turismo*. Lisboa: INFT, nº1, pp. 10-12
- CAPELA**, José (1987) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2ª Ed, pp. 38-55
- CAPELA**, José Viriato (1990) – Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol II/I, p. 421 e ss.
- CAPELA**, José Viriato, **FERREIRA**, Ana Cunha (2002) – *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquias de 1758*. Braga. ISBN 972-98662-1-X, pp 21-230
- CARNEIRO**, Eugénio Lapa (1998/99) – São de Barro, não pecam – Dom Frei Bartolomeu dos Mártires e a antiguidade da Indústria dos bonecos de Barcelos. In *Barcelos Revista*. Barcelos: C.M. Barcelos. Nº9/10, pp. 27-38
- CARO BAROJA**, Julio (1984) – *Paisaje Y Ciudades*. Madrid: Taurus Ediciones. ISBN 84-306-1233-5, pp. 7-199
- CARRIER**, Christian (1998) – *Teoria y prácticas de la interpretacion*. In PH Boletín del IAPH, Nº 25. 1998.
- CASTRO ALLEGUE**, Francisco (2002) – *Normativa do Património Cultural de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia. ISBN 84-453-3278-3, pp. 46-47.
- CASTRO**, José (1996) – *Braga*: Oficinas S. José, pp. 5-64
- CASTRO**, Maria de Fátima (2000-2001) – A Veneração de Relíquias na Sé e nas Igrejas da Misericórdia e de S. Marcos. Culto a S. Pedro de Rates, S. Pedro Mártir e S. Pedro Apóstolo na Sé Primaz. In Revista *Minia*, III série, nº 8-9, Braga: Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, pp. 89-112
- CHANTAL**, Susane (S/D) - *A Vida Quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa. Livraria do Brasil, p. 50
- Chivas**, Isac (1991) – *Le Patrimoine Etnologique: L'Exemple de la France*. In Encyclopédia Iniversalis, pp. 229-241
- CLEMENTE**, Manuel José Macário do Nascimento (1993) – *Nas origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal: a Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica, pp. 179-279
- COMISSÃO EUROPEIA** (1994) – *Cidades Europeias Sustentáveis*. Bruxelas: Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, pp. 43-66
- COSTA**, Avelino (1990) – O bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga. In *Actas do IX Congresso da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Edição da Faculdade de Teologia e Cabido de Braga. Vol I, pp.380-432

- COSTA**, Avelino de Jesus (1991) – *Dedicação da Sé de Braga – 28 de Agosto de 1989 – resposta a Bernard F. Reilly*. Braga: Edição do Cabido Metropolitano e Primacial Bracarense, pp. 2-36
- COSTA**, Avelino de Jesus (2000) – *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade do S.Bento da Porta Aberta. Vol II, 2ª edição, pp. 3-70
- COSTA**, Avelino de Jesus da Costa (1997) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Braga. Irmandade de S.Bento da Porta Aberta. 2ª Edição, Vol I.
- COSTA**, Luís (1995) – *A Sé de Braga – Algumas Breves Noticias Sobre a Catedral de Santa Maria*. Braga.
- CSIKSZENTMIHALYI**, M. (1993) – *Why We Need Thing*. IN s.Lubar y W.D KINGERY(EDS.)- history from Things. Essaaays on Matreial Culture. Washington y Londres. : Smithsonian Institution Press, pp 20-29.
- CUNHA**, Licínio (2001) – *Introdução ao turismo*. Lisboa: Edições Verbo.
- CUNHA**, Manuela, **MARTINEZ**, Manuela (1990) – A Catedral. In Caderno Informativo – *Braga e a sua Catedral*. Braga: Cabido da Sé, pp. 17-66
- CUSTÓDIO**, Jorge (1995) – *Santarém Espírito do Lugar*. Santarém, pp.1-2
- DAVID**, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe Siécle*.Lisboa
- DIAS**, Geraldo José Amadeu (2001) – *Religião e Simbólica. O Sonho da Escola de Jacob*. Porto: Granito Editores, pp. 185-205;219-237.
- DIAS**, Geraldo José Amadeu Coelho (2003) – *O Património na Perspectiva da Igreja Católica*. In comunicação no curso de Pós-graduação sobre a Gestão do Património Autárquico. Porto: IPPAR, pp. 1-7.
- DIRECÇÃO GERAL TURISMO** (2002) – *Turismo uma Ponte para o Património*. Lisboa: Programa de Incremento Cultural, nº 3, pp. 1 a 5
- DUBY**, Georges (1979) – *O Tempo das Catedrais*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 15-30
- EDWARDS**, Richard(2001) – *Mémoire et Nouvel usage: du monument au project*. In Património Estudos. Lisboa: IPPAR. SIN 1645-2453, pp. 17-24
- FARIA**, António Gonçalves Molho de (1978) – *S.Bento da Porta Aberta*. Braga, 2ª Edição.
- FEATHERSTONE**, Mike (1995). *Cultura de Consumo e Pós-modernidade*. Editora Studio Nobel.
- FERNANDES**, José Manuel (2000) – *Arquitectura Religiosa*. In CRUZ, Manuel Braga da,
- GUEDES**, Natália Ferreira – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, pp. 12-40
- FERREIRA**, José Augusto (1928) – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III a Séc. XX)*. Braga: Mitra Bracarense, Tomo I, pp. 10-405



- FERREIRA**, José Augusto (1931) – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III a Séc. XX)*. Braga: Mitra Bracarense, Tomo II, pp. 249 a 401.
- FERREIRA**, José Augusto (1932) – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III a Séc. XX)*. Braga: Mitra Bracarense, Tomo III, pp. 9 a 60 – 225 a 437.
- FERREIRA**, José Augusto (1935) – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III a Séc. XX)*. Braga: Mitra Bracarense, Tomo IV, pp. 359 a 471.
- FERREIRA**, Manuel Macedo (1982) – *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço – história duma Igreja na história de Barcelos*. Barcelos: Imprimatur, pp. 43-60
- FERREIRA**, Maria Conceição Falcão (1992) – Barcelos Terra de Condes: uma abordagem preliminar (parte I). In *Barcelos Revista*. Barcelos: CMB, nº2, II série, pp. 5-29;
- FERREIRA**, Maria da Conceição Falcão (1990) - O arcebispo de Braga, a sua Igreja e os privilegiados da Corôa. In: *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Vol. II/I, tomo 1, pp. 515-556
- FIGUEIREDO**, Maria do Pilar (2000) – *Cambeses e o seu Couto – apontamento para uma monografia*. Barcelos: Papelmunde. ISBN 972-96828-1-X, pp. 15-111
- FONTES**, Luís *et al* (1997/98) – “Mais velho” que a Sé de Braga – Intervenção arqueológica na catedral bracarense: noticia preliminar. *Braga: Cadernos de Arqueologia*. Museu D. Diogo de Sousa/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Vol. 14/15, Serie II, pp. 137-164
- GASPAR**, Jorge (1969) – *A Morfologia Urbana de padrão geométrico na Idade Média*. Finisterra. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. 1969, Vol. IV, nº8, pp. 198-215
- GASPAR**, Maria Alexandra de Medeiros Lino (1990) – Escavações Arqueológicas da Rua de Nossa Senhora do Leite (Braga). In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp . 172-173.
- GCB - GOVERNO CIVIL DE BRAGA (1989) *Distrito de Braga/Demografia/Educação /Economia/Património/Política*. Braga, pp. 271-273
- GEERTZ**, Clifford (1989) – *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A.
- GOITIA**, Fernando Chueca (1982) – *Breve História do Urbanismo: Tipos de Fundamentais de Cidade; a cidade e a história; a cidade do presente; ecologia Urbana*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1541-2, pp. 41-127
- GONÇALVES**, Isabel Peres (2001/2002) – As capelas na Sé de Braga na Baixa Idade Media: a questão da Administração. In *Revista Bracara Augusta*. Vol L, ns 104-105 (117-118), Braga: Câmara Municipal de Braga, pp. 195-208
- GOUVEIA**, Henrique Coutinho (2000) – *Museus e Museologia*. **CRUZ**, Manuel Braga da, **GUEDES**, Natália Ferreira – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica.

- GUEDES**, Maria Natália Correia (1997) – O Património cultural da Igreja em Portugal. In “*Os bens temporais da Igreja*”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 181-195
- GUEDES**, Natália Ferreira (1995) – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, pp. 200-253
- HESPANHA**, A. M.(1986) – *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político (Portugal – século XVII)*. Policopiado, Tese de Doutoramento, Vol I, p. 105
- HINDLE**, B.(1978) – *How Much Is a Piece of the True Cross, Worth ?*. In I.M.G Quimby – *Material Culture and a Study of American Life*. Nova York e Londres: Norton, pp. 5-20
- HORKHEIMER**, M; **ADORNO** T.(1983) – *Dialéctica do Esclarecimento* Rio de Janeiro: Zahar.
- IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitectónico (2000) – *Património: Balanço e Perspectivas*. LISBOA: IPPAR. ISBN.972-8087-77-2, pp. 16-258
- LACERDA**, Manuel (2001) – Interpretação de Monumentos e Sítios. In Revista *Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. SIN 1645-2453, p. 5
- LACERDA**, Manuel; **BARATA**, Maria Filomena (2001) – Estruturas de Acolhimento e Interpretação – Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. In Revista *Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. ISBN 1645-2453, pp. 43.53
- LAGES**, Mário F. (2000) – A religiosidade Popular na Segunda Metade do Século XX. In **CRUZ**, Manuel Braga da, **GUEDES**, Natália Ferreira – *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, pp. 370-420
- LE GOFF**, J.(1991) – *Pensar la História*. Barcelona: Piados.
- LEMOS**, Francisco Sande *et al* (1998) – A redescoberta da Muralha Roma e Suévica-visigótica de Braga. In Revista *Fórum*, nº 24, Jul-Dez 1998, Braga: Universidade do Minho, pp. 11-26.
- LEMOS**, Francisco Sande *et al* (2000) – Bracara Augusta – periferia imediata. In Revista *Fórum*, nº 33, Jan-Jun 2000, Braga: Universidade do Minho.
- LEMOS**, Francisco Sande (1998) – Bracara Dives, Capital da Callaecia. In Revista *Fórum*, nº 23, Jan-Jun 1998, Braga: Universidade do Minho, pp. 3-17.
- LEMOS**, Francisco Sande (2000-2001) – Bracara Augusta – perspectivas diversas. In Revista *Minia*, III série, nº 8-9, Braga: Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, pp. 61-88
- LINO**, António (1990) – Arte Clássica e evolução da arte cristã. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Se de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 213-225.
- LOPES**, Flávio (1999) – Turismo Cultural – um Desafio Económico, Cultural e Social. In Separata da Revista *Correio de Turismo*. Lisboa: INFT, nº6, pp. 2-5

- LOPES**, Flávio (1999) – Turismo Cultural, um desafio económico, cultural e social. In separata da *Revista Correio Turismo* – Revista do Instituto Nacional de Formação Turística. nº 6. Lisboa, pp. 1-5
- LOPES**, Flávio (2002) – Carta do Turismo Cultural – ICOMOS 1999. In **DIRECÇÃO GERAL TURISMO** -*Turismo uma Ponte para o Património*. Lisboa: Programa de Incremento Cultural. N.º3, pp. 1 a 5
- LÓPEZ GÓMES**, Felipe Senén (1993) – *Roteiros de Compostela: Galiza – Portugal*. A Corunha: Ediciones Equinoccio. ISBN 84-604-6732-5, pp 5-83
- LOPÊZ MUNÓZ**, Miguel Luís( 1992) – *Las Cofradías de la Parroquia de Santa Maráia Magdalena de Granada en los siglos XVII-XVIII*. Granada: Universidade de Granada.
- MANTAS**, Vasco Gil, (1987) – As primitivas formas de Povoamento em Portugal. In *Povo e Culturas, a cidade em Portugal: onde se vive*. Lisboa, nº2. CEPCEP-UCP, pp. 55.
- MARQUES**, A . H. Oliveira; **GONÇALVES**, Iria; **ANDRADE**, Amélia Aguiar (1990) – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: INIC, Vol I, pp.7-23
- MARQUES**, José (1978) – Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467). In separata da *Revista de História*. Porto: Universidade do Porto, pp. 5-33
- MARQUES**, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 953-1025
- MARQUES**, José (1990) – O monacato bracarense em fase de mudança: séculos XI-XII. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 319-335
- MARQUES**, José (1995) – *Actualidade do Legado de Frei Bartolomeu dos Mártires*. In Theologia. Braga, 2ª Série, pp. 447-464
- MARTÍN MARCELO** (2001) – Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedade / Reflexiones críticas sobre la interpretación del patrimonio. In *Revista Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. SIN 1645-2453, pp 25-31.
- MARTINEZ DIEZ**, Gonçalo (1990) – Iglesias, monasterios y parroquias en la Iglesia Bracarense antes de 1089. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp . 296-317
- MARTINEZ**, Manuela (1990) – Síntese Histórica. In *Caderno Informativo – Braga e a sua Catedral*. Braga: Cabido da Sé, pp. 169-179
- MARTINS**, Manuela, **LEMOS**, Francisco (1998) – Projecto de salvamento e Estudo de Bracara Augusta – 1998. In *Revista Fórum*, nº 23, Jan-Jun 1998, Braga: Universidade do Minho, pp. 117-144.
- MARTINS**, Rui Cunha (1990) – O Espaço Paroquial da Diocese de Braga na Alta Idade Média. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp . 283-294.

- MATOS**, Sebastião *et al* (1997) – *Barcelos Património*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, Vol I, pp.114 a 120
- MAURICIO**, Rui (2000) – *O recenseamento de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)*. Leiria: Edições magno. Coleção Historia da Arte, Vol I, pp. 39-40
- MELO**, Eduardo (1990) – *Sessão de Encerramento*. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol III
- MENDES**, J.L. Morais Ferreira (1995) – Ordenamento Turístico do Território Nacional contributo para uma Dinâmica de Actuação; In *Revista Estudos Turísticos*. Lisboa: INFT. Revista Científica do Instituto Nacional de Formação Turística, nº 0, pp. 32-40.
- MENDEZ**, Matilde Gonzalez; **LOPEZ**, Carlos Otero e Vilarino Maria del Mar Bovéda (2000) – Turismo Intelectual y arqueologia: la aprehension lúdica del passado. Sevilha: *Boletín del Instituto Andaluz del Património Histórico*, pp.74-80
- MURPHY**, P.E(1985) - *Tourism: a community approach*. Londres: Routledge
- NOGUEIRA**, D. Eurico Dias (1990) – A Sé de Braga jovem de Nove Séculos. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp . 94.
- NORDAU**, Max (1902) – *A Mentira Religiosa*. Lisboa, pp. 5-30
- OLIVEIRA**, A. Lopes da (1971) – *Terras de Bouro*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, pp. 189-214.
- OLIVEIRA**, Eduardo Pires (2000-2001) – Os Grandes ciclos de obras na Sé de Braga. In *Revista Minia*, III série, nº 8-9, Braga: Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, pp. 3-61
- OLIVEIRA**, Eduardo Pires de (1996) – *A Sé de Braga e Dom Rodrigo Moura Teles*. In *Revista Fórum*, nº 19, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 77-100
- OLIVEIRA**, Eduardo Pires de (1997) – Riscar em Braga no Século XVIII. In *Revista Fórum*, nº 21, Jan-Jun 1997, Braga: Universidade do Minho, pp. 29.85
- OLIVEIRA**, Miguel de (1950) – *As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação*. Lisboa: UN Gráfica.
- ORTIGA**, Jorge Ferreira da Costa (1990) – A Catedral e o tempo como desafio à imagem da Igreja. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol III, pp. 345 ss.
- PEDROSA**, Manuel Leal (1997) – Igrejas e Turismo Cultural. In “*Património Classificado*”. Lisboa: Universidade Católica, pp. 299-312
- PEIXOTO**, José Carlos Gonçalves (1991) – *Pensamento Social e Pedagógico de D. Frei Caetano Brandão*. Braga: Ed. Estampa, pp. 37-43

- PEREIRA**, Paulo (2001) – Lugares de passagem e o resgate do Tempo. In *Revista Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. SIN 1645-2453, pp. 6-15.
- PINTO**, Sérgio da Silva (1982) – *Estudos e Comentários*. Braga: Câmara Municipal de Braga. Vol II. pp 46-273
- PRANDI**, Reginaldo (1996) – *Religião paga, conversão e serviço*. Novos Estudos Cebrap, nº 45.
- PROGRAMA DE INCREMENTO DO TURISMO CULTURAL** (2002) – *Turismo uma ponte para o património*. Lisboa. Direcção Geral do Turismo, pp. 17-19
- QUIVY**, Raymond; **CAMPENHOUDT**, Luc Van (1992) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Gradiva, pp. 11-105
- RAPOSO**, Luís *et al* (1989) – *Portugal das Origens à Época Romana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 40 a 55
- REAL**, Manuel Luís (1990) – O projecto da Catedral de Braga, nos finais do Século XI, e as origens do Românico Português. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp . 435-489.
- REBELO**, Elvira (2001) – As pessoas, as comunidades e o património: Reflexões em torna da história de uma necessidade. In *Revista Património Estudos*. Lisboa: IPPAR. SIN 1645-2453, pp. 116-123
- REBELO**, Elvira (2003) – *Das razões do ainda não fácil? Relacionamento Igreja – Estado: Em busca da Reconciliação – A Concordata*. In comunicação no Curso de Pós-graduação sobre a Gestão do Património Autárquico. Porto: IPPAR, pp. 2-19
- REIS**, António Matos (1990) – A Arte Sob a égide de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728). In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol II/I, pp. 373-395.
- RIEGL**, Alois(1984) – *Le culte moderne des monuments: son essence et as genesé*. Paris : Editions du Seuil. ISBN 2-02-006821-4, pp. 7-121.
- ROCHA**, Manuel Inácio Fernandes (1993) – Barcelos nos Caminhos de Santiago. In *Barcelos Revista*, nº 2 / Série nº 4, Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, pp. 95-133
- RODRIGUES**, Miguel Carlos Areosa; **ALFENIM**, Rafael; **LEBRE**, Anabela Gomes (1990) – Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, Notícia preliminar. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 174-180.
- ROSSAS**, Walter (1995) – A Cidade Portuguesa. In **PEREIRA**, Paulo *et al* – *História da Arte Portuguesa: do barroco à contemporaneidade*. Lisboa: Circulo de Leitores. ISBN 972-42-1225-4. Vol, pp.233-280.

- S.D.L – Secretariado Diocesano de Liturgia** (2000) – *II Concílio Ecuménico do Vaticano: Constituição sobre a Sagrada Liturgia: Constituição « Sacrosanctum Concilium»*. Porto, pp. 3-47
- SANCHIS**, Pierre (1983) – *Arraial: Festa de um Povo, as romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 47.
- SECRETARIA ESTADO CULTURA** (1991) – *Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) Catálogo Biblio-iconográfico*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 13-25
- SILVA**, Aníbal Cavaco (1990) – Sessão de Abertura. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol I, pp. 49
- SILVA**, Augusto Santos; **PINTO**, José Madureira (1999) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0503-1.
- SILVA**, Domingos M. da (1985) – *Entre Homem e Cávado em Meados do Século XVIII: Memórias Paroquiais*. Braga: Gráfica Cruz, pp. 76 e 208.
- SILVA**, Helena Vaz (2000) – O papel da cultura na Europa do Futuro. Lisboa: Revista *Centros Históricos*, pp. 21-23.
- SILVA**, José Antunes (2004) – *A Caminho de Santiago: como quem procura uma fonte ou uma estrela*. Prior Velho: Paulinas. ISBN 172-751-597-5, pp 9-84
- SIMMEL**, Jorge (1934) – *Cultura Femenina y otros ensayos*. Madrid, pp. 128
- SOARES**, António Franquelim Sampaio Neiva (1997) – *A Arquidiocese de Braga no Século XVII: Sociedade e Mentalidades pelas visitas Pastorais (1550-1700)*. Braga, pp. 85-576.
- SOARES**, Franquelim Neiva (1990) – *A Catedral e o Cabido de Braga nas relations ad limina até 1615*. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol II/2.
- SOARES**, Ivone da Paz (1998/99) – Sociabilidade Feminina. Enquadramento Religioso no quotidiano da Sociedade Bracaraense Setecentista. In *Bracara Augusta*, Vol.48, 1998/99, pp. 158
- SOARES**, Ivone da Paz (1998-99) – A Visita ad Limina de D.José de Bragança (1749-1754). In *Bracara Augusta*. Braga, Vol 48, 1998/99, pp. 158
- SOUTO**, A Meyrelles do (1971) – *O «Livro dos irmãos da Confraria do Bem-aventurado Santo Amaro*. Lisboa: Estudos Olisiponenses, pp. 15-25.
- TORRES**, Amadeu (1972) – *Braga Centro de Alta Cultura na Hispânia Cristã*. Braga: Humanitas, pp. 19-29
- VALA**, Jorge (1999) – A Análise de Conteúdo. In **SILVA**, Augusto Santos; **PINTO**, José Madureira (1999) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 11ª Edição, pp. 101-107

**VASCONCELOS**, Florido (1990) – *A Catedral de Braga na História e na Arte (Séculos XII-XIX)*. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Faculdade de Teologia/Cabido de Braga. Vol II/2, Separata, pp. 5-50.

**VAZ**, A. Luís (1971) – *O Cabido de Braga 1071 a 1971 factos notáveis do País ligados à sua história*. Braga, pp. 263-287

**VELHO**, Gilberto (1981) – *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

## JORNAIS

**ALBUQUERQUE**, Maria (2004) – Adesão ao Projecto “Igreja Segura” longe das expectativas, *Jornal Publico, Edição Minho, 28 de Abril 2004.*

**COSTA**, Magalhães (2004) – Trabalhos na Sé desvendam muralha romana, *Jornal de Noticias, 21 de Novembro de 2004.*

**DIAS**, Matilde Rocha (2003) – Nova Cooperativa para o Turismo Cultural e Religioso gera polémica, *Jornal Publico, 29 de Maio de 2003.*

**DOMINGUES**, Frei Bento (2002) – Uma Igreja Condenada a renascer, *Jornal Publico, 16 de Junho de 2002.*

**FERNANDES**, Ana Peixoto (2003) – Turismo do Alto Minho quer criar “corredor cultural” entre centro histórico, *Jornal Publico, Edição Minho, 5 de Maio de 2003.*

**FONTES**, Filipe (2003) – “Património é um só, do passado ao futuro”, *Jornal Publico, 01 de Junho de 2003.*

**GOMES**, Paulo (2003) – Serões de Arte e Cultura em Viana: Viver e Rezar requer emoção, *Jornal Diário do Minho, Braga, 30 de Maio de 2003.*

**GUIMARÃES**, Anabela; **VIEIRA.**, Maria de Lourdes; **GUIMARÃES**, Regina (2004a) – A Arte e o Sagrado ou a beleza que mostra Deus, *Jornal Diário do Minho, Braga, 19 de Maio de 2004.*

**GUIMARÃES**, Anabela; **VIEIRA.**, Maria de Lourdes; **GUIMARÃES**, Regina (2004b) – Que a Beleza nos continue a Salvar, *Jornal Diário do Minho, Braga, 19 de Maio de 2004.*

**LE MOS**, Francisco Sande (2004) – Braga itinerário para uma visita, *Jornal Diário do Minho, Braga, 30 de Junho de 2004.*

**MELO**, Eduardo (2004) – O Turismo Cultural e Religioso e a criação de uma Cooperativa para o seu Desenvolvimento e Promoção, *Jornal Correio da Manhã, Lisboa, 15 de Março de 2004.*

**NAHARI**, Natasha (2003) – Os restauros da Sé Catedral de Braga na Despedida do “passeio publico”, *Jornal Publico, Lisboa, 22 Setembro de 2003.*

**PEREIRA**, Ana Cristina (2002) – Onze Sés Portuguesas em Recuperação, *Jornal Publico, Lisboa, 5 de Julho de 2002.*

**PEREIRA**, Cláudia (2002) – Tesouro-Museu da Sé ampliado até 2004, *Jornal Diário do Minho, Braga, 19 de Dezembro 2002.*

**PINTO**, Mário (2003) – O Congresso dos Cardeais, *Jornal Publico, Lisboa, 17 de Março de 2003.*

**REAL**, Manuel Luís (1999) – A Sé de Braga – Como seria há novecentos anos? *Jornal Diário do Minho, Braga, 21 de Julho de 1999.*



**REDACÇÃO** (2003) – SÉ CATEDRAL: O Centro das “rotas da Fé”, *Jornal Correio da Manhã, Lisboa, 15 de Março de 2004.*

**REDACÇÃO** (2004a) – Concordata confirma «consideração recíproca», *Jornal Diário do Minho, Braga, 19 de Maio de 2004.*

**REDACÇÃO** (2004b) – Sete Séculos de Concórdias e discórdias entre Portugal e a Santa Sé, *Jornal Diário do Minho, Braga, 17 de Maio de 2004.*

**SILVA**, Augusto Santos (2003) – Uma Igreja que acorda?, *Jornal Publico, Lisboa, 28 de Junho de 2003.*

INTERNET:

**“Agencia Ecclesia”(2004)**

<[<http://www.ecclesia.pt/cal/35>] 10-08-2004, pag. 1>

**“Braga: Curiosidades Históricas”(2004)**

< [<http://7mares.terravista.pt/jornalnet/braga.html>], 30.08.2004; pag.1>

**“Burra Chartes” (1979,1981 e 1988)**

<[http://www.icomos.org/docs/burra\\_carter.html](http://www.icomos.org/docs/burra_carter.html)>

**“Christusrex”(2002)**

<<http://www.christusrex.org/www1/news/6-96/ps6-9-96.html/1-05-2002/p.2>>

**“Document Nara sur L’Authenticite” (2004)**

<[http://www.icomos.org/docs/naradoc\\_fre.htm](http://www.icomos.org/docs/naradoc_fre.htm)>

**“International Cultural Tourism Charter »(1999)**

<[[http://international.icomos.org/charters/tourim\\_e.htm](http://international.icomos.org/charters/tourim_e.htm)],03.04.2004, pp. 2-6>

**“The Norms of Quito”(2004)**

<<http://www.icomos.org/docs/quito67.html>.>

**“World Heritage”(2002)**

<[<http://whc.unesco.org>], 10.10.2002, pp. 2-8>

**“Velhice, Velhos: provérbios” (2004)**

<[ [http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/cur\\_vel.htm](http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/cur_vel.htm)], 03.09.2004, pag. 1>.